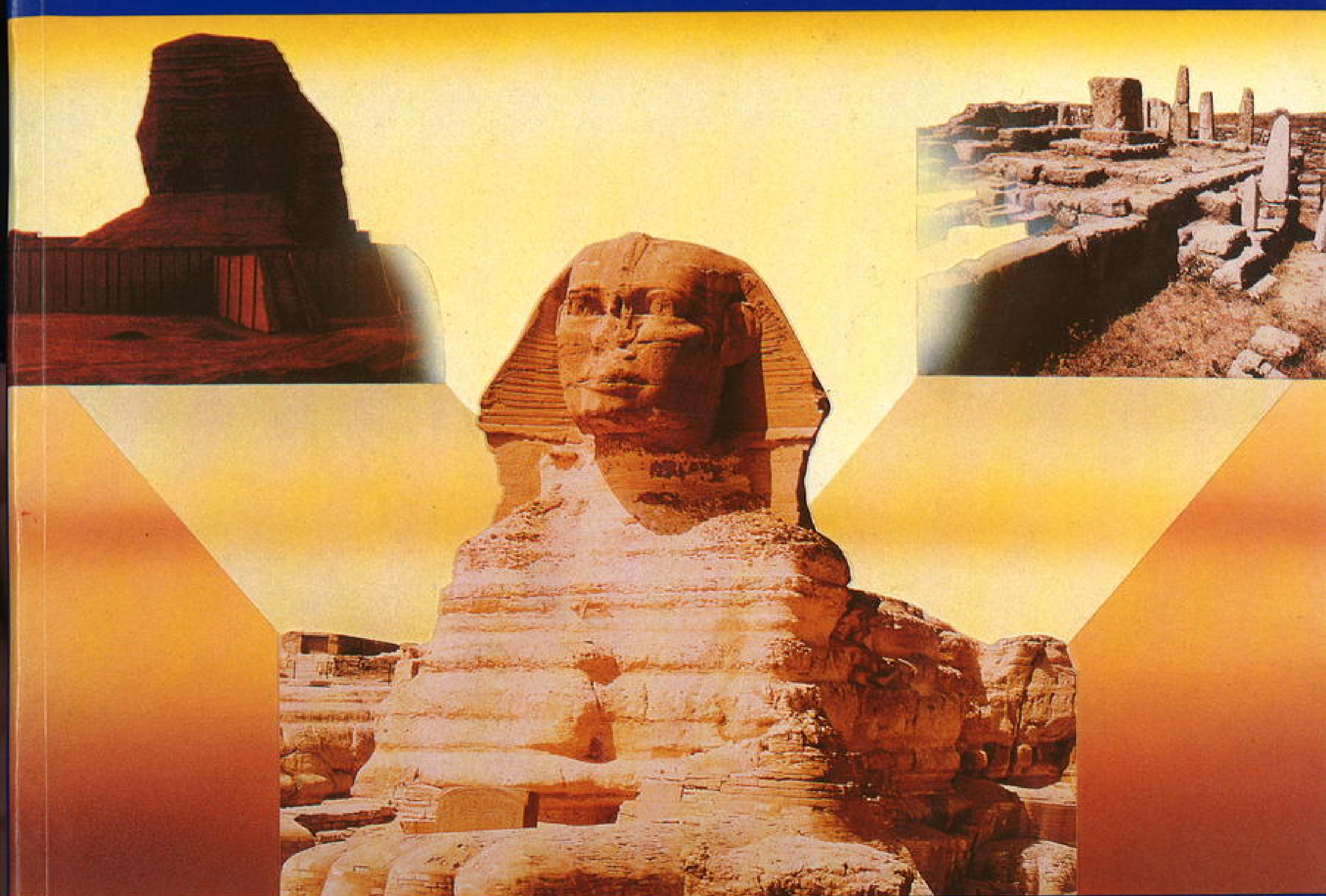
Universidade Aberta



CIVILIZAÇÕES PRÉ-CLÁSSICAS

ANTÓNIO AUGUSTO TAVARES

Copyright © UNIVERSIDADE ABERTA – 1995
Palácio Ceia • Rua da Escola Politécnica, 147
1250 Lisboa

DL: 80 222/94
ISBN: 972-674-141-6

Civilizações Pré-Clássicas

15 INTRODUÇÃO

I. A CIVILIZAÇÃO EGÍPCIA

1. Introdução

27 Tábua de matérias
29 Objectivos de aprendizagem
31 O país e os habitantes
31 *O Nilo*
35 *Os Egípcios*
35 *A língua e a escrita*
36 Fontes da história do Egipto
37 Actividades

2. A evolução política

41 Tábua de matérias
43 Objectivos de aprendizagem
45 O Período Arcaico ou Tinita (c. 3000-2635 a. C.)
47 O Império Antigo ou Menfita (c. 2635-2154 a. C.)
50 O I Período Intermédio (c. 2154-2040 a. C.)
51 O Império Médio (2040-1785 a. C)
53 O II Período Intermédio: Os Hicsos (1785-1551 a. C.)
54 O Império Novo (1554/1 a 1070 a. C.)
57 Actividade sugerida
59 O III Período Intermédio (1070-714 a. C.)
60 A Época Baixa (714-332 a. C.)
61 *O período saíta (664-525 a. C.)*
62 *Persas e Macedónios (525-30 a. C.)*
62 O Egipto e o Mediterrâneo
65 Actividades
67 Respostas às actividades

3. Instituições e Sociedade

71 **Tábua de matérias**

73 **Objectivos de aprendizagem**

75 **As Instituições**

75 *O rei*

78 *A administração*

79 *O exército*

80 **A Sociedade**

80 *A família*

83 *O quotidiano*

86 *Os escravos*

87 **Actividades**

89 **Respostas às actividades**

4. Economia

93 **Tábua de matérias**

95 **Objectivos de aprendizagem**

97 **A agricultura e a pesca**

99 **O subsolo e as relações comerciais**

102 **A circulação dos bens e das pessoas: as vias**

104 **Actividades**

105 **Respostas às actividades**

5. A Religião

109 **Tábua de matérias**

111 **Objectivos de aprendizagem**

114 **Princípios básicos**

114 **Duas sínteses teológicas**

118 **O faraó, descendente de Hórus e deus Sol**

119 **Os animais sagrados**

120 **O culto dos deuses**

121 **O culto dos mortos**

124 **Actividade sugerida**

125 **Actividades**

126 **Respostas às actividades**

6. A cultura

129 **Tábua de matérias**

131 **Objectivos de aprendizagem**

133 **O escriba**

135 **A literatura**

136 *No Império Antigo*

140 *No I Período Intermédio*

141 **Actividade**

141 **Resposta à actividade**

142 *No Império Médio*

143 **Actividade**

147 *No Império Novo*

154 *Na Época Baixa*

156 **As técnicas e as ciências**

157 *As técnicas*

158 *As ciências*

164 **As artes**

165 *A arquitectura*

166 *A escultura*

168 *As artes parietais*

169 *As artes menores*

7. Conclusão

173 Tábua de matérias

176 Actividades

178 Respostas às actividades

II. A MESOPOTÂMIA

1. O quadro geográfico

185 Tábua de matérias

187 Objectivos de aprendizagem

2. Da sedentarização à urbanização

195 Tábua de matérias

197 Objectivos de aprendizagem

200 O caminho para a urbanização. O exemplo de Uruk

202 Actividade sugerida

3. Os Sumérios

205 Tábua de matérias

207 Objectivos de aprendizagem

209 O poder e o governo na cidade

212 Economia e sociedade

213 O rei

216 A vida intelectual

219 A religião

219 As artes

220 Actividade sugerida

221 Actividades

222 Respostas às actividades

4. O império de Acad

225 Tábua de matérias

227 Objectivos de aprendizagem

233 A economia

233 A cultura e a religião

234 Os Gútios e o fim do império acádio

5. A III dinastia de *Ur* ou a renascença suméria

237 Tábua de matérias

239 Objectivos de aprendizagem

242 A decadência de Ur

244 Actividades

245 Respostas às actividades

6. O período Paleobabilónico

249 Tábua de matérias

251 Objectivos de aprendizagem

254 Actividade

254 Resposta à actividade

256 A sociedade e a economia

257 A religião

258 A cultura

258 Actividades

259 Respostas às actividades

7. Os séculos das grandes convulsões

263 Tábua de matérias

265 Objectivos de aprendizagem

267 Os Cassitas

268 Os Mitânios

269 Actividade
269 Os Hititas
273 Actividade sugerida
274 Actividades
274 Respostas às actividades

8. Os Assírios
277 Tábua de matérias
279 Objectivos de aprendizagem
281 Os grandes períodos da história assíria
281 *O Império Antigo*
282 *O Império Médio*
284 *O Império Neo-Assírio*
294 O rei
297 *Crises na sucessão dinástica*
298 O exército
299 A administração
300 A sociedade
300 Actividades
302 Respostas às actividades

9. O Império Neobabilónico
305 Tábua de matérias
307 Objectivos de aprendizagem
311 Características do Império Neobabilónico
312 Actividade sugerida

10. O legado cultural da Mesopotâmia
315 Tábua de matérias
317 Objectivos de aprendizagem

320 Religião e mitos das origens
322 A legislação
326 As ciências
327 Actividade
327 Resposta à actividade

11. Conclusão
333 Tábua de matérias
335 Actividade sugerida
336 Actividade
336 Resposta à actividade

III. A REGIÃO SIRO-PALESTINENSE

OS HEBREUS

1. O meio ambiente
345 Tábua de matérias
347 Objectivos de aprendizagem

2. As fontes
355 Tábua de matérias
357 Objectivos de aprendizagem

3. A formação do povo hebreu
363 Tábua de matérias
365 Objectivos de aprendizagem
368 Época patriarcal
369 Os Hebreus no Egipto

371 Instalação dos Hebreus em Canaã
374 A instalação das tribos: a caminho de um estado
374 A época dos juízes
376 Actividades
377 Respostas às actividades

4. A monarquia

381 Tábua de matérias
383 Objectivos de aprendizagem
385 Saul
386 David
389 Salomão
391 Os dois reinos
395 *Revoluções em Israel e Judá*

5. Os Hebreus perante a ofensiva assíria

399 Tábua de matérias
401 Objectivos de aprendizagem
403 As fontes
405 Judá e Israel no contexto histórico do século VIII a. C.
407 *Israel*
408 *Judá*
408 A intervenção militar assíria
410 As consequências da conquista assíria
412 Actividades
414 Respostas às actividades

6. O reino de Judá após a queda da Samaria

417 Tábua de matérias
419 Objectivos de aprendizagem
423 Os últimos anos do reino de Judá

7. O cativeiro de Babilónia

429 Tábua de matérias
431 Objectivos de aprendizagem

8. O pós-exílio: início de novos tempos

437 Tábua de matérias
439 Objectivos de aprendizagem
442 Actividades
442 Respostas à actividades

9. A concepção da história, segundo os Judeus

445 Tábua de matérias
447 Objectivos de aprendizagem
453 Actividade sugerida

10. Sociedade e instituições

457 Tábua de matérias
459 Objectivos de aprendizagem
463 Actividade sugerida

11. Religião

467 Tábua de matérias
469 Objectivos de aprendizagem
471 A religião patriarcal

473 Características do deus dos Hebreus
476 O culto
477 A Bíblia

OS HEBREUS E OS POVOS VIZINHOS

1. Os povos da Síria
485 Tábua de matérias
487 Objectivos de aprendizagem

2. Os Fenícios
495 Tábua de matérias
497 Objectivos de aprendizagem
504 Actividades
505 Respostas às actividades

BIBLIOGRAFIA GERAL

INTRODUÇÃO

A disciplina de **História das Civilizações Pré-Clássicas** faz parte do *curriculum* dos cursos de licenciatura em História, segundo a legislação em vigor. A designação poderá variar de Universidade para Universidade, mas o seu conteúdo programático será substancialmente o mesmo: **o estudo das sociedades, culturas e civilizações detentoras da escrita, mas anteriores à época clássica**. Como se vê, a matéria é vastíssima, pois tem início quando termina a Pré-História e prolonga-se até ao século V a. C., tradicionalmente conhecido como período áureo da cultura clássica na Grécia.

Apesar das suas naturais dificuldades, as civilizações pré-clássicas contêm fortes motivos de atracção: o interesse pelo desconhecido, o gosto do inédito. Como adverte Marc Bloch, «em todas as coisas humanas são sobretudo dignas de estudo as origens»[1].

Uma das épocas mais apaixonantes para o espírito humano é designadamente a passagem da Pré-História à História. Aí se encontram elos de ligação entre a experiência humana veiculada por tradições orais e aquela experiência que já foi transmitida pela escrita, uma e outra com sobrevivências mais ou menos claras no património comum da humanidade.

[1] Bloch cita de memória a frase que atribui a Renan in *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*, Cahiers des Annales, 3, 4.ª ed., Armand Colin, Paris, 1961; versão portuguesa *Introdução à História*, Europa-América, Lisboa, 1976, p. 31.

Designa-se por Pré-História a fase humana que precede a escrita, pertencendo o seu estudo ao pré-historiador. No entanto é bom reconhecermos que tanto aquele que se baseia no dado arqueológico como aquele que se apoia no documento escrito praticam história: investigam o passado das sociedades humanas no seu processo civilizatório. Os Gregos designavam com uma só palavra, *históría*, quanto tinha acontecido no mundo. Só no século XIX começou a vigorar a distinção entre *pré-história* (época que antecede a escrita) e *história*, que os Gregos conheciam por *sungraphê**.

* = com escrita.

A grande diferença entre uma e outra consiste no método de trabalho e no processo de investigação: **a história ante-escrita da competência do arqueólogo; a história pós-escrita, com duas espécies de testemunhos, os escritos e os não escritos, da competência do historiador**.

A história começa no Oriente

Se é a escrita que caracteriza a *história*, então esta nasceu no Médio Oriente. O sumeriólogo Samuel N. Kramer escolheu mesmo para título de uma das suas obras *A História começa na Suméria*[2] e, pelo mesmo critério da escrita, Carl Grimberg não hesitou em escrever: *A História começa no Crescente Fértil*[3].

[2] S. Kramer, *A História começa na Suméria*, versão portuguesa Europa-América.

[3] C. Grimberg, «A História começa no Crescente Fértil», in *História Universal*, Europa-América, Lisboa, 1965, vol. I, p. 27.

Compreende-se que o homem moderno sinta especial atractivo por essa parte do Oriente. Em busca do sentido profundo da sua cultura, não se pode contentar apenas com o estudo da Grécia e de Roma. Vai procurar as raízes mais distantes nas sociedades, culturas e civilizações pré-clássicas que floresceram no Médio Oriente antigo. Recebemos dali como herança espiritual parte do nosso património, o que leva Pierre Amiet a afirmar que a nossa civilização só «paradoxalmente» é dita

ocidental, acrescentando ainda: «esse Oriente pertence-nos como parte integrante do nosso património»[1].

[1] Pierre Amiet, *As civilizações antigas do Médio Oriente*, Europa-América, Lisboa, 1974, p. 3.

Filologia e Arqueologia

A história do Médio Oriente antigo depende da Filologia, querendo designar por esta palavra o estudo e conhecimento das línguas, e da Arqueologia. Depende desta não só indirectamente por lhe revelar os tesouros da escrita, mas também de forma muito directa, pelas informações do quotidiano, do pormenor da vida concreta que ficou testemunhado nos restos materiais. É bom salientar-se este segundo aspecto: quantas vezes o dado arqueológico ilumina o texto ou tem de o substituir totalmente, se de facto não há documentação escrita. É sem dúvida à Arqueologia que se deve em grande parte e em última análise o conhecimento actual das sociedades, culturas e civilizações que floresceram no «Crescente Fértil», designado por Oriente Clássico.

A Arqueologia tem-se revelado activa e fecunda desde o Egipto à Mesopotâmia, da Anatólia às costas siro-palestinenses, como teremos oportunidade de desenvolver num audiograma.

A documentação escrita

Foram geralmente as escavações arqueológicas que puseram a descoberto os primeiros «arquivos» ou «bibliotecas» da humanidade. Pelos exemplos que vamos apontar de arqueosítios, podemos verificar como as várias regiões do Médio Oriente possuem os seus respectivos arquivos da Alta Antiguidade:

Tell el Amarna – situa-se junto do Nilo, acerca de 300 km a sul do Cairo. Nesta antiga capital de Amenófis IV, as escavações ali realizadas já em 1887 puseram a descoberto os arquivos reais, onde se guardavam mais de 300 tabuinhas de argila, escritas em caracteres cuneiformes, que contêm cartas provenientes de vários estados do Médio Oriente que tinham relações com o Egipto no século XIV a. C.

Bogazkoy – é actualmente uma aldeia turca, situada nas proximidades das ruínas de Hatusa, capital do império hitita. Nas escavações ali realizadas em 1907 foram postos a descoberto os arquivos reais onde se encontravam mais de 10 000 tabuinhas de argila. O conhecimento que actualmente se tem da história dos Hititas nas suas relações com os povos vizinhos, seus coevos, deve-se fundamentalmente a esta documentação.

Ras Shamra – é a antiga Ugarit, conhecida cidade fenícia, situada a 15 km a norte da actual Lataquia. Após ter sido descoberta por casualidade pela relha de um arado, em 1928, tem sido objecto de estudo em sucessivas campanhas de escavações. Foram postos a descoberto os arquivos do palácio real com inúmeras tabuinhas de argila escritas em diversas línguas: egípcia, hitita, hurrita, babilónica, minóico, cipriota e ugarítico, dialecto local. No meio de tantos documentos que testemunham

as relações com as potências estrangeiras da época (1600-1200 a. C.), encontram-se também fontes de diversos géneros literários.

Mari – é o actual *Tell el Hariri*, na margem direita do médio Eufrates. Conhecida até 1933 por alguns textos, a sua localização só nessa data se identificou. Prosseguem actualmente as escavações. Interessa referir de momento a vasta e importantíssima documentação ali encontrada: mais de 20 000 tabuinhas cuneiformes que têm sido estudadas e publicadas por uma equipa de assiriólogos de Paris.

Ninive – situada na margem esquerda do Tigre e a nordeste da actual cidade de Mossul, esta antiga capital da Assíria foi a primeira a merecer a atenção da Arqueologia já em 1852. No palácio de Assurbanípal, encontrou-se uma verdadeira biblioteca, constituída por mais de 24 000 tabuinhas cuneiformes que esse soberano tinha feito reunir. Esta documentação, em parte ainda a ser publicada em Helsínquia, constitui a base dos estudos da Assiriologia.

Nuzi – situada a 13 km a sudoeste de Kerkuk, foi o centro da civilização hurrita. As escavações efectuadas, entre 1925 e 1931, puseram a descoberto centenas de tabuinhas que remontam aos tempos da dinastia de Acad, cerca de 2360-2180 a. C. Mais importante ainda foi o achado de milhares de tabuinhas do século XV a. C.

Ebla – está situada a 10 km a sul de Alepo, na Síria. Começou a ser escavada na década de 60, mas a descoberta mais sensacional ocorreu em 1974 e 1975, quando foi posta a descoberto a biblioteca do palácio real, com cerca de 20 000 tabuinhas de argila. O seu estudo tem-se revestido de grandes dificuldades. Está confiado a professores e investigadores de Roma e de Florença[1].

Perante a vastíssima documentação existente, pode concluir-se que é possível fazer-se história das civilizações Pré-Clássicas, não obstante as especiais características de que se reveste a historiografia desta época, resultantes da dificuldade do acesso aos textos e da complexidade da hermenêutica[2].

O Programa

Dentro da enorme vastidão da matéria que, em termos cronológicos, vai desde o aparecimento da escrita até ao século V a. C. e, em termos geográficos, pode ir das regiões egeias até ao vale de Hoang-ho na China, não considerando também as civilizações que floresceram na América, vários planos de estudo poderiam ser elaborados. Alguns poderiam apresentar tendência mais monográfica, outros apontariam para uma maior diversificação de informações.

No primeiro caso, poderiam apontar-se planos que insistissem, por exemplo, na Assiriologia, na Sumeriologia, na História Hebraica... ou numa relação concreta de dialéctica histórica entre duas ou mais civilizações. Caberiam ainda nessa hipótese cursos monográficos sobre temas da história política, económica ou cultural. No segundo caso, entrariam planos de disciplina que focassem apenas aspectos mais ou menos gerais da história de todo o Crescente Fértil na Antiguidade. Uns ou outros poderiam ser mais aliciantes, mas porventura utópicos ou simplistas.

[1] Poderá obter mais informações sobre estes e outros sítios arqueológicos em A. A. Tavares, *As civilizações Pré-Clássicas. Guia de Estudo*, ed. Estampa, Lisboa, 2.ª ed., 1987, pp. 27-35 e 37-43.

[2] A. A. Tavares, ob. cit., pp. 45-54; *Idem*, *Estudos da Alta Antiguidade*, ed. Presença, Lisboa, 1983, cap. III, pp. 73-86.

A experiência mostra que este é realista e eficaz. Não opta pela facilidade, mas é seguramente viável.

Consta fundamentalmente de três partes. Propõe o estudo das sociedades, culturas e civilizações que tiveram lugar no Egipto, na Mesopotâmia e na Palestina. Porquê estas e não outras? – Pela sua real importância, pelas relações que permitem, e frequentemente aconselham com povos mais ou menos próximos e coevos, e ainda pela sua reconhecida influência na História que se lhes havia de seguir e em que estamos.

É claro que não ficarão inteiramente esquecidos outros povos, como por exemplo Arameus, Fenicios, Eblaítas ou Hititas. Ser-lhe-ão feitas referências mais ou menos demoradas, na medida em que isso se torne indispensável ou conveniente para a compreensão de várias questões.

O desenvolvimento de cada parte segue, sem excessivo rigor, um plano mais ou menos harmónico. **Começa-se em cada caso por uma chamada de atenção para o condicionalismo geográfico, seguindo-se uma apreciação dos grandes períodos da respectiva história, considerando tais elementos necessários para o enquadramento e compreensão dos fenómenos sociais, culturais e civilizacionais que particularmente interessam.**

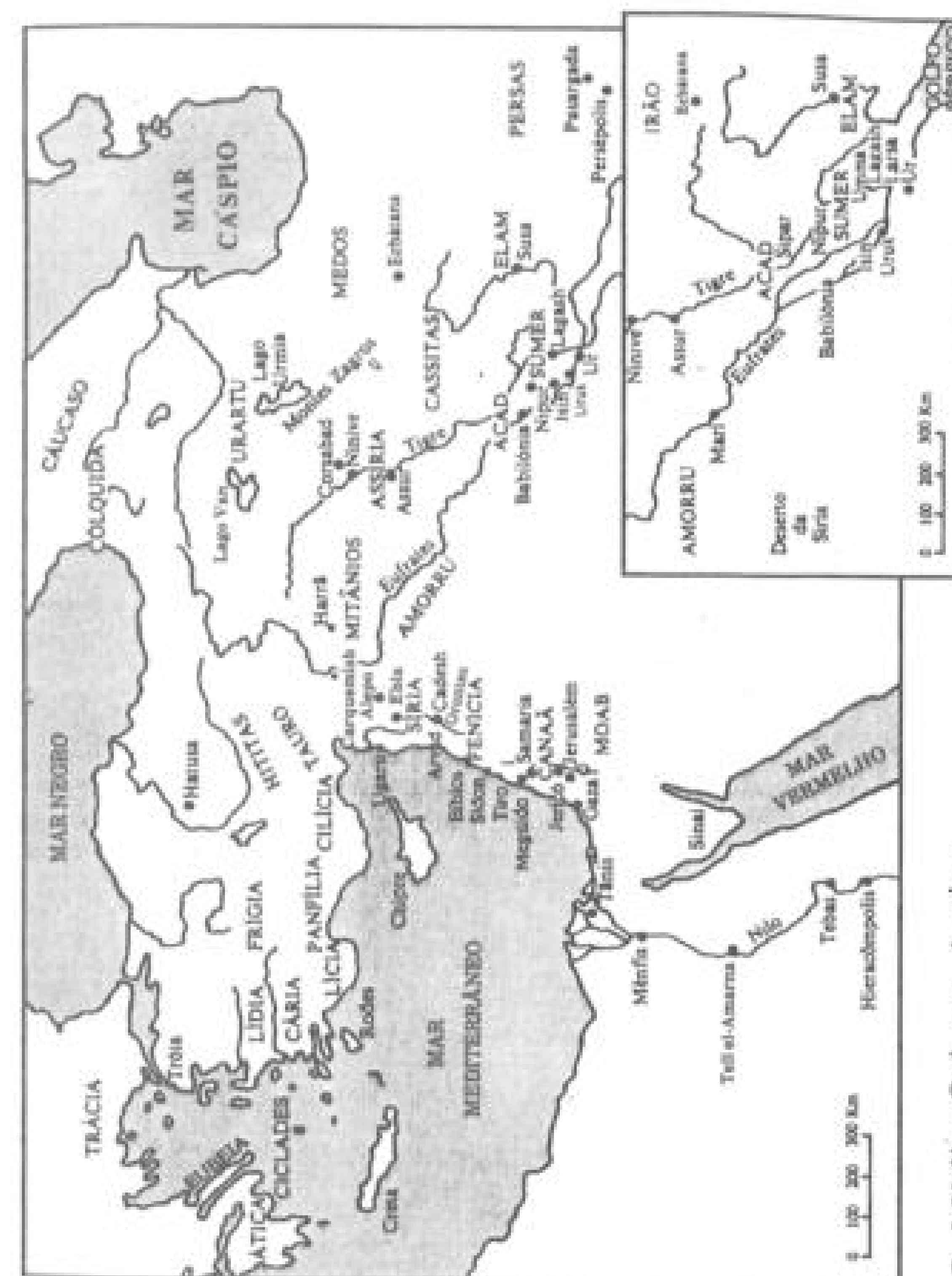
Depois de ter completado a sua aprendizagem, certamente saberá relacionar certos temas que aqui aprendeu com os programas de outras disciplinas, como a Pré-História, a Proto-História portuguesas ou as Civilizações Clássicas.

Para além do manual, deverá acompanhar o desenvolvimento de alguns assuntos nos audios e nos vídeos da cadeira.

Duas observações prévias

1. Não existem sistemas de transcrição dos caracteres usados nas escritas da Antiguidade que sejam universalmente aceites. O leitor de obras da Antiguidade facilmente nota as variantes que existem de autor para autor, nas transcrições dos nomes próprios. Digamos que geralmente se adapta a transcrição dos nomes ao espírito da língua de cada povo. Por vezes, reconhece-se que seria aconselhável a forma tradicional adquirida na língua portuguesa.

2. As datas que serão indicadas referem-se a épocas antigas onde, nem sempre, se podem obter certezas. Embora seja notável o progresso nos conhecimentos da história das civilizações pré-clássicas, em vários casos as datas são incertas. As datas são tanto mais duvidosas quanto mais distantes. A partir do I milénio a. C., há mais certezas. O aluno não deverá, por isso, estranhar que haja diferenças cronológicas de autor para autor.



O Médio Oriente Antigo

I. A CIVILIZAÇÃO EGÍPCIA

1. Introdução

TÁBUA DE MATÉRIAS

1. **Introdução**

Objectivos de aprendizagem

1.1 **O país e os habitantes**

1.1.1 *O Nilo*

1.1.2 *Os Egípcios*

1.1.3 *A língua e a escrita*

1.2 **Fontes da história do Egipto**

Actividade sugerida

Objectivos de aprendizagem:

Depois de ter estudado este capítulo, deve ter ficado a saber:

- a situação geográfica do Egipto;
- a importância do Nilo e das suas cheias;
- a composição étnica da população do Egipto antigo;
- a importância de Jean François Champollion para a decifração da escrita egípcia e, consequentemente, para uma maior compreensão da história deste povo;
- As principais fontes para a história do Egipto antigo.

1.1 O país e os habitantes

1.1.1 *O Nilo*

O Egipto traz-nos de imediato ao pensamento o rio Nilo, as pirâmides e o faraó. Estes são elementos emblemáticos da civilização que vamos estudar e que a todos vai entusiasmar certamente.

Comecemos pelo rio que, em boa parte, explica a prosperidade e o progresso da civilização que se fixou nas suas margens.

O Egipto antigo era constituído basicamente pelo **rio Nilo** e pelas suas margens, uma superfície irrigada que não chegava aos 30 000 km². Bem poderia dizer-se que era «um dom do Nilo», como escreveu Heródoto*, repetindo o que já vinha sendo afirmado pelos seus predecessores gregos, que receberam a expressão de Hecateu de Mileto*.

* Heródoto, historiador grego que viveu no século V a. C. É designado «o pai da História».

* Hecateu de Mileto, geógrafo grego e viajante que viveu nos séculos VI-V a. C.

Nesta civilização, a importância do rio é fundamental, mas não podemos esquecer que, neste como noutros casos, não é a geografia que faz a história. **Quem faz a história são os homens que controlam e utilizam os factores geográficos e tiram partido dos dons da Natureza.** No caso presente, souberam aproveitar as águas e a enxurrada do grande rio, o maior de África, que vem do lago de Vitória e avança para o Mediterrâneo, percorrendo 6600 km. Abastece-se das águas dos lagos equatoriais e avoluma-se com as chuvas de monção dos planaltos da Abissínia. Ao chegar ao Egipto, no princípio do Verão, transborda pelas margens e as suas águas, ao espraiarem-se, vão regar os campos, onde chegam a ficar estagnadas, depositando no solo uma camada de humo, tal como acontece entre nós com a enxurrada após a tempestade. Este humo, resultante de pequenos resíduos que se desprendem das terras vulcânicas da Abissínia e dos limos que se desenvolvem na superfície dos lagos, é um óptimo adubo que fertiliza as terras.

A cheia atinge o Egipto ciclicamente, pelos **meados de Julho**, quando os campos mais precisam de água. Por tal razão, **os Egípcios escolhiam o dia 19 desse mês como início do novo ano**. Começava uma nova etapa na vida agrícola sob o signo da fecundidade. Saudada com alegria a chegada das águas benfazejas, não admira que o rio fosse adorado como um deus.

À irrigação natural seguia-se, obviamente, **o trabalho do homem**, que devia distribuir de forma equitativa o precioso líquido. Tinha de abrir **canais** que levassem a água aos campos mais distantes, levantar **diques** para demarcar as propriedades, fazer **represas** para receberem o fluxo das águas, todo um trabalho que, certamente, não permitia aos camponeses uma vida fácil. Foi assim que a agricultura prosperou e o vale do Nilo, com a região do Delta, se tornou um oásis entre o deserto Arábico a Leste e o deserto Líbio a Oeste.

Se o Nilo não é o Egipto, ele foi, realmente, uma condicionante económica e política na história do Egipto. E constituiu também um elemento básico de unidade geopolítica desde o Delta até à Núbia e ao Sudão.

O Egipto

Não nos esqueçamos de completar a frase de Heródoto: «O Egipto é um dom do Nilo» e uma criação do homem.

1.1.2 *Os Egípcios*

As margens do Nilo registam a presença humana desde o Paleolítico, mas decerto que os Egípcios dos tempos históricos, aqueles que nos interessam, não são apenas esses antiquíssimos autóctones. Eram o resultado de uma **mistura de povos** que afluíram em épocas diferentes a essa região fértil para ali se fixarem, como as tribos de beduínos vindas da Arábia e dos países vizinhos da Ásia que se misturaram com as populações autóctones. **Todas formaram um povo com uma cultura própria autónoma, diferente das outras.** Eles mesmos consideravam-se diferentes dos demais.

Nas representações dos túmulos, em todas as épocas, os Egípcios retrataram-se de modo diferente do dos seus vizinhos: os Líbios, os Cananeus, os Sudaneses, os nómadas do deserto oriental. Por exemplo, na maneira de vestir, os Egípcios apareciam vestidos de linho branco, enquanto os Líbios e os Semitas eram representados com vestidos compridos de lã de várias cores. Consideravam-se superiores a todos. Os outros eram os Asiáticos, os Líbios ou os Negros, ou seja, todos os que eram inimigos dos deuses. E não era apenas o aspecto exterior que os distinguia. Tornava-os superiores a cultura, o sentido prático da vida, o gosto artístico.

Há quem pretenda ver ainda na população actual características físicas dos antigos Egípcios, apontando como razão principal o facto de não se terem misturado facilmente com outros povos. Insiste-se para tanto na situação geográfica: país limitado a Norte pelo mar Mediterrâneo, a Ocidente e a Oriente por desertos e a Sul pelas cataratas do Nilo. Mas, ao falarmos de isolamento é bom que não exageremos, pois tribos do Ocidente e do Oriente fizeram com frequência incursões, particularmente nas terras do Delta, e o mesmo sucedeu com os Núbios, vizinhos a Sul. Por sua vez, os Egípcios, em todos os períodos da sua longa história, passaram para além das fronteiras do seu território, de forma mais ou menos pacífica. Digamos, para concluir, que o povoamento do Egipto não se ficou a dever a uma raça pura. O elemento predominante deve ter sido o camítico, associando-se elementos semíticos, vindos do Norte pelo deserto do Sinai ou através do mar Vermelho e do deserto Arábico, juntando-se a estes os elementos núbios. Nos antigos Egípcios, misturaram-se o elemento africano «branco», o elemento semítico e ainda o negróide.

1.1.3 *A língua e a escrita*

A língua era o reflexo desta mistura de raças e etnias. Pertence, assim, a um grupo linguístico composto por línguas semíticas, línguas do Este africano e línguas berberes do norte de África. É actualmente uma língua morta, apenas conhecida

pelos textos que ficaram conservados no Egipto. O seu conhecimento, nos tempos modernos, começou com a decifração de um texto gravado na chamada **Pedra de Roseta**, uma pedra de basalto, negra, encontrada em 1799 por um oficial de Napoleão em Roseta, localidade próxima de Alexandria. O mesmo texto encontrava-se ali gravado em três versões diferentes:

- uma, escrita em **grego**, contendo um decreto de Ptolomeu V Epifânio;
- a segunda, escrita em **caracteres hieroglíficos**, ou seja, em caracteres sagrados;
- a terceira, em escrita cursiva, ou seja, a escrita de uso corrente, popular, por isso chamada **demótica**.

Foi **Jean François Champollion*** quem decifrou a inscrição hieroglífica e demótica, verificando que as duas traduziam a inscrição grega, isto em 1822. Tinha assim descoberto a chave para penetrar no conhecimento da língua egípcia. Dez anos mais tarde já podia escrever uma gramática e iniciar um dicionário, que não concluiu, por vir a falecer antes, com a idade de 42 anos, após um trabalho e esforço gigantescos.

O estudo da língua egípcia iria prosseguir, distinguindo-se nessa área do saber, entre outros: R. Lepsius, considerado o «pai da Egiptologia», A. Erman, H. Grapow e A. Gardiner. Este último é o autor da melhor gramática, que se tornou «clássica» e a mais aconselhável, ainda hoje, a quem deseja conhecer o egípcio[1].

* Champollion teve a fortuna de decifrar a escrita hieroglífica, mas, neste caso, a sorte bafejava quem a merecia, pois ele possuía uma invulgar formação clássica que lhe permitia o acesso directo às fontes gregas e latinas. Conhecia além disso, o hebraico, o aramaico, o siríaco, o sânscrito, o árabe e o copta, língua que, afinal, continuaria a dos tempos faraónicos e fora usada pelos monges cristãos do Egipto.

[1] A. Gardiner, *Egyptian Grammar*, Londres, 1950.

1.2 Fontes da história do Egipto

O aluno desta cadeira ou de outra qualquer não pode perder de vista que todo o trabalho de historiografia assenta em **fontes**. No caso da civilização egípcia, reportamo-nos a **fontes escritas, arqueológicas e artísticas**.

No que diz respeito às primeiras, é importante distinguirmos o que se conhecia **antes de Champollion** e o que é possível conhecer **depois**.

Antes, as informações sobre o Egipto tinham proveniência externa:

- **os textos bíblicos**, bastante divulgados, mas com poucas precisões históricas;
- **os escritores gregos**, distinguindo-se Heródoto, que viajara pelo Egipto e deixou preciosas informações de viagem no II livro da sua *História*, Diodoro da Sicília, Estrabão, Plutarco, etc;
- **os Padres da Igreja**, como Clemente de Alexandria e Eusébio de Cesareia;
- **o testemunho de Maneton***, a única fonte de um autor egípcio, mas escrita em grego.

* Maneton foi sacerdote de Heliópolis que escreveu no reinado de Ptolomeu Filadelfo, cerca de 250 a. C., em grego, para que os Gregos pudessem conhecer a história do seu povo. A obra, infelizmente, não se conservou intacta, sendo apenas transmitida em citações e extractos que se conservam nos escritos do historiador judeu Flávio José e de outros autores da Antiguidade.

Depois de Champollion torna-se possível o acesso directo às fontes que foram letra morta, após o século IV da era cristã. O progresso do conhecimento da língua e da escrita é tão grande que actualmente já não se decifra um texto, mas lê-se e traduz-se, tal como acontece com outros da Antiguidade. As dificuldades não são de decifração, mas, pelo contrário, de carácter hermenêutico e exegético.

A arqueologia e a arte egípcia são também, como é óbvio, valiosas fontes para todo o trabalho de historiografia. Neste ponto não será necessário demorarmo-nos. Bastará reconhecermos que o Egipto é para se ver. Os seus monumentos são livros onde a arquitectura, a escultura e a pintura se harmonizam com admirável perfeição e a própria escrita, tantas vezes pictográfica, tem uma função decorativa nos monumentos, não deixando de impressionar e de informar mesmo o iletrado.

ACTIVIDADES:

Leia o livro apaixonante de W.-C. Ceram, *Deuses, Túmulos e Sábios*, Livros do Brasil, e vibre com as descobertas arqueológicas do mundo antigo, ou o recente livro de Christian Jacq, *O caso de Tutankhamon*, ed. Bertrand, 1993, cujo «senão» são as «gralhas» tipográficas. Mas, por vezes, sucede...

---

2. A evolução política

TÁBUA DE MATÉRIAS

2. **A evolução política**

Objectivos de aprendizagem

2.1 **O Período Arcaico ou Tinita (c. 3000-2635 a. C.)**

2.2 **O Império Antigo ou Menfita (c. 2635-2154 a. C.)**

2.3 **O I Período Intermédio (c. 2154-2040 a. C.)**

2.4 **O Império Médio (2040-1785 a. C)**

2.5 **O II Período Intermédio: Os Hicsos (1785-1551 a. C.)**

2.6 **O Império Novo (1554/1 a 1070 a. C.)**

Actividade sugerida

2.7 **O III Período Intermédio (1070-714 a. C.)**

2.8 **A Época Baixa (714-332 a. C.)**

2.8.1 *O período saíta (664-525 a. C.)*

2.8.2 *Persas e Macedónios (525-30 a. C.)*

2.9 **O Egipto e o Mediterrâneo**

Actividades

Respostas às actividades

Objectivos de aprendizagem:

Depois de ter estudado este capítulo, deve ter ficado a saber que:

- os períodos que dividem cronologicamente a história do Egipto são convenções, propostas pelos historiadores, a partir de critérios objectivos, apesar de não serem coincidentes nas balizas iniciais nem nas terminais;
- no Período Arcaico (I e II Dinastias), teve lugar a unificação do Alto e do Baixo Egipto num reino único, efectuada por Menés ou Narmer, sendo a capital This ou Thinis;
- neste período, os Egípcios descobriram a escrita, o calendário solar, foram elaborando os mitos das origens e praticaram o culto dos mortos e a mumificação;
- no Império Antigo (III a VI Dinastias), cuja capital era Mênfis, ocorreu a centralização da administração nas pessoas do faraó e do vizir;
- o Império Antigo foi a época das grandes pirâmides, da afirmação do culto do deus Sol, Rê, da construção dos templos solares e do estatuto divino do faraó, o «filho de Rê»;
- a V Dinastia marcou simultaneamente o apogeu do Império Antigo e o início do seu declínio;
- no I Período Intermédio, originado com a morte de Pepi II, a anarquia política e social levou ao desmembramento do Egipto em três regiões;
- a reunificação, feita a partir de Tebas, deu origem ao chamado «Império Médio»;
- A XII Dinastia foi uma das mais importantes da história do Egipto;
- durante o Império Médio, salientou-se o faraó Sesóstris III, da XII Dinastia, que encabeçou as campanhas militares contra a Núbia e a Palestina;
- o Império Médio terminou com o domínio do Egipto pelos Hicsos que, entretanto, se tinham estabelecido no Delta;
- os Hicsos introduziram o bronze do Mediterrâneo oriental no Egipto, produzindo uma «revolução» na arte da guerra e nas técnicas de fiação e de tecelagem;
- a expulsão dos Hicsos ocorreu durante a XVII Dinastia e foi encabeçada pelos príncipes de Tebas;
- o Império Novo, cuja capital foi Tebas, caracterizou-se por ser a época de expansão territorial e de apogeu do Egipto faraónico;
- a Núbia tornou-se província egípcia no Império Novo;
- foi neste período que o Egipto tentou, com Amenófis IV ou Akhenaton, a sua experiência «monoteísta» (culto de Aton, o disco solar);

- depois do Império Novo houve a queda do poder faraónico e começou a dominação estrangeira no Egipto;
- os Assírios foram expulsos por Psamético I, príncipe de Saís, que deu início ao período saíta, o último período de esplendor do Egipto, antes dos domínios persa, macedónio e romano;
- o período saíta definiu-se por uma renascença cultural e artística e por uma evocação e imitação dos modelos ancestrais, nomeadamente do Império Antigo;
- na Época Baixa, o Egipto entrou no mundo e na cultura do Mediterrâneo, perdendo muito da sua autonomia política e individualidade própria.

As divisões que se adoptam na história do Egipto antigo são convencionais, apesar de se apoiarem em critérios objectivos. A primeira funda-se no sistema usado por **Maneton**. Consiste em estruturar toda a história do Egipto em 30 (ou 31) dinastias reais, desde o primeiro rei Menés, ou Narmer, até Alexandre Magno (332 a. C). A segunda, que é seguida com mais frequência, divide a história em três períodos principais, designados por *impérios*, ou seja, três épocas de estabilidade política e de prosperidade, a que se seguiram outros três períodos de decadência política, social, económica e cultural. Se juntarmos a este esquema o Período Arcaico que precedeu o Império Antigo e se acrescentarmos ao último as dominações estrangeiras, intervaladas pela chamada «renascença do período saíta», obteremos o seguinte quadro:

PERÍODO ARCAICO (c. 3000-2635 a. C. - I e II Dinastias);

IMPÉRIO ANTIGO (c. 2635-2154 a. C. - III a VI Dinastias);

I PERÍODO INTERMÉDIO (c. 2154-2040 a. C. - VII a X Dinastias);

IMPÉRIO MÉDIO (2040-1785 a. C. - XI e XII Dinastias);

II PERÍODO INTERMÉDIO (1785-1551 a. C. - XIII a XVII Dinastias);

IMPÉRIO NOVO (1554/1-1070 a. C. - XVIII a XX Dinastias);

III PERÍODO INTERMÉDIO (1070-714 a. C. - XXI a XXIV Dinastias)

ÉPOCA BAIXA (714-332 a. C. - XXV Dinastia; Época Saíta - XXVI Dinastia; Época Persa - XXVII a XXXI Dinastias);

ÉPOCA PTOLOMAICA (332-30 a. C. - de Alexandre Magno a Octávio)*.

*Não há datas e cronologias rigorosas, aceites de forma indiscutível. O aluno encontrará diferenças de autor para autor. Nós optámos por esta que é proposta por Arne Eggebrecht, *Das Alte Ägypten*, Munique 1984; versão francesa ed. Bordas, Bruxelas, 1986. Ver «Les grandes dates de l'histoire égyptienne», pp. 69-72.

Tanto a periodização por dinastias à maneira de Maneton, como esta periodização por impérios, revelam um conceito de história com grandes limitações, como é evidente. Não aparece aqui de forma imediata uma história social, uma história económica, uma história cultural, etc. Na prática, parece uma história de reis, que nos empurra para a narração de eventos políticos, o que não deixa de ter a sua importância para situarmos os acontecimentos e para enquadrarmos a história na sua globalidade e nas suas diversas vertentes. Aliás defendemos que as categorias do tempo e do espaço, ou por outras palavras, a **cronologia** e a **geografia** são imprescindíveis para a compreensão da história.

2.1 O Período Arcaico ou Tinita (c. 3000-2635 a. C.)

Como se afirma habitualmente e, agora se repete, a história começa com a escrita, e a nós interessa-nos aqui somente a história e não a pré-história.

No Egipto, os inícios da história coincidiram com a documentação, proveniente dos túmulos reais de Nagada e de Abidos, no Alto Egipto. As inscrições aí encontradas permitem-nos identificar um rei que teria reunido as *Duas Terras*, ou seja, o Alto (a região do Sul) e o Baixo Egipto (a região do Delta). Esse rei teria sido **Menés**, identificado por alguns com **Narmer**, que nos é conhecido pela famosa *paleta de Hieracômpolis*, encontrada, em 1897, no templo dessa cidade *que fora capital do Sul.*

Apresenta o nome do soberano em caracteres hieroglíficos, que significam peixe *(nar)* e cinzel *(mer)*. Pergunta-se se não será o próprio Menés, aquele que, segundo Maneton, abre a série dos reis egípcios. Seja como for, este rei simboliza, nas suas insígnias, a unificação do Alto e do Baixo Egipto, isto é, as *Duas Terras*, do Sul e do Norte. Daí por diante, todos os reis usarão o *pschent* na cabeça, ou seja, a cobertura real que une a coroa branca do Alto Egipto e a coroa vermelha do Baixo Egipto.

Mas, já antes de Menés havia reis no Norte e no Sul. São conhecidos por **adoradores de Hórus**. Acontece, porém, que desconhecemos os seus nomes e não sabemos quantos foram, porque o documento que se refere a este período, o *Papiro Real de Turim**, não merece crédito, como fonte histórica. Diz, por exemplo, que no Baixo Egipto houve 19 reis cujo governo durou mais de 2400 anos!...

* É um papiro de proveniência menfita, redigido na XIX Dinastia (1305-1196), que se encontra no Museu de Turim. Contém o nome de todos os reis do Egipto e o número de anos dos seus reinados. Infelizmente o seu estado de conservação não é bom.

Os reis do Período Arcaico tiveram por capital **This**, ou **Thinis**, que deveria estar situada perto de Abidos, mas não existem certezas quanto à sua localização. Constituíram apenas **duas dinastias**, conhecidas exactamente por *tinitas*. Os seus feitos permanecem quase na obscuridade, visto que a documentação escrita da época é muito escassa, pelo que temos de recorrer basicamente aos testemunhos da arqueologia, que também não abundam.

Sabemos, pelo menos, o seguinte: **os reis das duas dinastias tinitas tiveram que combater os inimigos núbios a sul, os líbios a oeste e, a leste, os beduínos do Sinai. Em qualquer dos casos, tratou-se de conter as infiltrações destes povos vizinhos.** A preocupação com a vigilância das fronteiras iria ser constante em todas as épocas da história do Egipto.

Outra constante da política dos faraós desta e doutras épocas seria o equilíbrio no relacionamento com os **nomarcas***. Como é fácil de supor, a estabilidade política interna passava pela harmonia do poder central com os poderes locais.

***nomarca** era o chefe do *nomo* (ou *nomos*, em grego) ou seja, uma circunscrição administrativa.

Recordemos, sumariamente, o que se passou. Desde os fins da pré-história que as aldeias se foram agrupando em federação, dando origem a divisões administrativas que os Gregos designaram por **nomos**. Algumas dessas federações agruparam-se em pequenos reinos, que acabaram por se fundir em dois estados, o do Alto e o do Baixo Egipto. Esta realidade originária de dois estados nunca se perdeu, mesmo após a unificação, e ficou simbolizada na própria coroa real, o *pschent*, como já aprendeu.

O desenvolvimento técnico e cultural da época tinita pode avaliar-se em vários campos que passamos a exemplificar.

A **arquitectura** revelava já elevado nível técnico. A **astronomia** havia atingido tal desenvolvimento que se estabeleceu o **calendário solar de 12 meses de 30 dias**, a que se haveriam de juntar, mais tarde, na época dos Ptolomeus, cinco dias suplementares. A administração já tinha ao seu serviço a **escrita** e nas escolas sacerdotais iriam tomar forma os **mitos das origens do Cosmos e da Humanidade**. Um dos mitos que mais se generalizou foi o de **Osíris**, o deus que fora assassinado pelo irmão **Set**, vindo depois a ressuscitar pela acção reanimadora da viúva, **Ísis**. O **culto dos mortos** generalizou-se e bem assim a prática da **mumificação**.

Estas e outras manifestações de desenvolvimento técnico, cultural e religioso, bem características da civilização egípcia já se verificavam, portanto, no Período Arcaico. No entanto, sabemos muito pouco sobre este período, devido à falta de testemunhos arqueológicos e escritos. **O Período Arcaico situa-se numa fronteira entre a Pré-história e a História**. Foi nele, porém, que surgiram as raízes da civilização egípcia que iriam afirmar-se no período designado por «Império Antigo».

2.2 O Império Antigo ou Menfita (c. 2635-2154 a. C.)

Não se pode determinar com precisão uma linha divisória entre o Período Arcaico e o Império Antigo. Na realidade, **é o grande progresso alcançado pela arquitectura que permite falar de uma nova dinastia, a III, que marca o início do Império Antigo.**

O primeiro rei da III dinastia terá sido Sanáquete, se é que não foi o famoso Djoser, como preferem conhecidos egiptólogos, entre os quais A. Erman e J. Vercoutter. Fosse ou não Sanáquete, o que é verdade é que **Djoser** foi o primeiro em importância. Ao seu nome ficou associado para sempre o seu vizir **Imhotep**.

No Império Antigo deu-se a mudança do centro político de Abidos (This?) para **Mênfis**, nas proximidades do Cairo actual, e tal facto faz com que se designe de **«menfita»** este período.

Eis algumas das suas características, que voltará a estudar mais desenvolvidamente noutros capítulos.

A **centralização da administração** do país levou o faraó a fazer-se ajudar por um primeiro ministro, a quem designamos por **«vizir»**. **Imhotep**, vizir de Djoser, ficou famoso como arquitecto e como médico. Nesta última qualidade chegou mesmo a entrar na lenda, pois foi elevado à categoria de deus, filho de **Ptah** de Mênfis.

Característica fundamental do Império Antigo são, certamente, as **pirâmides**, sendo particularmente famosas as que se construíram, durante as III e IV Dinastias, em **Sakara** e **Guiza**.

A **pirâmide de degraus, em Sakara**, ficou ligada ao nome de **Imhotep**. Na realidade, tal pirâmide é o resultado de um conjunto de seis mastabas de diferente tamanho que se sobrepõem em forma decrescente. As mastabas sobrepostas

constituíam os degraus que o rei defunto iria escalar após a morte para chegar ao céu. A pirâmide, com os seus 61m de altura, não deve ser vista como um edifício isolado, mas antes como o centro de um complexo de santuários funerários e de edifícios, destinados àqueles que tinham a obrigação de manter o culto do rei defunto, abrangendo tal complexo um perímetro de 1600 m.

Mas as maiores pirâmides são, sem dúvida, as de **Guiza**. A do faraó Kheops tem uma base de 230 m de lado e 146 m de altura, sendo o exemplo mais perfeito de tais monumentos, com os seus mais de 2 milhões de blocos de pedra, pesando alguns 50 toneladas. A de Khefren tem uma base de 214,5 m de lado e mede de altura 144 m. A de Miquerinos que é a mais pequena, tem 105 m de lado e 66 m de altura. As pirâmides não se podem dissociar de outros monumentos. Para além da **Esfinge,** que acompanha as duas primeiras, vêem-se associadas a estas outras pirâmides mais pequenas, que são túmulos de rainhas e templos funerários, assim como outras construções funerárias.

A partir da V Dinastia diminuiu a monumentalidade destas construções, tendo sido apontadas várias razões para isso pelos historiadores. Houve, por exemplo, quem pretendesse ver neste facto o resultado do descontentamento do povo, por causa do exagero dos impostos. Mas é explicação sem argumentos convincentes, pois sabemos que os Egípcios gostaram sempre de homenagear o faraó morto, considerando-o como um deus protector.

Durante a V Dinastia desenvolveu-se o culto do **deus Sol, Rê**. Começaram a ser construídos os **templos solares** a céu aberto, como é o caso daquele que se encontra junto da *necrópole de Abusir*, a norte de Sakara e que pode ser admirado ainda hoje por qualquer visitante: **um terraço com um obelisco de 36 m de altura, simbolizando o Sol**. Este é apenas um exemplo, mas a **pedra de Palermo*** refere muitos outros que foram construídos na época sob inspiração da religião solar.

* *Pedra de Palermo* é um grande fragmento de basalto, com extractos dos anais reais, proveniente de um templo menfita da V Dinastia. Encontra-se no Museu de Palermo.

A actividade construtora dos faraós do Império Antigo reflecte, certamente, a prosperidade dos seus reinados e explica como se tornou prestigiante o título de *chefe dos trabalhos do rei*, função desempenhada frequentemente por príncipes. Tal prosperidade – que se nota desde a III Dinastia – resulta, em grande parte, do **comércio externo**, que se estendia ao Mediterrâneo oriental, ou seja, à região cananeia que mais tarde constituiria a Fenícia, e também ao país de Punt (provavelmente a Arábia do Sul), donde chegariam ao Egipto o incenso e a mirra.

Além do comércio, contribuiu também para a prosperidade a **actividade militar**, facto que habitualmente se esquece. A verdade é que **Djoser** promoveu **incursões militares na Núbia** e não faltam testemunhos de **incursões ao Sinai**, durante o reinado de Kheops e de Seneferu, o faraó que iniciou a IV Dinastia. Os grafitos que ficaram no Sinai são um precioso testemunho da presença dos soldados egípcios nessa península.

O apogeu do Império Antigo verificou-se na V Dinastia, época da construção dos templos ao deus Rê, cujo culto exerceu forte influência no «estatuto divino» do faraó, *o filho de Rê*. Os baixos-relevos que se conservam nas suas paredes referem a história do Egipto da época e reflectem a influência da **escola de Heliópolis**.

Foi sob a influência dos sacerdotes desta escola que se impôs o culto do deus Sol, bem patente na titulatura dos faraós e na arquitectura. **Os faraós, a partir de Neferikarê, são «filhos de Rê» e fizeram construir templos solares junto das suas pirâmides, como é o caso de Abusir, perto de Sakara. Desta forma, faziam perpetuar junto dos seus túmulos, para a eternidade, o culto do Sol.**

Haveria de surgir mesmo, na literatura egípcia, um conto a narrar a origem divina dos três primeiros reis da V Dinastia, apresentando-os como filhos do próprio Rê e da mulher de um dos seus sacerdotes[1].

[1] F. Daumas, *La civilisation de l'Egypte Pharaonique*, Artaud, Paris, 1965, p. 73.

A V Dinastia, que marcou o apogeu do império, deu também início ao seu declínio. De facto, confrontaram-se então, especialmente no fim, as forças de coesão e as forças de destruição que provocaram a desagregação social e política que iria acentuar-se na VI Dinastia. Os funcionários reais das províncias tornaram-se hereditários e começaram a constituir uma espécie de «feudalismo» que enfraqueceu o poder real. A aristocracia hereditária, saída do corpo dos funcionários reais, tornou-se independente e os nomarcas foram-se subtraindo à autoridade do rei. Até nas próprias sepulturas se nota tal separação, porque em vez de se fazerem sepultar nas proximidades do faraó, cada um fazia construir a sua sepultura no seu lugar de origem.

Ficaram bem conhecidos, dessa época, dois faraós com o nome de Pepi, que os Gregos chamavam Fiops. **Pepi I** enviou a **Biblos** navios onde fez gravar o nome da **deusa Hathor**, junto do seu. Foi, de facto, um grande devoto da deusa Hathor de Dendara. Mas, se manteve boas relações com **Biblos**, já não se poderá dizer o mesmo das relações do Egipto da época com outras cidades asiáticas, que chegaram a atacar o Delta. Pepi I teve de enviar o seu general Uni, à frente do exército, a fim de **afastar as incursões da Palestina e da Fenícia. O mesmo faraó fez avançar, também, os seus militares para a Núbia**, confiando o comando de tal incursão ao nomarca da ilha de Elefantina. Numa dessas expedições para submeter as tribos núbias, tomou parte o próprio faraó, vindo a falecer pouco depois.

O sucessor de Pepi I foi o filho **Merenré I**, que morreu novo, sucedendo-lhe o meio-irmão **Pepi II**, que, na altura, teria apenas 6 anos de idade e viria a reinar 94 anos, marcando, por isso, um *record*, já que foi o mais longo reinado que a história regista.

Durante o reinado de Pepi II realizaram-se expedições à Núbia, numa das quais tomou parte o próprio filho, em substituição do comandante militar, que, entretanto, havia falecido. É dentro desse quadro de relações com o Sul que se situa o episódio que é interessante recordar: o faraó recebeu, como oferta do nomarca de Elefantina, um pigmeu (ou anão?) que sabia dançar e fazer habilidades na corte. Ao receber oferta tão preciosa, escreveu uma carta de agradecimento ao nomarca. E este, de nome Herkhuf, ficou tão lisonjeado com essa carta real que a fez gravar no seu túmulo.

Com o avanço da idade, o faraó foi ficando isolado no seu palácio e os nomarcas foram-se tornando senhores independentes, com consequências negativas para a ordem social. Deixaram de fazer chegar os seus tributos ao tesouro central e o

Egipto entrou numa época de crise que iria prolongar-se, desde a VII até à X Dinastia, e ficou conhecida como I Período Intermédio, de que já falaremos.

Mas não podemos deixar de reconhecer que **o Império Antigo, que terminava com a morte de Pepi II, ficou na memória do Egipto como uma época de esplendor**. Durante a renascença saíta (664-525 a. C.), era considerado como o período mais brilhante. Por tal razão, tentava-se imitar e copiar todo o que pertencera a esses tempos áureos. Até a caligrafia se copiava, apesar de já ser difícil compreendê-la. Os viajantes gregos que, durante a dinastia saíta e as seguintes, começaram a viajar pelo Egipto, consideravam a época da construção das pirâmides como tempo de opressão das classes inferiores, que foram forçadas a trabalhos pesados, à ordem do rei. Este seria obedecido e temido como se fosse o deus na terra, mas trata-se, naturalmente, de uma visão errada do Império Antigo. A verdade é que o Egipto adquiriu tal prosperidade nesse período que dificilmente poderia ser igualada no futuro.

2.3 O I Período Intermédio (c. 2154-2040 a. C.)

O tempo que separa a fase do Egipto clássico do Império Médio ficou conhecido por «Primeiro Período Intermédio». É um período obscuro, embora possamos obter a seu respeito informações de textos literários escritos em épocas posteriores.

Como causa fundamental da crise, tem de apontar-se a **decadência do poder central** e as **usurpações locais do poder**. Entrou-se numa generalizada desordem social, com reflexos no trabalho e na produção. A pobreza, e até a miséria, atingiram os próprios ricos. O país começou a despovoar-se, os nascimentos a diminuírem e até se verificou no Egipto um fenómeno, até aí, nunca visto: o abandono de recém-nascidos.

O comércio externo paralisou e, por isso, deixaram de vir as madeiras do Líbano e os óleos para as práticas funerárias, faltando igualmente o ouro e os produtos para o culto. Houve túmulos reais violados e roubados; foram desrespeitados os títulos de propriedade, porque deixou de se aceitar a antiga ordem e justiça. Os próprios funcionários foram rejeitados e os seus lugares tomados pelas populações desgovernadas. Numa palavra, foi a desordem que se prolongou pelas VII, VIII, IX, X Dinastias, cujos faraós perderam o poder, que também não foi mantido, como seria desejável, pelos nomarcas. Uma das manifestações da crise verificou-se na **falta da vigilância de fronteiras e nas consequentes incursões de beduínos**. Eis alguns textos esclarecedores das convulsões sociais e da crise:

> Os pobres tornaram-se possuidores de bens; quem não podia mandar fazer um par de sandálias, agora é dono de tesouros... Os ricos choram, enquanto os pobres se alegram.
>
> Palácios e colunatas ardem em chamas... Os nomos são destruídos. Ouro, prata, pedras preciosas ornam o pescoço das escravas, enquanto damas nobres exclamam: «Ah, se tivéssemos ao menos de comer!».

> O país está totalmente arruinado, nada mais resta, nada existe, nem sequer a ponta de uma unha a quem no passado a possuía ... Seguramente as coisas boas desapareceram...[1]

[1] Cit. in J. Vercoutter, *O Egipto Antigo*, Difel, S. Paulo, 1986, p. 63.

Não é necessária uma exegese minuciosa dos textos para percebermos que foi a perda de prestígio do faraó que levou às usurpações locais do poder e às convulsões de toda a ordem. Embora se conheça pouco do que se passou durante as VII e VIII Dinastias, sabe-se que **no fim da VIII Dinastia, o Egipto estava dividido em três partes: o Norte, onde dominavam os invasores asiáticos; o Centro, que continuava com a capital em Mênfis, e o Sul, onde os governadores de Tebas reuniram os nomos à sua volta.**

A IX e a X Dinastias ficaram melhor conhecidas por alguns textos literários da época, distinguindo-se o *Ensinamento para o rei Merikaré*. Trata-se de um texto redigido por Aktoés III, rei de Heracleópolis, no centro do Egipto, onde se misturam uma ética muito elevada com observações perspicazes de política interna e externa. Ensinava, entre muitas coisas, que a política tem de ser humana e que a inteligência vale mais do que a violência. Chamava ainda a atenção para a importância da persuasão pelas palavras, porque estas tinham uma força superior a qualquer combate.

É a primeira composição que se conhece, na história, a defender que a inteligência deve substituir a violência na vida política. Esta deveria assentar em bases humanas e admitidas por todos. Infelizmente, porém, esta filosofia, que reinava na corte de Heracleópolis iria ser vencida pela rudeza das dinastias de Tebas*. De facto, os reis tebanos eram soldados rudes e pouco intelectuais. Lutaram contra os reis de Heracleópolis e conseguiram unificar o país, dando início a um outro período da história do Egipto.

* Notemos que a XI Dinastia tebana é, em parte, contemporânea da X Dinastia de Heracleópolis.

2.4 O Império Médio (2040-1785 a. C.)

Durante a XI Dinastia, o país foi reunificado pelos faraós, descendentes dos nomarcas de Tebas. Conhecem-se, nesta época, três faraós com o nome de Mentuhotep, usando todos o título de rei do Alto e do Baixo Egipto, prova de que o território se encontrava unificado. **Restauraram o poder central e retomaram a política de expansão para a Núbia e para o Sinai**, combatendo os nómadas que, por diversas fronteiras, afluíam ao país.

A passagem da XI Dinastia para a seguinte foi feita por Amenemés que havia sido vizir do último rei da XI Dinastia. Ao tomar o poder, por volta do ano 2000, já encontrou o Egipto em vias de desenvolvimento. Estabeleceu a capital a 25 km a sul de Mênfis, na actual Lisht. Apesar de a paz e a prosperidade serem já uma realidade no seu tempo, Amenemés gloriava-se de ter percorrido o país, «a fim de destruir injustiças, brilhando como o próprio deus Atum». Foi necessário, como afirmava, «restabelecer o que tinha sido arruinado, o que uma cidade tinha roubado a outra»[2].

[2] A. Erman, H. Ranke, *La civilisation égyptienne*, Payot, Paris, 1976, p. 56.

A dinastia iniciada por Amenemés I foi uma das mais importantes da história do Egipto. Curiosamente os reis, que usaram o nome de Amenemés ou de Sesóstris, distinguiram-se como organizadores no campo administrativo e económico. Do elevado nível da economia, nesta época, dão testemunho os próprios templos e túmulos construídos então. A riqueza material ficou-se a dever à situação interna do país e também às campanhas militares sistemáticas para a Núbia, não tanto porque esse país, de território estreito e fértil, enriquecesse os celeiros egípcios, mas por causa da riqueza em ouro que possuía nas suas minas. Assim, **Sesóstris I**, filho e sucessor de Amenemés, mal subiu ao trono, após ter destronado o pai, **teve como preocupação apoderar-se das minas de ouro da Núbia**. Se Amenemés II e Sesóstris II tiveram reinados menos importantes, limitando-se a gerir as riquezas herdadas, o mesmo já não poderemos dizer de **Sesóstris III**. Este iria distinguir-se mais do que nenhum outro, nas **campanhas militares para a Núbia e para a Palestina**. Mais tarde, a memória deste faraó seria exaltada por Tutmósis III, que se sentiria na obrigação de erigir um templo, na Núbia, à memória do seu ilustre antecessor. Também os Gregos haviam de recordá-lo nas suas lendas.

Amenemés III pôde levar vida tranquila e desenvolver a agricultura no interior do país, fazendo aumentar o bem-estar económico. Esta dinastia conta ainda com os reinados de Amenemés IV e de Sebekneferurê, mas deles a história pouco fala.

Considerando a **XII Dinastia** na sua globalidade, tem de se lhe reconhecer uma grande importância para a história do Egipto. Durante a sua vigência, **restaurou-se o poder real; fizeram-se grandes construções, não só de templos e túmulos, mas também de fortificações, no Sul e no Norte, para defesa contra os inimigos do exterior; promoveram-se as campanhas militares já referidas, contra a Núbia e a Palestina, e ainda contra os Líbios, a fim de controlarem as vias de comunicação. Organizaram-se expedições comerciais para a região de Punt e para Creta**.

O facto de se encontrarem, no Egipto da época, objectos fenícios, cretenses, cilindros da Mesopotâmia, etc., leva a pensar que durante o Império Médio houve relações estreitas entre o Egipto e o mundo de então, designadamente com as regiões siro-palestinenses e com o Mediterrâneo.

Os faraós desta dinastia usaram também as armas da diplomacia. Embora tivessem desaparecido os documentos da chancelaria faraónica, as listas das dinastias, os nomes dos príncipes e dos países asiáticos, escritos sobre estatuetas e vários objectos, mostram que, no Egipto, havia conhecimento preciso das cortes e dos países do Médio Oriente. Tudo isso revela que **o Egipto do Império Médio, durante a XII Dinastia, estava relacionado com o mundo civilizado dessa época**.

As dinastias XIII e XIV Dinastias são menos conhecidas e **o último faraó da XIV Dinastia, de nome Nehesy, já se considerava vassalo dos *Hicsos*, que tinham a capital no Delta.**

2.5 O II Período Intermédio. Os Hicsos (1785-1551 a. C.)

Apesar das fortificações e da vigilância sobre as fronteiras para defesa dos inimigos do exterior, o Egipto não conseguiu evitar as infiltrações de povos asiáticos, como as que ocorreram no fim do Império Médio.

O período que estamos a analisar, com início no século XVIII a. C., caracterizou--se, no Médio Oriente, por invasões e instabilidade: os **Hititas** instalaram-se na Capadócia; os **Hurritas** entre Habur e o Eufrates, e depois na Síria, enquanto os **montanheses do Zagros** e os **Cassitas** submergiam a Babilónia e a Mesopotâmia do sul.

Essas populações, ao deslocarem-se, empurraram para Oeste vagas de **nómadas semitas que penetraram no Egipto e se fixaram na região do Delta**. Fortificaram a **cidade de Avaris**, a noroeste, e estabeleceram aí a sua capital. Intitulavam-se a si mesmos *regentes dos países estrangeiros* e Maneton chamou-lhes simplesmente **Hicsos**, palavra estranha que parece ser uma deformação de *Heqa-Khasut*, vocábulo que nos levaria exactamente ao significado de *chefe (ou regente)* **de país estrangeiro**. Estes estrangeiros com residência no Egipto organizaram-se politicamente, sob a autoridade de um chefe que veio a dominar todo o país do Nilo. Maneton apontou para essa época seis nomes de reis estrangeiros, estando cinco, hoje, identificados. Governaram o Egipto durante cerca de 100 anos ou talvez século e meio.

A razão da sua conquista rápida deve-se provavelmente ao facto de se servirem de **armamento que os Egípcios desconheciam**. Foram eles que, muito provavelmente, **usaram pela primeira vez o carro de guerra, atrelado a cavalos**.

Não sabemos muito deste período da história, mas não há dúvida de que os Hicsos exerceram a sua influência em todos os domínios da civilização egípcia. Enquanto tiveram em seu poder o destino do Egipto, **estabeleceram relações com Babilónia e com Creta**, onde se encontraram objectos inscritos com os seus nomes. Além disso, como afirma Daumas, «inundaram as cidades cananeias do Sul com objectos egípcios, nomeadamente escaravelhos com decoração ondulada, característica desta época»[1].

[1] F. Daumas, ob. cit., p. 83.

Entre as consequências da presença dos Hicsos no Egipto, devemos apontar:

- **a divulgação dos elementos da cultura do Bronze do Mediterrâneo Oriental**, nomeadamente armamento, como adagas, espadas e cimitarras, armaduras de escamas e proas de navio compósitas;
- **a introdução do carro de cavalos de origem asiática***;
- **novos métodos de fiação e de tecelagem** como o tear vertical;
- **novos instrumentos de música**, como o alaúde de braço comprido, o aloé e o pandeiro;
- **o conhecimento da azeitona e da romã**.

* A comprovar a origem asiática do carro, temos as madeiras usadas na sua construção e os nomes cananeus com que se designavam as suas partes.

Os próprios **costumes funerários sofreram modificações**. O caixão deixou de ser uma espécie de casa rectangular, para ser substituído por uma **caixa antropomórfica decorada**, a representar o falecido, mumificado e ressuscitado com Osíris. A estátua tumular é substituída por uma estátua pequena, o *shawabti*, que já vinha de tempos mais antigos, provavelmente desde a XI Dinastia.

Mas os Hicsos acabariam por ser expulsos do Egipto. Chefiados pelo príncipe de Tebas, Kamós, os Egípcios expulsaram os dominadores estrangeiros do Egipto e, depois, da Palestina, usando o novo armamento que eles tinham introduzido. Este movimento de reconquista ocorreu durante a XVII Dinastia e **Tebas tornou-se a capital do novo império**. Kamós derrotou o exército hicso a norte de Hermópolis e prosseguiu a luta para norte. Apoderou-se do Delta e nomeadamente da cidade de Aváris, deixando o caminho aberto ao seu filho e sucessor, Amósis I, para concluir a tarefa da expulsão e iniciar um novo período na história do Egipto.

2.6 O Império Novo (1554/1-1070 a. C.)

Amósis I iniciou a XVIII Dinastia, a primeira do Império Novo, com a qual o Egipto entraria numa época de prosperidade, em muitos aspectos, **a época de maior esplendor da história do Egipto faraónico**. Foi ele que submeteu definitivamente Avaris e perseguiu os invasores até ao sul da Palestina. Avançou ainda até Tell el Farah, cidade que lhe ofereceu forte resistência, mas acabou por ser conquistada, seguindo depois com as suas tropas para norte da **Palestina** e para a **Fenícia**. Mas as suas campanhas militares não tiveram apenas como objectivo subjugar o Norte. De facto, Amósis I dirigiu também as suas atenções para o Sul, para a **Núbia**, que conquistou até à 2.ª catarata do Nilo.

Isto significa que, **com o fundador da XVIII Dinastia e do Império Novo, as guerras deixaram de ser apenas defensivas para se tornarem meios de conquista. Os reis desta dinastia iriam continuar as tendências imperialistas, estendendo o seu domínio militar e político até ao longínquo Sudão e até ao Eufrates**.

O filho e sucessor, **Amenófis I**, prosseguiu a obra de conquista para sul e há algumas razões para pensar que também teria avançado com o seu exército até à região do Eufrates, porque o seu sucessor, Tutmósis I, ao subir ao trono, afirmava que os seus domínios se estendiam até esse rio da Mesopotâmia e não consta que o avô, Amósis, o tivesse atingido.

Com Tutmósis I, a Núbia, a partir da 3.ª catarata, ficou definitivamente a pertencer ao Egipto, tornando-se uma província, que se foi egipcianizando em todos os domínios, apesar de a sua administração ser sempre separada. À sua frente, encontrava-se um governador, com o título de *filho real da Núbia*, personagem de primeira grandeza na corte do Império Novo. Já estamos longe do tempo em que *o país de Kush* era depreciativamente considerado pelos Egípcios, como a «miserável» Núbia. Com os primeiros faraós da XVIII Dinastia, os Kushitas tornaram-se **Egípcios**.

Tutmósis I subjugou a Palestina e a Síria e penetrou na Mesopotâmia, fazendo erigir junto do Eufrates, para a posteridade, uma estela de vitória.

Nesta resenha histórica da sequência dos acontecimentos, não deverá silenciar-se um curioso fenómeno que aconteceu com os três primeiros reis do início da XVIII Dinastia e que consistiu no seguinte: Tutmósis I era filho bastardo de Amenófis I, pois este não tivera filhos legítimos, mas apenas filhas. Dessa forma, Tutmósis casou com a sua meia irmã, filha do rei e da rainha legítima. Por sua vez, Tutmósis I também não teve filhos legítimos, pelo que o bastardo Tutmósis II, após casamento com uma sua meia-irmã, filha legítima, lhe veio a suceder. O mesmo veio a acontecer com este que, ao morrer, apenas deixou filhas legítimas e um filho, nascido de uma concubina. Este foi proclamado rei com o nome de Tutmósis III, mas, porque era muito novo, **assumiu a regência a rainha viúva, a sua tia Hatshepsut**.

Na realidade, não se tratou de uma regência mas de um reinado que durou 22 anos, contando para isso com o apoio dos **sacerdotes de Amon**, os quais, para legitimarem o seu direito à realeza contra Tutmósis III, recorreram a um pseudo argumento de carácter religioso. Hatshepsut era filha do deus Amon, como fruto de relações físicas desse deus com sua mãe. Recordemos, a propósito, o relato dessa teogamia que ainda hoje permanece gravada nas paredes dos templos de Deir el-Bahari e de Luxor. Representa-se aí o deus Amon que, sob a figura do faraó reinante, tem relações sexuais com a rainha. Por tal razão, Hatshepsut, sendo filha do deus e da rainha, tinha direito a reinar!

Não importa, neste momento, desenvolvermos o tema da influência na corte e na política do Egipto, por parte do clero e dos templos no Império Novo. Será melhor prosseguirmos na sequência dos eventos. **O reinado de Hatshepsut foi tranquilo do ponto de vista militar e, por isso, o poderio egípcio decresceu na Síria e na Mesopotâmia. Teve, entretanto, importância pelas expedições comerciais para o estrangeiro, designadamente para o Punt**.

Só após a morte da rainha é que Tutmósis III pôde assumir o poder, vindo ainda a reinar por mais de meio século (1490-1439). Não será de estranhar que, levado por ressentimentos, tenha movido uma violenta perseguição póstuma contra Hatshepsut, mandando raspar o seu nome dos monumentos, fazendo-o substituir pelo seu e pelos nomes de seu pai e avô.

O reinado de Tutmósis III foi um dos mais prósperos da história do Egipto. Ampliou as fronteiras do seu país para Oriente, de forma até aí nunca conseguida e sem voltarem a ser igualadas no futuro. Foram 17 as suas campanhas militares que pode seguir no primeiro mapa. Começou por reconquistar a **Síria** e a **Palestina** e apoderou-se da **Fenícia**. Na 6.ª campanha partiu por via marítima para tomar a grande **cidade de Cadesh**, nas margens do Orontes. Na 8.ª campanha dirigiu-se também por mar, mas desta vez para a **Fenícia**. A partir daí seguiu pelo deserto através da Síria até ao **Eufrates**, fazendo transportar por terra barcos que mandara construir em Biblos, com o fim de os utilizar nos rios da Mesopotâmia. Venceu os **Mitânios**, enquanto outros povos, como os Assírios, tinham de se ocupar no combate aos Hititas.

Tutmósis III não se contentou em subjugar pelas armas. Tentou egipcianizar as terras conquistadas. Com tal objectivo, levou para o Egipto os filhos dos chefes políticos vencidos e os príncipes desses territórios, para aprenderem a língua e receberem a cultura egípcia. Só depois, poderiam regressar às suas terras de origem, como agentes, preparados para difundirem a cultura do país do Nilo. Diga-se, entretanto, que esta política não obteve o êxito que esperava.

Já no fim da vida dirigiu também as atenções para a **Núbia** e o **Sudão**. Mas, recordando certamente o que lhe acontecera, preocupou-se com a sua sucessão. Por isso, associou ao trono o filho mais velho, **Amenófis II**, que viria a ter um reinado pacífico, tal como iria acontecer com o seu sucessor **Tutmósis IV**. Já o mesmo se não pode dizer do filho deste, **Amenófis III, o qual teve de enfrentar os Hititas que instigavam na Síria uma coligação antiegípcia**.

O sucessor de Amenófis III foi o seu filho **Amenófis IV**, que ficaria famoso na história pela reforma religiosa que empreendeu. **Quis impor o culto único a Aton, o disco solar, e foi com esse objectivo que mandou eliminar o nome de Amon em todas as inscrições monumentais**. Segundo o seu pensar, o deus Aton não precisava de estátua, o culto que se lhe deveria prestar tinha de ser ao ar livre, pois devia orientar-se directamente para o deus que brilhava nos céus. Esse deus a quem se dirige é superior aos outros deuses, mas não será único e exclusivo. Trata-se de *henoteísmo* e não de *monoteísmo*. Nesta reforma religiosa, que se poderá classificar de verdadeira revolução pela rapidez e métodos com que foi levada a efeito, desempenhou papel importante a sua esposa, a bela **Nefertiti**. Certamente **Amenófis IV** para ficar mais livre do clero de Amon, afastou-se de Tebas e instalou o seu governo em **Tell el Amarna**, no Médio Egipto.

Em política interna e externa, não teve actuação digna de registo, pois os problemas religiosos levaram-no a descurar a administração do país. Compreende-se, por isso, que morto o rei, o clero de Amon, certamente com a conivência generalizada do povo, tivesse recuperado o poder momentaneamente perdido. **A «revolução», ou reforma religiosa, de Amenófis IV, que havia mudado o nome para Akhenaton «o que adora Aton», ficava condenada ao insucesso.** Ainda hoje se discutem as razões que teriam levado o faraó a esta reforma religiosa. Terão sido razões políticas, para se libertar do poder e das influências dos sacerdotes de Amon, ou terão sido razões de fé e de misticismo religioso?

A sucessão deste rei também não foi fácil. Já no fim da vida, associou ao poder o marido da filha mais velha, Semenkarê, mas este faleceu quase ao mesmo tempo que ele. Por tal razão ascenderia ao trono o marido da segunda filha, **Tutankhaton**, que era ainda muito jovem. Ficou na corte de Amarna com a sogra, Nefertiti, até se transferir, passados três anos, para Tebas. Foi então que achou por bem mudar de nome para **Tutankhamon**, de quem, certamente já ouviu falar. Esta mudança de nome significava, obviamente, uma alteração na atitude religiosa: já não adorava Aton, mas Amon. Morreu jovem, talvez com 18 ou 19 anos, mas ficou célebre pelos tesouros encontrados no seu túmulo, descoberto em 1922, por Howard Carter no Vale dos Reis, e que hoje se podem observar no Museu do Cairo.

O fim da XVIII Dinastia estava a aproximar-se. A viúva ainda tentou desposar um príncipe hitita, mas este foi assassinado quando se dirigia para o Egipto. Na lista dos faraós da XVIII Dinastia, refere-se ainda o nome de Ay, que desposara a viúva de Tutankhamon, mas o seu reinado foi curto e sem relevância.

ACTIVIDADE SUGERIDA:

Como sugestão de leitura, leia o romance histórico de Christian Jacq, *A Rainha Sol*, Bertrand, 1991, sobre os últimos anos de Amenófis IV e o reinado de Tutankamon e de sua jovem esposa, a rainha Akesa.

De outro faraó, de nome Horemheb, que fora general de Amenófis IV, deve referir-se que desempenhou importante actividade militar no sul da Palestina.

Horemheb designou para lhe suceder um outro militar, **Ramsés I**, que subiu ao trono com idade avançada, vindo a falecer dois anos depois. Entretanto, antes de a morte chegar, associou ao trono o filho que lhe sucedeu, com o nome de **Seti I**, faraó que recomeçou as campanhas militares no Oriente. O Egipto, porém, já não conseguiu os triunfos, o prestígio e a influência dos tempos de Tutmósis III.

O apogeu desta nova dinastia situou-se no reinado seguinte, o de **Ramsés II** (1290-1224). **Realizou uma expedição ao Sudão e ficaria célebre por ter ido combater os Hititas e os seus poderosos aliados, em Cadesh, no Orontes.** Não terá conquistado a cidade, mas também não ficou derrotado. Conseguiu, sim, dispersar os inimigos. Tomou Tunip aos Hititas, pacificou a Palestina e desenvolveu uma notável actividade política e militar que deve ser analisada no contexto histórico da época no Médio Oriente, onde duas grandes forças se enfrentavam: os **Assírios** e os **Hititas**.

A partir de então, tudo se alterou no Médio Oriente. Os **Assírios**, que constituíam uma força já tradicional, apoderaram-se, no século XIII, do **reino de Mitani**, que se estabelecera no norte da Mesopotâmia. **Após a batalha de Cadesh, os Egípcios e os Hititas, perante esse inimigo comum, assinavam, em 1269 a. C., um tratado de mútuo auxílio e defesa**, comprometendo-se reciprocamente a extraditar os exilados políticos. Tal acordo seria «selado» com o casamento de Ramsés II com uma princesa hitita, em 1257 a. C. O texto que ficou conservado, em língua egípcia e em língua acádica, é um documento precioso para a história diplomática da Antiguidade[1].

O reinado de Ramsés II foi longo e repleto de êxitos. Quando **Mernefta**, o seu 13.º filho* chegou ao poder, também já tinha idade avançada. Como facto importante do seu reinado, deve referir-se a **campanha da Líbia**. Tenhamos presente que **os Indo-Europeus, que no reinado de Seti I haviam entrado na Líbia conseguiram**

[1] A. A. Tavares, *Estudos da Alta Antiguidade*. Ed. Presença, Lisboa, 1983, pp. 30-33.

* Ramsés II teria tido mais de 150 filhos (Claire Lalouette, *Mémoires de Ramsès le Grand*, Paris, ed. de Fallois, 1993).

submeter os Líbios e erguem-se agora contra o Egipto. Pois bem, foi Mernefta quem teve de os enfrentar e afastar, tal como se viu obrigado a mover uma campanha militar contra os Asiáticos, segundo as informações que nos deixou na sua estela de vitória, que é o primeiro documento egípcio onde se lê o nome de Israel.

A partir de Merneftа, começa a notar-se algum declínio no Egipto. O seu sucessor Amenemés, que usurpara o trono, viria a ser destruído, seguindo-se um período de lutas pela sucessão. Uma autêntica anarquia instalou-se no país dos faraós.

A XX Dinastia (1196-1070) surgiu quando **Setenáquete** conseguiu, com o apoio do clero de Amon, destronar Yarsu, um sírio, que no meio da confusão política, tinha ocupado o trono do Egipto. O fundador desta dinastia teve um reinado curto, mas evitou lutas pela sucessão, ao associar ao trono, enquanto vivia, o seu filho **Ramsés III,** faraó que merece ser recordado pela sua actuação como reformador e como guerreiro. Vários papiros históricos, entre os quais o *Papiro de Harris* que se mantém intacto e tem mais de 40 m de comprimento, assim como os baixos-relevos do templo funerário de Medinet-Abu, em Tebas, fornecem-nos muitas informações sobre o seu governo. Tais fontes mencionam, por exemplo, que empreendeu **reformas no sector da administração e da organização social do país**. Mas ficou mais conhecido pelas suas actividades bélicas.

Os referidos baixo-relevos dão-nos informações preciosas sobre as guerras com os *povos do mar*, corsários inimigos que foram vencidos e não voltaram a atacar. Alguns terão ficado no Egipto e outros voltariam mais tarde, para actuarem como mercenários no exército egípcio. Entre esses que se radicaram no país do Nilo, estão os *Meshwesh*, por vezes conhecidos apenas por *mas* ou *mes*. Prosperaram e chegaram a ocupar o trono na dinastia seguinte.

Depois de Ramsés III seguir-se-iam ainda oito reis, todos com o nome de Ramsés, sobre os quais pouco se sabe. Mas o declínio do Egipto, a partir de Ramsés III, é muito grande. A fraqueza do poder real dos **ramessidas** torna-se evidente, a avaliar pelas sucessivas revoltas interiores e pela crise social generalizada que conduziria à fome e à miséria por todo o país. Expressão de tudo isto, eram os assaltos aos sarcófagos que obrigaram os próprios soberanos reinantes a retirar dos túmulos os seus antepassados, para lhes darem, secretamente, sepultura em túmulos colectivos[1].

[1] Pascal Vernus, *Affaires et scandales sous les Ramsès*, Pygmalion, Paris, 1993, pp. 15-20.

Tudo leva a crer que as revoltas populares contaram com o apoio do clero de Amon, o que certamente irritava o poder político. Assim sendo, compreende-se que o último dos ramessidas, Ramsés XI, tivesse destituído o sumo-sacerdote de Amon, para o fazer substituir por Herihor, general da sua confiança. Tal nomeação marca praticamente o fim da XX Dinastia, visto que este iria fazer a transição para a dinastia seguinte, cujos soberanos seriam sacerdotes de Amon. **Com Ramsés XI terminava também o Império Novo, que é, em muitos aspectos, a época mais brilhante da história do Egipto**, como acabou de ler.

Digamos, para concluir, que é também aquela que melhor conhecemos, pela riqueza dos vestígios que chegaram até nós. Recordemos, por exemplo, os objectos de uso pessoal dos faraós: ceptros, jóias, objectos de luxo e até mesmo os seus brinquedos de infância, tal como as suas armas e carros de guerra, quando adultos. Ficaram-nos,

por vezes, também as suas poesias e orações, como é o caso dos hinos de Akhenaton ao deus Aton. Dos seus monumentos e da sua arte, quanto se poderia dizer! Bastaria referirmos os templos erguidos por Ramsés II. E que pensar dos seus tesouros e do requinte da sua sensibilidade quando contemplamos com deslumbramento a magnificência do túmulo de Tutankhamon?! E até da sua fisionomia, estatura e doenças podemos avaliar pelos seus rostos enrugados, pelas marcas das operações cirúrgicas, ao estudarmos os seus cadáveres mumificados.

2.7 O III Período Intermédio (1070-714 a. C.)

A crise aberta com a morte obscura de Ramsés XI iria avolumar-se progressivamente e o governo do Egipto iria passar por mãos de proveniências muito diversas: sacerdotes de Amon, Líbios, Núbios, Assírios e Babilónios, a que se seguiriam, após a renascença saíta, os Persas, os Macedónios e, por fim, os Romanos. Quer dizer, se exceptuarmos a XXI Dinastia, a dos sacerdotes de Amon, e a saíta, em todas as restantes, o Egipto foi governado por estrangeiros.

Vejamos sumariamente a sequência dos acontecimentos para, no fim, emitirmos um juízo de valor sobre este período, que terá de ser analisado dentro da conjuntura histórica da época, no Médio Oriente e no Mediterrâneo.

Dissemos que o último dos faraós da dinastia ramessida, Ramsés XI, destituiu o sumo sacerdote de Amon, fazendo-o substituir por **Herihor**. Este soube, certamente, aproveitar-se da predilecção real, pois além de sumo-sacerdote de Amon, tornou-se vizir do Sul e ainda vice-rei de Kush, assumindo autoridade sobre o Sudão. Foi Herihor, o fundador da XXI dinastia, mas, na realidade, quando assumiu o poder, já o Egipto estava desunido: o Norte e o Sul seguiam caminhos distintos. **No Sul quem detinha o poder real era Herihor**, sucedendo-lhe o filho, Pianky. **A Norte assumia o poder Semendés**, considerado por alguns historiadores como o fundador da XXI Dinastia, com a capital em Tânis.

Trata-se de dois centros de poder. O filho de Pianky, que foi sumo-sacerdote de Amon, tal como o pai e o avô, desposou a filha de Psusenes I (filho de Semendés), unindo assim o poder do Alto e do Baixo Egipto.

Esta **dinastia dos sacerdotes de Amon**, apesar de ter conseguido uma unificação aparente, não impediu a separação real. E, a avolumar a gravidade da situação, para além da cisão entre Norte e Sul, começava a verificar-se um novo centro de poder no Médio Egipto, na região de **Heracleópolis**. São os mercenários **Meshwesh** e os **Líbios** que aí se estabeleceram, prosperaram e alimentavam agora ambições de conquista do próprio trono faraónico. Tal viria a acontecer quando **uma família de prestígio conseguiu suplantar os reis-sacerdotes e instaurar uma nova dinastia, a XXII (cerca de 945 a. C.)**. Esta é, portanto, de origem líbia ou, mais exactamente, uma mistura de líbios com esse antigo povo do mar, radicado primeiramente na Líbia e, depois de Ramsés III, no Egipto.

Estes Líbios surgiram como uma força armada capaz de governar em regime de ditadura. Mas nem por isso conseguiram a unificação do Egipto, o que se explica não só pelas ancestrais tendências separatistas como também pela fraqueza real dos usurpadores. Quem eram eles, afinal? Estrangeiros, desde há séculos radicados no Egipto, sem apego às suas tradições de origem e apenas superficialmente detentores da cultura egípcia, que não se assimilava facilmente. Faltava-lhes um verdadeiro ascendente cultural que os impusesse de forma indiscutível a todo o país.

Haviam-se estabelecido na cidade e região de **Heracleópolis**, tornaram-se sacerdotes do deus local, Harsafés, e reivindicavam, por isso, o direito a serem sepultados em Abidos. Estenderam pouco a pouco o seu poder até Bubastis, no Delta, e o seu chefe, Sheshonq, tomou o título de rei de todo o Egipto. Do Delta partiu a sua expedição para a Palestina. Saqueou o templo de Jerusalém, donde levou riquezas e tesouros, nomeadamente a Arca da Aliança que, desde então, desapareceu completamente.

As XXIII e XXIV Dinastias continuariam nas mãos dos Líbios, mas os seus reis, tal como os últimos da XXII, estavam longe de conseguir a união do Egipto e o seu antigo prestígio. O Egipto de então estava desunido e já não se tratava apenas da tradicional cisão Norte/Sul. A fragmentação do poder era tal que se contam dinastias paralelas. Nota-se mesmo uma certa pulverização do poder, que é usurpado por verdadeiros régulos locais.

Por volta de 745 surgiu uma **dinastia núbia** cuja origem está efectivamente no movimento de centralização que se deu em **Napata**, na Alta Núbia.

2.8 A Época Baixa (714-332 a. C.)

A XXV Dinastia (714-698) restabeleceu a ordem no Egipto. O rei Pianky conquistou o Sul e avançou até ao Delta, que conseguiu dominar. **Entretanto os soberanos neo-assírios dilatavam as suas fronteiras a todo o Médio Oriente e dirigiam as suas tendências imperialistas para o Egipto.** Assaradão, em 671, avançou para o Egipto, que não teve força para lhe resistir. Por razões tácticas, não foi directamente para o Delta, mas dirigiu-se para a região de Mênfis, donde subiu, em seguida para o Delta. Os Egípcios, governados por Núbios, já não tiveram forças para se opor e reconheceram a **suserania assíria**, embora posteriormente os chefes locais se sublevassem contra os invasores da Assíria.

Tratou-se apenas de lutas momentâneas entre o debilitado Egipto e a poderosa Assíria. Em 666, o filho de Assaradão, **Assurbanípal, atacou de novo o Egipto e levou os revoltosos deportados para Ninive.**

Nestas guerras com os Assírios, o Egipto recorreu novamente ao serviço dos **mercenários** que chegavam do Mediterrâneo, tal como outrora havia recorrido ao serviço de alguns Povos do Mar.

Esta política de dependência do Mediterrâneo era bem a expressão da fraqueza que então experimentava o Egipto e constituiu o «suicídio» dos faraós, como facilmente se compreende. Por um lado, o exército de mercenários estrangeiros defendia o Egipto do império neo-assírio e, em seguida, do neobabilónio, mas, por outro lado, esse exército estrangeiro manteria submissos os senhores poderosos que ainda estavam ligados ao faraó.

2.8.1 *O período saíta (664-525)*

Deve-se a Psamético I, príncipe de Saís, no Delta, o mérito de ter inaugurado a XXVI Dinastia, que teve por capital Saís e constituiu o último período de glória do Egipto independente. Esse príncipe conseguiu com o auxílio dos mercenários **jónios*** e dos **cários*** expulsar os Assírios, perseguindo-os até à Palestina. Unificou o Egipto, eliminando os pequenos reis do Delta, e expulsou os Núbios da região sul. **A reunificação do Egipto e a restauração do poder real, conseguida por Psamético I, foram condições básicas para se encetar uma verdadeira renascença cultural e artística.** Chamamos-lhe **renascença** por se tratar de um ressurgir da antiga cultura egípcia, com o regresso às origens: na teologia, nas práticas religiosas e em diversas áreas intelectuais. É ao Império Antigo que vão procurar os modelos e as fontes de inspiração nas letras e nas artes.

* Gregos da Jónia, na Ásia Menor.

* Povos autóctones do Sudoeste da Anatólia.

O Egipto, nesta época, abre-se mais do que nunca para o exterior. **Aumentam as relações com os Gregos,** aos quais o Egipto vende sementes e papiros, em troca de azeite, vinho, cerâmica e armas. Psamético estabeleceu também relações com Giges da Lídia, a fim de combater a Assíria. Curiosamente, após ter sido inimigo desta potência, aliou-se-lhe para combater a Babilónia.

Esta época de prosperidade e prestígio do Egipto iria continuar no reinado de seu filho e sucessor, **Necao II. A este se ficou a dever a reabertura do canal do Mar Vermelho ao Mediterrâneo, prenúncio do canal de Suez, e também se lhe deve a realização de um périplo à África com marinheiros fenícios.** No campo militar, ficou conhecida a sua incursão na Ásia, vencendo o rei de Judá, em Meguido. Após ter submetido a Palestina e a Síria, avançou até ao Eufrates. Nesta altura, porém, já a Assíria havia perdido a autonomia, por ter sido submetida pela Babilónia. O exército de Necao chegou mesmo a combater as tropas de Nabucodonosor II, em Carquemish, pelo ano de 562, mas foi derrotado.

Tendo regressado ao Egipto, já não teve forças para expulsar os Gregos, radicados cada vez mais no seu país, não apenas como militares mercenários, mas também como comerciantes. Necao teve de conceder aos mercenários a região de Dafne, perto de Mênfis, para aí se estabelecerem, e destinou Naucrátis aos mercadores, ficando como colónia grega.

As expedições militares dos seus sucessores Apriés e Amásis, contra os Babilónios, não tiveram êxito.

2.8.2 *Persas e Macedónios (525-30 a. C.)*

O Egipto, no percurso da sua história, estava agora mais do que nunca condicionado às potências vizinhas, sujeito às cobiças estrangeiras. Ultrapassado o perigo babilónico, não conseguiu escapar às cobiças dos **Persas,** que entrariam no Egipto, em 525. O soberano persa **Cambises** derrotou os Egípcios em Pelusa, não obstante o apoio dos mercenários gregos. Mas Cambises, apesar da derrota, manteve no trono Psamético III, que acabaria por se revoltar pouco depois, suicidando-se em seguida. Com ele terminava a XXVI Dinastia e o poder passaria totalmente para os Persas. A dinastia seguinte, a XXVII (525-404), seria Persa. **De Cambises a Dario II, passando por Dario I, por Xerxes e Artaxerxes, os faraós do Egipto eram os imperadores da Pérsia.** E é curioso que estes, mais do que a coroa imperial, apreciavam a coroa dupla do faraó. Cambises, por exemplo, não hesitaria em se fazer coroar faraó, em se vestir à maneira egípcia, em adorar os antigos deuses do vale do Nilo, numa palavra em egipcianizar-se em toda a sua vida.

Na realidade, **a independência do Egipto estava perdida para não mais ser recuperada nas três dinastias seguintes que a história regista.** O período persa não foi fácil, para o povo dominador nem para os que lhe estavam subjugados, como se depreende do facto de ter havido várias mudanças na forma de governo e na administração desta satrapia* do Nilo. As frequentes revoltas locais eram prova da desadaptação dos Egípcios à política persa, que ficaria conhecida por tolerante e compreensiva. Não admira, por isso, que o macedónio **Alexandre Magno**, depois de ter derrotado Dario III Codomanos, em Issos, fosse chamado ao Egipto, onde iria ser recebido, não como conquistador, mas como libertador.

* *satrapia*, nome dado às províncias no império persa.

A partir de então, **o Egipto entrou definitivamente no mundo e na cultura do Mediterrâneo**, fenómeno que iria continuar e acentuar-se na época romana. A milenar cultura egípcia foi-se confinando aos templos que, nas épocas helenística e romana, foram mantidos e restaurados. Mas, no fim do século IV da era cristã, com o édito de Teodósio, em 391, seriam encerrados, permanecendo como museus, onde se conservam inscrições a decorar as suas paredes e riquíssimos tesouros que têm sido e continuam a ser fonte preciosa para o estudo da religião, da cultura e da história do Antigo Egipto.

2.8 O Egipto e o Mediterrâneo

O Egipto, durante os Impérios Antigo e Médio, foi um país voltado para África, através da Núbia, onde tinha grandes interesses económicos, principalmente por causa das minas de ouro. Após a expulsão dos Hicsos, começou a orientar a sua política expansionista para o Médio Oriente, chegando a impor-se militarmente até ao Eufrates. Como vimos, a prosperidade atingida no Império Novo ficou a dever-se, em boa parte, às campanhas militares, empreendidas sistematicamente para Oriente. De facto, até ao reinado de Ramsés II, o Egipto esteve preocupado com os Líbios,

a Sul, e com o Sinai, a Oriente. O Norte, designadamente o Mediterrâneo, só excepcionalmente entrou no quadro de referências da história do Egipto.

Tal situação começaria a alterar-se após a **batalha de Cadesh**, na região de Orontes, entre **Ramsés II e Muwatalis, rei dos Hititas**. Tal batalha a que fizemos alusão, ficou testemunhada na maior inscrição mural egípcia, que Ramsés II mandou gravar em Luxor. Apesar da linguagem épica, não é de crer que Ramsés fosse o vencedor, sem poder também concluir-se que tivesse sido derrotado. Mas não importa agora descobrir quem venceu. O que interessa é reconhecer que, **a partir de tal batalha, se rompeu o equilíbrio que existia no Médio Oriente, mantido pelas duas grandes forças: Egipto e Hititas.**

Para bem compreendermos o período que se segue, é bom termos presente quais os apoios que tiveram Ramsés e Muwatalis, em Cadesh. Do lado de Ramsés, encontravam-se os *Shardan* e as tropas dos *Nearim* («jovens»), provavelmente vindos de Amorru, região que bem poderá coincidir com a Fenícia, enquanto do lado dos Hititas se encontravam os *Luka*, os *Teresh*, os *Meshwesh*, os *Skelesh*, os *Danauna* e os *Ahia*. Estes povos, após a queda do Império Hitita, podem ser localizados na Ásia Menor e no Mediterrâneo Oriental, em terras bastante bem identificadas, sem que isto signifique paz e calmia na região, pois cerca de sessenta ou sessenta e cinco anos mais tarde alguns destes povos encontravam-se unidos aos Líbios, com a mesma pretensão de se fixarem nas terras férteis do Nilo.

Foi **Mernefta** quem, cerca de 1231, teve de os enfrentar, como vimos, podendo depois regozijar-se, na sua estela de vitória, de lhes ter infligido pesada derrota. Com os Meshwesh, vizinhos e aliados dos Líbios, estavam os Shardan, os Luka, os Ekwesh, os Teresh e os Skelesh. **Estes povos, vindos através do Mediterrâneo, conhecidos por «povos do mar», voltariam a atacar o Egipto no tempo de Ramsés III, por volta de 1189.** É curioso verificarmos que alguns dos antigos aliados dos Líbios contra Mernefta estão agora do lado egípcio, como é o caso dos Ekwesh, dos Teresh e dos Skelesh, lutando contra os seus antigos aliados, o que não nos deve causar estranheza, por se tratar de corsários e piratas que se colocam normalmente ao lado do mais forte. Apesar de Ramsés lhes ter infligido derrotas, por terra e por mar, nem por isso os afastou totalmente do seu território. Assim, **um grupo dos Meshwesh permaneceu no Egipto, servindo o exército, vindo a constituir uma poderosa casta militar que chegou a ocupar o trono.** Recordemos apenas o nome de Sheshonq, faraó que pertencia a esse povo, aquele que arrebatou de Jerusalém a Arca da Aliança e levou os tesouros do templo para o Egipto[1].

[1] Sobre a problemática dos povos do mar, ver N. K. Sandars. *The Sea Peoples. Warriors of the Ancient Mediterranean*, Londres, 1985.

A partir da batalha de Cadesh, marcada pela presença destes povos, que aparecem ligados a vários acontecimentos no Mediterrâneo oriental, instaurou-se um período de instabilidade em todo o Médio Oriente. Registemos, em primeiro lugar, a **desagregação e desaparecimento do Império Hitita, assim como desaparecem os seus vassalos da Cilícia, de Chipre e da Síria.** Ramsés III, após a vitória sobre os Povos do Mar, ocupava de novo o sul da Síria, tendo, no seu exército, mercenários e prisioneiros, provenientes das suas guerras. Entre esses, ao que parece, estariam os *Peleshe*, ou seja, os Filisteus, que tinham a sua origem em Creta, segundo a

Bíblia. Constituíam uma guarnição do faraó, tornando-se independentes com a morte deste[1].

[1] Ver A. A. Tavares, «Fenícios e Massienos no sul da Península Ibérica», in *Estudos Orientais*, UNL, 1993, vol. IV, pp. 13-22.

Enfraquecido o Egipto pelas repetidas lutas com esses povos, não aguentando mais o seu domínio militar na região da Síria, ficou campo aberto para o progresso dos Arameus nessa região, o que se verifica a partir do século XII. No norte da Mesopotâmia, com a queda dos Hititas e o desaparecimento da outra força de contenção, o Egipto, ficou campo aberto para a Assíria se organizar política e militarmente.

Apesar de muitas incertezas que ainda subsistem, quanto às **migrações e movimentos dos Povos do Mar**, iniciadas em finais do século XIV, tendo penetrado alguns na Líbia no tempo de Séti I, parece não haver dúvida de que foram elemento desestabilizador no Médio Oriente. Mas não lhes devemos atribuir apenas o que é negativo, pois as suas migrações **contribuíram para a expansão e divulgação das técnicas de siderurgia**. Não deixa de ter interesse, também, relacionarmos o aparecimento de tais povos, na zona do Mediterrâneo, nos séculos XIV, XIII e XII, com as migrações dos Indo-Europeus, a partir do centro da Europa, desde a bacia do Danúbio e do Vístula, conhecidas regiões dos primeiros metalurgistas.

Quanto acaba de ser exposto, não é mais do que um largo pano de fundo que nos permitirá compreender a génese e as consequências dos fenómenos que se interligam na história antiga. Os povos que «vêm do norte», segundo pensam os Egípcios, designados geralmente por «Povos do Mar», estiveram relacionados com as deslocações de povos, a partir do interior da Europa para a península Helénica, para a Anatólia, etc.

A verdade é que, a partir da entrada dos Povos do mar no Egipto, a história do país dos faraós não se desligaria mais do Mediterrâneo. O Egipto não mais se iria libertar desses estrangeiros. O Delta, principalmente, foi-se povoando de Líbios e de «Povos do Mar». Seria esta região chamada a desempenhar papel central, durante o largo período de decadência, que iria prolongar-se desde os séculos XII a VII, ou seja, a Época Baixa.

Nos anteriores períodos intermédios, a falta de unidade consistia na cisão entre o Alto e o Baixo Egipto, ou seja, quando os dois reinos irmãos se tornavam reinos hostis e inimigos entre si. A falta de um poder central trazia consigo a desordem social e o empobrecimento. Na época em que nos situamos, assiste-se não apenas à cisão entre o Norte e o Sul, mas à separação entre os próprios nomos, o que provoca desagregação e total incapacidade de resistência aos perigos exteriores.

O maior de todos esses perigos vinha agora da **Assíria**, que, a partir do século XII, se organizava política e militarmente. O seu domínio territorial depressa ultrapassava o norte da Mesopotâmia, para se estender a todo o Médio Oriente e à Anatólia, com fortes incidências sobre o Mediterrâneo. O rei assírio, **Tiglat-Falasar I** (1115-1077) atingiu com as suas tropas o Mediterrâneo, tendo recebido o tributo de Biblos, de Arvad e de Sidon, cidades fenícias. Entretanto os **Fenícios** começavam a navegar pelo Mediterrâneo e estendiam as suas actividades comerciais até ao extremo Ocidente, ao serviço do Império Assírio, segundo tudo faz pensar.

O Mediterrâneo era o centro para onde convergiam os Fenícios e, através deles, os Assírios e para onde teria de se voltar o Egipto. Foi através do Delta que o Egipto se tornou mediterrânico. O centro político do país do Nilo deslocou-se para o Delta, por necessidade, sem dúvida, mas também com graves riscos. De facto, para se defender do perigo assírio e para vigiar o Mediterrâneo, havia conveniência em estabelecer a capital no Baixo Egipto, mas precisava também de manter a capital no Sul, em Tebas, centro tradicional, a fim de manter o domínio da Núbia e do Alto Egipto.

Numa palavra, se a importância do Mediterrâneo levou a transferir o centro político para o Delta, não evitou as consequências negativas para a própria independência do país, que seria atacado a sul e a norte. Pela sua posição geográfica, o Delta estava longe de ser inexpugnável. Encruzilhada de caminhos, o Mediterrâneo, facilitava os ataques dos estrangeiros: Assírios, Babilónios, Persas, Gregos e Romanos. Curiosamente, o Mediterrâneo que era centro de convergências e de irradiação de civilizações, descaracterizou o Egipto, que foi perdendo as características que o individualizavam, à medida que este se foi tornando mediterrânico.

ACTIVIDADES:

Estas actividades têm como finalidade ajudá-lo a auto-avaliar-se no seu processo de aprendizagem.

1. Confirme no mapa n.º 2 as localizações de Mênfis, do Alto Egipto e do Baixo Egipto.

2. Assinale com × as respostas correctas.

2.1 O culto dos mortos e a prática da mumificação surgiram:

- ☐ no Período Arcaico;
- ☐ no Império Antigo;
- ☐ no Império Novo.

2.2 Menés ou Narmer foi:

- ☐ primeiro faraó do Império Antigo;
- ☐ um dos faraós construtores de pirâmides;
- ☐ o unificador do Egipto.

2.3 Em Abusir encontram-se:

- ☐ os templos solares;
- ☐ as pirâmides;
- ☐ os hipogeus.

3. Indique o nome dos faraós que ordenaram as primeiras expedições militares à Núbia.

....

4. Caracterize a XII dinastia, assinalando com × as afirmações correctas.

- ☐ A – Foi a época da construção das pirâmides de Guiza.
- ☐ B – Nela se distinguiram os faraós Sesóstris I e II.
- ☐ C – Foi o período da conquista da Núbia, a Sul.
- ☐ D – Akhenaton estabeleceu o culto a Aton
- ☐ E – Foi a época das campanhas militares contra a Palestina e contra os Líbios.
- ☐ F – Estabeleceram-se relações comerciais com o Punt e Creta.
- ☐ G – Os Hicsos conquistam o Egipto.

5. Refira três consequências da presença dos Hicsos no Egipto.

....

....

....

....

6. Assinale com × as respostas correctas.

6.1 A teogamia de Hatshepsut foi elaborada pelos sacerdotes de:

- ☐ Amon;
- ☐ Aton;
- ☐ Rê.

6.2 No tempo de Amenófis IV, o Egipto teve uma nova capital em:

- ☐ Mênfis;
- ☐ Tebas;
- ☐ Avaris;
- ☐ Tell el Amarna;
- ☐ Heracleópolis.

6.3 O vencedor da batalha de Cadesh foi:

- ☐ Tutmósis III;
- ☐ Seti I;
- ☐ Ramsés I;
- ☐ Ramsés II.

6.4 A batalha de Cadesh ocorreu entre o Egipto e os:

- ☐ Hicsos;
- ☐ Mitânios;
- ☐ Hititas;
- ☐ Povos do Mar.

6.5 Psamético I foi o faraó que expulsou do Egipto os:

- ☐ Povos do Mar;
- ☐ Hititas;
- ☐ Hicsos;
- ☐ Assírios.

RESPOSTAS ÀS ACTIVIDADES:

Deve ter assinalado com ×:

2.1 Período Arcaico;

2.2 Unificador do Egipto;

2.3 Templos solares;

3. A resposta correcta é: Seneferu, Pepi I e Pepi II;

4. O × devia ter sido colocado nas afirmações B, C, E e F;

5. Devia ter referido três destas consequências da presença dos Hicsos:

   - divulgação dos elementos da cultura do bronze do Mediterrâneo oriental;
   - introdução do carro de cavalos;
   - novos métodos de fiação e tecelagem como o tear vertical;
   - novos instrumentos de música;
   - conhecimento da azeitona e da romã.

6.1 Amon.

6.2 Tell el Amarna.

6.3 Ramsés II.

6.4 Hititas.

6.5 Assírios.

3. Instituições e Sociedade

TÁBUA DE MATÉRIAS

3. **Instituições e Sociedade**

Objectivos de aprendizagem

3.1 **As Instituições**

3.1.1 *O rei*

3.1.2 *A administração*

3.1.3 *O exército*

3.2 **A Sociedade**

3.2.1 *A família*

3.2.2 *O quotidiano*

3.2.3 *Os escravos*

Actividades

Respostas às actividades

Objectivos de aprendizagem:

Depois de ter estudado este capítulo, deve saber que:

- o faraó é deus;
- a monarquia egípcia é uma «teologia real»;
- há um imaginário específico da pessoa do faraó;
- a rainha encontra-se associada à imagem do rei;
- o Egipto estava dividido em 42 nomos;
- a administração do Egipto estava entregue aos príncipes dos nomos e ao vizir;
- o Egipto só se militariza a partir do Império Novo;
- a família egípcia assentava no casamento monogâmico;
- para além da família real, dos sacerdotes e dos altos funcionários e escribas, a sociedade repartia-se pelos camponeses, artesãos e escravos.

3.1 As Instituições

3.1.1 *O rei*

Não podemos falar da sociedade sem começarmos pelo rei e pela monarquia que perdurou, com períodos de grande esplendor e também de profundas crises, desde as dinastias tinitas até à época romana, ou seja, mais de 3000 anos. Também não é possível, quando falamos do Egipto, elaborarmos uma definição de um conceito de Estado à maneira dos Gregos e dos Romanos. Seria desajustado falarmos de nação politicamente organizada e regida por leis próprias nas suas diversas instituições, visto que toda a estrutura assentava no soberano, detentor de todos os poderes.

O rei é deus e, como tal, está acima das coisas e tudo lhe pertence, desde as terras, com as suas riquezas, até às próprias pessoas. A ele são devidos os impostos e, para ele, se organizam expedições ao estrangeiro ou se promovem as guerras, etc.

A **monarquia egípcia,** mais do que uma instituição ou um regime político, deve ser vista como uma **doutrina religiosa**. É o que leva o conhecido egiptólogo François Daumas a falar a este propósito de uma **teologia real**. A ideia de que o rei, sempre conhecido por **faraó** («a grande casa»), está no princípio e no fim de todo o edifício nacional, político, social, económico, etc., pode avaliar-se de modo especial pela **titulatura**. Por ela vemos que os Egípcios consideravam o seu rei como um **deus**. Ele era o **Hórus** que mandava sobre a terra, tal como o deus no céu; era o senhor das «Duas Damas», ou seja, do Alto e do Baixo Egipto; o Hórus de ouro.

Estes títulos são plenos de significado teológico e jurídico para a mentalidade egípcia. A partir da V Dinastia, acrescentar-se-lhe-ia ainda o título de **Filho de Rê**, significando que era um filho, no sentido físico, do deus solar, cujo domínio se estendia não só ao vale do Nilo, mas também ao mundo inteiro de que era o criador. Tendo sido este, provavelmente, o último título, foi o que adquiriu maior importância. Num papiro do século XVIII, conserva-se um conto que pretende ensinar que os três primeiros reis da V Dinastia eram filhos de Rê e de uma mãe mortal. A ideia de que o rei era gerado pelo deus Sol mantém-se e é expressa por imagens, cerca de três séculos mais tarde, nos templos de *Deir el Bahari* e de *Luxor*, quando o clero de Amon (Amon-Rê) teve interesse em atribuir tal nascimento a Hatshepsut, para a impor como rainha, como já vimos.

Não há dúvida de que a estátua imponente de Kefren, no Cairo, exprime, de alguma forma, esse conceito de poder cósmico do rei divino. A divinização do soberano constituiu ponto essencial para sustentar as estruturas ideológicas, religiosas e metafísicas sobre as quais assentava toda a ordem social e a estabilidade que garantia a continuidade da monarquia. O trono estava sempre ocupado pelo rei que era do agrado divino, pois o deus criador não cessava de gerar um novo rei. A explicação era válida mesmo no caso dos reis estrangeiros, como, por exemplo, os Líbios ou Núbios (os Kushitas de pele escura), ou os Persas e quantos ocuparam o trono nas últimas dinastias.

Note-se, entretanto, que houve sempre escrúpulo em levantar templos ao faraó vivo. Parece que só no Império Novo se terá transgredido essa regra de «pudor religioso», ao erguer-se um templo, a representar Amenófis III a adorar-se a si próprio. Mas, curiosamente, este templo foi construído fora do território egípcio, precisamente na Núbia.

Apesar de ser assim em teoria, é evidente que, na vida real, o **faraó tinha grandes limitações**, seja no exercício dos seus poderes, seja na própria vida pessoal. Com frequência aquele que devia governar como um deus estava limitado nos seus movimentos: eram os próprios conselheiros, que já haviam servido o pai; eram os funcionários e os escribas da corte; eram as famílias nobres e ricas que tinham contacto com as populações locais, a quem o rei não poderia desapontar; era o clero, sempre cioso das suas regalias e à espera de receber outras; eram os soldados, cheios de ambições pessoais, etc. E podemos imaginar com que equilíbrio ele devia agir para com os cortesãos, os membros da família e as próprias mulheres do harém.

Era nesses meios que, frequentemente, se geravam intrigas e se fomentavam rivalidades que chegavam a levar ao assassínio do rei, para que outro, mais do agrado da feição dominante, subisse ao trono. É, aliás, nestes movimentos e revoltas palacianas que se encontra a explicação para as frequentes mudanças de dinastia ou os golpes de Estado em que o soberano reinante triunfava, como foi o caso de Ramsés III ao dar conta da conspiração que contra ele se levantava no harém e no meio dos altos funcionários que o serviam[1].

[1] Pascal Vernus, «La conspiration du Harem sous Ramses III», in ob. cit., cap. V, p. 141.

Obviamente que o rei não era deus, mas apenas um homem como os outros, e a contradição entre a realidade e a utopia não poderia deixar de ser verificada. Por isso é que, simultaneamente com as tendências de divinização do faraó, se ia desenvolvendo a reflexão sobre as suas limitações.

Foi sobretudo na experiência da anarquia que o Egipto experimentou, a partir da VI Dinastia, que se começaram a salientar estes aspectos da debilidade humana do faraó. Entre os textos literários que apontam as limitações humanas do faraó, é bem elucidativo o **Ensinamento para o rei Merikaré**.

Trata-se de um rei da X Dinastia que se dirige ao filho, para lhe ensinar que o rei é escolhido por deus para proteger os humildes. Esclarece-o que não deixa de ser um homem entre os homens, embora com particulares funções e particulares responsabilidades[2]. Entre outras coisas diz-lhe que a realeza se aprende como um ofício e «ninguém aprende se não for ensinado». Recorda também que o rei, para impor a ordem, deverá ele próprio conformar-se à ordem universal, que é «rectidão», «equilíbrio», «equidade», ou seja, a *maet* que mantém cada coisa no seu lugar, quer seja na Natureza, quer seja na sociedade humana. Termina dizendo-lhe que não se esqueça também de prestar culto aos deuses para bem exercer a função real.

[2] S. Donadoni, *Testi religiosi Egizi*, UTET, 1970, pp. 185-191.

A imagem do rei divino foi-se enfraquecendo progressivamente no I Período Intermédio, mas foi, em parte, restaurada a partir da XII Dinastia, sendo curioso verificar que o rei é apresentado a partir de então principalmente como um campeão invencível. Mas obviamente que também este aspecto era discutível. Que pensar das derrotas? É certo que os textos egípcios não gostam de atribuir derrotas aos

faraós, o que não admira se tivermos em conta que **textos e inscrições entram num sistema de literatura orientada, para exaltar a monarquia e o sistema**[1].

[1] A. A. Tavares, *Impérios e Propaganda na Antiguidade*, ed. Presença, 1988, pp. 54-58.

Os períodos de glória, como foi o caso da XVIII Dinastia, favoreceram a teoria da divinização do rei. Contribuíram para tal crença, não só os templos e as celebrações de cultos à divindade do faraó mas também os solenes rituais da liturgia da morte do rei, recordando o bom deus que ia para junto dos outros deuses. Nem a reforma religiosa, empreendida por Akhenaton, diminuiu essa crença. O rei, dentro da sua concepção, continuava a ser o filho de Rê e filho de Amon (ou de Aton, no caso deste faraó).

Mas no fim da XIX Dinastia a segurança do Egipto e do faraó revelou-se débil. Mernefta, não poderia cantar a vitória sobre os Povos do Mar. Ele só foi «moralmente» vencedor dos Líbios e dos seus associados, os Povos do Mar, que o foram atacar no território egípcio. A grande resposta teórica para o desaire seria esta: quando um chefe se opõe a outro, os deuses é que julgam. Vence aquele que age segundo a *maet*. Tal é a conclusão a que chegam os que reflectem sobre a fraqueza do poder régio. Seria essa, aliás, a mesma conclusão que iriam propor os escritores hebreus da escola deuteronomista do Antigo Testamento: o êxito político e militar estava relacionado com a fidelidade à Lei de Javé.

As limitações pessoais no campo da saúde ficaram bem conhecidas também em vários casos. A. Cyril recorda, por exemplo, que Amenófis III sofria terrivelmente de cárie dentária; Siptá tinha um pé torto; Ramsés V morreu de bexigas; Mernefta era extremamente obeso e, provavelmente, Amenófis IV (Akhenaton) «não seria completamente são de espírito», etc[2].

[2] A. Cyril, *Os Egípcios*, Verbo, Lisboa, 1972, p. 167.

Apesar de ser homem como os demais, a sua imagem distinguia-se da dos outros homens. Nas representações, as suas vestes eram diferentes, mesmo nos primeiros tempos, quando não usaria mais do que um pano à cintura. Já então aparecia inscrito, numa espécie de fecho que usava à frente, o seu nome.

O faraó cortava o cabelo e a barba, como os outros homens, mas o costume impunha que colocasse no queixo uma barba postiça, comprida e em ponta, e usasse uma espécie de xaile a cair sobre os ombros e, sobre a nuca, a insígnia real, uma serpente, designada habitualmente por **uraeus**. Em ocasiões solenes, o faraó trazia duas coroas especiais: a branca e a vermelha, símbolos, respectivamente, do Alto e do Baixo Egipto. Outras vezes ostentava, simultaneamente, uma espécie de barrete com a forma de coroa dupla.

Associada ao rei estava, naturalmente, a esposa, sendo apenas uma a que era considerada esposa e **rainha**, apesar de, em teoria, todas as mulheres lhe pertencerem. Naturalmente esta provinha da linhagem real, sendo nalguns casos filha do rei defunto, ou seja, irmã do rei, mas filha de outra mãe.

A figura oficial da rainha e a sua função na corte e no aparelho de Estado é habitualmente esquecida, mas não deverá diminuir-se a sua importância. Já no Império Antigo a titulatura revela a importância da rainha:

> É ela que contempla Hórus e Set,
> grande em amenidade,

grande em graça,
a amiga de Hórus,
mulher do rei, a que é amada por ele.

No Império Novo intitula-se:

A esposa do deus,
a mãe do deus,
a grande esposa real,
a senhora das duas terras[1].

[1] A. Erman e H. Ranke, ob. cit., p. 104.

Desde o princípio do Império Novo, o papel da rainha é posto em grande evidência. O seu nome aparece, por vezes, em documentos especiais ao lado do nome do rei, usando também o *uraeus*, como insígnia. Houve mesmo uma rainha, **Hatshepsut,** que reinou por mais de duas dezenas de anos, como vimos. É conhecido também o papel importante, junto de Amenófis III, da rainha Ty, mãe de Akhenaton, que desempenhou actividade importante na política externa. Conhece-se uma longa carta que lhe dirigiu o rei de Mitani, depois da morte de Amenófis, chamando-lhe «Senhora do Egipto», a pedir-lhe a sua influência junto do jovem rei. Sabe-se que ela estava ao corrente da correspondência diplomática entre o Egipto e o reino de Mitani.

Apesar de apenas uma ser a rainha, tal não excluía a existência de **outras esposas** (segundas) na vida do faraó, havendo ainda o harém. Importa, entretanto, ter presente que o harém era constituído não apenas por mulheres egípicas, mas também por estrangeiras, por vezes princesas ou jovens de nobre linhagem que desempenhavam funções que, na prática, se inseriam no âmbito da diplomacia da época.

3.1.2 *A administração*

Em épocas recuadas, o território era dividido em 42 **nomos** (da palavra grega *nomoi*), ou seja, distritos. No Império Antigo, a administração estava nas mãos de diversos funcionários, sendo o mais importante em cada nomo o **governador**, também conhecido por **príncipe do nomo**. No Império Médio, eram na prática funcionários hereditários, embora o poder lhes viesse do rei, que os nomeava. Eram também, habitualmente, sacerdotes da divindade principal do lugar.

Os nomos estavam agrupados em dois «Estados», as duas *Terras* ou duas *Casas*, do Alto e do Baixo Egipto, que continuariam sempre como uma reminiscência dos dois antigos reinos, unidos no princípio da Época Tinita. Esta dualidade de raízes históricas manteve-se representada, não só nas duas coroas do rei como em muitos outros aspectos: assim, os templos, os campos, etc., fazem parte de uma ou de outra Casa; os altos funcionários são o director das «duas tesourarias», o director dos «dois celeiros do trigo», etc.

Para a administração do país existia o **vizir**, que era, sem dúvida, a personagem mais importante a seguir ao rei, desde as dinastias tinitas até, pelo menos, à

XVIII Dinastia. Ele era o intendente geral do reino, competindo-lhe praticamente o governo de todo o Egipto e a administração da justiça. O prestígio do vizir no conceito popular era elevadíssimo, pois era, acima de tudo, o «amigo do Egipto». Por isso, havia de igualar os deuses em sabedoria e alguns deixaram efectivamente, para a posteridade, a prova de que eram sábios, enquanto outros nos revelam o conceito elevadíssimo que tinham de si mesmos. Tal é o caso de Mentuhotep, vizir do rei Sesóstris I na XII Dinastia (século XX a. C.), ao gloriar-se de ser «amado entre os amigos do rei e poderoso entre os seus príncipes, cheio de autoridade nas duas terras e o primeiro nas cidades do Egipto e nos países estrangeiros...». Exaltava a sua importância, porque «os grandes do Egipto vinham inclinar-se diante dele à porta do palácio e porque a todos havia encaminhado na luz». De tudo isto se podia regozijar «porque lhe competia dar as leis, promover os funcionários nos seus cargos, autenticar títulos de propriedade...» Podia ainda acrescentar, sem grande modéstia, é certo, que «graças às decisões da sua boca, os irmãos voltavam para casa em paz, os escritos do deus Tot estavam sobre a sua língua e que ele ultrapassava em justiça a agulha da balança»[1].

[1] A. Erman e H. Ranke, ob.cit., p. 114.

Através deste quadro, podemos não só avaliar do conceito que o povo fazia do vizir como também das funções específicas que desempenhava na sociedade egípcia. Quanto à administração dos nomos, digamos que, em linhas gerais, se assemelhava à administração geral. **O nomos era praticamente um pequeno Estado.** Os governadores transmitiam ordens do rei, dirigiam trabalhos públicos, superintendiam nas actividades dos escribas e dos funcionários, nas recolhas de impostos, etc. Possuíam a sua tesouraria e dispunham de pessoal para vigiar as fronteiras quando o território sob a sua jurisdição confinava com países vizinhos. Cumpriam ordens do rei e desempenhavam funções administrativas e judiciais. Estas últimas davam-lhes particular responsabilidade e prestígio.

3.1.3 *O exército*

Não se conhece muito sobre o exército durante os Impérios Antigo e Médio, embora saibamos de actividades militares levadas a cabo pelo Egipto nesses períodos.

É a partir do Império Novo que o exército ocupa lugar de importância no Egipto. Aliás, esse «Império» foi criação do exército, sem que, entretanto, se pudesse afirmar que o Egipto do Império Novo fosse um estado militar.

Desde o início desse período existia um **exército, dividido em unidades de 40 homens, arqueiros ou lanceiros, comandados por oficiais.** A partir da XVIII Dinastia, para além da infantaria e da marinha, havia os **carros de guerra** puxados por cavalos, já que o cavalo não era animal para ser montado, mas era utilizado apenas para tracção.

O uso do **carro puxado por cavalos** havia sido uma importação da Ásia Menor e era muito simples. Sobre o carro, além de uma caixa com as armas, havia lugar para dois homens: o condutor e o combatente. Durante a XVIII Dinastia, o exército tinha

duas divisões, às quais se viria juntar uma terceira. Pela descrição da batalha de Cadesh, ficamos informados de que o exército de Ramsés II possuía quatro divisões, conhecidas cada uma pelo nome de um deus: Amon, Rê, Ptah e Sutek (Set). Em cada divisão, havia 5000 homens, repartidos em 20 companhias de 250 combatentes, tendo cada companhia 5 secções de 50 soldados cada uma. A hierarquia militar era bem definida com generais e oficiais. Assim, os comandantes de companhia formavam o corpo dos oficiais de divisão. Havia generais de divisão e outros que, apesar de o não serem, tinham o título honorífico de generais de divisão.

O comando geral pertencia a um general com honras de lugar-tenente do rei, embora, na realidade, o comandante supremo fosse o soberano. Sabemos que, nalguns casos, tal função foi claramente desempenhada pela pessoa do faraó. Entre aqueles que foram generais e famosos combatentes, contam-se Amósis, Tutmósis I, Tutmósis III, Amenófis II, Seti I e Ramsés II.

Não faltou também ao exército, nesta época, uma forte organização administrativa, onde intervinha um quadro de funcionários.

Em todos os tempos, o exército egípcio contou com **mercenários**. No Império Novo, alguns desses foram os mesmos que anteriormente haviam sido inimigos, como aconteceu com alguns que provinham de alguns Povos do Mar. De inimigos passaram a servir como tropas auxiliares e chegaram a ocupar postos de chefia no exército, como tivemos ocasião de ver. Na época helenística e romana já não se poderá falar de exército egípcio.

No Império Novo, a **marinha** desempenhou igualmente uma função importante. Sabemos, nomeadamente, que Mernefta e Ramsés III se serviram da marinha para combaterem os Povos do Mar.

Havia também uma marinha mercante destinada aos transportes pelo Nilo e pelo Mediterrâneo. Sem a sua existência, não teria sido possível a Necao, na época saíta, realizar um périplo em volta de África.

3.2 A Sociedade

3.2.1 *A família*

A família egípcia assentava no **casamento monogâmico**. O homem tinha uma única esposa legítima, embora ao lado dela pudessem viver várias concubinas e servas. O número de umas e de outras dependia das possibilidades económicas do homem. Aliás, no Egipto, como noutras civilizações antigas (e não só), as mulheres, fossem elas segundas esposas, concubinas ou servas, eram sinal de riqueza e de ostentação do homem. A importância deste avaliava-se pelo número de mulheres que tinha.

Mas, não obstante o seu número, apenas uma era a esposa legítima com a função importante de senhora da casa. Nas famílias mais ricas, não faltavam, além das

servas destinadas ao serviço doméstico, as jovens cantoras, muito elegantes e graciosas, como nos mostram várias pinturas e relevos.

A imagem que nos chega dos textos e das representações artísticas é a da **harmonia familiar**, onde existiam relações de amor, de ternura e de intimidade. Nos quadros da vida familiar, podemos observar, com frequência, marido e mulher de pé, ao lado um do outro, ou sentados no mesmo sofá, de mãos entrelaçadas, ou com o braço dela no pescoço do marido, em gesto de ajuda e de carinho. As mesmas atitudes se encontram entre pais e filhos.

Num texto sapiencial de Ptahotep, lêem-se frases bem expressivas a respeito da família: «a esposa é honrada pelo marido» e este proclama, com alegria, que «fundou uma casa e amou ternamente a sua mulher». É essa ternura conjugal que se advinha numa carta que um viúvo escreve à sua saudosa esposa defunta, quando ele se encontrava doente e julgava estar a ser afligido pelo espírito da sua «querida Ankeri», talvez por algum mal-entendido existente em vida dela. Por isso, escreve-lhe uma missiva que vai depositar sobre o seu túmulo, para a apaziguar: «Com que mal estás tu a acabrunhar-me, para eu me encontrar neste estado miserável? Que é que eu te fiz para que a tua mão esteja a pesar sobre mim, sem eu ter feito nada contra ti? Quando era teu marido, e até ao dia de hoje, que é que fiz contra ti que precise de te esconder?» Em seguida, o autor representa uma cena de tribunal, diante dos deuses, para se defender. «Tornaste-te minha mulher quando eu era jovem e estava junto de ti. Em seguida cumpri sempre as minhas obrigações para contigo, sem te deixar nem causar qualquer desagrado ao teu coração. Mas vê, tu não me deixas ser feliz». Apresenta-se depois como alguém que dava instrução militar no exército do faraó e que combateu longe de casa, mas fazia chegar à família os seus presentes. Nunca cometeu adultério nem mereceu de alguém qualquer repreensão pelo seu comportamento. Acrescenta: «Tu nem sabes o bem que te fiz. Enviei alguém para me informar da tua saúde e quando adoeceste fiz procurar um bom médico que fez os medicamentos. Fez tudo o que tu dizias que ele devia fazer. Quando tive de viajar para o Sul, em companhia do faraó, estavas sempre no meu pensamento e passava as noites sem comer nem beber, como faziam os outros homens. Logo que voltei a Mênfis, pedi ao faraó e vim para junto de ti e chorei muito com as outras pessoas diante da casa. Dei vestes e linho para te sepultar ... e não deixei de fazer nada para teu bem. E agora vê: já passaram três anos, vivo sozinho e não entrei em nenhuma casa (para ir ter com alguma mulher), pois não convém que um homem faça isso ... E quanto às irmãs na casa, nunca fui ter com alguma delas!»[1]

[1] A. Erman e H. Ranke, ob. cit., p. 206.

Embora a monogamia fosse a regra, **também se conhecem casos de bigamia e até de poligamia, principalmente na corte**. Um caso bem conhecido foi o de Ramsés II, que teve duas esposas reais: Nefertari (Neftera-Mernemut), conhecida como rainha do Egipto nos documentos cuneiformes de Bogazkoy, e Ese-Nofre, a mãe de Mernefta. Além destas duas, desposou a filha do rei hitita, após ter concluído com ele um tratado de paz, a seguir à batalha de Cadesh, de que falámos. Diga-se também que Ramsés teve filhos de várias mulheres e só assim se compreende que o número de filhos deste faraó ascendesse a um número que deveria ultrapassar os 150. Conhecem-se outros casos de faraós que casaram com mulheres estrangeiras, como foi o caso de Tutmósis IV, Amenófis III e Amenófis IV. Em determinadas

circunstâncias, e por razões políticas, houve faraós que elevaram as suas respectivas esposas à posição prática de co-regentes, como foi o caso dos dois Amenófis III e IV.

Gostaríamos de conhecer formalidades e convenções escritas de casamentos, mas nenhuma chegou até nós, das primeiras épocas. Existe, porém, a certeza, por vários indícios, de que, com ou sem convenção escrita, o **casamento** revestiu sempre o aspecto de contrato em que ficava garantida a situação económica da mulher e dos filhos. Também se ignoram formalidades quanto ao **divórcio**, embora se saiba que tal era possível[1].

[1] Fr. Daumas, ob.cit., p. 202.

A mulher podia gerir os bens que trazia para o casamento, além dos que faziam parte da família, e os filhos tinham direitos sobre os bens do casal. Assim, se um homem divorciado voltasse a casar, só ficava com um terço dos bens, visto que os outros dois terços passavam para os filhos. Apesar de ser esta a regra, o regime de propriedade matrimonial variou e conhecem-se casos em que o marido transferiu tudo o que era seu para a esposa, acontecendo também o inverso noutros casos.

Não deveremos omitir, dentro deste tema, o caso sempre falado dos **casamentos entre irmãos**, no Egipto, prática bem testemunhada na época helenística. Assim, a maior parte dos soberanos da dinastia dos Ptolomeus tinha por esposa uma irmã. Consta mesmo que dois terços da população da cidade de Arsinoé se encontrava nessas condições, mas tal exemplo não permite afirmar que acontecesse o mesmo noutras cidades.

Os casamentos entre irmãos deram-se nesta e em épocas anteriores, na família real, com a preocupação de conservar íntegra a essência divina no sangue do herdeiro real. Foi por causa desta crença que houve casamentos entre irmãos, normalmente entre o filho de uma esposa segunda ou de uma concubina, com a filha mais velha da rainha, para que este bastardo subisse ao trono. Noutras famílias, tais casamentos constituíram excepção.

Quando os textos usam a palavra «irmã» ou «irmão», no tratamento entre os esposos, muitas vezes a palavra parece querer designar «querida» ou «querido», ou algo semelhante. Em linguagem que aparece nos textos epistolares ou poéticos terá de entender-se em sentido figurado. Nem poderá concluir-se de tal linguagem facilidades em intimidades de carácter sexual. O amor humano, nomeadamente o amor sensual, era algo de muito digno, mesmo quando, na linguagem do homem e da mulher, havia um realismo que poderá chocar certa pudicícia actual.

Tomará consciência desta realidade quando estudar o **amor na poesia egípcia**.

Mas não podemos deixar de referir, neste lugar, alguma excepção à «pureza» do amor humano. Referimo-nos a um papiro da XX Dinastia que contém caricaturas obscenas, acompanhadas da linguagem adequada. E o mais curioso é que parece tratar-se de um livro que alguém entregara ao morto para se distrair na outra vida!

A **fidelidade conjugal** era proclamada como um valor a defender e não se ignoravam os perigos, como aqueles que vinham do contacto com mulheres estrangeiras, quer para os operários que trabalhavam na exploração das minas na Núbia ou no Sinai, quer para qualquer homem que, no país, podia deparar com tais mulheres. Daí o

aviso de um sábio: «afasta-te de qualquer mulher que vem de fora, que não é conhecida na cidade... ela estende os seus laços. É crime grave e digno de morte prestar-lhe atenção».

Para evitar o perigo de tais envolvimentos, e por outras razões, o homem era aconselhado a casar-se novo. Não havia nada de mais belo do que fundar o seu próprio lar. É assim que Anii, um «sábio» do Império Novo, escrevia: «Toma uma mulher enquanto és jovem e instrui-a acerca do que fazem os homens. Esta te dará um filho, enquanto és vigoroso, e terás descendência»[1].

[1] Cit. por C. Grimberg, *História Universal*, Europa América, 1965, vol. I, p. 129.

Mas, muito antes, um vizir da V Dinastia, Ptahotep, já escrevera: «Quando alcançares a abastança, casa-te e ama a tua mulher mais do que a tudo no mundo. Dá-lhe alimento em abundância e belas vestes. São outros tantos remédios para o seu corpo. Dá-lhe perfumados bálsamos e torna-a feliz até à morte»[2].

[2] Cit. por C. Grimberg, ob. cit., p. 129.

Segundo escreve Anii, na sequência do texto acima citado, «um homem adquire reputação pelos filhos que lhe nasceram».

Obviamente que o desejo de ter filhos não era apenas uma questão de reputação. **O pai desejava ter um filho para lhe transmitir a herança, para lhe perpetuar o nome e para lhe prestar o culto funerário**. De facto, competia ao filho dar sepultura honrosa ao pai, conservar em bom estado a sua inscrição funerária e fazer-lhe a oferta da alimentação adequada nos dias de festa. Estes deveres filiais eram tão importantes na mentalidade religiosa egípcia que, frequentemente, os filhos apontavam como título de honra o cumprimento fiel de tais deveres. E se isto se passa em relação ao amor do filho para com o pai, também é justo reconhecermos que, no Antigo Egipto, se exaltava o amor do filho para com a mãe. Isto tanto nos documentos escritos como nos monumentos artísticos. Já em túmulos do Império Antigo aparece frequentemente representada a mãe do defunto ao lado da sua esposa.

De uma maneira geral, o quadro da família que se extrai da literatura e da arte é revelador da grande harmonia, no lar, sem que isto signifique que não tivesse havido sobressaltos e mutações nos diversos períodos da história. É facto reconhecido que a presença de estrangeiros, de mercenários no exército e de prisioneiros de guerra, principalmente após as campanhas de Tutmósis III, teve reflexos nos casamentos, na família e na própria onomástica. Mas o estatuto básico não se alterou.

3.2.2 *O quotidiano*

Para conhecermos como seria a vida real, no seu dia-a-dia, o melhor será irmos aos túmulos. Por paradoxal que pareça, **é nos monumentos aos mortos que está representada a vida terrena**. É que o Egípcio amava-a tanto que não podia imaginar a vida do Além sem ser à semelhança desta. Por isso, através das representações nos túmulos, nós conhecemos a vida dentro e fora do lar. Por aí avaliamos como era: a casa, as distracções preferidas, o uso da música e os instrumentos musicais, as vestes, os penteados e as jóias, o cultivo dos campos e a criação de animais, a caça e a pesca, os utensílios para o trabalho, etc. São sobretudo cenas da vida do

campo que aí podemos admirar, visto que o Egípcio era, antes de mais, agricultor. Assim, aparecem aí representadas as vindimas e as diversas fases de preparação do vinho, tal como a colheita dos cereais e a preparação do pão e da cerveja, sem faltarem também cenas de caça e de pesca nos próprios pântanos[1].

[1] G. Andreu, *Images de la vie quotidienne en Egypte au temps des pharaons*, Hachette, Paris, 1992.

Ao lado da vida do camponês, ficaram também representadas **cenas da vida urbana**, nomeadamente da alta sociedade. É assim que, no apogeu do Império, em pinturas de Tebas, nós podemos admirar como seria o luxo e o requinte das recepções mundanas. Não será sem razão que Tebas era «a mais rica capital do mundo antigo», como afirma Daumas[2]. É o mesmo autor que observa, nas pinturas, os costumes e as modas e nos fala de recitais e de concertos e nos deixa esta descrição de reuniões sociais:

[2] F. Daumas, ob. cit., p. 186.

> As mulheres ornadas com jóias sumptuosas, com a sua peruca encimada por um cone de unguento perfumado, flores de lótus na mão, bebem e comem servidas por jovens quase nuas de corpos graciosos e delgados. Por vezes uma destas jovens ajuda uma dama a restabelecer a ordem do seu penteado ou a pôr novamente no lugar uma jóia. Estas citadinas da alta sociedade conversam sem dúvida e escutam frequentemente a música, verdadeiros concertos sob a direcção de harpistas cegos, que alegram os banquetes. Entre os instrumentos musicais, distinguem-se alaúdes, harpas, liras, clarinetes, oboés. O canto e a dança não estavam ausentes, como não estava ausente a recordação da brevidade da vida e da ameaça da morte.[3]

[3] F. Daumas, ob. cit., p. 187.

Esta descrição poderá criar-nos a ilusão de que a vida no Egipto era toda cheia de encantos e de facilidades, mas não esqueçamos que, para além das reuniões mundanas, dos concertos e dos banquetes da alta sociedade, havia o **trabalho do povo comum**, aquele que é o grande agente da história e que a história por vezes esquece, para só falar de reis, de militares ou de grandes senhores.

É bom não esquecermos os camponeses, os operários especializados nas mais diversas profissões, os que tratam dos animais, os padeiros e os que fabricam a cerveja, as mulheres nos seus teares, os que trabalham para os mortos, os construtores dos túmulos ou do mobiliário fúnebre, os técnicos da mumificação, os médicos, os curandeiros, etc. O Egipto era um país de reis e de altos funcionários, mas era igualmente um país de trabalhadores. Todos contribuíam para o bem-estar comum.

Mesmo as classes mais humildes tinham um nível de vida razoável para a época. Referimo-nos concretamente aos camponeses e aos operários. A imensa maioria da população dedicava-se à **agricultura** que era «o fundamento da civilização egípcia», no dizer de A. Erman. Basta observarmos as cenas gravadas nos túmulos da região de Tebas, para vermos as cenas que representam os camponeses entregues à sua faina das sementeiras, das colheitas, das vindimas, do transporte e armazenamento do trigo e da cevada, da recolha do papiro que cresce espontaneamente nas margens do rio. Vemo-los a construir diques, a abrir canais para a água poder passar de um nível para outro ou a regarem os campos à força de pulso, usando a cegonha, o *chaduf*, como faz o *felah* dos tempos modernos.

O autor da *Sátira dos Ofícios* descreve com cores muito carregadas a vida do camponês: a lutar contra a seca, os gafanhotos, os ratos, os ladrões e, por fim, a ter de suportar os cobradores que lhe levavam boa parte da colheita.

Trata-se, obviamente, de uma descrição exagerada, que se explica pela intenção do autor em exaltar a profissão do funcionário público.

Pelo contrário, *O conto dos dois irmãos* apresenta a vida real de maneira atraente, uma vida de trabalho, sem dúvida, mas vivida em paz e com dignidade. Nos campos, tal como nos lazeres e, sobretudo, em dias festivos, o camponês podia cantar, como recordam os textos e as representações na arte. Assim se compreende que os Egípcios, mesmo os das classes mais elevadas, idealizassem a vida no outro mundo, nos campos de Osíris, como uma actividade agrícola, onde podiam semear e depois ceifar as searas louras e gradas.

Obviamente que a vida dos operários não era tão fácil, quando trabalhavam por conta de outrem e os grandes empregadores eram o faraó e os templos. Não há documentação que permita um estudo aprofundado do que aconteceu neste domínio nos diversos períodos da história. Têm particular importância, para o caso, os documentos de Deir el-Medina, que nos dão informações sobre várias gerações de operários que, no decurso de quatro séculos, trabalharam em Tebas, nas obras dos túmulos dos faraós que ficaram sepultados no **Vale dos Reis**. Foram pedreiros, desenhadores, escultores, pintores e toda a espécie de artífices. Sabe-se que eram cumpridores e assíduos, embora os homens faltassem ao trabalho quando as suas esposas estavam menstruadas, talvez por se considerarem ritualmente impuros.

Poderíamos perguntar como seriam as condições de trabalho. Estes operários seriam livres ou praticamente escravos, sob as ordens de patrões déspotas? A questão é pertinente quando contemplamos os grandes monumentos que nos deixaram, como, por exemplo, as pirâmides. Recordemos que Heródoto e outros gregos não encontravam explicação para tais construções que não fosse o trabalho forçado. Tal ideia poderá também ser corroborada pela leitura do *Ensinamento de Duauf*, obra vulgarmente conhecida por *Sátira dos Ofícios*.

O seu autor não teve em mente apenas a construção das pirâmides, pois refere, para além dos pedreiros, ferreiros e artistas, os barbeiros, os jardineiros, os pescadores, os tecelões, etc. Segundo ele, todos tinham uma vida insuportável. Mas notemos que o autor, ao escrever no Império Médio, tem presente um período difícil que foi o I Período Intermédio, e pretende entusiasmar o seu discípulo pela profissão de escriba.

Voltando às pirâmides, somos levados a estabelecer alguma comparação com a construção das grandes catedrais da Idade Média, salvaguardadas as naturais diferenças. E talvez não vejamos aqui obras de déspotas. Daumas, ao referir-se à construção das pirâmides de Guiza e do complexo de mastabas que as cercam, ousa afirmar que «são obras de um povo que fez isso pelo amor que lhes permitia entrar na eternidade à sombra do seu rei»[1].

[1] F. Daumas, ob. cit., p. 256.

Mas temos o direito de pensar diferentemente. Qualquer juízo de valor no presente caso, terá sempre a marca da subjectividade. Entretanto, julgamos que nunca deverá desligar-se da mentalidade da época.

Conhecem-se casos em que os reis deram provas de apreciar o trabalho dos seus operários, enquanto estes, por seu lado, faziam tudo para lhes agradar. Exemplo significativo é o de Ramsés II, ao louvar os artistas que «sabem usar das suas mãos», e ao cumular de bens o inspector dos trabalhos a quem pagava em prata e em ouro. Este, por sua vez, não se esquecia de referir que os operários «trabalham com um coração cheio de amor para o rei do Alto e do Baixo Egipto, senhor das Duas Terras»[1].

[1] F. Daumas, ob. cit., p. 241.

É óbvio que este testemunho e alguns outros não nos permitem generalizações fáceis, pois certamente também existiram situações de conflito entre operários e patrão, com actualmente se conhecem. Ficou conhecida, por exemplo, uma revolta por parte dos trabalhadores da necrópole de Ramsés III, como se depreende de um papiro da XX Dinastia. Tal revolta terá conduzido a uma verdadeira greve que foi, segundo parece, a mais antiga que a história regista. E ficaram conhecidos certos movimentos reivindicativos dos trabalhadores entre os reinados de Ramsés III e de Ramsés XI[2].

[2] Pascal Vernus, «Les grèves», in ob. cit., cap. II, pp. 75-97.

Recorde o que oportunamente escrevemos sobre a crise que surge no fim da dinastia dos Ramessidas. Depois de Ramsés III, começaram as graves convulsões sociais, caracterizadas pela corrupção e pela pilhagem das próprias necrópoles. A profanação dos túmulos, num país como o Egipto, onde o culto dos mortos era uma realidade tão profunda, significava crise social e fome. E esta foi tão má conselheira que não respeitou as próprias crenças religiosas.

3.2.3 *Os escravos*

Não se pode falar da sociedade egípcia sem fazermos uma referência aos escravos, que naturalmente também existiram, como noutras sociedades antigas. Eram naturalmente os prisioneiros de guerra ou aprisionados por mercadores que, tendo entrado no Egipto, ficavam na posse do rei. Este dispunha deles como entendia: oferecia alguns aos templos e dava outros a particulares, como recompensa por serviços prestados. **Os escravos eram, portanto, de origem estrangeira, nem se pode falar da sua existência no Egipto antes do Império Médio, época em que começaram a entrar Núbios e Asiáticos.** A escravatura, entretanto, foi uma realidade considerável durante o Império Novo, quando as campanhas militares na Ásia levaram ao Egipto grande quantidade de prisioneiros.

Serviram-se do seu trabalho o palácio real, os templos e o próprio exército. Como já dissemos, houve mesmo estrangeiros, como foi o caso dos Líbios e dos Meshwesh (povo do mar), que vieram a prosperar, pela via do exército, chegando a constituir uma poderosa força política que se apoderou do trono.

Qual a situação real dos escravos? É questão difícil quando pensamos que «no Egipto antigo não há propriamente cidadãos, quer dizer, homens livres, e pela mesma

razão tão pouco há escravos no sentido clássico, pois não há o contraste da liberdade». Estamos a citar Presedo que, no mesmo contexto, acrescenta: «No Egipto são possíveis todos os graus de liberdade até à não liberdade e coisificação»[1]. Se eram escravos, podiam naturalmente ser comprados, vendidos ou mesmo dados. «Mas, ainda que fossem marcados como o gado, parece que eram tratados, em geral, com certa humanidade e que tinham alguns direitos reais. Recebiam, além do seu alojamento e comida, vestidos, unguentos...»[2].

[1] F. Presedo, «Egipto», in *Historia del Oriente Antiguo*, ed. Cátedra, Madrid, 1992, p. 170.

[2] F. Presedo, ob. cit., p. 245.

Na prática, a situação não era de desespero. As condições de trabalho desses prisioneiros escravizados não eram diferentes daquelas que tinham os trabalhadores livres naturais do país. A demarcação entre o escravo e o «cidadão» parece, pois, muito fluida. A tal propósito escreve A. Cyril: «O escravo pessoal de um Egípcio de alta categoria podia ser muito mais importante do que a maior parte dos camponeses indígenas»[3].

[3] A. Cyril, ob. cit., p. 187.

Pelo *papiro de Wilbour*, somos informados de que **lhes era reconhecido o direito de arrendar ou cultivar a terra nas mesmas condições que qualquer outro indivíduo, fosse ele militar, sacerdote ou escriba. Conhecem-se mesmo testamentos que designam escravos como herdeiros e existem provas de que houve escravos que casaram com mulheres livres. A situação do escravo podia ser temporária, tal como a daquele que se entregava voluntariamente para servir alguém, a fim de lhe ser garantida a subsistência e poder preparar, para os filhos, uma melhor posição social.**

Não há informações precisas quanto às formalidades para ser concedida oficialmente liberdade a um escravo, mas, segundo parece, bastava uma declaração do dono perante testemunhas para que o escravo se tornasse um «homem livre da terra do faraó»[4].

[4] A. Cyril, ob. cit., p. 188.

ACTIVIDADES:

Assinale com × a resposta certa.

1. O faraó intitulava-se:
   - ☐ filho de Hórus;
   - ☐ filho de Rê;
   - ☐ filho de Amon.
2. No *Ensinamento para o rei Merikaré*, o faraó encontra-se definido como:
   - ☐ chefe dos exércitos;
   - ☐ juiz;
   - ☐ protector dos humildes.

3. Amenófis III fez erguer um templo a si próprio:

☐ em Mênfis;

☐ em Tebas;

☐ na Núbia;

☐ na Palestina.

4. Os carros de guerra entraram no Egipto com os:

☐ Hititas;

☐ Hicsos;

☐ Povos do Mar.

5. O *uraeus* era a:

☐ coroa branca do Alto Egipto;

☐ coroa vermelha do Baixo Egipto;

☐ coroa dupla;

☐ insígnia em forma de serpente.

6. Caracterize a família no antigo Egipto.

....

....

....

....

....

....

....

....

....

....

....

RESPOSTAS ÀS ACTIVIDADES:

Devia ter assinalado com ×:

1. Filho de Rê.
2. Protector dos humildes.
3. Na Núbia.
4. Hicsos.
5. Insígnia com forma de serpente.
6. Deve mencionar na sua resposta o seguinte: o carácter monogâmico da família, apesar da existência de outras esposas e do harém na família real; o casamento entre irmãos; defesa da fidelidade conjugal; existência de divórcio.

4. A Economia

TÁBUA DE MATÉRIAS

4. **Economia**

Objectivos de aprendizagem

4.1 **A agricultura e a pesca**

4.2 **O subsolo e as relações comerciais**

4.3 **A circulação dos bens e das pessoas: as vias**

Actividades

Respostas às actividades

Objectivos de aprendizagem:

Depois de ter estudado este capítulo, deve saber que:

- o faraó era o senhor de todo o Egipto;
- a partir da IV Dinastia verificou-se a tendência para a privatização do solo;
- o palácio real e os templos tinham uma função económica e política;
- a agricultura foi sempre a base da economia egípcia, ocupando-se dela a maioria da população;
- a pesca, a exploração do solo e as relações comerciais com o exterior foram igualmente importantes para a economia do Egipto;
- toda a economia estava centralizada nas mãos do faraó, que a dirigia;
- a produção dirigia-se aos vivos, mas também aos mortos;
- a circulação interna de produtos tinha por base a permuta enquanto o comércio externo usava o lingote metálico como meio de pagamento;
- o Nilo e os seus canais foram a grande via de circulação interna.

As lacunas da documentação não permitem um estudo aprofundado da economia, seja no Egipto, seja em qualquer outra civilização da Antiguidade. É possível, entretanto, reunir algumas informações sobre os fundamentos económicos que estiveram na base da antiga civilização egípcia. Um estudo completo obrigar-nos-ia a atender a cada período, desde a época que antecedeu a unificação, quando a divisão do trabalho estava pouco desenvolvida, até às épocas helenística e romana, onde, para além da grande diversificação do trabalho e das profissões, existe um comércio interno e externo de grande importância.

4.1 A agricultura e a pesca

A economia do Egipto assentava na agricultura. Mas um problema que se nos põe é este: a quem pertencia a terra que o camponês trabalhava?

Desde que existe a realeza no Egipto, **o faraó é teoricamente o proprietário de todo o solo.** O palácio real é um grande estabelecimento económico, um enorme armazém com numerosas sucursais, para onde eram levados os produtos do país. Graças a essas reservas estavam asseguradas as necessidades da família real, da multidão dos funcionários, que sempre foi crescendo, e dos trabalhadores que estavam ao serviço do rei.

Os camponeses trabalhavam para o soberano e a maior parte do que produziam dirigia-se aos celeiros reais. Este sistema atingiu o seu ponto culminante no Império Antigo, quando se construíram as pirâmides.

As explorações económicas do país e dos habitantes exigiam um aparelho administrativo eficaz, ao serviço do faraó. A partir da IV Dinastia, começamos a conhecer documentação que nos informa dos abusos do funcionalismo, das ambições e interesses pessoais. O rei tinha que pagar favores. E, assim, houve príncipes que receberam propriedades, sendo um bom exemplo o caso do príncipe Nefermaet, filho de Senefera, que fez representar no seu túmulo os 45 domínios que lhe pertenciam. Houve também funcionários que receberam, por doação régia, grandes propriedades e outros adquiriram-nas por compra.

No decorrer do Império Antigo, a partir da **IV Dinastia,** verificou-se a tendência para a **privatização do solo.** Na V Dinastia, já os grandes templos se afirmavam proprietários de campos. Sabemos como a imunidade fiscal aumentou o poder económico dos templos e também a sua influência política, pois escapavam ao controlo da administração.

Os problemas daqui resultantes são evidentes: o faraó ao fazer certas concessões aos sacerdotes, aos príncipes ou altos funcionários, para pagar ou obter favores, perdia margem de manobra política. Chegou-se a um momento em que o faraó tinha dificuldades económicas, para responder às exigências da Administração Central, e, por outro lado, não podia libertar-se da dependência dos poderes

económicos do reino. O facto é manifesto no Império Novo e exemplo significativo é o de Amenófis IV, ao estabelecer a capital em Amarna.

A agricultura esteve sempre no centro da economia egípcia e o trabalho da terra ocupava a maior parte da população.

Quando se diz que o Egipto é um «*dom do Nilo*» afirma-se que a terra das margens do rio, a **kemet**, a terra negra, era óptima para a agricultura. Chegou longe a fama dessa terra que o rio fertilizava. Séneca, por exemplo, deixou-nos este testemunho: «Como tu sabes, o Egipto põe neste [no Nilo] toda a sua esperança; o ano é estéril ou fértil segundo o rio se enche muito ou pouco»[1]. Depois acrescenta: «O aspecto do país nunca é tão belo como quando o Nilo invade os seus campos. As planícies ficam ocultas e os vales cobertos, só as aldeias emergem como ilhas. Nenhum habitante do interior pode comunicar com outros a não ser por barco e a alegria das gentes é maior quanto menos vejam as suas terras»[2].

[1] Séneca, *De Nilo*, II, 1.

[2] *De Nilo*, II, 10.

Após a **inundação** que destruía os limites dos campos, aparecia nas aldeias uma equipa de funcionários do cadastro das propriedades, para marcarem, de novo, as extremas das terras. Começava então a faina dos campos: lavravam-se com o arado puxado pelos bois; abriam-se canais, para que na altura própria se regassem as zonas mais afastadas da torrente; levantavam-se diques quando necessário; lançava-se a semente à terra. Esta era fornecida aos camponeses pelos celeiros reais, já que, mais tarde, a colheita também teria de ir para esses armazéns. Depois da sementeira, homens, mulheres e até crianças viviam para os campos. Naturalmente, os homens encarregavam-se dos trabalhos mais pesados, enquanto as mulheres e as crianças ceifavam as espigas e colhiam os frutos.

Depois da colheita das searas, transportavam as espigas para a eira, onde as patas dos bois as debulhavam. Quando a palha ficava separada do grão, só restava encher os sacos que eram conduzidos em barcos, para os celeiros reais. Aí estavam os funcionários do grão para registarem as quantidades. Mais tarde, o cereal seguia os seus caminhos, para ser moído, até se transformar no pão que alimentava todos os Egípcios.

Cada uma destas fases era controlada e registada por funcionários da Administração Pública, conhecidos por **olhos e ouvidos do rei**, por estarem em toda a parte. Os camponeses, tal como os trabalhadores das diversas profissões, deviam atender a normas de produção. O funcionário deveria dar conta ao poder central do resultado dos trabalhos agrícolas e de tudo o que o país produzia. O funcionário era exigente para agradar ao senhor.

Este trabalho comunitário era também praticado noutros domínios da produção alimentar. Assim, na própria **actividade piscatória** que era variada, para além da pesca ao anzol, havia a pesca com rede, com a cooperação de vários pescadores. A distribuição do peixe era feita à gente comum, ao passo que a carne raras vezes chegava aos camponeses, por ser cara.

Além de agricultores e pescadores, os Egípcios trabalhavam igualmente noutras actividades destinadas à alimentação, tais como: apicultores, padeiros, fabricantes

de cerveja, cultivadores de hortaliças, de tâmaras, de figos, de vinho, etc. A organização do Estado compreendia, de facto, uma grande diferenciação de profissões.

A cerveja era a bebida comum. O vinho, pelo contrário era destinado às classes mais elevadas, sendo entregue ao consumidor em grandes ânforas. Nas escavações de vários palácios, encontraram-se frequentemente vasilhas destinadas ao vinho, tendo, por vezes, o nome do proprietário, do cultivador, da propriedade de origem, etc., o que poderá revelar o controlo oficial sobre a produção e distribuição do produto.

Perante esta organização quanto à produção e distribuição dos bens alimentares, compreende-se que as riquezas naturais, produzidas no vale do Nilo, constituíssem a base da prosperidade deste povo. Assim se explica como a produção excedentária da agricultura permitiu as realizações que caracterizaram o antigo Egipto.

4.2 O subsolo e as relações comerciais

O Egipto faraónico possuía grandes riquezas, umas produzidas no próprio país e outras que aí chegavam, pela via comercial ou pelas expedições militares, levadas a efeito pelo faraó.

O cultivo da terra e a criação de gado estavam na base da economia, mas o solo do Egipto proporcionava outras riquezas, como, por exemplo, os materiais de construção: eram os granitos cor de rosa das pedreiras de Assuão, era o pórfiro, o alabastro das proximidades de Amarna, eram os basaltos da região do Cairo, etc. Não faltavam também as pedras preciosas: a turquesa e a malaquite do Sinai, o quartzo, o feldspato verde, a ágata, a ametista e a calcedónia dos desertos de Leste e de Oeste. Na época ptolomaica, começaram também a explorar-se os corais do mar Vermelho.

Quanto à **metalurgia**, o Egipto não foi rico. É curioso verificar-se que conservaram até tarde, mais do que nenhum outro povo da Antiguidade oriental as indústrias líticas. Embora desde cedo os Egípcios explorassem o cobre do Sinai, só tardiamente usaram a liga do cobre e do estanho de que resulta o bronze. Por isso, este metal só mais tarde se divulgaria, apesar de ter sido introduzido no Império Médio. O ferro foi trabalhado, mas escassamente, na Época Baixa e apenas se popularizou maciçamente na Época Helenista[1].

[1] F. Presedo, ob. cit., p. 243.

Ao Egipto afluíram também grandes riquezas do exterior, tanto pela via do comércio como pelas pilhagens e, sobretudo, pelas guerras. São conhecidas, desde o Império Antigo, as boas relações com o Líbano, concretamente com Biblos, de onde vinha a madeira, com a Somália de onde chegavam os aromas destinados ao culto, com a Núbia, de onde vinham as plumas de avestruz, o ébano, o marfim e, sobretudo, o ouro. Estas ligações do Egipto com outros povos prosseguiram durante os vários períodos da História, com altos e baixos, como é natural. Daí a preocupação permanente com a vigilância e defesa das vias comerciais e das fronteiras.

A Núbia merece uma referência especial por ser a grande produtora de ouro, que teve importância primordial na história do Egipto. Desempenhou sempre esse papel e as quantidades de metal amarelo entradas foram consideráveis. Assim, durante o reinado de Tutmósis III, chegaram ao Egipto 260 kg, no 34.º ano do seu reinado, 268 kg no 38.º e 300 kg no 41.º ano[1].

1 F. Presedo, ob. cit., p. 227.

Relativamente ao Líbano, recordemos, por curiosidade, a informação que nos chega através do conto de Wen-Amon, dos finais do Império Novo. Refere as dificuldades em se obter madeira e fala dos produtos que o Egipto faria chegar em troca: rolos de papiro, peles de animais, peças de linho e outras de ouro e de prata.

Nas relações comerciais, a **diplomacia** desempenhava por vezes um papel importante. Na corte de Amarna, encontraram-se sete cartas do rei de Chipre, ilha conhecida então por Alashia, dirigidas a Amenófis IV, por onde se conclui das boas relações existentes entre os dois soberanos. A amizade e a aliança entre os dois povos tinha importância para o comércio.

Mas, apesar de todas as riquezas, o Egipto não teria alcançado a prosperidade que se conhece, se não se tratasse de um povo inteligente e organizado. Toda a ordem assentava na sua força, nas mãos de um soberano omnipotente que centralizava todos os recursos e os dirigia segundo os seus objectivos. Quando falhava essa organização, por falta de um poder central, havia guerra civil e fome.

Falar da economia significa referir não só a produção de bens materiais mas também a distribuição e consumo. A economia dirigida tinha como objectivo principal a alimentação do povo. Ao faraó incumbia, teoricamente, o sustento de todos. O nascimento de uma criança significava mais uma boca a alimentar, o que não quer dizer que houvesse uma preocupação em limitar os nascimentos. Recorde-se que os Gregos, quando começaram a visitar o Egipto, puderam admirar como no país do Nilo se respeitava a vida humana, sem receios de que o pão não chegasse para todos. Admiravam-se de que os Egípcios deixassem vingar todas as crianças.

A alimentação chegava para todos os vivos e também para os mortos. É que no Egipto também os mortos tinham necessidade de comer! Entendamos esta linguagem. Os Egípcios tinham anseios de eternidade e cultivavam seriamente essa crença. Acreditavam que após a morte o espírito continuava a viver enquanto o corpo subsistisse. Daí a preocupação com a mumificação dos corpos. Era necessário que estes corpos, ou mesmo as estátuas sucedâneas, continuassem a alimentar-se, para manterem as suas forças. Assim se compreende que o homem sentisse a necessidade de ter um filho, não só para lhe perpetuar o nome, mas para lhe dar sepultura e cuidar da sua eternidade. Compreende-se igualmente que se fizessem contratos com o pessoal do culto funerário, a quem se pagava e a quem se entregavam os bens, para cuidar dos mortos. É que estes deviam continuar a viver. Aqui encontra a explicação grande parte da civilização egípcia, com os seus grandiosos túmulos e templos e esmeradas (porventura estranhas) práticas funerárias.

O facto de uma parte considerável dos bens ser destinada aos mortos não significa que, de um ponto de vista económico fosse perdida, como observa Daumas, visto

que, na realidade, esses bens eram consumidos pelos encarregados do culto funerário[1].

1 F. Daumas, ob. cit., p. 245.

Quando o actual visitante do Museu do Cairo observa os tesouros do túmulo de Tutankhamon, com os seus móveis sumptuosos, as jóias, as pedras preciosas, o ouro em quantidade mais que surpreendente, compreende como grande parte da riqueza do Egipto se destinava à morte. Sente também que os Egípcios eram os mais espirituais dos homens. Usavam os bens com um ideal apenas compreensível, dentro de um mundo de conceitos metafísicos. Eis a complexa imbricação de factores ideológicos e religiosos na economia do país dos faraós.

A distribuição dos bens e, consequentemente, a sua comercialização obrigam-nos a falar dos modos de pagamento e de circulação. É evidente que uma análise do comércio, como da sociedade, da religião, etc., conta com factores diferentes, conforme os períodos da história do Egipto e conforme as dinastias. Mas um estudo de pormenor ultrapassa o âmbito do nosso curso. A nossa apreciação é de carácter geral e terá de ser mais uma síntese do que uma análise minuciosa.

No país do Nilo, o comércio interno nunca foi florescente, mas não poderá dizer-se o mesmo do comércio externo, que conheceria épocas de prosperidade, como aconteceu nas épocas saíta e ptolomaica. Qualquer forma de comércio na Alta Antiguidade teve as limitações resultantes da falta de moeda. O pagamento era feito pela permuta de bens e, só num segundo momento, estes foram avaliados com referência a um padrão metálico.

Havia, antes de mais, o simples mercado de rua ou de vizinhos, onde o camponês trocava os seus produtos com o artífice que lhe dava o que ele próprio produzia. Não faltam representações de mercados do género, onde vemos, por exemplo, um artesão a trocar um colar e outro a trocar umas sandálias por produtos agrícolas, tal como nos surge o caso daquele que permuta um escravo por duas vacas e outro que entrega uma casa por duas grandes peças de tecido e um leito. Ao lado destes pagamentos havia outros, como aquele que era feito ao governador de El-Kab, em ouro, cobre, vestes e cereais.

Mas ultrapassemos o quadro do comércio de rua ou de mercado de bairro e vejamos aquele que se fazia com a circulação de bens de uma localidade para outra ou mesmo para fora do Egipto. Nestes casos, a simples troca deixava de ser prática. Os Egípcios sentiram, certamente o problema e resolveram-no já desde o Império Antigo. Recorreram ao sistema ponderal, isto é, o preço abstracto das coisas foi definido segundo um padrão metálico. Assim, por exemplo, um boi, uma ovelha ou uma medida de trigo correspondiam a determinado peso de cobre, prata ou ouro. Desta forma criou-se um padrão pré-monetário. Entraram em uso peças metálicas com um peso fixo. Houve mesmo templos que começaram a estampar lingotes de prata muito antes da prática da cunhagem de moedas.

Se a invenção do sistema monetário não ficou a dever-se ao Egipto, pois a cunhagem de moeda apenas surgiria nos séculos VIII-VII a. C., na Lídia, tem de reconhecer-se que, no país do Nilo, se deram passos consideráveis no sentido da racionalização do sistema de pagamentos. O metal, usado como referência, não foi sempre o mesmo.

Nalguns casos foi o cobre, noutros a prata e noutros o ouro. No Império Antigo, por exemplo, usou-se o ouro, sendo a unidade o *shat*, que pesava 7,5 g. O múltiplo era o *deben* (unidade mais conhecida), que valia 12 *shats*, ou seja, o correspondente a 90 g.

Note-se que, para calcular múltiplos ou submúltiplos, se usava então o sistema sexagesimal, o que parece reflectir remotas ligações com a Mesopotâmia. Mais tarde, na XIX Dinastia, já encontramos o sistema decimal, tipicamente egípcio, aplicado no caso dos múltiplos e dos submúltiplos ao padrão ponderal pré-monetário. É assim que aparece o *qite* que valia uma décima parte do *deben*. Registe-se também que, nesta dinastia, o metal de referência já não era o ouro, mas a prata, que valia exactamente metade do ouro, segundo o que era aceite desde o Império Médio.

Não deixa de ter importância, para o tema que estamos a tratar, uma referência ao **sistema de medidas**.

A partir do início do III milénio era usado como medida de comprimento, o côvado, que media 525 mm. Tinha como submúltiplos a mão e o dedo, que eram 1/7 e 1/28 do côvado, respectivamente. Os campos mediam-se com uma corda de nós de 100 côvados. A medida de superfície 100 x 100 côvados era o *arure*.

A medida de capacidade, usada para medir os cereais, correspondia a cerca de 4,8 litros. A partir dessa medida usavam-se outras unidades, uma medida dupla (9,6 litros) e ainda o quádruplo (19,2 litros). Havia ainda o saco de cerca de 76 litros e uma outra, maior, que correspondia a 96 litros.

Para os líquidos, a base era uma medida que correspondia a 0,48 do litro. Utilizavam-se como medidas os recipientes que serviam para o transporte da cerveja, do vinho, do azeite, do mel e que tinham as mesmas formas, transmitidas pela tradição, e a mesma capacidade.

4.3 A circulação dos bens e das pessoas: as vias

A circulação dos bens que tinha de fazer-se, qualquer que fosse o sistema de pagamento, revestia-se, obviamente, de importância, fosse por via terrestre, por via fluvial ou marítima. A via terrestre foi a menos importante, porque o Egipto era constituído praticamente pelas margens do Nilo e pelo Delta e os caminhos por terra só eram possíveis numa parte do ano. **A grande via de circulação de pessoas e de bens era o rio e os seus canais**. De tal forma se impunha esse caminho natural que «viajar» era igual a «subir o rio» ou «descer o rio»[1].

[1] A. Erman, H. Ranke, ob. cit., cap. XX, pp. 644-696.

Pelos efémeros caminhos de terra, usava-se como meio de locomoção o burro. De facto, em todos os períodos da história do Egipto, é sempre este animal que aparece usado para os transportes. Num quadro do Império Antigo pode-se ver mesmo uma espécie de liteira sobre o dorso de dois burros, que naturalmente caminhavam a par, parecendo que tal liteira deveria ser um meio para se fazerem deslocar pessoas da alta sociedade. O cavalo, segundo tudo leva a concluir, só se divulgou no Egipto com os Hicsos, espalhando-se também nessa época pela região siro-palestinense e pela Anatólia. No Egipto, o cavalo não era montado, mas usado para puxar o carro. É, sobretudo, a partir da XVIII Dinastia que os cavalos são representados a puxar os carros. Ocupam então lugar de importância entre os bens do faraó. A função de condutor dos carros do rei tinha tal importância que, por vezes, era desempenhada por príncipes.

Não havendo estradas por terra, como dissemos, o Egipto tinha uma via que o percorria de sul a norte. O Nilo era, de facto, navegável a toda a extensão do país, contando ainda com a rede de canais tão importantes para a fertilidade dos campos como para as comunicações. Era tão normal o uso do barco no Egipto, como das gôndolas na Veneza actual, só que a variedade de embarcações, no Egipto, era muito maior, como se pode avaliar tanto pelas representações que nos ficaram como pela riqueza do vocabulário. Existia, efectivamente, uma grande variedade de barcos, desde aqueles que se destinavam à pesca, até aos navios largos para transporte de obeliscos; desde os navios rápidos de remos ou de velas, até outros bem equipados, destinados à guerra. Estes tinham, por vezes, nomes bem expressivos, como o de «touro selvagem».

Quanto às dimensões, sabemos que havia desde a canoa pequena até navios com mais de 50 m de comprimento. De um destes, dá-nos testemunho a Pedra de Palermo, na III Dinastia. E é bem conhecido o caso de um navio de 30 metros de comprimento que foi encontrado enterrado, perto da pirâmide de Kheops, numa fossa rectangular, talvez para ser utilizado pelo faraó nas suas viagens *post mortem*.

Pelas cenas que a arte nos revela, como aquela da expedição da rainha Hatshepsut ao Mar Vermelho e ao Oceano Índico, podemos avaliar como eram bem equipados. No Império Novo, e mais ainda na época saíta e ptolomaica, a decoração luxuosa de alguns barcos faz-nos ver como este meio de transporte era, nalguns casos, sinal de ostentação de riqueza.

Não deverá ignorar-se, igualmente, a navegação marítima, que teve importância não só para fins comerciais mas também para viagens recreativas, como as que se fizeram para Biblos, nos diversos períodos da história do Egipto. **Ao lado de uma marinha de guerra existiu, efectivamente, uma marinha mercante**. Recordemos que o navio de alto mar recebeu o nome de Biblos, que os Egípcios pronunciavam *Gublit*, como já tivemos ocasião de informar.

ACTIVIDADES:

Procure auto-avaliar a sua aprendizagem, respondendo ao seguinte questionário.

1. Explique a expressão «teologia real» aplicada à monarquia egípcia.

....

....

....

....

....

....

2. Identifique os funcionários designados «os olhos e os ouvidos do rei».

....

....

3. Assinale com × as afirmações verdadeiras:

- ☐ O palácio do faraó era um grande estabelecimento económico, tal como os túmulos.
- ☐ O faraó centralizava e dirigia toda a produção do Egipto.
- ☐ A propriedade privada surgiu na V Dinastia.
- ☐ Após a inundação das terras pelo Nilo, os funcionários do cadastro das propriedades tornavam a marcar os limites dos campos.
- ☐ O Egipto possuía um subsolo pobre em metais.
- ☐ O Egipto não conheceu a moeda, mas usou no seu comércio externo instrumentos pré-monetários.
- ☐ Os templos egípcios lavraram lingotes metálicos para os pagamentos.
- ☐ As estradas eram as grandes vias de circulação de pessoas e bens.

RESPOSTAS ÀS ACTIVIDADES:

1. Devia ter abordado na sua resposta que o faraó era deus (Hórus e Filho de Rê); se identificava com a globalidade do território, sendo o senhor do Alto e do Baixo Egipto; que a sociedade e a economia principiavam e terminavam nele.

2. Eram os funcionários da administração real que vigiavam e informavam o faraó sobre a produção agrícola do Egipto.

3. Devia ter assinalado todas as afirmações, excepto a 1.ª, a 3.ª e a última.

   Como sabe, apenas o palácio pode ser definido como um estabelecimento económico aonde chegam os produtos e de onde são distribuídos, sendo um grande armazém de circulação de pessoas e bens, ao contrário dos túmulos, onde estes últimos são depositados para «uso» do morto.

   É a partir da IV Dinastia que a propriedade privada surge no Egipto, e não da V Dinastia, como está na frase.

   Por fim, o Egipto não possuía uma rede viária terrestre, apenas o Nilo era o seu grande meio de circulação.

5. A Religião

TÁBUA DE MATÉRIAS

5. A Religião

Objectivos de aprendizagem

5.1 Princípios básicos

5.2 Duas sínteses teológicas

5.3 O faraó, descendente de Hórus e deus Sol

5.4 Os animais sagrados

5.5 O culto dos deuses

5.6 O culto dos mortos

Actividade sugerida

Actividades

Respostas às actividades

Objectivos de aprendizagem:

Depois de ter estudado este capítulo, deve ter ficado a saber que:

- a religião egípcia era politeísta;
- as três principais fontes para o estudo da religião são: o *Livro das Pirâmides*, o *Livro dos Sarcófagos* e o *Livro dos Mortos*;
- o culto era o cerne da religião;
- o faraó era o regulador desse culto;
- existiam duas sínteses teológicas: a de Rê, o deus sol, e a de Osíris;
- as sínteses teológicas constituíam famílias de deuses;
- na religião tinha origem a teologia da realeza, sendo o faraó descendente de Hórus, filho de Osíris;
- a partir da V Dinastia, o faraó começou a intitular-se também «filho de Rê»;
- com os faraós do Império Novo, cresceu o prestígio do deus Amon que se viria a identificar com Rê, tornando-se Amon-Rê;
- no Egipto houve, desde tempos remotos, o culto dos animais sagrados, mas a sua vulgarização ocorreu durante o Império Novo;
- o culto dos deuses obedecia a rituais litúrgicos;
- o culto dos mortos estava intimamente ligado à crença numa vida eterna.

Os deuses e a religião ocupam mais de metade da egiptologia e torna-se quase impossível elaborar uma síntese coerente nesta matéria, como reconhecem egiptólogos da craveira de E. Drioton e J. Vandier[1].

[1] E. Drioton e J. Vandier, *L'Égypte*, 5.ª ed., PUF, Paris, 1975, p. 61.

O panteão egípcio integra uma tal quantidade de divindades masculinas e femininas, de idades e importância tão diversas, que seria justo perguntarmos se se trata de uma ou de várias religiões. Mas, faça-se ou não esta pergunta, ninguém duvidará que **a antiga religião egípcia é francamente politeísta, apesar do episódio passageiro de Akhenaton, em pleno Império Novo, ao querer que se adorasse unicamente Aton**. Pelo menos no início da história do Egipto não houve uma religião comum. Cada região, ou talvez mesmo cada localidade tinha o seu próprio deus ou deuses, que já vinham da Pré-História.

À medida que o país se foi unificando também o culto dos deuses foi ganhando alguma coesão. Assim, quando um nomo estendia o seu domínio a outros, a fama do seu deus ou deuses sobrepunha-se também nesse território. Os adoradores de outras divindades aceitavam os deuses daqueles que ficavam detentores do poder e assimilavam as divindades locais ao deus ou deuses mais importantes. **Este processo de assimilação verificou-se durante toda a história do Egipto**. O fenómeno tornava-se por demais evidente quando uma família ocupava o trono. O deus da cidade de onde provinha a família real aumentava a sua importância e estendia a sua influência. É dentro destes princípios que se compreende como é que o prestígio do deus solar se estendeu a todo o Egipto. De facto, poucos deuses deixaram de se assimilar a **Rê**. Da mesma forma, **Osíris**, que era originário do Delta, estendeu a sua fama a todo o país e foi ainda pela mesma razão que, no Império Novo, **Amon**, o deus de Tebas, se implantou em todo o Egipto, identificando-se com o deus Rê. Era conhecido na altura como **Amon-Rê**.

As fontes para o estudo da religião são inúmeras, quase diríamos excessivas. Mas à abundância quanto ao número não corresponde a qualidade, ou seja, o seu valor informativo. Não existem obras de teólogos ou de pensadores egípcios que tivessem sistematizado as crenças e elaborado um corpo teológico, com uma visão completa doutrinal e com um mínimo de conexão lógica entre as suas partes.

Não existindo fontes dessa natureza, os estudiosos do nosso tempo servem-se, de modo especial, de **três obras clássicas** que contêm abundante documentação sobre a matéria: o *Livro das Pirâmides*, o *Livro dos Sarcófagos* e o *Livro dos Mortos*. Em todos os casos trata-se de compilações de fórmulas úteis para aqueles que, após a morte, passavam para a vida de além-túmulo.

O **Livro das Pirâmides** é uma compilação das gravuras sobre os muros dos corredores e das câmaras sepulcrais das pequenas pirâmides de Sakara, que compreende textos litúrgicos e fórmulas relativas ao destino do rei no outro mundo. Alguns textos aí recolhidos têm uma origem remota. Assim, a primeira recensão é a da **pirâmide de Unas**, que foi o último rei da V Dinastia.

O **Livro dos Sarcófagos**, do Império Médio, é uma recolha de textos, escritos em caracteres hieroglíficos cursivos no interior dos sarcófagos de madeira, da época.

O objectivo destas fórmulas mágicas era dar resposta às necessidades do defunto no outro mundo e afastá-lo dos perigos.

O **Livro dos Mortos** surgiu no Império Novo. Foi então que se reuniram textos funerários em rolos de papiro que se encerravam nas múmias. Alguns exemplares do *Livro dos Mortos* são iluminados com vinhetas muito expressivas.

Desde há muito que se fizeram versões destas fontes da religião egípcia em diversas línguas[1].

[1] Do *Livro dos Mortos*, em português, podem consultar-se, duas versões: *O Livro Egípcio dos Mortos*, E. A. Wallis Budge, ed. Pensamento, S. Paulo, s. d.; e *O Livro dos Mortos do Antigo Egipto*, trad. de Maria Helena Trindade Lopes, ed. Assírio e Alvim, Lisboa, 1991.

5.1 Princípios básicos

Segundo os nossos conceitos modernos e ocidentais, o que caracteriza uma religião é o conjunto de **crenças** que têm por base a natureza da divindade, bem como a **moral** daí resultante e ainda o **culto** que se presta a Deus. A moral e o culto têm íntima ligação com a crença, que se exprime num «credo» ou símbolo da fé.

Na religião egípcia, o elemento que lhe dá alguma coesão e melhor a caracteriza não é a crença, nem mesmo a moral, mas sim, **o culto. O fundamental na religião egícpia é adorar os deuses**, enquanto legítimos possuidores do solo egípcio. De início o culto dirige-se ao deus local, senhor do nomo, e após a unificação do Egipto, o culto orienta-se para o senhor de todo o país.

Quem regula o culto é o **rei** e é ele o garante do serviço público em todo o território. Para isso assegura as doações aos deuses legítimos. Seria utopia pensar que o rei poderia conseguir uma unificação dogmática perante tantas e tão diversas tradições. É óbvio que ele seria partidário desta ou daquela doutrina, mas competia-lhe garantir o culto em toda a parte, permitindo aos **sacerdotes locais** as suas elaborações teológicas. E estes de facto não descuravam essa função. Criavam e desenvolviam toda uma mitologia, uma cosmogonia e uma história, segundo a concepção que faziam do seu deus, sempre com a preocupação de realçarem a sua importância. A teologia dos templos mais ricos não deixava de influenciar a dos santuários mais modestos, como é de supor. Nestas circunstâncias, não foi possível evitar contradições nas crenças. Se era impensável unificar o dogma, não era impossível unificar o culto, como de facto aconteceu.

5.2 Duas sínteses teológicas

Segundo o *Livro das Pirâmides*, a teologia egípcia da época (ou seja do III milénio) era apresentada em duas sínteses principais:

- **a síntese solar com origem em Heliópolis, que tinha como deus supremo Rê;**

- e **a síntese osiriana**, dispondo uma e outra dos mesmos elementos mas de maneira diferente. **Em ambos os casos, o agrupamento dos deuses fazia-se por famílias, segundo o esquema pai--mãe-filho, ou seja, as tríades**.

Heliópolis, situada a poucos quilómetros a nordeste do actual Cairo, como pode observar no mapa, tornou-se a sede principal do **deus Sol**, onde floresceu uma famosa escola teológica.

Os Egípcios adoraram o Sol, considerando-o o criador do Universo e a fonte de toda a vida, o deus principal. O seu culto estendeu-se por todo o país a partir da época da unificação, de tal modo que os deuses locais foram assimilados ao deus Sol. Por toda a parte foi aceite essa divindade e o ritual litúrgico celebrado em Heliópolis acabou por ser seguido pelos outros templos egípcios.

É curioso analisarmos o conceito que os Egípcios faziam do deus Sol, através das formas com que o representavam e através dos nomes que lhe atribuíam. Representavam-no com **forma humana**, colocando-lhe na cabeça a coroa dupla, que era usada pelo faraó, ou seja, uma combinação da coroa vermelha do Baixo Egipto e da coroa branca do Alto Egipto, como já aprendeu. Com essa forma chamavam-lhe **Atum**.

Representavam-no também sob a forma de **escaravelho**, recebendo neste caso o nome de **Kepra**, o que para a nossa mentalidade não deixa de ser estranho. Mas vejamos a razão: o escaravelho alimenta-se de um pequenino grão de esterco que revolve e enterra num buraco onde o devora. Acontece também que o escaravelho fêmea põe o ovo num pedacinho de esterco que enterra no chão, até à época do choco. Mais tarde, sai dessa pequena bola de esterco um insecto vivo, aparentemente autoconcebido. Pois bem, o Sol também rola no céu como se fosse uma esfera acima das nuvens e aí surge todos os dias. Por tudo isso, existia uma certa semelhança entre o Sol e o escaravelho. Além de tudo, o Sol, criador de todas as coisas, era tal como o escaravelho, para os Egípcios, autoconcebido.

Mas a forma mais frequente com que se representava o deus Sol era a de um **homem com cabeça de falcão**, tendo por cima da cabeça o disco solar e uma cobra, conhecida por *Uraeus*. Sob essa forma, ele era conhecido por **Rê**. A cabeça de falcão fazia com que fosse identificado com **Hórus**, adorado em várias partes do Egipto. Notemos, entretanto, que **este não era o deus Hórus, filho de Osíris**.

Segundo a crença generalizada, Rê surgia todas as manhãs por detrás da montanha da aurora, viajando na sua «barca de milhões de anos», acompanhado pelos deuses do seu séquito com grande cortejo. É a ideia que transparece no hino que se lê no *Livro dos Mortos*:

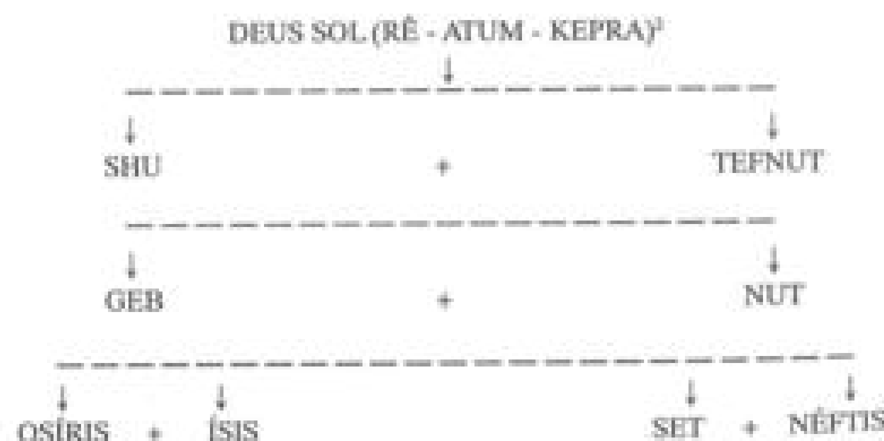
> Salvè, *Kepra*, aquele que a si próprio se concebeu! Quão maravilhoso é o teu despertar no horizonte, quando iluminas as duas terras com os teus raios. Todos os deuses exultam ao contemplar em ti o deus de todo o céu. A serpente *Uraeus* está fixada à tua cabeça, as coroas do Alto e do Baixo Egipto em tua testa ... *Thot* fica junto à proa do teu barco, abatendo todos os teus inimigos.

Acreditavam também os Egípcios que, durante a longa viagem diária, o deus Rê envelhecia. Assim, ao nascer do Sol, Rê era ainda criança; ao meio-dia, estava na pujança da vida, mas depois ia envelhecendo, de tal forma que, ao chegar ao fim do dia, se tornava um velho a cambalear.

A escola de Heliópolis idealizava a origem do deus Sol do seguinte modo: antes de ser criada a Terra e os céus, antes de existirem os deuses e os homens, havia uma massa aquosa e informe, designada por **Nun**. Nessa massa é que existia o deus Sol, como se afirma *no Livro dos Mortos*: «Sou **Atum** quando ele estava em **Nun**, sou **Rê** quando ele despontou, quando começou a governar o que havia sido criado»[1].

[1] Este texto lê-se no *Livro dos Mortos*, Fórmula 17, secção I.

O deus Sol gerou duas divindades, cuspindo-as da boca: uma foi o deus **Shu**, que é a personificação do ar; a outra foi a deusa **Tefnut**, personificação do orvalho. **Desta forma temos a primeira tríade original: o deus Sol (Rê, Atum, Kepra), o deus Shu e a deusa Tefnut**. Acontece que o deus Shu e a deusa Tefnut uniram-se e dessa união nasceu **Geb** (o deus terra) e **Nut** (a deusa do céu). Geb e Nut, por sua vez, também se uniram, gerando o deus **Osíris** e a sua esposa **Ísis**, bem como **Set** e a sua esposa **Néftis**. Temos assim a **Enéade, ou seja, a grande Novena, como a mais importante família dos grandes deuses do Egipto**. Facilmente poderemos visualizar o que acabamos de descrever no seguinte esquema:



[2] Ver A. S. Shorter, *Os Deuses Egípcios*, (trad. portuguesa), Editora Cultrix, S. Paulo, 1993, p. 19.

Mas a imaginação egípcia não se ficava apenas por esta elaboração teológica, devida aos sacerdotes de Heliópolis. Encontrava outras explicações engenhosas para os deuses, quando era necessário. Assim acontecia no caso de Nut e de Geb. Estes deuses, em certa ocasião, envolveram-se numa violenta discussão e numa luta física, o que levou o deus Shu a intervir, separando-os à força: empurrou Nut para o alto e ficou a ser o céu, ficando Geb prostrado debaixo dessa deusa. É por isso que os Egípcios representam o céu como uma deusa colossal, com o corpo dobrado sobre o mundo, tendo a cabeça para Oeste e as coxas para Leste.

Esta doutrina sobre a criação dos deuses, a partir do deus Sol, de proveniência heliopolitana, não era única. Os Egípcios foram atribuindo a estes deuses características de criadores do Universo, como aconteceu no caso do deus **Ptah** de

Mênfis. Também ele desempenhou funções criativas sob as ordens do deus Sol. Houve mesmo uma tradição, testemunhada na estela n.º 498 do Museu Britânico, que representa Ptah como criador do próprio deus Sol e de outros deuses.

A escola de **Hermópolis**, por seu lado, elaborou um sistema diferente, de certo menos vigoroso que a de Heliópolis. Em vez de apresentar a *Enéade*, a novena dos deuses primitivos, apresenta a **Octóade**, ou os oito deuses, mas de uma forma muito diferente. **Estes deuses, em vez de saírem do deus Sol, precederam-no. Tot era o deus local de Hermópolis, do qual nasceria, em última análise, o próprio deus Rê.**

Nasceram de Tot os casais primitivos que tinham os nomes de Noite, Trevas, Mistério e Eternidade. Refugiados numa colina que emergia do Abismo, ali mesmo em Hermópolis, esses casais primitivos criaram um ovo donde saiu o Sol. Foi esse grande deus que, após ter vencido os inimigos, criou e deu forma ao mundo.

A escola de Hermópolis, em vez de subordinar tudo a Rê, como fazia a escola de Heliópolis, criou uma síntese, onde tudo acabava por se subordinar a **Osíris, Ísis e Hórus**. Osíris era um deus da vegetação, Ísis uma deusa do céu e Hórus um deus falcão. Curiosamente, neste sistema, a deusa Néftis, esposa de Set, que era inimigo de Osíris, manteve-se sempre aliada a este último.

Notemos que outros santuários menos importantes também tiveram os seus sistemas teológicos e as suas cosmogonias, imitando Heliópolis ou Hermópolis ou então misturando, por vezes, os elementos de uma e de outra escola, sempre com a preocupação de se imporem. É dentro dessa dinâmica que se explica como **Mênfis**, ao tornar-se capital, nos primeiros tempos da história do Egipto, elevou o seu deus **Ptah** à categoria de deus supremo, chegando este, como dissemos, a exercer funções criativas ou sob as ordens do deus Sol ou pelo seu próprio poder.

Além dos templos, também o povo ia criando lendas a respeito dos deuses, como foi o caso da **lenda de Osíris**, tão importante em Hermópolis, a qual se generalizou e entrou na religião popular. Ficou-nos conhecida pela informação de Plutarco que a reproduz no estado mais recente em que a encontrou quando contactou directamente com o Egipto. Conserva-se no Museu do Louvre um hino a Osíris, que nos leva ao Império Médio, e conhece-se também uma versão do Império Antigo, através do *Livro das Pirâmides*.

Ficamos a saber, por exemplo, que Osíris era filho de Geb, o deus terra, e de Nut, a deusa do céu. Assim sendo, por razões de família, Osíris era herdeiro de um império que se estendia a todo o Universo. Veio a tomar parte na herança e governou o mundo com sabedoria e benevolência. Entretanto o seu irmão Set era muito diferente: tinha mau temperamento e acabou por matá-lo, arremessando, em seguida, o cadáver ao mar. Segundo alguns, esquartejou o cadáver, dispersando as diversas partes. É nesse momento que intervêm Ísis e sua irmã Néftis a procurá-lo. Foi do cadáver reanimado de Osíris que Ísis recebeu o gérmen no seu ventre. Uma vez grávida, refugiou-se para escapar a Set, vindo a dar à luz Hórus. Este deus cresceu, tornou-se adulto e atacou Set, a quem venceu, tendo-lhe mesmo arrancado um

olho que ofereceu a seu pai Osíris. Mais tarde Hórus sucedeu a Osíris no governo do Egipto.

Como vemos, **antes de subirem ao céu, estes deuses haviam reinado na terra. Por tal razão, as antigas listas reais começavam por eles e o papiro de Turim, de que falámos, até indica o número de anos do reinado de cada um. O último desses deuses, Osíris, deixou a realeza a seu filho Hórus. Daí por diante, todos os reis do Egipto que haveriam de seguir-se eram seus descendentes. Os direitos do rei fundavam-se, portanto, na sua natureza divina, que era transmitida pelo sangue. Eis o grande fundamento da teologia da realeza no Egipto. Esta legitimação foi sempre afirmada e nas primeiras dinastias, a divindade do faraó era impreterivelmente explicitada em função da sua descendência de Hórus. Era de sangue divino por nascimento e, depois da entronização, tornava-se uma réplica do próprio Hórus.**

5.3 O faraó, descendente de Hórus e deus Sol

Mas perguntar-nos-emos como é que **o faraó, descendente de Hórus, passou a ser também considerado uma encarnação terrestre do deus Sol Rê**, pois sabe-se que, apesar de manter o título de Hórus, o faraó intitulava-se **filho de Rê** e igualava-se aos deuses da Enéade. De facto, com o desenvolvimento da escola de Heliópolis, na V Dinastia, o Hórus real não era só um deus particular mas o próprio Sol. O faraó era filho de Rê. Logo que morria, o rei ia juntar-se ao seu divino pai, Rê, a fim de participar da sua glória e com ele reinar. Assim, quando a *História de Sinué* nos fala da morte de Amenenés, o fundador da XII Dinastia, informa que o «rei do Alto e do Baixo Egipto voou para o céu e uniu-se ao sol, o corpo do deus fundia-se com aquele que o tinha criado»[1].

[1] A. S. Shorter, ob. cit., p. 22.

A glória do faraó associou-se à glória do deus Sol, sem dúvida o deus mais importante ao longo da história dos Egípcios. Mesmo quando outros deuses adquiriam grande prestígio, por causa de acontecimentos políticos, mesmo então a doutrina do deus Sol exercia a sua influência nos outros sistemas. Caso bem claro é o do deus Amon proveniente de Tebas. Quando o trono passou para uma família de Tebas, o deus Amon passou a ser o grande deus nacional, com um prestígio sempre crescente no decurso do Império Novo. A ele se atribuiu a vitória sobre os Hicsos, bem como a expansão do Egipto para os países do Médio Oriente. Entretanto, para que fosse aceite como deus nacional, foi necessário que se tornasse um deus solar.

Foi assim que o deus **Amon** se identificou com o próprio Rê. Tornou-se **Amon-Rê** e divulgou-se a doutrina, segundo a qual **Amon-Rê, o deus Sol, era o pai natural de todos os faraós**. Era dele que recebiam o trono. Pela descrição que nos ficou nos baixos-relevos do *templo de Deir el-Bahari*, sobre o modo como foi gerada Hatshepsut, depreendemos que se acreditava que Amon tomava as feições físicas do faraó no momento em que tinha relações sexuais com a rainha e esta concebia o

herdeiro do trono. Embora o rei mantivesse o título de Hórus, usava também o de filho de Rê, ou de Amon-Rê, durante o Império Novo.

Claro que **as vicissitudes políticas tinham os seus reflexos na própria titulatura**. No Império Antigo, o rei foi chamado o **grande deus**; no Império Médio, era o **bom deus**, no Império Novo, a sua sujeição a Amon-Rê fez com que prevalecesse na sua titulatura a ideia de **filho de Amon-Rê** e se acentuasse o seu papel de **vigário**, ou seja, o que faz as vezes de deus[1].

[1] E. Drioton e J. Vandier, ob. cit., p. 88. Cf. Lalouette, *Au royaume d'Égypte, le temps des rois dieux*, Fayard, Paris, 1991.

Tendo direitos pelo seu nascimento, o mesmo é dizer pelo sangue divino, após a sagração, ocupava o trono e, como deus entre os homens, era o encarregado de fazer reinar a justiça de Rê.

Sabemos que nem sempre a via da sucessão se processava com normalidade. Mas, em tais casos, recorria-se a uma ficção para legitimar o rei, mesmo que ele fosse um intruso. A explicação básica era esta: o deus Sol tinha intervindo directamente no seio da mãe. Dessa forma ele havia adquirido a pureza do sangue solar. A lenda que se havia generalizado para legitimar os fundadores da V Dinastia, cujo fundador foi Userkaf (faraó de que se não conhece genealogia real) seria aplicada no decurso da história nos casos desesperados. A imaginação dos sacerdotes de Amon, princi-palmente a destes, era fértil e engenhosa quando necessário.

Qualquer que fosse a origem do faraó, ele acabava por ser sempre da estirpe divina. À sua morte iria juntar-se infalivelmente a seu pai, o Sol. Por isso, junto do seu túmulo, era-lhe levantado um templo onde se perpetuaria o seu culto como deus, que passava desta terra para o Além. Perto dele apenas seriam sepultados os seus altos funcionários a quem concedia o privilégio de continuarem a formar a sua corte no outro mundo, participando dos seus destinos. A necrópole estava bem demarcada, pois era terra sagrada, já que ali jazia um deus com a sua corte.

5.4 Os animais sagrados

O culto dos animais sagrados é algo característico do Egipto. Aceita-se geralmente que, em tempos remotos, anteriores à unificação do Egipto, cada nomo adorava uma espécie de animal particular, considerando-o divino. Mas, curiosamente, **foi durante o Império Novo que se vulgarizou o culto dos animais**, o que, em parte, viria a contribuir para o declínio da religião egípcia. Dizemos «curiosamente», porque foi nessa época que mais se fez sentir o zelo do rei, que devia zelar pela pureza da religião, encaminhando para os templos doações e riquezas de toda a ordem. Apesar de florescer a religião nos templos tradicionais, vê-se alastrar pelo país o culto a animais sagrados: gatos, cães, crocodilos, cobras, falcões, insectos... Na época de declínio mais acentuado, o período greco-romano, o fenómeno dessa proliferação de animais sagrados era tão grande que não escapou à ironia mordaz do poeta Juvenal: «ó povos santos, para quem nascem estes deuses nos seus quintais»[2].

[2] Cit. por A. S. Shorter, ob. cit., p. 37.

O culto oficial dos animais, tal como é testemunhado nos períodos mais remotos, apenas se dirigia a um único indivíduo da espécie, que era escolhido por ter marcas especificadas pela tradição e pelos rituais. Esse animal era entronizado no interior do próprio recinto sagrado, embora a jaula ficasse fora do templo. Era ali que ocorriam as oferendas para o animal sagrado e era também ali que se encontravam os seus oráculos. Quando morria, realizavam-se funerais com grande pompa, cumpria-se o luto durante um determinado período de tempo e, em seguida, procedia-se à delicada tarefa de encontrar um animal que lhe sucedesse.

Vejamos, por exemplo, no caso do boi **Ápis**, considerado encarnação de Ptah, em Mênfis, como seria difícil encontrar um exemplar com as características exigidas. Heródoto apontou-as do seguinte modo:

> Devia ser nascido de uma vaca que não fosse capaz, daí por diante, de receber, dentro dos seus flancos, outro feto. Os Egípcios pretendem que um relâmpago caía do céu sobre esta vaca e que é com esse relâmpago que ela concebe o boi Ápis. Este touro jovem que se chama Ápis reconhece-se pelos seguintes sinais: negro, traz sobre a fronte um triângulo branco, sobre o dorso a figura de uma águia; os pêlos da cauda são duplos; sob a sua língua desenha-se um escaravelho.[1]

[1] Heródoto, *História*, III, 28; cit. por S. Sauneron, *Les prêtres de l'ancienne Egypte*, Paris, eds. Du Seuil, 1957, p. 163.

Mas havia outros animais sagrados também famosos e muito venerados, tais como: *Mnévis*, encarnação do Sol em Heliópolis, e *Búkis*, encarnação de Montu, em Hermópolis; o carneiro de Amon, em Tebas, o de Khnum, em Elefantina; o carneiro de Osíris, em Busíris; o crocodilo de Sobek em Faium; a gata de Bastet, em Bubastis... Poderíamos ainda ver mencionados a vaca nos templos de Hathor, o cão dos templos de Anúbis, etc.

A presença destes animais na religião egípcia faz pensar que se trata de sobrevivências de antiga zoolatria. Embora entrassem na própria religião oficial, ocuparam aí apenas um lugar secundário, mas o seu culto generalizou-se entre o povo.

5.5 O culto aos deuses

O culto que diariamente se prestava nos templos, segundo o ritual mais vulgarizado, dirigia-se **à pessoa do deus**. Fazia-se a *toilette* à estátua do deus: vestia-se, perfumava-se e dava-se-lhe alimento.

Preparavam-se para o deus iguarias que lhe eram servidas em pratos por uma determinada ordem, à semelhança do que acontecia nos palácios. Sobre essas **oferendas**, o oficiante pronunciava as fórmulas rituais de oblação, para que a sua substância passasse para o mundo invisível e fosse agradável ao deus. Em seguida, a comida era levada, por partes, para a frente das estátuas dos particulares admitidos no templo, a fim de tomarem parte nas oferendas. Finalmente, era dada também aos privilegiados que o rei tinha dotado com uma renda alimentar no templo[2].

[2] E. Drioton-J. Vandier, *ob. cit.*, 5.ª ed., 1975, p. 94.

Estas cerimónias realizavam-se três vezes ao dia, dentro do santuário, longe dos olhares dos profanos. Mas o povo não era esquecido, pois em certas **festas** o ídolo

saía do santuário, embora escondido por um véu, sendo levado em procissão sobre os ombros dos sacerdotes na sua barca sagrada. O cortejo parava em frente de certos templos exteriores, onde lhe eram apresentadas oferendas. Durante o percurso actuavam coros de música e de cantares e o deus recebia as homenagens da multidão.

5.6 O culto dos mortos

Um dos aspectos mais fascinantes da religião egípcia é, sem dúvida, o cuidado que todos tinham com os mortos, por causa da crença na sobrevivência para além desta vida. Os conceitos antropológicos e a escatologia não são perfeitamente conhecidos quanto a vários aspectos, mas é evidente que, para os Egípcios, a morte era a separação do elemento corporal dos elementos espirituais, o *ba* e o *ka*. Não é fácil compreender-se com exactidão o que era um e outro, mas não é exagero traduzir-se *ba* por *alma*, elemento representado por uma ave com cabeça humana. Quanto ao *ka*, pensam alguns que era um *duplo*, uma espécie de reflexo imaterial do corpo. Ranke explica desta forma o *ka* como um ser imaterial que reside no homem ao qual confere, pela sua presença: protecção, vida, felicidade, saúde e alegria[1].

[1] A. Erman e Ranke, *ob. cit.*, p. 386.

Era crença muito arreigada que a alma, mesmo separada do corpo, continuava a ter necessidade dele para subsistir. Por isso, se o corpo fosse destruído, também a alma desaparecia definitivamente. Como se vê, os Egípcios acreditavam que a morte física não era aniquilação. E **esta crença no *post mortem* atingia de tal forma a sociedade que lhe determinava o comportamento, a própria organização e não apenas as práticas rituais, por ocasião dos funerais, mas tinha consequências na própria economia.** A sociedade toda estava empenhada e comprometida com o Além. A esperança da sobrevivência para além da morte marcava-lhe o comportamento terrestre. Quanto a isto, nenhuma outra civilização se pode comparar à egípcia, ou, como escreve Pascal Vernus, «nenhuma civilização teve mais do que a faraónica a intuição do sobre-humano»[2].

[2] Pascal Vernus, *ob. cit.*, p. 9.

A primeira consequência desta crença é o cuidado com o enterramento dos mortos, pois era necessário fazer todo o possível para conservar o corpo. Daí o cuidado com o lugar onde era colocado o cadáver e com as práticas da **mumificação**. De início os cadáveres, envoltos em peles, eram colocados nos desertos para que a secura os conservasse. Depois, foram-se inventando processos de conservação e desenvol-veram-se técnicas de embalsamamento que atingiram grande perfeição.

Já desde a Época Tinita o embalsamamento se tornou uma técnica e uma arte. Se durante os Impérios Antigo e Médio, se vão notando métodos nos processos de mumificação, o seu apogeu seria atingido no Império Novo com o afluxo dos aromas e das essências asiáticas. São dessa época as múmias mais bem conservadas que chegaram até aos nossos dias.

Escritores gregos como Diodoro da Sicília e Heródoto descrevem-nos as operações de mumificação, que eram diferentes, conforme a categoria social do defunto.

Vejamos a descrição que Heródoto nos deixou, quando o morto era um indivíduo rico:

> Primeiramente, com a ajuda de um ferro curvo, extraem o cérebro pelas narinas, em parte pela operação deste ferro, em parte por efeitos de drogas que deitam para dentro da cabeça. Em seguida, com uma pedra cortante da Etiópia, fazem uma incisão ao longo do flanco e retiram todos os intestinos, que limpam e purificam com vinho de tamareira, e purificam ainda uma segunda vez com aromas triturados [moídos]. Em seguida, enchem o ventre de mirra pura moída, de canela e de todos os outros aromas, com excepção do incenso, e cosem-no. Feito isto, salgam o corpo recobrindo-o de sal natural, durante 70 dias. Não devem deixá-lo no sal mais tempo. Quando se passaram os 70 dias, lavam o morto, ligam todo o corpo com faixas, feitas de um tecido de *byssos* [ou seja, linho finíssimo], com uma camada de cola [ou goma que os Egípcios usam]. Os parentes então fazem a entrega dele; mandam fazer um caixão de madeira com a figura humana; nesse caixão depositam o morto e, fechado assim, guardam-no preciosamente no interior de uma câmara funerária, onde o colocam de pé contra a parede.

Mas se o defunto tivesse recursos modestos, o processo de embalsamamento tinha outra evolução:

> Enchem uma seringa de líquidos gordurosos que provêm [...] e com isso enchem o ventre do morto, sem o abrir nem lhe retirarem as entranhas, fazendo a injecção pelo fundo e impedindo que a lavagem volte por onde entrou; colocam-no em sal durante o número de dias prescrito. No último dia fazem sair o óleo gorduroso que lá tinham introduzido. Tal é a sua força que traz consigo os intestinos e as vísceras dissolvidas; quanto às carnes, elas são dissolvidas pelo carbonato de sódio natural; e não resta senão a pele e os ossos. Feito isso, os embalsamadores entregam o corpo, sem se preocuparem mais.

Quando o morto era um pobre, a técnica era mais rudimentar:

> Purificam-se os intestinos com a *sirmária* [um desinfectante]; põe-se no sal durante 70 dias; e o corpo é entregue para ser levado.[1]

[1] Heródoto, *História*, trad. fr. de Ph. Legrand, col. «Les Belles Lettres», vol II, pp. 86, 87 e 88.

Concluído o que era necessário para a protecção física do corpo, também se pensava na **protecção mágica**, não faltando para isso amuletos e o traçado de linhas e figuras simbólicas sobre o próprio cadáver. Nunca deveria faltar, por exemplo, um escaravelho colocado sobre o peito, com uma fórmula que encorajava o coração a não testemunhar contra o seu senhor no tribunal de Osíris.

O **tratamento da múmia** exigia ainda um caixão, habitualmente decorado com fórmulas mágicas. As vísceras, por sua vez, eram metidas em vasos chamados *canopos* ou *canopiais*. A partir do Império Novo, esses vasos eram ordinariamente de alabastro, tendo uma tampa que reproduzia a cabeça de um dos quatro filhos de Hórus: cabeça humana, cabeça de babuíno, cabeça de chacal e cabeça de falcão.

O **funeral** fazia-se com pompa, não faltando as carpideiras, mulheres que tinham a profissão de chorar nestas ocasiões. Antes de o caixão ser colocado no túmulo,

procedia-se à cerimónia da «abertura da boca», que consistia em entregar magicamente ao defunto o uso dos órgãos do seu corpo.

Após a morte, o morto tinha de passar pela **grande sala da justiça**, onde se encontravam, ao lado de Osíris, 42 figuras de génios, com cabeças de serpente, de falcão, de vampiro, de carneiro, tendo cada uma delas na mão uma faca. O morto tinha de comparecer diante destas figuras para confessar a sua inocência. Aí devia proclamar que não roubara, que não cometera adultério, que não ultrajara o rei nem cometera outros pecados, como podemos ler na fórmula da sua confissão, no cap. 125 do *Livro dos Mortos*:

> Louvado sejas grande deus, tu, o dono das Duas Verdades.
> Eu vim para ti, ó meu senhor, para contemplar a tua beleza.
> Eu conheço-te e sei o nome dos quarenta e dois deuses que estão contigo na sala das Duas Verdades, que aí vivem malfeitores e bebem o seu sangue no dia do juízo ...
> Eu venho para ti, trago a verdade e escondo o pecado.
> Eu nunca pequei contra os homens. Não fiz mal a ninguém.
> Nunca atingi o trono da verdade. Não cometi mal nenhum.
> Nada fiz do que detestam os deuses.
> Não indispus ninguém contra o seu superior.
> Não deixei ninguém ter fome. Não fiz chorar. Não matei.
> Não mandei matar. Não causei sofrimentos a ninguém.
> Não reduzi o sustento dos templos.
> Não diminuí o pão dos deuses.
> Não roubei os alimentos dos glorificados ...
> Não reduzi as medidas a grãos. Não diminuí o côvado.
> Não falsifiquei a medida agrária.
> Não sobrecarreguei os pesos da balança.
> Não falsifiquei a agulha da balança.
> Não retirei o leite da boca da criança.
> Não tirei o gado da sua pastagem.
> [...]
> Não desprezei deus no meu coração.
> Eu sou puro, sou puro, sou puro!
> Salvai-me, guardai-me; vós não me acusais diante do grande deus.
> Eu sou alguém que tem a boca pura e as mãos puras, a quem dizem os que o vêem: «Sejas bem-vindo, sejas bem-vindo!».[1]

[1] Cit. por A. Erman, *La religion des Egyptiens*, p. 264.

Se a balança sobre a qual estava o coração testemunhava que não tinha pecado, que era verdadeira a sua confissão, então Thot, o escriba dos deuses, escrevia a sentença que era dada pelo tribunal divino. A partir daí, «Hórus toma o morto pela mão e conduz este novo súbdito a seu pai Osíris, tal como na terra um príncipe apresenta ao rei um homem de mérito»[2].

[2] A. Erman, *ob. cit.*, p. 320.

A crença neste tribunal de Osíris está bem representada no cap. CXXV do *Livro dos Mortos*, do princípio do Império Novo, onde uma vinheta, que aparece a ilustrar alguns exemplares, representa Osíris sentado no seu trono, tendo à sua frente o defunto a desculpar-se dos 42 pecados, enumerados no texto. Se, porventura, o tribunal reconhecesse mentira, a alma era lançada aos suplícios até ser aniquilado

completamente. Mas se era declarado justo, recebia o direito de entrar nos seus destinos de felicidade.

ACTIVIDADE SUGERIDA:

Leia o cap. 125 do *Livro dos Mortos* em Maria Helena Trindade Lopes, *O Livro dos Mortos do Antigo Egipto*, Assírio e Alvim, Lisboa, 1991, pp. 153-161.

A definição do modo e do lugar de felicidade variou conforme as épocas e as regiões. Para os habitantes do Delta, esse lugar era uma ilha, conhecida por *Campos Elíseos*, onde havia uma Primavera eterna. Aí Osíris, que é justo e bom, acolhia os que chegavam e assegurava-lhes a abundância e a felicidade entre os trabalhadores. Sabemos também que a partir da V Dinastia, quando se vulgarizou a esperança da sobrevivência para todos, que não só para o faraó e para aqueles que o rodeavam, as almas eram transportadas para junto do Sol e era-lhes assegurado um destino imortal, entre os deuses que estão ao serviço de Rê. Se tal destino era inicialmente reservado ao rei, ele estendeu-se depois à família real e aos funcionários e, por fim, a todos os Egípcios.

Havia também a ideia de que o morto tinha de ser alimentado pelo cuidado dos vivos. Por tal razão, instituiu-se o **serviço de oferendas ao morto**. De início, tal serviço era custeado por fundações reais, o que era um privilégio daqueles a quem era permitido serem sepultados na necrópole do rei. Mas, com o empobrecimento da monarquia, a partir da VI Dinastia, o tesouro real não podia suportar tanta despesa com a obrigação de alimentar os mortos. Apelou-se então à generosidade privada e começou a recorrer-se a fórmulas mágicas que substituíssem a alimentação. Este processo mágico tornou-se, a partir do Império Médio, a maneira normal de alimentar os defuntos, para além das oferendas reais, depositadas nos túmulos em certos dias de festa.

Em virtude de se ter idealizado uma actividade, no outro mundo, semelhante à que o morto levava na vida terrena, colocavam-se no túmulo estatuetas de servos ou de mulheres para que se transformassem em seres vivos e reais no mundo do Além. A partir do Império Médio, multiplicaram-se, nos sarcófagos, tais estatuetas mágicas de servos agrícolas, a fim de ajudarem o morto nos seus trabalhos no paraíso osiriano. Ficaram conhecidas essas estatuetas funerárias por *shawabtis*, que não terão surgido antes da XI Dinastia. Eram primeiro de cera e depois de pedra ou de madeira.

A magia que esteve sempre em voga na civilização egípcia, por vezes distingue-se mal da religião. Se entrava nas práticas da vida quotidiana, não faltava também nas próprias práticas funerárias, bem associadas ao culto dos mortos, como acabou de estudar.

ACTIVIDADES:

Procure, a partir dos objectivos de aprendizagem enunciados, no início do capítulo, relembrar os principais conhecimentos que estudou. Depois tente responder às seguintes questões.

1. Associe os elementos da coluna **B** com os da coluna **A**, colocando nesta os números que lhe correspondem da **B**.

Coluna A	Coluna B
____ Set	1 - Aton
____ Ápis	2 – Kepra
____ Osíris	3 – Sakara
____ Ptah	4 – descendente de Hórus
____ escaravelho	5 – Hermópolis
____ Akhenaton	6 – Sol
____ faraó	7 – deus da vegetação
____ *Livro das Pirâmides*	8 – Néftis
____ Rê	9 – boi
____ teologia de Osíris	10 – Mênfis

2. Caracterize o culto dos mortos no Egipto.

....

....

....

....

....

....

....

....

....

....

RESPOSTAS ÀS ACTIVIDADES:

1. Devia ter associado: **8** (Néftis) / Set; **9** (boi) / Ápis; **7** (deus da vegetação) / Osíris; **10** (Mênfis) / Ptah; **2** (Kepra) / escaravelho; **1** (Aton) / Akhenaton; **4** (descendente de Hórus) / faraó; **3** (Sakara) / *Livro das Pirâmides*; **6** (Sol) / Rê; **5** (Hermópolis) / teologia de Osíris.

2. Na sua resposta devia ter mencionado: a crença na vida eterna; a necessidade que a alma tinha do corpo para poder subsistir; as práticas de mumificação, os funerais e os túmulos; a alimentação dos mortos: da deposição de alimentos às fórmulas mágicas; a crença de que, após a morte, o morto era conduzido ao tribunal de Osíris, onde devia pronunciar a confissão negativa.

6. A Cultura

TÁBUA DE MATÉRIAS

6. **A cultura**

Objectivos de aprendizagem

6.1 **O escriba**

6.2 **A literatura**

6.2.1 *No Império Antigo*

6.2.2. *No I Período Intermédio*

Actividade

Resposta à actividade

6.2.3 *No Império Médio*

Actividade

6.2.4 *No Império Novo*

6.2.5 *Na Época Baixa*

6.3 **As técnicas e as ciências**

6.3.1 *As técnicas*

6.3.2 *As ciências*

6.4 **As artes**

6.4.1 *A arquitectura*

6.4.2 *A escultura*

6.4.3 *As artes parietais*

6.4.4 *As artes menores*

Objectivos da aprendizagem:

Depois de ter estudado este capítulo, deve saber que:

- uma das funções mais respeitadas era a dos escribas;
- as escolas dos escribas estavam ligadas à corte, aos templos e aos serviços centrais da administração;
- a medicina, a astronomia e o cálculo eram ensinados em escolas próprias, designadas «casas da vida»;
- o suporte da escrita egípcia era, por excelência, o papiro;
- os caracteres hieroglíficos eram inicialmente figurativos, antes de serem cursivos;
- a escrita hieroglífica cursiva subdividia-se em hierática ou sacerdotal e demótica;
- há testemunhos de literatura egípcia desde o III milénio a. C.;
- houve uma íntima relação entre a religião e a literatura;
- os Egípcios cultivaram a literatura sapiencial, as biografias, os anais, o teatro, o romance histórico, a narrativa e a poesia;
- a técnica do paralelismo caracterizou a poesia egípcia e foi comum a todo o Médio Oriente Antigo;
- a literatura alcançou o seu período áureo, durante o Império Médio;
- a tradição egípcia permaneceu na literatura, até ao período romano;
- os Egípcios preocupavam-se com o conhecimento universal, elaborado a partir da experiência do concreto e da aplicação de técnicas;
- cultivaram a matemática, a astronomia e a medicina;
- a astronomia e a medicina estavam ligadas à magia;
- aos Egípcios se devem o calendário solar e os primeiros relógios;
- a religião e a realeza estavam intimamente interligadas com a arte.

Incluímos neste título as manifestações da vida intelectual em três áreas específicas: as letras, as ciências e as artes. Em todos estes casos, supunha-se uma formação básica, adquirida nas escolas, nos círculos dos escribas.

Comecemos pois por observar como era a formação do escriba.

6.1 O escriba

Aquele que queria aprender a profissão de escriba era encaminhado para a escola na idade infantil, pois a aprendizagem devia ser longa e trabalhosa. Supunha-se, obviamente, que a criança tinha alguma inclinação para as letras, porque, de outra forma, não se adaptaria às exigências escolares.

Um sábio, de nome Duauf provavelmente do Império Médio, deixou-nos uma obra conhecida, desde Gaston Maspero, por *Sátira dos Ofícios*, onde nos informa como acompanhou o filho, Pepi, **à escola dos escribas que estava ligada à corte**, para que este viesse, mais tarde, a ser escriba. Começa por lhe dizer: «Põe o teu coração nos livros, nada há que ultrapasse os livros. O escriba é como um barco a navegar sobre a água»[1].

O apreço pela cultura aparece repetidas vezes nessa e noutras obras literárias. O mesmo sábio Duauf podia acrescentar que «nada existe que não seja dominado, com excepção do sábio, porque ele é que domina»[2].

Convém antes de mais esclarecermos que *sábio* não tem o mesmo significado que actualmente lhe atribuímos. O sábio do Egipto e da Antiguidade pré-clássica é aquele que possui, cultiva e ama a sabedoria, que é filosofia, observação das realidades, conhecimento experimental, que leva à prática das virtudes humanas para triunfar na vida, como teremos ocasião de observar na leitura de textos sapienciais mais adiante.

Pois bem, o sábio Duauf revela nas suas palavras que o objectivo da cultura é antes de mais adquirir uma posição e um estatuto social superior aos outros. Aliás, toda a sua *Sátira dos Ofícios* pretende exaltar, acima de tudo, a profissão de escriba. Toda a obra se orienta para esta conclusão: *faz-te escriba*. Este é o homem instruído que pode mandar e está preparado para desempenhar missões importantes. Assim, quando o rei precisa de um embaixador, escolhe um escriba. Este estava apto a desempenhar uma função no Estado, podia exercer a autoridade sobre os outros e gozava de uma situação estável. Os outros podiam ter fome, mas ele estava saciado por causa do seu saber.

Compreende-se, pois, a satisfação de qualquer pai ao encaminhar um filho para a casa de instrução, na esperança de o ver um dia na categoria de escriba.

De início, a escola estava ligada à corte, havendo também templos que possuíam as suas escolas. Mas, com o andar do tempo, outros centros de aprendizagem

[1] M. Lichtheim, *Ancient Egyptian Literature*, Berkeley, Los Angeles, Londres, 1975, vol. I, p. 185.

[2] *Ibidem*.

surgiram, ligados aos serviços centrais de administração. Foi, sobretudo, a partir do início do Império Novo que se organizaram escolas, a fim de prepararem os seus quadros. Entretanto a colocação dos seus «formados» poderia ser fora de tais serviços, em quadro diferente daquele a que pertencia a escola. Conhecem-se efectivamente casos de funcionários que mudaram de um serviço para outro.

Alguns templos tiveram também as suas **casas da vida**, escolas assim chamadas, por ensinarem a **medicina**. **Após o curso geral de escriba, alguns podiam prosseguir os estudos em *casas da vida*, dedicando-se ao estudo da medicina, da astronomia e do cálculo.**

Mas voltemos à escola dos aprendizes de escriba, para vermos quais os métodos de ensino. **A disciplina era rigorosa**: poucas horas para dormir, refeições frugais e castigos corporais. A primeira parte do dia era destinada ao ensino, tendo o aluno como alimento pão e cerveja. **O castigo físico era considerado fundamental**, já que o adolescente, segundo se dizia, ouve não só com os ouvidos, mas também com o corpo quando se lhe bate. Dava-se como justificação o seguinte: o homem consegue domesticar todos os animais, desde o papagaio que aprende a falar, até aos leões, aos cavalos, etc. Por que motivo não se havia de «amansar» também o aprendiz de escriba?! Este tinha de estar aplicado ao trabalho, de livros na mão e ouvidos atentos, pois tinha muito que aprender.

Na escola, para escrever, servia-se de **juncos** bem afiados na extremidade e quando deixavam de estar afiados, eram naturalmente substituídos. Para estar prevenido, o estudante, tal como mais tarde o escriba, no exercício da sua profissão, segurava atrás da orelha um ou dois de reserva.

A princípio o estudante escrevia sobre **tabuinhas de madeira, recobertas com uma espécie de cera**, onde se traçavam as linhas. Desta forma, as linhas e a escrita podiam ser apagadas e, de novo, usava-se a mesma tabuinha. Quando o estudante já estava mais adiantado, poderia então utilizar a membrana de papiro. A tabuinha ou o papiro, no momento em que estavam a ser usados, encontravam-se colocados sobre uma paleta, assente sobre as pernas cruzadas do estudante, sentado no chão. É esta a imagem do escriba que ocorre ao nosso pensamento: o homem culto, conhecedor da ciência da escrita, sentado de pernas cruzadas, a copiar com o seu cálamo um papiro desenrolado sobre os seus joelhos...

A paleta tinha duas ou mais cavidades, ou orifícios, à maneira de tinteiros, onde se punham as tintas. Não podia faltar a **tinta negra**, para escrever o texto, nem a **tinta vermelha**, para escrever o título. Conservava também a seu lado uma pequena vasilha com água, que servia para diluir as tintas ou para ajudar a apagar alguma coisa, quando fosse necessário.

São conhecidas várias paletas do Império Médio e muitas mais do Império Novo, de madeira em forma rectangular e, por vezes, com uma ranhura a servir de estojo.

O ensino começava pela escrita que, certamente, era muito complicada. Era necessária mão hábil para um traço firme e desenho de pormenor. Esta **escrita**, como se sabe, começou por ser **figurativa**, ou seja, a imagem correspondia a uma

palavra, tal como aconteceu noutras regiões do Mundo, onde primeiro se usou a escrita. Assim, desenhava-se um homem para designar «homem» e representava-se com as pernas abertas para dar a ideia de «caminhar», tal como se representava uma ave com as asas abertas para a noção de «voar». É fácil verificar-se que os **caracteres hieroglíficos** permaneceram sempre, durante a história egípcia, como imagens. Pouco a pouco, tais representações foram-se esquematizando, quer dizer deformando, e chegaram a ficar irreconhecíveis. Quanto mais antiga é a escrita, mais próxima está da imagem das coisas que pretende reproduzir. Tal aspecto pictográfico nota-se, por exemplo, na famosa **paleta de Narmer,** do princípio da I Dinastia. Numa das faces representa-se o rei a bater num inimigo. Acompanha esta cena uma inscrição explicativa que mantém o carácter pictográfico. Poderemos ignorar qual a leitura exacta que faziam os Egípcios desta inscrição, mas tudo faz supôr que o rei Narmer vence os inimigos com a protecção do deus Hórus que aparece representado à sua frente, sob a forma de falcão, a proteger o rei.

Esta pictografia é designada por «escrita hieroglífica», sendo o termo «hieróglifo» derivado do grego *hieros* (sagrado) e *glyphein* (esculpir). No grego, chamava-se *hieroglyphica grammata*, ou seja, «letras sagradas esculpidas». Mas esta designação não significa que tal escrita se confinasse apenas ao domínio do sagrado. Não há dúvida, entretanto, de que tal definição concorda em boa parte com o conceito que os Egípcios faziam da sua escrita, que era *medu-netjer* (fala dos deuses)[1].

[1] Julia Kristeva, *História da Linguagem*, Ed. 70, Lisboa, 1980, p. 82.

A escrita foi-se transformando numa escrita cursiva, escrita hierática (sacerdotal), que seria usada sobre cerâmica e principalmente sobre o papiro e que mais se generalizou. Surgiu ainda a **escrita demótica** (ou seja, do povo) de forma cursiva corrente. Generalizou-se a partir do século X a. C., por conseguinte já depois do Império Novo. Foi usada principalmente na administração, reservando-se a hierática para os textos religiosos.

Para além da ciência da escrita, o estudante tinha de aprender a boa letra e também a ortografia. Para tal, os mestres davam-lhe a copiar textos de obras clássicas onde ele pudesse admirar e imitar a caligrafia e também o estilo. Competia ao mestre escolher modelos de textos religiosos, de contos, de poemas, de ensinamentos, etc., onde o discípulo imitasse o estilo e a caligrafia. Tinham particular interesse para os alunos os ensinamentos dos sábios, que foram famosos em todos os tempos, pelas máximas sapienciais que continham ensinamentos úteis para a vida. Por vezes, o seu género epistolar servia para estabelecer uma espécie de relação entre mestre e discípulo. Ficou-nos abundante material escolar, principalmente do Império Novo.

6.2 A literatura

Para que surja uma literatura é necessário haver condições propícias e estas não faltaram no Egipto. As escolas de escribas foram, obviamente, o seu meio natural, pois aí se preparavam os escritores e os leitores. Nem sempre o texto escrito entra na categoria de obra literária, como sabemos. Por tal razão, vamos apenas fazer

referência aos escritos onde se manifesta a preocupação do autor em escrever com bom gosto literário, usando bom estilo. Tal escrito era apreciado, dizendo-se que se imortalizava como os deuses, sobretudo quando escrevia uma obra de ensinamentos. É o que nos diz o autor do *Cântico do Harpista*. Segundo a reflexão do autor, que recorda famosos autores do passado, os corpos dos humanos podem desaparecer, mas os livros perpetuam os nomes dos seus autores.

Quanto «aos escritores, sábios do tempo dos sucessores dos deuses, eles que anunciam o futuro, o seu nome dura para a eternidade, ainda que eles tenham partido, tendo cumprido a sua vida e ainda que toda a sua família seja esquecida... Eles não souberam deixar herdeiros, filhos para pronunciarem o seu nome. Mas deixaram, à maneira de herdeiros, os livros de ensinamentos que escreveram»[1].

[1] F. Daumas, ob. cit., p. 383 e M. Lichtheim, ob. cit., vol. II, p. 175.

Este texto faz-nos ver o apreço em que eram tidos os escritores que se imortalizavam pelo seu legado, ao mesmo tempo que nos dá a entender que os nomes dos autores figuravam nas obras que escreviam. Quanto a este aspecto, convém notarmos que as obras eram habitualmente anónimas, o que é fácil de compreender em certos géneros literários. Assim, por exemplo, aquele que escrevia um conto reproduzia geralmente algo que já era transmitido oralmente e era de algum modo património de todos; o que escrevia os registos de carácter administrativo ou gravava inscrições, ao serviço da corte, também não assinava. Mas não acontecia isso com as obras que tinham origem no círculo dos escribas, particularmente quando estes escreviam ensinamentos sapienciais. Esses escritores deixavam a assinatura no que escreviam e, talvez sem o pensarem, entravam no número dos imortais.

Os inúmeros textos que nos legou o antigo Egipto constituem uma **literatura** da maior importância, que pode ser estudada sob diversos ângulos e seguindo diferentes esquemas orientadores.

Uma maneira prática de apreendermos o fundamental da literatura egípcia será apontarmos algumas obras mais relevantes, em diversos géneros literários, nos principais períodos históricos, tendo presente que a literatura é o reflexo da vida dos Egípcios na longa duração de mais de 3000 anos que durou a sua história.

6.2.1 *No Império Antigo*

Os primeiros textos literários vêm-nos já do princípio do III milénio. Nessa época, principalmente, sem excluirmos as seguintes, a literatura é «um anexo da religião, derivando dela e servindo-a», na expressão de A. Aymard[2]. Não quer isto dizer que os escritos de fundo religioso, como aqueles que se referem aos mortos, por exemplo os *Textos das Pirâmides*, sejam por sua natureza obras de literatura, embora se possam encontrar aí passagens de elevado nível literário.

[2] A. Aymard, «L'Orient et la Grèce», in *Histoire Générale des Civilisations*, tomo I, PUF, Paris, 1961, p. 103.

Poderia apontar-se o caso da teologia menfita do início do Império Antigo, com a imaginosa descrição da génese do Mundo. No princípio teria havido um mundo em forma líquida, mergulhado em trevas. Foi o deus criador Atum que projectou a vida

no Universo; foi ele que organizou os fenómenos físicos e concebeu as criaturas. Segundo essa teologia, o coração é que gera os conceitos e a língua anuncia o pensamento que aí teve origem. A ordem divina realizou-se porque o coração pensou e a língua ordenou. Estas ideias extraem-se da tradução inglesa apresentada por M. Lichtheim[1].

[1] M. Lichtheim, ob. cit., vol. I, pp. 51-57.

Nos *Textos das Pirâmides*, colecção de inscrições gravadas nas câmaras subterrâneas da pirâmide de Unas e em vários túmulos de reis da VI Dinastia, também se encontram hinos ou evocações dos mortos, onde perpassa grande lirismo. Nalguns casos, os autores usaram o verso, servindo-se da **técnica do paralelismo, que caracteriza a poesia de todo o Médio Oriente Antigo**. Consiste em retomar a ideia de um verso no seguinte sob a forma de sinónimo, ou de antítese, ou sob a forma progressiva.

As evocações do rei defunto e os votos de felicidade na vida do Além exprimem em linguagem bela, crenças e mentalidades do tempo. Por aí avaliamos a ideia que se fazia do rei no Egipto. A ascensão do soberano ao céu, após a sua morte, é aí bem descrita, tal como a sua chegada aos céus, onde era esperado pelos deuses. Eis um belíssimo poema que devia ser recitado sobre a múmia real, na penumbra do templo funerário, por um ou dois grupos de sacerdotes:

> Acorda! Levanta-te! Veste-te! Sê puro!
> Acorda! Levanta-te! Senta-te! Sacode a terra
> Para longe de ti!
> – Eu venho!

Eram palavras mágicas capazes de dar a vida ao morto. O rei ergue-se ressuscitado e dá-se a ascensão com uma grande convulsão dos elementos do Universo:

> O céu fala. A terra treme ... O céu ronca ... A terra geme ...
> É Hórus que vem ... Ó Rê, o teu filho vem para ti...
> – Ele encontra os deuses de pé, cobertos com as suas vestes, usando as suas sandálias brancas.
> Eles retiram as suas vestes (e exclamam):
> O nosso coração não tinha conhecido a alegria antes da tua chegada...
> – Eu estendo o braço para os homens
> Os deuses vêm até junto de mim e inclinam-se.
> Com o teu brilho, ó Rê, eu fiz degraus sob os meus pés ...[2]

[2] Claire Lalouette, *La Littérature Égyptienne*, PUF, Paris, 1981, p. 40.

Dentro da literatura religiosa chegaram-nos também **hinos de louvor aos deuses e diálogos mitológicos**, originários do Império Antigo, que nos permitem, de alguma forma, entrar em contacto com a experiência religiosa da época.

Um outro género literário que surge no Império Antigo, e que continuará a ser cultivado nos outros períodos da história do Egipto, é o da **literatura sapiencial**. Trata-se de um género literário que reflecte a experiência da vida, adquirida no decurso dos séculos e transmitida de pais a filhos, como legado precioso das gerações mais velhas às mais novas. É ciência e conhecimento ao mesmo tempo. Essa sabedoria não é uma proposta de código moral, mas uma experiência de honestidade no caminho da vida, «bênção para quem a aceita e aprecia, e maldição para quem se afasta», como ensina Ptahotep, de quem já vamos falar.

A literatura sapiencial contém reflexões de sábios sobre temática variadíssima e exprime-se geralmente em frases concisas que facilmente se podem memorizar e dificilmente se poderá traduzir em linguagem moderna. O exemplo mais antigo desta literatura que nos chegou é o *Ensinamento de Kagemni*[1].

Mas o mais significativo do Império Antigo é o **Ensinamento de Ptahotep**. O autor passa por ser vizir do rei Izesi, faraó da V Dinastia, embora possa ser já da última parte da dinastia seguinte, o que, para o caso, não tem importância de maior[2]. Nesta obra, que ficou clássica, o velho sábio expõe em 36 máximas o seu pensamento sobre diversos aspectos das relações humanas. Propõe a prática de virtudes que são fundamentais para todas as pessoas: autocontrolo, moderação, gentileza, generosidade, justiça, amor à verdade e discrição... Trata-se de regras práticas que o velho vizir ensina ao seu filho para triunfar na vida.

Por toda a obra perpassa um grande desejo: «Que o meu filho seja instalado no meu lugar, a fim de que eu lhe repita as palavras dos que escutaram os conselhos daqueles que viveram antigamente». Quer dizer, ele transmite uma herança espiritual recolhida pouco a pouco pela tradição. É um código de honestidade, transmitido de pais para filhos. É assim a sabedoria. Mesmo através da tradução portuguesa, que nunca é o mesmo que o texto original, poderemos admirar a riqueza do pensamento e a beleza da forma. Vejamos este extracto:

> Quando fores convidado para um repasto em casa de um homem que te é superior, come o que te oferecerem. Não fixes o olhar nos pratos que o teu anfitrião tem diante de si; ocupa-te do que está no teu próprio prato. Se assim não fosse, o anfitrião poderia zangar-se!
>
> Mantém os olhos baixos até que agrade ao teu anfitrião saudar-te e não fales senão quando ele te dirigir a palavra. Ri quando ele rir. Isso agrada ao seu coração e ele apreciará o teu comportamento. Se queres conservar a amizade de uma família que te recebe, evita aproximar-te das mulheres da casa. As mulheres têm causado a perda de milhares de homens. Os seus corpos maravilhosos enfeitiçam, mas, após um curto momento de bem-estar, perdem toda a beleza: só um minuto de prazer, e depois vem a morte, que é o fim de tudo!
>
> Quando alcançares a abastança, casa-te e ama a tua mulher mais do que a tudo no mundo. Dá-lhe alimento em abundância e belas vestes – são outros tantos remédios para o seu corpo. Dá-lhe perfumados bálsamos e torna-a feliz até à morte. A mulher é um bom campo para o seu proprietário.
>
> Se te tornares rico e poderoso depois de teres sido pobre e insignificante, não esqueças o passado! Não te fies nos teus tesouros, que são um dom de Deus. Pode acontecer-te o mesmo que àqueles que de ricos se tornaram pobres, pois tu não és melhor do que eles.[3]

Outras obras de literatura sapiencial, propriamente didáctica, conhecidas por **ensinamentos**, nos chegam do Império Antigo, sendo de destacar a *Instrução de Príncipe Hardjedef*.

[1] Século XXVIII a. C., fim da III Dinastia.

[2] Ver M. Lichtheim, ob. cit., vol. I, p. 62.

[3] Utilizámos aqui a versão portuguesa de C. Grimberg, ob. cit., p. 129, mas o leitor interessado poderá ler a obra completa em M. Lichtheim, ob. cit., pp. 61-80 (versão inglesa), ou em Elisabeth Laffont, *Les livres de sagesses des pharaons*, Gallimard, Paris, pp. 31- 47.

Outro género cultivado na época foi o das **biografias**, sem que esta palavra nos permita pensar em trabalhos de historiografia. Efectivamente, os Egípcios não primaram em trabalhos sobre a sua história. Nesse campo, não ultrapassaram o género dos anais, ao pretenderem exaltar os reis pelas conquistas durante os seus respectivos reinados.

Aos Egípcios interessava principalmente transmitir para a posteridade o nome do rei e os seus altos feitos. E, assim, a sua história era dominada pela imagem do faraó que desafia os séculos. Quando, por isso, falamos de biografias, referimo-nos a certas obras onde se dão informações sobre o modo de vida de algumas pessoas. Estão neste caso as obras de elogio a alguém que morreu e de quem se recordam as virtudes. O mesmo se poderá dizer dos elogios a um militar pela sua brilhante carreira, como exemplo para a posteridade. No primeiro caso, é bom recordar-se a *autobiografia de Herkhuf*, que ficou gravada em 28 linhas na fachada do seu túmulo. Herkhuf serviu os reis Merenré e Pepi II e veio a ser governador do Alto Egipto, tendo conduzido quatro expedições à Núbia. O relato destas expedições constitui a principal fonte histórica para as relações do Egipto com a Núbia nessa época.

Ficamos, por exemplo, a conhecer os produtos que este governador do Sul trazia para o Egipto, como resultado das suas expedições: incenso, ébano, peles de leopardo, chifres de elefantes, etc. Por ocasião da sua 4.ª expedição trouxe um pigmeu (ou anão?) para oferecer a Pepi II, que já era faraó, mas ainda criança, talvez de 10 anos. O faraó advertido da chegada desse presente, escreve cheio de entusiasmo a Herkhuf uma carta que este mandou gravar no seu túmulo em Assuão, como complemento da sua biografia. O faraó suplicava-lhe que tivesse todo o cuidado para que o pigmeu chegasse nas melhores condições. Apreciemos estes conselhos do jovem faraó:

> (...) Quando descer contigo no barco, coloca gente de segurança à sua volta dos dois lados do barco para não cair à água. À noite quando dormir, dispõe pessoas de confiança que dormirão ao pé dele. Vai vê-lo dez vezes durante a noite. Pois a Minha Majestade tem desejo de ver esse pigmeu mais do que todas as riquezas do Sinai ou do país do Punt...[1]

Para além destes relatos, pode ler-se também aí um auto-elogio pelas virtudes praticadas na vida: «Dei pão ao faminto, vesti o que estava nu (...) sepultei aquele que não tinha filho...»[2]

Como exemplo do segundo caso, será bom referirmos a *autobiografia de Uni*, que, tendo começado por trabalhos modestos, acabou por ter uma carreira militar brilhante ao serviço de Pepi I. Vejamos esta passagem poética, onde descreve uma vitória sobre os Asiáticos:

> Este exército volta em paz
> Depois de ter posto a saque o país daqueles,
> O país daqueles que estão sobre a areia (os Beduínos)
> (...)
> Este exército volta em paz
> Depois de ter derrubado as suas fortalezas
> Este exército volta em paz
> Depois de ter cortado as suas figueiras e as suas vinhas,

[1] Cl. Lalouette, ob. cit., p. 26.

[2] M. Lichtheim, ob. cit., vol. I, p. 24.

Este exército volta em paz
Depois de ter posto o fogo às suas casas,
Este exército volta em paz
Depois de ter morto soldados por numerosos milhares,
Este exército volta em paz
Depois de ter reunido numerosas tropas de prisioneiros...[1]

[1] Fr. Daumas, ob. cit., p. 392 e M Lichtheim, ob. cit., vol. I, p. 20.

Notemos que toda a autobiografia se encontra escrita em prosa, com excepção deste canto de vitória. Tal como a autobiografia de Herkhuf, fornece-nos informações do maior interesse para o conhecimento da história do Egipto e dos seus contactos com as regiões do Leste.

Estas obras do Império Antigo revelam, sem dúvida, o elevado nível que as letras já haviam alcançado nessa época e permitem penetrar na alma de um povo onde a vida era tranquila à volta do soberano e iluminada pela crença na imortalidade.

6.2.2 *No I Período Intermédio*

Mas a tranquilidade iria terminar, como sabemos, após o reinado de Pepi II. Tal mudança de situação transparece numa obra clássica, a *Profecia (ou Admonição) de Ipuwer*. O autor, que terá escrito durante a XII Dinastia, situa-se no I Período Intermédio. Faz alusões directas à decadência do Poder Central, que é uma característica de tal período. Recorda, nomeadamente, a violação das sepulturas e outras desordens da época, verificando a diminuição da natalidade e o acentuado despovoamento do país. Apresenta-se como um homem idoso, já perto da morte, dirigindo-se ao seu filho Kanakht, um jovem sem experiência. O seu pessimismo profundo transparece em toda a obra. A análise da sociedade revela-nos uma verdadeira situação de calamidade nacional.

A literatura é, de facto, o espelho de uma época. Assim, quando as Dinastias de Heracleópolis, a IX e a X, restabelecem a unidade do Delta e do Médio Egipto, surgem obras de sabedoria atribuídas a reis que dão conselhos aos filhos sobre diversas matérias, nomeadamente sobre política. Como se pode ver, há novas exigências políticas que passam para a literatura e certos *ensinamentos sapienciais* assemelham-se a verdadeiros testamentos políticos, como é o caso do que se atribui a Amenemés I, dirigido a seu filho Sesóstris I, e o *Ensinamento de Kheti III*, destinado a seu filho Merikaré. Este último é considerado uma obra clássica.

Apesar de saber que o rei é deus, desde o ventre materno, reconhece que terá de aprender a arte de reinar. Terá de aprender a agir com aqueles que se lhe opõem. Deverá ser clemente para com os pobres, sem que essa clemência se oponha à firmeza própria de um soberano.

A linguagem usada pelo velho rei faz-nos pensar que deveria ter bem presentes no seu espírito os obstáculos que teve de vencer para conseguir impor a sua autoridade sobre o país. Efectivamente fora obrigado a enfrentar os estrangeiros que dominavam o Delta e os rudes nomarcas tebanos que dominavam o sul do país.

Eis alguns dos conselhos, ditados pela sua experiência, conselhos que, no seu dizer, são «o melhor da minha meditação para estarem na base da tua conduta, diante dos teus olhos»:

> Sê bom, mas castiga os maus. No mundo é este o primeiro princípio para bem administrares os teus estados...
>
> Faz o mesmo para com aquele que pertence à administração de uma cidade, e para com aquele que foi para além das tuas ordens... Permite ao povo expressar a sua opinião a respeito do teu espírito...
>
> Vela pelo bem-estar dos camponeses e dos habitantes das cidades, Deus te louvará grandemente e fará viver para sempre a tua memória.
>
> A vida sobre a terra passa rapidamente, reconforta aqueles que choram. Não oprimas a viúva e o órfão, não frustres um homem de bem... Não destituas os magistrados dos seus postos sem razões válidas...
>
> Sabe que os juízes do tribunal do Além não serão indulgentes no dia e na hora do julgamento e que eles executarão as suas sentenças com rigor, pois examinam uma vida inteira como se fosse uma hora.
>
> Um homem subsiste para além da morte, louco é aquele que toma isto com ligeireza. Aquele que alcança uma vida será como um deus: ele deslocar-se-á como os senhores da eternidade.

Seguem-se depois vários conselhos para enfrentar as guerras; apresenta os efeitos do bom e do mau governo; louva as grandezas da realeza e exalta a divindade. Não importa discutir se o autor terá sido ou não o rei Aktoés (ou Kheti). A verdade é que exprime com naturalidade pensamentos e conselhos próprios de um rei que pretende ajudar o seu sucessor. É, como dissemos, um testamento político[1].

[1] E. Laffont, ob. cit., pp. 57-66.

ACTIVIDADE:

Caracterize o pensamento político do faraó Kheti III, expresso no extracto dos seus *Ensinamentos* que acabou de ler.

RESPOSTA À ACTIVIDADE:

Deve referir: a prática da justiça e da equidade; a protecção aos mais desfavorecidos; o supremo juízo de Deus sobre todos os homens; a crença numa vida eterna.

6.2.3 *No Império Médio*

* Relativamente ao teatro convém notarmos que a Arqueologia nunca escavou qualquer edifício, destinado a representações teatrais, como acontece, por exemplo, na Grécia.

No Império Médio continuam os antigos géneros literários e aparecem o **teatro*** e a **biografia romanceada**.

Os temas do teatro egípcio eram exclusivamente religiosos, tendo, por fim, dar vida aos mitos sagrados. Permitia visualizar, por exemplo, os deuses como heróis lendários. Têm sido publicados textos onde os dramas religiosos ocupam lugar de relevo, nomeadamente o que relata o assassínio de Osíris, a procura do seu cadáver, a rivalidade de Set e de Hórus, etc.

Quanto à biografia, trata-se de um género literário assim designado por alguns, mas, na realidade, é um **romance histórico**. Encontramos um bom exemplo nas *Aventuras de Sinué*, possivelmente a obra mais apreciada do Império Médio.

O herói, Sinué, faz uma expedição à Núbia, onde, ocasionalmente, vem a descobrir um segredo de Estado que o faz recear pela sua vida no Egipto. Por tal razão, foge para a Ásia, de onde muito mais tarde regressa ao seu país, sendo bem recebido na corte de Sesóstris I.

Ao narrar as aventuras, com invulgar mestria, o autor refere nomes reais de pessoas e de lugares, dando também lugar à imaginação. Escreve uma epopeia de carácter popular, onde se admira a elegância literária, ao serviço da realidade e da fantasia. É uma fonte histórica de grande interesse pelas informações que dá sobre a sociedade egípcia, desde os cortesãos aos sacerdotes, dos camponeses aos marinheiros. Tem ainda o mérito de traçar com mestria o perfil psicológico de muitas das personagens que refere, a começar pelo estado de alma do autor, em várias situações por que teve de passar. Vejamos, por exemplo, como Sinué reflecte sobre a sua fuga para a Síria: «Nem sei quem é que me trouxe para esta região; é como se fosse o desígnio de deus».

Ao lermos a sua descrição, sentimos a sua angústia da morte no deserto e o ressurgir da esperança quando começa a escutar o ruído dos rebanhos. Apercebemo-nos da nostalgia que sente, compreendemos o fervor da sua oração e até o desejo de morrer perante as misérias da velhice. Tudo isso, e muito mais, faz com que se leia com enorme prazer esta obra que já os antigos Egípcios admiraram pelo seu fundo e pela sua forma. Serviu a gerações de estudantes e só assim se compreende que tenham chegado até aos nossos dias seis papiros e mais de uma dezena de óstracas com largos extractos das *Aventuras de Sinué*. O conhecido egiptólogo François Daumas escreve a este respeito:

> Nós encontramos ali, pela primeira vez na história, o sentimento de que o homem é um ser insubstituível, que possui uma personalidade única e que não pode ninguém servir-se do homem como dos outros seres vivos. É a aquisição do humanismo.[3]

[3] Fr. Daumas, ob. cit., p. 400.

ACTIVIDADE:

Se tiver possibilidade de consultar uma biblioteca, leia «The story of Sinuhe» em M. Lichtheim, ob. cit., vol. I, p. 222-235.

A **literatura narrativa,** onde intervém o real e o imaginário, que, muitas vezes, se manifesta pela forma do **conto**, acomodava-se perfeitamente ao modo de ser dos Egípcios que foram, e parece que ainda são hoje, muito dotados para a actividade literária e bons contadores de histórias. Além das *Aventuras de Sinué* outras nos chegam do Império Médio, como é o caso do *Conto do Náufrago* e o do *Rei Kheops e os Mágicos*, duas obras, certamente, mais sóbrias mas ainda assim importantes.

A primeira é a mais conhecida e teve grande popularidade na Antiguidade, à semelhança do que aconteceu em tempos próximos dos nossos, e ainda hoje, com a história de *Simbad, o Marinheiro*. Conta-nos a história de um marinheiro egípcio que partiu no seu barco para o país onde se encontravam as minas de cobre do faraó. Teve a pouca sorte de naufragar, desaparecendo no meio da tempestade os 120 melhores marinheiros do Egipto que viajavam com ele. Foi o único sobrevivente. Agarrado a uma prancha, andou três dias à deriva no mar, mas acabou por acostar a uma ilha, onde uma serpente misteriosa o acolheu: segurou-o na boca e levou-o para uma caverna sem lhe fazer mal. Boa parte do conto passa-se à volta desta serpente que, afinal, era a soberana daquela ilha. Predissera ao náufrago que um barco o viria buscar e assim aconteceu, passados quatro meses. Ao voltar para o Egipto, a serpente, possuidora de grandes riquezas, fez carregar o navio de mirra, óleo perfumado, canela, marfim, peles, macacos, etc. Foi assim que o marinheiro pôde regressar ao país do faraó com um navio carregado de fabulosas riquezas.

O conto, nas suas inverosimilhanças, é um paradigma da literatura narrativa e reflecte aspectos vários da sociedade egípcia.

Na XII Dinastia, o faraó **Amenemés,** que teve de enfrentar graves obstáculos para alcançar a paz no Egipto, inaugurando uma nova Dinastia, deixou-nos as suas **memórias**, um documento de grande valor informativo da época. Dão conta de intrigas palacianas e até de uma tentativa de assassínio. O rei manifesta amargura e exterioriza o seu pessimismo pela ingratidão e pela traição. É o que se chama uma obra de literatura pessimista, característica também patente noutras obras da época. Uma delas é atribuída a **Sesóstris II** e contém reflexões de carácter pessoal que se poderá classificar de lamentação, como podemos avaliar por este extracto:

> Vem, meu coração, para que eu te fale e para que tu respondas às minhas palavras, para que me esclareças sobre aquilo que acontece no país que, sendo claro, permanece incompreensível.[1]

[1] Fr. Daumas, ob. cit., p. 402.

Mas, dentro da **literatura pessimista**, há uma obra que ocupa um lugar especial: é o *Diálogo do Desiludido*, assim chamada porque o herói se sente deprimido e pessimista perante a decadência moral do mundo, pensando mesmo no suicídio. Outros designam este diálogo por *Disputa do Homem com o Seu Próprio Ba* ou a *Disputa consigo mesmo*. É, sem dúvida, uma obra clássica que nos vem da XII Dinastia. Em tradução portuguesa, encontramos estas belas estrofes:

A quem me posso dirigir?
Os irmãos são inimigos,
Os amigos já não se estimam.

A quem me posso dirigir?
O espírito do roubo entrou nos corações
Cada qual se apropria dos bens do vizinho.

A quem me posso dirigir?
O homem bom foge.
O homem insolente está em toda a parte.[1]

[1] L. Thoorens, *Panorama das literaturas*, trad. portuguesa, ed. Bertrand, Lisboa, 1966, vol. I, p. 85.

Estas três estrofes são extraídas da segunda parte do poema, que é constituído por dezasseis estrofes, começando todas da mesma forma: «A quem me posso dirigir?» A 3.ª parte surge ainda carregada de cores mais escuras, começando cada uma das seis estrofes com esta afirmação: «A morte está hoje diante de mim».

Qualquer que seja a interpretação de pormenor deste poema filosófico e de outros da época, marcados pelo pessimismo, trata-se de exposições filosóficas, sob a forma de diálogo, entre duas concepções sobre o Além: uma negativa e outra positiva.

Uma expressão perfeita desse lirismo que se manifesta numa atitude negativa da alma pode ver-se no *Cântico do Harpista*. É assim chamado porque o texto é acompanhado da representação em baixo-relevo de um harpista, com os olhos fechados, imagem do homem isolado do mundo, por causa da sua cegueira. Ficou gravado sobre um túmulo real do Império Médio. Trata-se do túmulo de Intep (ou Antep), como informa a primeira linha.

O sentido dominante, relativo à vida neste mundo, é de tristeza e de amargura. Apesar disso, o harpista aconselha calma, pois importa procurar na vida do dia a dia toda a felicidade possível:

Uma geração passa e outros homens vêm em seu lugar, desde os tempos antigos. Os que outrora foram deuses [os reis do Egipto] repousam nas suas pirâmides, mortos mas glorificados. Mas dos que construíram os túmulos, as suas residências já não existem. Que é que lhes aconteceu?

[...]

Ninguém volta do lugar [onde eles se encontram] para nos dizer como estão, para nos dizer o que é que lhes falta, a fim de apaziguar os nossos corações, até que nós vamos, por nossa vez, para onde eles já foram. Assim, que o teu coração seja alegre que ele esqueça que um dia tu te tornarás um «espírito» [?]. Segue o teu desejo todo o tempo da tua vida. Põe mirra sobre a tua cabeça, veste-te de linho

fino, e cinge-te com as verdadeiras maravilhas que pertencem a Deus. Aumenta ainda as tuas alegrias e não permitas que o teu coração se entristeça...

Refrão:

Faz o dia feliz sem te aborreceres,
Olha que ninguém leva consigo os seus bens!
Ninguém regressou depois de ter ido![1]

[1] Cl. Lalouette, *Textes sacrés et textes profanes de l'ancienne Égypte*, *I*, Paris, Gallimard, 1984, pp. 228-229.

A própria *Sátira dos Ofícios*, a que já fizemos referência, a propósito do elevado conceito em que eram tidos os escribas, revela pessimismo por parte do autor sobre a sociedade em que vivia. Ao procurar aliciar o jovem para a profissão de escriba, considera todas as artes más e até detestáveis. É claro que na sua descrição há exageros, há expressões de amargura pelo que vê, mas certamente não falta algum humor. Digamos que é um escrito satírico, mas não deixa de oferecer preciosas informações sobre os problemas sociais que se verificaram no final do Império Antigo.

Depois de exaltar a profissão do escriba a quem as pessoas saúdam, mesmo quando é pequeno, apresenta o contraste:

(...) Mas vi o ferreiro a trabalhar à boca do seu forno: os seus dedos são como a pele do crocodilo e cheira pior que ovos de peixes. O marceneiro, que usa as suas ferramentas, está mais fatigado do que aqueles que usam a enxada; o seu campo é a madeira e a sua enxada é de cobre. Durante a noite, quando está livre, trabalha ainda para além do que os seus braços podem fazer; durante a noite acende a candeia. O canteiro trabalha excelentemente todas as espécies de pedras duras; mas, quando termina, tendo-se esforçado por tudo ter bem feito com o seu braço, está arruinado e esgotado; senta-se ao crepúsculo, os seus joelhos e a coluna vertebral estão desconjuntados. O barbeiro trabalha até ao fim do dia; quando chega à cidade, vai de rua em rua à procura de clientes. Usa o seu braço para encher a barriga, como a abelha que se alimenta a trabalhar...

Continua o seu lamento pelas outras profissões: o que arranca o papiro no pântano, o oleiro, o padeiro, o jardineiro, o trabalhador do campo, o tecelão, o caçador, o pescador, etc. Para o nosso autor tudo está mal, excepto a profissão do escriba, a quem nunca falta alimento nem bens que pertençam ao palácio real[2].

[2] Cl. Lalouette, ob. cit., pp. 192-197; M. Lichtheim, ob. cit., vol. I, pp. 184-193; *The Literature of Ancient Egypt.An anthology of stories, instructions and poetry*, ed. com introd. por William Kelly Simpson, Yale University Press, 1973, pp. 329-336.

Mas habitualmente, mesmo em descrições de carácter negativo, os autores egípcios levantavam o pensamento para as alegrias da vida, para os prazeres simples que podiam encontrar na vida terrena, à maneira do que séculos mais tarde havia de ensinar Epicuro. Já o pudemos notar no *Cântico do Harpista* e verifica-se também numa obra clássica da literatura egípcia, conhecida por *Lamentações de Ipuver*. Esta obra descreve os tempos atribulados do Império Antigo e do I Período Intermédio. O autor insiste na mudança de situações sociais e económicas, próprias de um período de revolução. É sobremaneira sensível à destruição dos valores próprios da ordem no Egipto. Lamenta, mas não deixa de levantar também o pensamento para as alegrias da vida no Egipto.

O texto, que é extenso, chegou-nos, infelizmente, muito mutilado, mas nem por isso deixa de ser inteligível. Eis algumas passagens:

> Vede! as mulheres são estéreis, já não se concebe; (...) os homens que nada tinham tornaram-se proprietários de riquezas... Os corações são violentos, a infelicidade espalha-se através do país, há sangue em qualquer lugar, a morte não diminui... Os mortos são lançados ao rio; a torrente de água é um túmulo...
>
> Vede! os ricos lamentam-se, os miseráveis estão cheios de alegria; e cada cidade diz: «Deixai-nos expulsar os poderosos de junto de nós».
>
> O país volta-se como um torno de oleiro, o ladrão possui riquezas...
>
> Vede! o rio é de sangue; se alguém bebe (a sua água), rejeita-a pois o sangue vem dos homens e as pessoas têm sede de água...
>
> Vede estas nobres damas. Os seus corpos sofrem com os andrajos que trazem e os seus corações estão aflitos quando alguém as saúda.
>
> Vede aqueles que construíam casas. São agora trabalhadores dos campos; os que estavam na barca do deus estão agora atrelados a ela. Já não se navega mais para Biblos actualmente. Como faremos nós para procurar o cedro para as nossas múmias?

O texto prossegue num tom de amargura. O que mais impressiona o autor é a revolução social que conduziu a uma total desorganização e inversão dos valores. Isso era sobremaneira grave num povo habituado à ordem, à medida, à *maet*.

Não se poderá retirar do texto uma informação histórica literal, pois trata-se, fundamentalmente, de uma composição poética sobre o tema da revolução social. Mas a última parte é um verdadeiro hino de nostalgia do reino tranquilo que fora o Egipto e que, no seu íntimo, deseja que volte a ser:

> É bom quando os navios sobem a corrente.
>
> É bom quando a rede está estendida e as aves são apanhadas de surpresa.
>
> É bom quando os caminhos são feitos para o passeio.
>
> É bom quando as mãos dos homens constroem pirâmides e escavam lagos e plantam pomares para os deuses.
>
> É bom quando os homens estão bêbedos e, quando eles bebem, o seu coração está feliz.
>
> É bom quando a alegria está em cada boca e quando os chefes dos nomos, a partir das suas casas, contemplam estas alegrias, vestidos de linho branco.[1]

[1] Cl. Lalouette, ob. cit., pp. 193-195; Cl. Lalouette, *La littérature égyptienne*, p. 36; M. Lichtheim, ob. cit., vol. I, pp. 149-163.

Quando a situação política e social mudava, também os temas e as composições literárias se alteravam. É assim que a literatura do pessimismo dá lugar à **literatura optimista**. Um óptimo exemplo desta literatura pode ver-se na *Profecia de Neferty*. É este o nome do sábio que o rei Seneferu mandou chamar (segundo a ficção do autor) para lhe falar do futuro. O sábio vem e, qual profeta inspirado, descobre no

horizonte a figura de Amenemés I. Anuncia a vinda desse faraó com palavras de júbilo e de exaltação, pois Amenemés iria dar início a uma nova época. Eis algumas das suas palavras:

> Um rei virá do Sul, chamado Ameny, justo de voz. É filho de uma mulher da Núbia, é um filho do Alto Egipto...
>
> Alegrai-vos homens do seu tempo. O filho de um homem que se vê adquirirá renome por toda a eternidade. Os que estão preparados para o mal e pensam em actos hostis fizeram calar a sua boca com medo dele...
>
> O direito voltará ao seu lugar, tendo sido afastada a iniquidade. Que se alegre aquele que vir isto e que se encontre então ao serviço do rei.[1]

[1] Seguimos a versão francesa de Lefebvre, preferida por Daumas, ob. cit., p. 405. Poderá ler-se o texto todo na versão de Cl. Lalouette, «La prophétie de Neferty et la venue d'un roi sauveur» in ob. cit., pp. 70-74, ou M. Lichtheim, ob. cit., vol. I, pp. 139-145.

Trata-se, obviamente, de uma profecia *post eventum*, uma obra de literatura, orientada para uma finalidade política que consistia em exaltar Amenemés I. O autor é alguém que está ao seu serviço. Não nos importa muito esse aspecto. Consideramos de momento importante salientar que esta obra reflecte uma determinada situação histórica: uma nova ordem implantada no Egipto. À volta da realeza restaurada reúnem-se os homens de letras: os sábios vão começar a escrever os seus *ensinamentos*, os poetas vão exaltar os triunfos dos reis; sacerdotes e militares, todos irão contribuir para que a ordem, o bem-estar e o prestígio do Egipto sejam conhecidos.

É nesse movimento de restauração que se hão-de inserir alguns **hinos religiosos**, como o ciclo de *Hinos ao rei Sesóstris III*, o *Hino à Coroa Vermelha*, ou seja ao Baixo Egipto, um *Hino a Osíris*, o *Hino ao Nilo*, que, na realidade, é um canto de louvor à felicidade que vem das águas desse rio. Não devemos deixar de referir também os *Textos dos Sarcófagos*, onde encontramos passagens que mostram como havia, por vezes, **representações teatrais nos templos, cujos temas eram os mistérios dos deuses**.

A avaliar pela abundância, variedade e qualidade das obras literárias, temos de reconhecer que o Império Médio alcançou no campo das letras um elevado nível.

6.2.4 *No Império Novo*

No Império Novo prosseguem os géneros literários até aí cultivados, notando-se em todos um grande progresso. A preocupação com a forma estilística é manifesta tanto nas obras de carácter sapiencial como na poesia lírica. Para tudo isso concorreu também o enriquecimento da língua no campo gramatical.

As narrações e as descrições de todo o género tornam-se mais circunstanciadas. Assim acontece nos **contos** onde aparecem detalhes da vida concreta, por exemplo no «Conto dos dois irmãos» e nos próprios **anais** dos reis. **Estes anais já não são escritos apenas em frágeis papiros, mas gravados na pedra. Tal aconteceu com as campanhas militares de Tutmósis III, em número de 17, sobre os muros do**

santuário da barca de Carnac e com a batalha de Cadesh, grande feito de armas de Ramsés II, sobre as paredes dos templos de Abidos, Luxor, Carnac, Abu Simbel e Ramesseum.

Só é pena que estas narrações não forneçam informações sobre os acontecimentos no interior do reino. Desempenharam, sim, a **função de epopeia**, a partir de factos contemporâneos capazes de entusiasmar o povo inteiro, incitando ao orgulho nacional.

Da **batalha de Cadesh**, para além das incrições murais referidas, há que recordar-se um **poema**, conservado em fragmentos de dois papiros hieráticos da autoria de **Pentaur, poeta da corte de Ramsés II**. Ao pretender exaltar o seu rei já não se serve das paredes dos templos nem das estelas, mas do papiro. O poeta escolhe para tema essa famosa batalha, ocorrida em 1285, em Cadesh, entre Ramsés II e Muwatalis, rei dos Hititas. A imaginação do poeta recorre a todos os exageros para proclamar a valentia incomparável de Ramsés II. Não era ele o filho de Amon?

É claro que não poderemos confiar nas suas palavras para avaliarmos o que foi a batalha, pois tudo é hipérbole fantasista, mas nada perdemos em ler algumas frases para julgarmos este tipo de poesia de exaltação. O poeta apresenta o rei sozinho, sem ter ninguém a seu lado, a infligir uma enorme derrota aos inimigos. Vejamos o seguinte extracto:

> Nenhum chefe está comigo... a minha infantaria e os meus carros de guerra abandonaram-me. Quem és tu, meu pai Amon? Um pai que abandona o seu filho? Fiz eu alguma coisa contra ti? Eu nunca me afastei dos conselhos da tua boca. Como é grande o senhor de Tebas, grande demais para permitir que estrangeiros se aproximem dele. Quem são os Asiáticos para ti, Amon? Homens vis que não conhecem deus. Não te construí eu tantos monumentos?... Eu clamo por ti, meu pai Amon. Eu estou no meio de inimigos que não conheço. Todos estes países estão unidos contra mim. Os meus soldados abandonaram-me...
>
> Mas eu clamo e apercebo-me de que Amon vale mais para mim do que 10 milhões de soldados, de centenas de milhares de carros, mais do que uma miríade de irmãos ou de filhos que se unissem ao mesmo tempo... Amon surge ao meu apelo, pega-me pela mão, dá um grito de alegria: «Salve, salve, ó Ramsés, amado de Amon; eu estou contigo. Sou eu o teu pai. A minha mão está contigo e eu valho mais para ti do que centenas de milhares, eu, o senhor da vitória que ama a coragem».

Segue-se, em linguagem épica, a descrição da batalha e da vitória. E, por fim, a exaltação e a glória: «Os meus soldados voltaram para louvarem o meu nome, quando viram o que eu tinha feito»[1]. **Este poema é considerado uma das obras primas da literatura egípcia**. Pode comparar-se com as melhores epopeias conhecidas, não lhe faltando elevação de estilo, nem inspiração, nem ousadia de imagens e recursos literários, com o objectivo de exaltar o faraó e nele todo o povo do Egipto[2].

Também a **literatura sapiencial** ocupa no Império Novo um lugar de grande destaque, principalmente com o *Ensinamento de Anii* e o *Ensinamento de Amenemope*. Do primeiro vamos ler algumas passagens, onde apreciaremos os

[1] M. Lichtheim, ob. cit., vol. II, pp. 62 e ss.

[2] A. A. Tavares, «A mística imperial no Egipto», in *Impérios e Propaganda na Antiguidade*, ed. Presença, Lisboa, 1988, pp. 43-66.

conselhos do sábio quanto ao casamento. Certamente não deixaremos de admirar a sua sensibilidade para com as necessidades que pode ter a mãe e a dona de casa. Efectivamente, uma das suas preocupações é a família, assente na fidelidade da esposa e no amor entre todos os seus membros. A ordem familiar, tal como a ordem social tem de ser garantida. Assim, o bom filho não «deve separar o coração do coração de seu pai»; o filho «não deve dar à mãe ocasião de sofrimento, pois ela levantaria as mãos para Deus, e ele ouviria os seus gritos». Adverte contra a mulher estrangeira, nos seguintes termos:

> Livra-te da mulher estrangeira que ninguém conhece na tua cidade.
> Não se olha para ela quando segue o seu companheiro.
> Não te unas a ela.
> É uma água profunda de que não se conhecem as margens.
> Uma mulher separada do seu marido
> Que te diz todos os dias: «Eu, eu sou louca!»
> Ela está numa emboscada e caça com armadilha.
> É um crime digno de morte quando se lhe dá ouvidos.

O autor conhecia, certamente, o que se passava nas cidades e era bom observador da sociedade. Não lhe faltava igualmente sensibilidade e delicadeza para com as mães, como se pode ver por estes conselhos:

> Dá em dobro o pão que deves dar à tua mãe.
> Leva-a como ela te trouxe.
> Encarregou-se de ti,
> Não te abandonou
> Quando ela te pôs no mundo (depois dos teus meses no seu ventre)
> Ela ofereceu-te o seu seio na tua boca durante três anos, com paciência.
> Colocou-te na escola,
> e enquanto tu aprendeste a escrever
> ela tratava durante a tua ausência, cada dia, do pão e da cerveja da sua casa.
> Agora que tu estás na flor da idade, que tu te casaste
> e que estás bem estabelecido na tua casa,
> Lança os teus olhos para a maneira como foste gerado,
> como tu foste alimentado e vê tudo isso como obra da tua mãe.
> Que ela não tenha que se queixar de ti
> Nem levantar as suas mãos para Deus!
> E que Deus não tenha que escutar o seu pranto![1]

São ainda de Anii estes conselhos:

> «Não atormentes a mulher na sua casa, se tu sabes que ela é séria. Não lhe digas: «Onde está isto, procura-o para nós!» quando ela o tinha posto em bom lugar.
>
> Todo o homem casado deve refrear a impaciência. Não vigies as mulheres muito de perto e não deixes que elas te irritem o coração.[2]

Mais famosa do que a sabedoria de Anii é, sem dúvida, a de Amenemope, que foi um alto funcionário do faraó e usava o honroso título de «escriba real dos trigos». Pelos textos que se seguem, pode avaliar-se da sua actualidade. Dá conselhos ao

[1] Fr. Daumas, ob. cit., p. 413.

[2] Texto citado por A. Erman, *L'Égypte des Pharaons*, Paris, Payot, 1938, pp. 112-114. Pode ler os *Ensinamentos de Anii* na íntegra em E. Laffont, ob. cit., pp. 127-148, ou em M. Lichteim, ob. cit., vol. II, pp. 140-163.

filho, baseando-se na sua experiência e apelando para o juízo de Deus. Este fundo religioso é elemento digno de apreço, pois não se trata de um deus qualquer, mas de Deus, regente do Universo não incarnado em formas humanas ou animais, ser infinito que premeia ou castiga. A sua influência em livros sapienciais da Bíblia é reconhecida pelos melhores críticos e reconhece-se também que **a obra de Amenemope é um dos monumentos mais notáveis da cultura egípcia**. Eis algumas das suas palavras:

> Estende a mão ao homem em desgraça e, se a mão de Deus o abandona, alimenta-o com o teu pão. Agradarás a Deus se reflectires antes de falar a um homem encolerizado. Sê, portanto, calmo na presença dos teus adversários e inclina-te diante de quem te ofende. Deixa passar uma noite antes de lhe falares, porque ele é como uma tempestade: avança como o fogo na palha.
>
> Não te vingues de quem te odeia! Tu ignoras os desígnios de Deus! Apoia-te nos braços de Deus, a tua humildade e a tua doçura abaterão os teus inimigos.
>
> Não cobices o bem alheio, mas sê justo em tudo o que empreendes! Deus concede o sentido da justiça àqueles que ama.
>
> Sê bom quando receberes os impostos e não empregues medidas falsificadas quando pesares o trigo; assim, poderás dormir em paz e sentir-te feliz na manhã do dia seguinte. Mas não te deixes enganar pelo camponês e não enredes, em seu benefício, a lista dos impostos quando ele quiser fazer fraude sobre a contribuição que lhe compete.
>
> Não desloques nenhum marco quando medires um campo nem toques nos marcos do campo pertencente a um viúva. Quem se torna culpado de um desses actos é um opressor dos fracos. A sua quinta deve ser destruída e os seus bens tirados aos filhos e dados a outro homem. Não cobices o bem do pobre nem mates o teu apetite com o seu pão. Os bens do pobre são amargos à garganta. Uma medida de grãos dada por Deus vale mais do que cinco medidas arrancadas pela violência. Este último trigo apodrece no celeiro e não sacia ninguém. Um pouco de pão todos os dias e um coração contente valem mais que riqueza com remorso. Não procures, portanto, a fortuna e não te queixes da pobreza. O navio de um homem ávido e insatisfeito é afundado pela tempestade, mas o pequeno barco de um homem feliz goza de um vento favorável...
>
> Cumula os teus semelhantes de atenções: não rias do cego, não ridicularizes o anão, não faças mal ao paralítico! Não ridicularizes um homem que está na mão de Deus e não sejas grosseiro para com ele, se por acaso ele te choca. O homem é feito de palha e argila e Deus é o seu arquitecto. Todos os dias Deus destrói e constrói, empobrece milhares de homens, mas eleva milhares de outros para os fazer reinar sobre os seus semelhantes. Sê, portanto, humilde! Aquele que dobra a espinha não quebra os rins...[1]

[1] Trad. port. em C. Grimberg, ob. cit., pp. 130-131; E. Laffont, ob. cit., pp. 109-125, ou M. Lichtheim, ob. cit., pp. 146-163.

A poesia sapiencial de Amenemope teria influenciado o autor bíblico do *Livro dos Provérbios*.

A ideia de Deus, justo, moral, infinito, que aparece como pano de fundo nos conselhos de Amenemope, não é única no Egipto. Ficou conhecida a atitude de Amenófis IV, que, por motivos políticos e preocupações religiosas, quis impor

o culto a um só deus, Aton como já vimos. Mudando o nome para **Akhenaton** (adorador de Aton), a história recorda-o como um poeta místico a louvar a Deus.

É conhecido o seu grande *Hino a Aton* que influenciou provavelmente o autor bíblico do *Salmo 104*, em que se inspirou, S. Francisco de Assis, no seu *Cântico ao Sol*. Eis alguns fragmentos da sua **poesia religiosa**:

> Bela é a tua aurora no horizonte do céu.
> Ó vivo Aton, começo da vida!
> Quando te levantas no Oriente,
> Enches o universo com a tua beleza.
> És belo, grande, cintilante, alto sobre todas as terras;
> Teus raios cobrem a Terra e tudo que tens criado
> És Rê, e tudo levas cativo.
> As árvores e as plantas florescem,
> Os pássaros adejam nos pântanos,
> As asas erguidas em adoração a ti.
> As ovelhas dançam sob teus pés.
> Todos os seres alados voam.
> Tudo vive quando brilhas sobre o mundo.
> [...]
> És o criador do germe na mulher,
> O criador da semente no homem,
> Dás vida ao filho no seio da mãe,
> Acaricia-lo para que não chore,
> Amamenta-lo.
> O criador da alma que anima todas as criaturas.
> Quando a criança sai do ventre, no dia em que nasce,
> Abres-lhe a boca à palavra,
> Provês às suas necessidades.
> [...]
> Incontáveis são tuas obras!
> Eles escondem-se diante de nós,
> Ó deus único, de poderes que ninguém mais tem.
> Criaste a Terra conforme a tua vontade,
> quando eras só.
> Os homens, o gado grande e o pequeno,
> tudo quanto existe sobre a terra,
> Que caminha com seus pés,
> tudo quanto está no alto,
> Que voa com as asas.
> Os países estrangeiros, a Síria, a Núbia,
> A terra do Egipto;
> Pões cada homem em seu lugar,
> Supres-lhe as necessidades.
> Cada qual tem seus bens,
> Seus dias estão contados.
> Suas línguas são diversas,
> Como diversos os seus aspectos e a cor da sua pele,
> Porque diversificaste os povos.

[...]
Criaste o mundo,
E ergueste-lo para teu filho
Que proveio dos teus membros:
O rei que vive na verdade,
Akhenaton cuja vida é longa,
E para a Grande Esposa Real, sua bem amada
Senhora das Duas Terras, Nefertiti,
Viva, florescente, por todo o sempre.[1]

[1] Versão proposta por L. Thoorens, ob. cit., p. 79; M. Lichtheim, ob. cit., vol. II, pp. 96-100.

Notemos que a poesia religiosa não foi cultivada apenas por Amenófis IV. **Na corte de Amarna, outros cultivaram este género poético e, um século antes, cerca de 1439 a. C., já Amenófis II escrevia um hino ao deus solar Amon-Rê,** exprimindo-se em termos de grande elevação religiosa:

> Tu és o único que fizeste tudo aquilo que existe, o único que fizeste tudo o que é.
> Os homens saíram dos seus olhos e pela sua boca os deuses vieram à existência...
> Todo o respeito para contigo, porque tu nos criaste!...[2]

[2] Cf. Lalouette, *La Littérature* ..., p. 111.

O Egipto conheceu também a **poesia amorosa**. O faraó **Amenófis IV permite-nos passar da poesia religiosa para a poesia amorosa, embora não tenha sido ele a iniciar este género no Egipto**. De facto, já antes do seu reinado, o amor humano era tratado pelos poetas. Essa poesia nasceu como se julga no Império Novo, a partir de 1500 a. C., época de prosperidade e de bem estar. Amenófis IV, estabelecendo em Amarna a sua capital, pôde viver aí uma romântica paz familiar. Ficou conhecido este faraó, como um eterno apaixonado da sua esposa, a bela Nefertiti. Desse amor nos dá conta o pequeno poema encontrado no seu sarcófago, escrito numa folha de ouro, recolhido por L. Thoorens:

Aspiro o delicado hálito da tua boca.
Todos os dias admiro a tua beleza.
Desejo ardentemente escutar a tua doce voz,
mesmo quando tem a forma do vento do norte,
a fim de que os meus membros rejuvenesçam pelo teu amor.
Dá-me a mão e faz que eu receba o teu espírito
e que eu viva através dele.
Chama eternamente pelo meu nome
E ele jamais será esquecido.[3]

[3] L. Thoorens, ob. cit., p. 78.

Os poemas de amor que nos vêm do antigo Egipto são muitos e encontram-se principalmente em quatro manuscritos: o *Papiro Chester Beatty I*, o *Papiro Harris 500*, o fragmento do *Papiro de Turim* e um vaso fragmentado do Museu do Cairo.

O primeiro papiro referido contém a colecção mais abundante de poemas de amor, sendo de realçar a primeira série. Um desses poemas é constituído por sete cânticos dialogados, entre o amante e a amada (o «irmão» e a «irmã», em egípcio), e parece ter sido composto para distrair o soberano. **Supõe-se que esses cânticos fossem recitados nos banquetes ao som da música da flauta e da lira**.

É tão abundante e tão bela a poesia amorosa que se poderiam fazer várias opções de textos. Têm interesse, por exemplo, os que seleccionou C. Grimberg ou L. Thoorens, nas versões portuguesas já citadas[4].

[4] Se tiver oportunidade leia M. Lichtheim, «Love Poems» in ob. cit., vol. II, pp. 177-193.

Nós seleccionámos estes para si:

1 – o amor encontra-se unido à beleza da natureza

«O passeio no jardim»

Eu sou a tua primeira amiga;
Sou como o jardim que eu plantei de flores
E de toda a erva de doce perfume...
É belo o lugar onde me passeio
Quando a tua mão está sobre a minha mão;
O meu corpo está muito contente,
O meu coração rejubila
Porque estamos juntos.
Ouvir a tua voz inebria-me
E a minha vida consiste em escutar-te.
Se eu olho para ti
Cada olhar é para mim melhor
que o comer e o beber.

A jovem amada confunde-se, para o seu amante, com a Natureza e os seus prazeres:

A boca da minha irmã é um botão de lótus.
O seu seio é uma maça de amor.
A sua face é a armadilha de acácia
E eu sou o pato selvagem.
Os meus olhares vão para a sua cabeleira
Para a isca sob o arco onde estou preso.

2 – A beleza sensual encontra-se nesta poesia, intitulada *«O nascimento do amor»*

Única amante, sem haver segunda,
Mais bela que todas as mulheres
Ela é como a estrela que se levanta
No começo de um belo ano.
Luminosa e perfeita, brilhante de tez,
Ela seduz pelo olhar dos seus olhos
E encanta pelas palavras dos seus lábios...
O seu pescoço longo e o seu seio túmido a rebentar,
A sua cabeleira de verdadeiro lápis-lazúli.
O seu braço sobrepassa o ouro,
Os seus dedos assemelham-se às flores de lótus.
A sua cintura é estreita sobre os rins
As suas pernas são mais belas do que todas as suas outras belezas.
A sua figura é nobre quando caminha sobre a terra.[1]

[1] Cf. Lalouette, *La littérature*..., pp. 114-115.

Ou nesta:

Ó meu amado, como é doce ir ao lago,
banhar-me à tua vista, mostrar-te a minha beleza,
quando o meu vestido do mais fino linho, de um linho digno de uma rainha,
se molha para se ajustar a cada curva do meu corpo.
Eu estou na água muito antes de ti

e regresso para junto de ti com um belo peixe vermelho
escondido na minha mão.
Vem e olha-me![1]

[1] C. Grimberg, ob. cit., p. 140.

O *Conto do Pastor que viu uma deusa* chegou-nos muito incompleto, mas alguns dos fragmentos conhecidos levaram Thoorens a escrever que «não havia puritanismo nas margens do Nilo e falava-se de amor com requintada sensualidade».

Quando vejo aproximar-se a minha bem-amada, o meu coração alegra-se.
Os meus braços abrem-se para a enlaçar.
Meu coração regozija-se, pois que se aproxima a minha bem-amada.
Quando a tenho em meus braços, é como se a terra exalasse
um aroma de incenso, como se eu próprio estivesse perfumado.
Quando a beijo, os seus lábios estão abertos, e embriago-me sem cerveja.
Fosse eu o escravo negro que a cuida: teria o privilégio de contemplar todas as
formas do seu corpo![2]

[2] L. Thoorens, ob. cit., pp. 89 e ss.

Na poesia amorosa egípcia encontramos jogos de pudor e de desejo aos ardores mais ferventes e impudicos. Tudo descrito com imagens bem precisas e vocabulário expressivo. Neste género literário nenhum outro povo da Antiguidade pré-clássica se lhe poderá comparar, apesar de não ignorarmos o famoso *Cântico dos Cânticos* dos Hebreus, que poderá ter recebido influências do povo do vale do Nilo.

6.2.5 *Na Época Baixa*

A literatura não morreu com o fim do Império Novo. Continuou a desenvolver-se, enquanto perdurou a civilização egípcia, não obstante o domínio político das potências estrangeiras sobre o povo do Nilo. A cultura continua, efectivamente, a ser egípcia até ao domínio romano. No entanto, podemos distinguir o peso substancial de raiz e continuidade egípcia do de algumas influências estrangeiras. **Na força da tradição, a marca da religião é bem patente na lírica religiosa, conservada nos muros dos templos e nos papiros. Torna-se, sobretudo, manifesto o gosto do arcaísmo e da arqueologia religiosa na época saíta.**

A literatura não é apenas representada pelo clero e por pequenos grupos de sábios, mas pelo próprio povo. **Mantêm-se, por isso, os temas do amor, as reflexões sapienciais da igualdade entre o poderoso e o fraco, a doutrina da retribuição,** etc.

Sem menosprezo pelos outros géneros literários, vamos dirigir a nossa atenção especialmente para o género sapiencial dos últimos escritores egípcios. Os seus escritos são verdadeiros tratados de moral, válidos para os homens de todos os tempos. Quem primeiro recebeu influência destes textos sapienciais e didácticos foram os Judeus que, em bom número, se estabeleceram na região do Delta. A cidade de Alexandria, por exemplo, foi sede de uma grande colónia judaica. Pode afirmar-se com total exactidão que os últimos livros do Antigo Testamento

não existiriam ou seriam diferentes se não fosse a influência dos «sábios» do Egipto.

Distinguimos na Época Baixa os *Ensinamentos do Papiro Insinger*, a *Sabedoria do Grande Sacerdote Petosiris* (século IV a. C.) e os *Ensinamentos de Ankhsheshonqy*, obra escrita em caracteres demóticos. Este último escreve na prisão, onde se encontrava por ter participado num golpe contra o rei, e transmite ao filho a experiência, que é sua, e é comum ao povo. Dá conselhos de civilidade, aponta normas práticas de boas maneiras, fala da moderação e das qualidades que fazem triunfar na vida, tendo sempre como pressuposto uma ética religiosa. **Observam-se, no seu estilo, semelhanças manifestas com a poesia da alta antiguidade egípcia:**

Um homem de humilde condição que se comporta com arrogância é copiosamente detestado.

Um homem de elevada condição que se comporta com modéstia é altamente respeitado.

No final de cada um dos vários ensinamentos que propõe, em número de 25, apresenta este refrão bem significativo:

O destino e a fortuna que vêm, é Deus quem os envia.

Faz uma reflexão sobre o uso das riquezas, preocupando-se com aqueles que não possuem bens materiais:

Se um bem te vem a pertencer,
Dá parte dele a Deus, quer dizer, aos pobres.

Fala de Deus como o autor da Criação, num texto semelhante ao Salmo 19 da Bíblia, que começa por estas palavras:

Os céus proclamam a glória de Deus
O firmamento anuncia as obras das suas mãos.
O ímpio não diz: «Deus manifesta-se
nos acontecimentos que ordena».
O que ele diz, é: «Isso não deve produzir-se assim».
Mas ele deve ver o que está escondido:
Como é que o Sol e a Lua caminham sobre o céu?
A água, o fogo e o vento, donde vêm?
O amuleto e a magia são a protecção de alguém?
Deus faz conhecer sobre a terra cada dia a sua obra misteriosa.

O autor disserta sobre o sábio e a sabedoria:

(...) O louvor compete ao sábio, porque ele é calmo.
A idade é bela, na vida, porque ela é doce.
Não deixes aumentar as preocupações
Para não caíres na perturbação.
Se o coração atormenta o seu senhor,
Isso vai gerar nele a doença...
A morte desperta a angústia
No coração do ímpio que esquece Deus...

O asilo do homem de Deus, na miséria
É Deus...
Não te aflijas na tristeza,
Grande é o poder de Deus.[1]

[1] Fr. Daumas, ob. cit., pp. 425-427.

Estas palavras foram escritas pouco antes de Filão, de origem judaica, escrever em Alexandria. Notemos também que é a época em que se situa a redacção do livro bíblico *Eclesiastes*, conhecida obra sapiencial de Jesus Ben Sirac. Estamos no tempo do helenismo que representa uma nova etapa na história da cultura do Próximo Oriente e de toda a região mediterrânica. As fronteiras linguísticas e culturais surgem-nos, então, menos definidas, constituindo uma *koiné**. **Na literatura egípcia, encontram-se seguramente laços de aproximação e de forte contribuição para essa *koiné* universalista**.

* *Koiné*, palavra grega que significa comum, comunidade.

Esta literatura, para além do seu **humanismo**, traduz um sentido metafísico fundamental: cantou os sentimentos do amor, chamou a atenção para as mais esquisitas atenções para com os parentes, exaltou a caridade e mais ainda a justiça, norma do mundo sobre a qual tudo repousa. Encontrou, por vezes, na morte o nada... mas também celebrou a morte libertadora, promissora de uma vida divina. Atingiu um verdadeiro humanismo. Pergunta a propósito François Daumas: «Será porque ela está impregnada da religião? É possível. Ela atingiu, sem dúvida, níveis aos quais muitas literaturas só raramente, ou nunca, chegaram». No que respeita aos escritos sapienciais, «a elevação espiritual dos velhos sábios abria um caminho para o pensamento cristão». Julgamos ser bom reconhecermos, continuando o pensamento deste egiptólogo, que «a humanidade moderna deve ter consciência da sua continuidade antiga para melhor descobrir a direcção que lhe convém seguir»[2].

[2] Fr. Daumas, ob. cit., pp. 427-429.

6.3 As técnicas e as ciências

Não podemos falar de ciências na Antiguidade, partindo dos conceitos e definições que temos actualmente. No caso concreto dos Egípcios, não tem muito significado delimitarmos o campo concreto de ciências especializadas, pois aquilo que mais lhes importava era um saber universal, o conhecimento da ordem perfeita, da *maet*, na natureza e na sociedade. Eles não sentiram necessidade, como nós actualmente, de distinguir disciplinas científicas das actividades concretas da vida real, onde intervinham habilidades empíricas, técnicas, métodos de actuação.

Por estas razões, antes de falarmos de algumas ciências que, nos seus embriões, foram cultivadas no vale do Nilo, será útil observarmos as técnicas no seu processo de desenvolvimento, tendo em vista a produtividade. O caminho percorrido é semelhante ao que se verifica noutros povos no seu processo civilizacional, embora existam diferenças, resultantes do meio geográfico e ambiental, e das matérias primas.

6.3.1 *As técnicas*

Tal como outros, os Egípcios começaram no Neolítico pela **cestaria**, não lhes faltando boa matéria-prima, como eram, por exemplo, as canas, os limos e o lodo das águas do rio. Distinguiram-se desde cedo na **tecelagem**, contando com o **linho** de alta qualidade, que cultivavam com abundância. **Os tecidos de lã só tardiamente se generalizaram**, pois os ovinos, destinados à produção de lã, só se divulgaram na época ptolomaica.

As **cerâmicas**, após o natural processo evolutivo, atingiram notável perfeição e não há quem deixe de admirar, nomeadamente os vasos riquíssimos com cenas pintadas do Império Novo. A experiência que adquiriram com o fabrico das cerâmicas levou os Egípcios a saberem dominar o fogo e a utilizarem as altas temperaturas. Prepararam-se, pois, para as actividades de **metalurgia**.

Já no IV milénio a. C. se encontram objectos de **cobre** em quantidade, embora ignoremos se a técnica do fabrico do cobre é originária do Egipto ou se foi importada. O **bronze** que resulta, como se sabe, de uma liga de cobre e de estanho, só se divulgou no Egipto a partir do Império Médio. Quanto ao **ferro**, o seu uso começou com o fabrico de objectos rituais e de adorno, a partir do ferro meteorítico puro, conhecido por «metal celeste». Mas este metal, que era importado, só desempenhou papel importante a partir da XVIII Dinastia, quando começou a ser necessário para o fabrico das armas.

O **ouro**, explorado no Egipto, era conhecido por *electrum*, ouro branco, por ter uma percentagem de prata. O ouro amarelo que havia de constituir uma grande riqueza no Egipto, já a partir do Império Antigo, era explorado nas jazidas de Assuão e da Núbia. Os Egípcios souberam trabalhá-lo com elevada tecnologia. A abundância e a perfeição dos trabalhos de ourivesaria tornaram o Egipto famoso na Antiguidade. Recorde-se, a propósito, o que se lê na carta de Tushratta, rei de Mitanni, a Amenófis III: «Verdadeiramente, no meio do país do meu irmão (o faraó) o ouro é em tanta quantidade como o pó...»[1]. Para termos uma ideia da quantidade e da elevada tecnologia no trabalho do ouro, bastaria vermos o rico mobiliário do túmulo de Tutankhamon, no Museu do Cairo.

[1] A. Eggebrecht, *L'Égypte Ancienne*, Bruxelas, 1986, p. 222.

O uso dos diversos metais foi, por sua vez, permitir a elevada tecnologia que se verifica na produção dos trabalhos de **madeira** e de **pedra**. São principalmente os trabalhos de pedra que mais havemos de admirar no Antigo Egipto: a extracção da pedra de uma grande variedade de pedreiras, a tecnologia adequada a cada caso, o transporte dos grandes blocos pela força de homens ou de animais e os transportes a longa distância pela via fluvial. Notemos que não só se transportava pelo Nilo a pedra bruta mas também os grandes obeliscos já afeiçoados, as colunas e as estátuas. Através dos relevos de *Deir el-Bahari*, vê-se que os dois obeliscos da rainha Hatshepsut foram carregados sobre um barco com mais de 60 m de comprimento puxado por um rebocador.

Para se erguerem os obeliscos e as grandes colunas, tal como para se construírem as pirâmides e templos, serviram-se de grandes rampas e sólidas plataformas,

trabalhos que exigiam cálculos e medidas seguras e boa tecnologia, o mesmo sucedendo para a implantação dos grandes edifícios sobre o terreno e para os trabalhos de construção. Nas pinturas e relevos murais, aparecem representados com frequência o **esquadro**, o **fio de prumo**, a **mira**, o **nível de água**. Aí se pode observar também com frequência, a figura do arquitecto, com uma corda de nós na mão, ou seja, a medida que usava com base no côvado.

É bom termos presente o que já aprendemos sobre **pesos e medidas**, meios indispensáveis não só nos trabalhos agrícolas e nas grandes obras de arquitectura mas também no tratamento dos metais, na percentagem das ligas usadas no seu fabrico.

O saber egípcio resulta, pois, da experiência do concreto e da aplicação de técnicas, de início rudimentares, mas que se vão aperfeiçoando nos diversos domínios.

6.3.2 *As ciências*

As descobertas técnicas, a especulação e o gosto de alguma sistematização que também se vai observando contribuíram para o despertar de várias ciências, designadamente a **matemática**, a **astronomia** e a **medicina**. Não vamos, em qualquer dos casos, esperar do antigo Egipto exposições de carácter científico, mas não deixaremos de admirar os embriões destas ciências.

Os **textos matemáticos** que os Egípcios nos deixaram não passam de descrições de casos e de tabelas que apresentam o cálculo de superfícies ou de volumes, como, por exemplo, das pirâmides.

Tiveram que se familiarizar com os rudimentos do cálculo matemático, antes de mais por causa do cultivo dos campos. É que a inundação destruía anualmente as extremas dos campos e tornava-se necessário estabelecer de novo os limites e a dimensão exacta dos terrenos para a agricultura. Isso não aconteceu apenas com as pequenas propriedades, pois sabe-se que Amenemés I fez determinar de novo os limites dos nomos do Egipto, baseando-se para tal «no que consta nos livros e se encontra nos escritos antigos». Tal pormenor faz pensar que terão existido cadastros rurais dos territórios, dependentes dos diferentes nomos, segundo comenta Erman[1].

[1] A. Erman, H. Ranke, ob. cit., p. 473.

Serviram-se de um sistema natural de cálculo, a partir da mão (cinco dedos). A seguir vieram as dezenas, criando dessa forma a **numeração decimal**, que se tornou a base da prática: unidades, dezenas, centenas, milhares, dezenas de milhares e centenas de milhares. Tudo isso é representado por sinais gráficos adequados, como se vê no famoso *Papiro Matemático de Rhind*, que data do Império Médio e foi recopiado na época dos Hicsos. É, aliás, uma das raras fontes, para o conhecimento das matemáticas egípcias antigas. Registe-se, por curiosidade, como na introdução informa, que pretende ensinar «a maneira de contar para compreender as coisas, para fazer a experiência de tudo o que existe, de tudo o que é obscuro, de todos os segredos»[2]. Esses sinais gráficos das cifras podem observar-se igualmente no muro

[2] A. Eggebrecht, ob. cit., p. 390.

de uma construção de Tutmósis III, em Carnac: um traço indica a unidade, o arco indica a dezena e a corda enrolada representa a centena. Para indicar o milhar, dez mil, etc., existiam também os respectivos sinais gráficos[1].

[1] A. Eggebrecht, ob. cit., p. 390; A. Erman e H. Ranke, ob. cit., pp. 476-482.

Note-se que os Egípcios não aprenderam a calcular apenas a superfície dos rectângulos, mas também o volume da esfera, tomando *pi* o número 3.16. Souberam resolver equações, problemas de divisão de uma quantidade em parcelas de diferentes proporções, etc. Quanto à teorização na geometria, terão avançado menos do que na aritmética, embora por intuição tivessem resolvido problemas de ordem prática, como podemos verificar ao observarmos os seus grandes monumentos.

Não poderão esperar-se grandes conhecimentos científicos no campo da **astronomia**, uma vez que as ciências matemáticas não atingiram um grande nível e a matemática é indispensável para o cálculo sobre a conjunção dos astros. Entretanto tiveram necessidade de **medir o tempo** e já no princípio do III milénio, a partir de um grande número de dados, resultantes da observação, conseguiram organizar um **calendário** que está na base do calendário actual. Para isso sentiram necessidade de decompor o ano em períodos de 365 dias e um quarto, observando o sol. Por outro lado, precisavam de dividir o tempo em partes de cerca de 29 dias, regulando-se pela evolução da Lua. Assentaram, pois, num calendário solar, determinando que o mês fosse um período convencional de 30 dias, mas é evidente que doze desses meses apenas somavam 360 dias, quando o ano solar real tem 365 dias e um quarto. Por tal razão, sentiram necessidade de acrescentar cinco dias no fim do ano, estabelecendo assim o ano oficial de 365 dias. A verdade é que de quatro em quatro anos havia uma diferença de um dia, entre o ano real e o ano oficial. Este era mais curto, como se vê. Não introduzindo um ano bissexto, este atraso ia aumentando sempre, provocando verdadeiros desfasamentos entre o calendário oficial e a verdadeira realidade.

Haviam dividido o ano real em três estações: a *Inundação (akhet)*, as *Sementeiras (peret)* e as *Colheitas (chemu)*. O início da Inundação coincidia com o início do ano, por 19 de Julho. Mas a verdade é que o ano oficial se afastava sempre do ano real, de tal forma que só de 1460 em 1460 anos o começo real da *Inundação* coincidia com 19 de Julho. Só os camponeses e os sacerdotes tinham em conta o ano fixo, por causa dos trabalhos dos campos e de certas festas[2].

[2] Nicolas Grimal, *Histoire de l'Égypte Ancienne*, Fayard, Paris, 1988, pp. 63-64.

Este calendário deve ter sido estabelecido no tempo da unificação do Egipto, por **Menés**, no fim do IV milénio ou início do III, e atribui-se a sua origem à cidade de **Heliópolis**.

Apesar das limitações que apontámos, o calendário solar dos Egípcios está na base do calendário, chamado «gregoriano»* que nós seguimos.

* O nome do calendário gregoriano vem-lhe por ter sido estabelecido pelo papa Gregório XIII, em 1582, em substituição daquele que até aí era seguido com o nome de «Juliano», o qual havia sido recebido do calendário egípcio por Júlio César, no ano 45 a. C. Com a alteração introduzida pelos astrónomos de Gregório XIII, o ano de 1582 teve menos 10 dias. O calendário gregoriano foi imediatamente promulgado em Espanha por Filipe II, mas muitos países europeus e orientais continuaram a utilizar o calendário juliano. Assim, por exemplo, a Inglaterra usou-o até 1587 e a Rússia abandonou-o já neste século. Por isso, a revolução de Outubro é comemorada em Novembro.

Os Egípcios dividiram também o ano em meses, estabelecendo que fossem 12, e dividiram igualmente o dia em 12 horas, tal como a noite em número igual. Mas é evidente que estas horas não eram iguais às nossas, já que o dia correspondia ao período de claridade e a noite ao período de escuridão.

Para determinarem este tipo de horas do dia e da noite, mais longas ou mais curtas, conforme as épocas do ano, foi necessário recorrerem a instrumentos de medição que estão na origem dos nossos **relógios**. Os que mediam as horas diurnas baseavam-se no comprimento da sombra que era projectada sobre uma superfície lisa, graduada. Para as horas nocturnas, os sistemas eram vários e mais complexos. Recorria-se, por vezes à água que escorria sobre (ou de) um vaso.

Ficou conhecido o caso de um tal Amenemés, na XVIII Dinastia, por ter construído um relógio de água muito aperfeiçoado, pelo que foi louvado pelo faraó Amenófis I. Pela descrição depreende-se que se tratava de um vaso que servia para medir, escoando-se a água por um orifício[1].

[1] A. Erman e H. Ranke, ob. cit., p. 450.

Não devemos deixar sem referência o facto de os Egípcios introduzirem no calendário a ideia dos **dias «fastos» e dias «nefastos»**, superstição muito generalizada na Antiguidade, e não só. Conhece-se um papiro do Império Novo, proveniente das ruínas de Kahum que contém uma coluna de 30 dias de um mês, onde cada um dos dias é seguido da designação de bom ou de mau. Um dia é fasto ou nefasto conforme o evento mitológico feliz ou infeliz com que ficou assinalado antigamente.

Foi muito importante a influência desta superstição na vida real, pelas restrições que impunha às pessoas. Não podiam, na prática, fazer certas coisas ou se as faziam tinham de ser prudentes. A situação tornava-se grave quando algo acontecia num dia nefasto. Assim, se uma criança nascia num desses dias, os pais ficavam tristes e ansiosos porque o destino da criança estava marcado por essa fatalidade. Compreende-se, dentro desta mentalidade, que a **magia** vingasse: certas palavras ou certos actos adquiriram força para contrariarem o destino e as forças da Natureza. Os Egípcios habituaram-se à magia e não prescindiam dela, tal como os deuses, assim se pensava, recorriam a tal força. Neste campo, a deusa Ísis aparece como a mais célebre mágica, a «poderosa nos encantamentos»[2].

[2] A. Erman, H. Ranke, ob. cit., p. 454.

Dentro desta mentalidade e para que a magia tivesse força para se opor ao calendário dos dias nefastos, tornava-se importante pronunciar o *nome verdadeiro* do deus ou do génio que havia de invocar-se para se opor, com o seu poder, ao que era indesejável. Dizemos **nome verdadeiro** porque o nome habitual de um deus não era o seu nome real. Aquele que conhecia o nome verdadeiro, ou seja o nome secreto, esse tinha o poder daquele que o usava. Foi assim que Ísis, a grande mágica, conseguiu com os seus encantamentos levar o deus Sol, Rê, a que lhe revelasse o seu nome secreto, tornando-se assim ela própria tão poderosa como o próprio deus.

Escusado será dizermos que esta crença no poder da magia, generalizada e profundamente arreigada no povo egípcio, prejudicou enormemente o desenvolvimento intelectual e o progresso científico. Aceitava-se que não valia a pena recorrer-se a meios naturais para se obterem certos fins, uma vez que estes se podiam conseguir ou evitar por meios «sobrenaturais».

Astronomia, astrologia, magia tinham, por vezes, fronteiras pouco definidas, tal como não veremos separada, muitas vezes, a superstição da medicina.

A medicina egípcia foi célebre e não nos faltam elementos que permitem apontar o nível a que chegou e as suas características. É, de facto, muito abundante a documentação que nos chegou: inscrições, óstracas e, sobretudo, papiros médicos. Vejamos quais os principais papiros:

O *Papiro de Ebers*, datado do princípio da XVIII Dinastia, ou seja, século XVI a. C., é o maior de todos e poderá considerar-se uma autêntica **enciclopédia médica** da época.

O *Papiro Edwin Smith* é da mesma Dinastia. Contém um tratado do maior interesse sobre **patologia cirúrgica**.

O *Papiro de Hearst* é igualmente da XVIII Dinastia e nele se encontra uma selecção de **receitas e de fórmulas mágicas**.

De Berlim é justo distinguir dois valiosos papiros. Coloquemos em primeiro lugar o *número 3038*, que contém indicações de **remédios e várias receitas**. Curiosamente chega a pretender determinar o sexo de uma criança antes de nascer. Vem da XIX Dinastia (1304-1181 a. C.) e é assinado pelo seu autor: «Netherhotep, o escriba das Escrituras Sagradas, chefe dos excelentíssimos médicos». O outro papiro de Berlim, digno de especial referência, é o *número 3027*, datado de 1450 a. C., e contém um curioso tratado de **pediatria.**

O *Papiro de Londres* revela-nos **receitas e fórmulas mágicas contra as doenças dos olhos e contra as doenças próprias das mulheres**. Além disso, contém informações sobre veterinária.

Não é necessário prolongar a lista dos «papiros médicos» nem indicar outro género de documentação, para reconhecermos como é abundante e válida. Estas fontes estão publicadas e permitem falar com segurança de vários aspectos da medicina que se praticava nas margens do Nilo. Atingiu, sem dúvida, elevado nível e não admira que os Gregos aí tivessem aprendido muito. O próprio Hipócrates, nascido na ilha de Cós na segunda parte do século V a. C., considerado o pai da medicina científica, terá aprendido muito com os antigos Egípcios.

Para o desenvolvimento da medicina no Egipto muito contribuiu, certamente, a **mumificação** que se praticava desde a IV Dinastia. A observação do corpo humano por dentro incitou naturalmente ao tratamento mais racional dos vivos. Surgiu assim o «homem dos que estão doentes» ou o «homem dos que sofrem», tal é o significado da palavra composta *su-nu*, médico[1].

[1] E. L. Cuenca, «Introducción a la medicina egipcia», in *Boletín de la Asociación Española de Orientalistas*, 1984, vol. XX, pp. 189-195.

De acordo com as fontes, a classe médica estava organizada em dois grandes grupos: os médicos do povo e os médicos reais. Ficaram registados os nomes de alguns. É o próprio Maneton, historiador egípcio do período helenista, quem nos informa que «Imhotep foi um médico dos tempos de Djoser». Sacerdote, escriba, astrólogo, conselheiro principal de Djoser e seu vizir, ficaria na memória dos Egípcios como um semideus e patrono da medicina, pelo menos a partir do tempo de Maneton. Os Egípcios chegaram a prestar-lhe culto em várias festas anuais e parece que os Gregos o terão identificado com Esculápio.

Mas não foram só os homens a exercer a medicina. **Também houve mulheres médicas**. Alguns nomes que a Antiguidade recorda, são certamente lendários, mas outros são históricos, sem qualquer dúvida. Estão no primeiro caso os nomes de Ísis, de Néftis e de Meskhenet que, segundo um conto célebre, teriam sido enviadas pelo deus Rê para acelerarem o nascimento dos três primeiros reis da V Dinastia. Mas outras médicas foram simples mortais e não deusas.

Em 1932, Salim Hassan, um egiptólogo, publicou uma estela proveniente do Império Antigo onde se falava de uma mulher chamada Resehet que tinha o sugestivo título de «directora dos médicos», segundo a tradução que propôs. Analisada posteriormente a epígrafe, verificou-se que Resehet não era «directora dos médicos», mas das «mulheres médicas», o que aliás é mais fácil de compreender: estamos em tempos tão recuados que não seria fácil supor uma mulher a dirigir um corpo de funcionários homens. Seja como for, é importante verificarmos que se trata de uma mulher a exercer medicina, não como uma parteira à maneira daquelas de que falaria a Bíblia mais tarde, a propósito do nascimento de Moisés. Revela, por outro lado, a existência de um corpo social constituído por **mulheres médicas**[1].

[1] P. Ghalioungui, «Les plus anciennes femmes-médecins de l'histoire», *in Bulletin de l'Institut Français d'Archeologie Orientale*, Cairo, 1974, tomo 74, pp. 159-164.

O *Ensinamento de Ankhsheshonqy*, do século V a. C., de que oportunamente falámos, chama a atenção para a alimentação e os seus excessos, como prejudiciais à saúde.

É que a vida que se abstém de muito,
é uma vida segundo o coração do sábio.
Pois legumes com sal são uma alimentação tão boa
que não se encontra melhor.
[...]
A doença invade um homem
porque a alimentação lhe é nociva.
Quem come pão em excesso sofrerá de doença.
Quem bebe vinho em excesso
irá para a cama com gemidos de dor.
Toda a doença está nos membros
porque se come demais.

Estes conselhos de dietética revelam bem como a doença provinha de causas naturais. Deveria prestar-se atenção às coisas pequenas:

Não desprezes uma pequena doença.
Se há um remédio, toma-o.
Difícil é a cura daquele
a quem a doença domina cada vez mais.[1]

[1] Fr. Daumas, ob. cit., pp. 423-424.

Se muitas vezes a doença provinha dos excessos no comer e no beber, não admira que a medicina egípcia aconselhasse, como meio de cura o jejum. Chegou mesmo a impor, em certos casos, o jejum várias vezes ao mês como meio preventivo.

Houve **escolas de medicina** célebres, como foi o caso das que existiram em Heliópolis e em **Saís**, uma e outra relacionadas com o santuário da divindade local, Atum e Neit, respectivamente. Quanto à preparação que tiveram, não sabemos muito.

Houve, sim, grande preocupação com as especialidades. Já Heródoto o pôde constatar, como se infere desta informação que nos deixou:

A medicina está dividida no Egipto desta maneira: cada médico cuida só de uma doença e de mais nenhuma. Todo o Egipto está cheio de médicos, pois uns são médicos de olhos, outros da cabeça, outros dos dentes, outros da região abdominal, outros de doenças incertas.[1]

[1] Heródoto, *Histórias*, II, p. 84.

Isto faz supor que havia diversas habilitações profissionais e, ao mesmo tempo, que a medicina egípcia conseguia distinguir com nitidez várias doenças. De facto, as doenças diagnosticadas atingem o número de 79, o que é deveras considerável para a época.

O **tratamento das doenças** é assunto de grande interesse, mas diga-se, desde já, que isso tem muito que ver com as mentalidades do tempo. Se havia doenças cujas causas eram manifestas, como, por exemplo, as que resultavam de ferimentos, outras não encontravam explicação tão fácil. Eram atribuídas a forças mais ou menos ocultas e misteriosas. No Egipto, como em qualquer outra parte, o enigma da doença leva às tentativas mais diversas de tratamento. O homem, para curar, torna-se médico ou feiticeiro, curandeiro ou mago. Frequentemente acontece que a mesma pessoa exerce diversas funções: recorre a prática mágicas, tal como se serve dos meios naturais ditados pela razão; segue o temor supersticioso, tal como aproveita os ensinamentos da observação e da experiência. O que interessa é obter a cura.

A medicina preventiva preocupava-se, sobretudo, com a alimentação.

Os doentes eram tratados nas suas próprias casas, embora existissem também casas de saúde, conhecidas por *sanatoria*. Assim, no tempo da rainha Hatshepsut, havia em Deir el-Bahari uma série de aposentos, anexos ao templo, aonde acorriam os doentes para serem tratados. Tal secção era conhecida por *sanatoria*. Segundo parece, os tratamentos eram principalmente de natureza mágico-milagrosa, como se depreende de algumas pinturas das paredes, onde se podem ver os sacerdotes a tratarem dos doentes e, noutros casos, estes a darem graças pela cura recebida.

Os médicos, pela observação, faziam o diagnóstico da doença. Em seguida, punham a questão de saber qual o medicamento a escolher entre os muitos que constavam nas listas para cada caso. Eis, por exemplo, um diagnóstico que, no caso, é de uma febre tifóide:

Peso no ventre, aperto no coração do doente; no coração inflação e pulsações aceleradas. As vestes pesam sobre o doente e mesmo muita roupa não o aquece; sedes nocturnas; o gosto perverso, como o de um homem que comeu frutos de sicómoro; carnes amortecidas, como as de alguém que se acha mal; se vai evacuar, o seu ventre está inflamado e recusa-se a isso.[2]

[2] G. Maspero, *Histoire ancienne des Peuples de l'Orient*, Hachette, Paris, s. d., p. 91.

Os remédios continham geralmente grande número de ingredientes, a maior parte de origem vegetal, mas não só. Nalguns casos, tais ingredientes são muito estranhos e até repugnantes, como por exemplo, «sangue de lagarto, dentes de porco, carne em putrefacção e gordura malcheirosa, cerume de orelhas de porco, leite de mulher parturiente e muitos outros do género»[3].

[3] A. Erman, H. Ranke, ob. cit., p. 466.

O remédio tinha de chegar ao corpo pelos «vasos», ou seja pelo sistema vascular, sendo administrado sob a forma de poção, de pílula ou por meio de fricção ou de cataplasma. Não deverá deixar de se fazer também referência ao clister, pelo seu uso generalizado. O veículo utilizado para dissolver certas drogas era a água, a cerveja ou o leite. Noutros casos, usou-se o mel e o azeite.

Chegam-nos também informações de outros remédios e tratamentos como estes para fazer desaparecer a tosse: «Creme, cominho mergulhado no mel. O doente deveria comer isso durante quatro dias», ou inalações à base de mirra, resina aromática e tâmaras, para a constipação[1].

[1] A. Augusto Tavares, «Medicina e Médicos no Antigo Egipto e na Mesopotâmia», in *Brotéria*, vol 126, 1988, pp. 169-181.

Juntamente com os tratamentos, os Egípcios recorriam aos exorcismos e às fórmulas mágicas.

Apesar de a literatura especializada egípcia nos ter legado tratados de medicina e de veterinária, listas de diagnósticos e de receitas, textos médico-mágicos (estes provenientes, sobretudo, de Tebas), e apesar da fama que teve em toda a Antiguidade, a medicina egípcia tinha, obviamente, as limitações próprias da época.

6.4 As artes

O grande egiptólogo Adolf Erman inicia o capítulo dedicado às artes plásticas, no seu livro *La civilisation égyptienne*, com esta frase que subscrevemos: «Em tudo aquilo que os Egípcios nos deixaram a produção artística constitui de longe a melhor parte»[2].

[2] A. Erman, *La civilisation égyptienne*, Payot, Paris, 1976, p. 534.

Efectivamente, pode ignorar-se a sua religião, desconhecer-se a sua literatura ou poderá mesmo passar despercebido o seu avanço no domínio das ciências, mas ninguém confunde a arte egípcia com outra qualquer. Esta é diferente de tudo o mais. Em qualquer história da arte egípcia, ou mesmo em histórias gerais da arte, poderemos analisar os estilos, atender aos processos e estudar minuciosamente este tema tão vasto como aliciante.

Nós não podemos dedicar muitas páginas a esta matéria por causa dos limites de espaço e de tempo destinado ao programa desta disciplina. Mas destinar-lhe-emos um vídeo e, em boa parte, o tema terá incidências em vários áudios.

A arte egípcia forma um conjunto completo e autónomo, onde se interpenetram a **religião e a realeza**. Com toda a sua beleza e diferença, esta arte conduz-nos a um mundo distante e diferente.

Nas épocas pré-dinástica e tinita, notam-se afinidades com a arte da Mesopotâmia, o que faz pensar em influências da civilização das terras do Tigre e do Eufrates sobre as terras do Nilo. Interessam-nos mais os períodos seguintes. No Império Antigo surgem as grandiosas **pirâmides** que são, como recordamos, sepulturas de faraós. **Trata-se, portanto, de uma arte funerária, de evidente inspiração religiosa.** Enquanto as construções dos vivos eram de matérias destrutíveis, tijolos

crus, feitos de argila cozida ao calor do sol e madeira, as pirâmides são construídas com pedra, que desafia o tempo. Recorde-se, a propósito, o provérbio árabe: «O homem respeita o tempo, mas o tempo respeita as pirâmides».

Além da arquitectura, já no Império Antigo atingem elevado nível de perfeição a estatuária, o baixo-relevo e a pintura.

No Império Médio predomina ainda a arquitectura funerária, pois os templos da época são relativamente modestos. **O Império Novo é o período mais brilhante da arte**, o que não admira quando recordamos os nomes dos grandes faraós reinantes, os Amenófis e os Ramsés. A riqueza económica e a prosperidade do Egipto de então reflecte-se nos grandes monumentos artísticos. Ergueram-se nessa época os **templos de Luxor e de Carnac**, escavaram-se os **hipogeus nas falésias do Vale dos Reis**. Desenvolve-se também a pintura, que substitui os baixo-relevos na arte funerária. As próprias artes decorativas atingem nessa época notável perfeição, sendo prova disso o tesouro do túmulo de Tutankhamon.

Com o fim do reinado dos Ramessidas, que encerram o Império Novo, o Egipto, apesar de politicamente ficar sujeito a influências estrangeiras, não perdeu a autonomia na sua arte. Só na época grega e romana é que esta autonomia começa a perder-se, apesar de conservar sempre algumas características formais da tradição egípcia.

Vejamos, em síntese, o essencial de cada uma das artes mais representativas.

6.4.1 *A arquitectura*

A arquitectura egípcia é a «primeira grande tentativa humana na arte de construir», como observa Germain Bazin[1]. O Egipto contava para isso com boas pedreiras e a pedra era o material que convinha a quem desejava construir para os seus mortos moradas eternas. Segundo a sua crença, havia uma transposição da vida terrena para a imortalidade. **A arte revela a procura do eterno.** A própria pirâmide sugere uma rampa por onde o rei havia de subir ao céu. Se a pirâmide tem uma forma intelectual elementar, o material usado e a solidez da sua estrutura revelam antes de mais a ideia de estabilidade e duração. Na expressão de Daumas, trata-se de «uma arte à medida da eternidade»[2].

[1] G. Bazin, *Histoire de l'Art*, Massin, Paris, 3.ª ed., 1962, p. 27.

Aquela que será a primeira das grandes obras egípcias é a que construiu o famoso arquitecto Imhotep, na região de Sakara, a pirâmide em degraus para túmulo do faraó Djoser. Inicialmente era uma *mastaba**, sobre a qual se foram sobrepondo outras em forma decrescente, atingindo a altura de 60 m. Reproduz a própria residência real de Mênfis: um vestíbulo de entrada, a sala do trono, o pavilhão de festas e edifícios administrativos, tudo circundado pelo vasto muro rectangular que separa o conjunto do restante. Tal era a morada eterna que Imhotep pretendeu assegurar ao morto.

[2] Fr. Daumas, ob. cit., p. 431; «Un art à la mesure de l'éternité», tal é o título do cap. X da obra que temos vindo a citar, pp. 431-506.

* *Mastaba* é o nome árabe de banqueta, uma grande massa de forma rectangular.

Mas as três maiores pirâmides foram construídas no deserto. São as **pirâmides de Guiza**, pertencentes a três grandes faraós da IV Dinastia: Kheops, Kefren e Miquerinos. A maior é a de Kheops, que atinge uma altura aproximada de 146 m sobre 227 m de lado, abrangendo uma superfície de 54 300 m^2. Pela sua expressão de grandiosidade e de harmonia, não admira que fosse considerada como uma das Sete Maravilhas do Mundo antigo. No interior está uma capela onde o sacerdote celebrava os ritos funerários. É decorada com imagens parietais, gravadas ou pintadas, e tem uma estela em forma de falsa porta, que é considerada como tendo comunicação com o *serdab*, ou seja, a galeria subterrânea onde estavam os «duplos» que haviam de servir o defunto no Além. O cadáver embalsamado, sob a forma de múmia, está depositado numa sepultura aberta, debaixo da rocha ou metida na própria construção[1].

Mas a arquitectura não foi só funerária. Para além das pirâmides, os Egípcios construíram templos. Entretanto, é bom salientarmos que o templo só atingiu a sua forma definitiva no Império Novo. Foi concebido à maneira de palácio real, que era construído com madeira e adobe. Porque eram materiais perecíveis, não admira que se tenham perdido edifícios completos de arquitectura civil.

Segundo essa transposição do palácio para o templo, salvaguardadas as diferenças nos materiais construtivos, é possível distinguirem-se três partes: a primeira, que é constituída pela entrada; a segunda, que é destinada à recepção; a terceira, destinada à vida privada. Observando o seu conjunto, distinguimos o muro circundante, construído de tijolo cru, e, no interior, o templo de pedra. Se tomarmos como paradigma o templo de Khonsu (um deus lunar, cujo nome significa «viajante»), vemos: dois pilões monumentais precedidos de dois obeliscos em forma de agulha que conduzem a um corredor aberto, ladeado por pórticos de colunas; uma grande sala com colunas *(sala hipóstila)*, que é uma espécie de sala do trono, onde a imagem do deus se manifesta às multidões quando sai na sua barca nos dias de festa. Esta sala, que foi acabada por Ramsés II, mede 103 m por 50 m e tem 134 colunas maciças em 16 filas, medindo 5000 m^2 de superfície. A parte privada que fica por trás é composta pelas câmaras do tesouro, agrupadas à volta do santuário, onde está guardada, na obscuridade, a estátua do deus.

Como podemos verificar, nesta arquitectura não se faz uso do arco nem da abóbada, o que constitui alguma limitação, visto que podiam ser cobertos espaços mais amplos, sem faltar a iluminação. Não quer isto dizer que os Egípcios desconhecessem a técnica da abóbada que algumas vezes usaram. Neste grandioso templo, as colunas são os grandes suportes e a sua estrutura mantém a forma de feixes de juncos ou de canas, encimados por capitéis lotiformes, papiriformes e palmiformes.

6.4.2 *A escultura*

Quando observamos as estátuas egípcias ficamos logo de início impressionados com os materiais escolhidos pelos escultores, pois raras vezes seleccionaram a

[1] Pode ver as dimensões das principais pirâmides em L. M. Araújo, *Egipto. As Pirâmides do Império Antigo*, Colibri, Lisboa, 1992, p. 140. Os números apontados pelos diversos autores não coincidem com total rigor.

madeira ou a pedra mole, como seja o calcário, para as suas obras de arte. Geralmente preferiram os materiais mais resistentes, como o granito, o basalto e o pórfiro.

Ficamos igualmente impressionados com o modo realista com que representaram as aves e os animais, ao passo que **na representação da figura humana se nota um convencionalismo rígido, de tal forma que só o rosto nos aparece transmitido com fidelidade**.

As razões foram, num caso e noutro, de ordem religiosa, como vamos ver. **A estátua, tal como o monumento arquitectónico, devia ter uma duração eterna**. Analisando bem o que se passava, temos de reconhecer que a escultura era uma bela arte necessária. Quando vemos uma estátua egípcia, pensemos que foi uma criação de uma imagem «viva», quer dizer, um corpo de substituição, para o homem ali evocado e representado. Importava que o *ka* e o *ba*, no momento de se reunirem na sua imagem «viva», haviam de reconhecer o corpo onde habitavam. A estátua tinha uma finalidade espiritual. Por isso, o artista devia suprimir da estátua todos os defeitos físicos, por não serem essenciais ao vivo, mas o rosto devia ser inconfundível para ali se reunirem o *ka* e o *ba*. Por estas razões, a estátua devia ter uma duração eterna e o artista tinha de preocupar-se em representar com fidelidade apenas o rosto.

Tal como na arquitectura, o escultor tinha de obedecer a medidas convencionais. O cânone a seguir era baseado no côvado, por sua vez dividido em punhos, ou seja, a medida da mão fechada. Assim sendo, as atitudes da estatuária, tal como as da pintura ou do baixo-relevo, os motivos a representar e até a matéria a usar eram impostas ao artista. Dentro destes condicionalismos e limitações, poderemos talvez crer que a arte egípcia, no campo da escultura, é monótona ou mesmo morta. Mas não é assim. **A sua função era espiritual. Criar uma estátua era criar um suporte de vida**.

Uma **lei fundamental** que perdurou em toda a história do Egipto foi a **frontalidade**: a estátua era talhada num bloco de pedra para ser vista de frente. A cabeça é colocada verticalmente sobre os ombros, apresentando raras vezes uma ligeira inclinação de cabeça e os braços são rigorosamente colados ao corpo. Assim, a estátua dá o aspecto de um elemento arquitectónico. O artista só teve que prestar uma pequena atenção às pernas, aos pés e às características do corpo. Excluído o esforço que teve de consagrar ao rosto, o que lhe importou foi seguir as exigências estabelecidas por um cânone.

Eis, pois, como a escultura, bem como toda a arte egípcia, exprime na matéria uma elaboração do espírito, animado por uma crença religiosa. Para além das estátuas de tamanho natural, conhecem-se várias que entram no âmbito do gigantesco, digamos do colossal. Situa-se nesta categoria, antes de mais, a **Esfinge de Guiza**, com o seu corpo de leão e cabeça a representar Kefren, e os **colossos de Memnon**. Estes foram assim chamados pelos Gregos, que gostavam de reconhecer aí os lendários guerreiros de Tróia, embora sejam, na realidade, os únicos vestígios que perduram do **templo funerário de Amenófis III**, na planície de Tebas.

A fidelidade ao rígido convencionalismo na arte deixou de se verificar no período de Amarna. Os artistas deste período souberam romper com as antigas tradições, à

semelhança da atitude do soberano, que teve coragem para mudar o seu nome de Amenófis para Akhenaton, significando mudança de religião. Efectivamente, a escultura, tal como a pintura amarniana, revelam libertação de convencionalismos e preocupação em representar com **realismo**. É o que facilmente se pode observar nos retratos da rainha Nefertiti e das princesas. Os artistas conseguiram representar na matéria não só os traços físicos, por vezes de grande beleza, mas também a delicadeza interior e os sentimentos da alma. Nos *ateliers* de Amarna encontraram-se, para além das estátuas acabadas, grande número de esboços, de modelos, etc., que revelam criatividade e gosto dos artistas pela fidelidade à Natureza.

Sabemos como foi efémera esta época de restauração, visto que, durante o reinado sem força de Tutankhamon, os sacerdotes de Amon retomaram a sua influência, voltando a arte a ficar prisioneira das antigas convenções.

Merece-nos apenas uma referência a época saíta, por ter imprimido alguma originalidade à escultura. Retomou temas do Império Antigo, mas revelou preocupação com a elegância das formas, à semelhança do Império Novo.

6.4.3 *As artes parietais*

Nesta designação incluímos o **baixo-relevo** e a **pintura**, dois géneros de arte por vezes interligados. Assim, no Império Médio, encontra-se com frequência o **baixo-relevo pintado. No Império Novo, a pintura atinge uma autonomia absoluta** e encontram-se já verdadeiros frescos com paisagens, retratos de família, de batalhas, etc. Entre os baixo-relevos é justo distinguirmos: a expedição de Hatshepsut ao Punt, representada no Templo de Deir el-Bahari, a batalha de Cadesh e as operações militares de Seti I.

Também nestas artes se observam as mesmas regras da escultura, quanto à representação humana, que é, de certo modo, impessoal: o rosto não participa na acção, os gestos são sempre submetidos a uma certa cadência, imprimindo às figuras uma solenidade religiosa. Também aqui a liberdade do artista é total quanto à representação de motivos do mundo animal e vegetal.

Um aspecto curioso diz respeito às figuras femininas. São mais leves, mais vivas e, naturalmente, mais graciosas do que as figuras masculinas. Germain Bazin, que chama a atenção para este facto, recorda a propósito que, na Antiguidade, foram o Egipto e depois a Grécia os países que melhor souberam representar a graça e a beleza atraente do corpo feminino[1]. Ao observarmos as pinturas, retiramos também com facilidade a conclusão de que os artistas egípcios aceitaram e mantiveram esta convenção: **pintaram o corpo masculino de vermelho e utilizaram a cor amarela para o corpo da mulher**.

[1] Germain Bazin, ob. cit., p. 29.

6.4.4 *As artes menores*

Não devemos passar em total silêncio as artes menores, pois não podemos ignorar o nível de perfeição que atingiram. Para nos consciencializarmos da sua importância, bastaria termos presente o tesouro ímpar do túmulo de Tutankhamon. A riqueza das jóias e do mobiliário revelam bem a técnica e o gosto dos artistas egípcios no trabalho do ouro, do ébano, da madeira, etc.

Curiosamente, no Antigo Egipto o gosto pelos adornos manifesta-se sobretudo nos homens. Tais adornos apresentam, por vezes, um carácter mágico ou são símbolos da hierarquia social. Os artistas distinguiram-se no fabrico das jóias, empregando pedras duras engastadas no ouro ou na prata que, por vezes, era mais rara e mais preciosa do que o ouro. Agiram como especialistas que conheciam os segredos das matérias primas, sabendo usar uma gramática decorativa para representarem os seres humanos, os animais, os vegetais ou figuras criadas pela imaginação.

Todo este mundo da arte faz-nos pensar num povo que possui, além da estabilidade e nível económico, uma organização social que permite que existam artistas que trabalham isoladamente e, sobretudo, uma equipa sob a direcção de um chefe. Este último aspecto é testemunhado explicitamente pelos textos. Assim, no Império Antigo fala-se de um grande sacerdote de Ptah que usava o título de «comandante-chefe dos artistas». Aliás, **o deus Ptah, de Mênfis,** era na época, e ficaria a ser sempre, **o patrono dos artistas.** No Império Médio, sob a XI Dinastia conhece-se o «director dos artistas» e, no Império Novo, fala-se do «director de todos os artistas do rei». Este título põe em realce uma realidade que não deixa de ter importância, ou seja, **a arte estava principalmente ligada ao rei e ao palácio.**

7. Conclusão

TÁBUA DE MATÉRIAS

7. **Conclusão**

Actividades

Respostas às actividades

A civilização egípcia manteve a sua autonomia e identidade fundamental durante mais de três milénios: a mesma língua, os mesmos deuses, as mesmas tendências e hábitos dominantes. Toda esta persistência seria inexplicável sem a solidez das estruturas de ordem religiosa e política, o que não exclui períodos de alguma convulsão.

Os Egípcios revelaram singulares disposições intelectuais e estéticas, como pudemos ver ao estudarmos as letras, as ciências e as artes.

Falamos de civilização egípcia como de algo que passou. Chamamos-lhe, tal como a outras, uma civilização morta, mas seria importante reflectirmos no sentido da história e pensarmos que o presente tem um passado. O que hoje somos e o que possuímos seria diferente se não fosse a herança das antigas civilizações, como esta. Reconhecemos que é complexo o processo civilizacional da humanidade e não é fácil definirmos em pormenor o percurso das ideias e das aquisições técnicas que nós já viemos encontrar como dados adquiridos da humanidade.

Neste tema do legado das civilizações antigas há que evitar a intervenção da imaginação, mas algo se poderá apontar no caso presente. Comecemos pelo vocabulário com remota origem egípcia: *química* e *alquimia*, *adobe*, *saco*, *papel*, *fénix*, *gazela*, *girafa*. A fábula, já antes de Esopo ou de Fedro, foi cultivada no Egipto. A banda desenhada, tão em voga actualmente, foi usada pelos homens da margem do Nilo. A expressão «sete anos de vacas gordas», ou seja, de boa inundação, e os «anos de vacas magras», tem origem no Egipto, antes de surgir na Bíblia. Há jogos de crianças, como a «macaca», que já as crianças egípcias jogaram. O uso do pombo correio, o deixar crescer a barba, em sinal de luto, também foi prática egípcia. A coluna dórica e proto-dórica já antes dos Gregos se encontra no Egipto, no templo de Deir el-Bahari. A balança da justiça, que entra na iconografia de S. Miguel, encontra-se no cap. 125 do *Livro dos Mortos*. Importância singular terá de ser atribuído ao calendário de 365 dias e 12 meses, invenção egípcia que se tornou património da Humanidade.

Tenhamos a certeza de que também **nós somos herdeiros da antiga civilização egípcia**, sem a qual seríamos, seguramente, diferentes.

ACTIVIDADES:

Recorde o que estudou, respondendo às seguintes questões:

1. Associe as informações da coluna **B** com as da coluna **A**, colocando no espaço desta o número correspondente daquela.

	Coluna A	Coluna B
____	Amenófis IV	1 – ensino da medicina
____	esfinge	2 – *Memórias*
____	papiro	3 – Luxor
____	*Ensinamento de Ptahotep*	4 – poesia amorosa
____	casas da vida	5 – Vale dos Reis
____	*Ensinamento de Kheti III*	6 – templos
____	*Autobiografia de Herkhuf*	7 – literatura sapiencial
____	Amenemés	8 – Amarna
____	*Aventuras de Sinué*	9 – escrita
____	representações teatrais	10 – testamento político
____	hipogeus	11 – Império Antigo
____	Akhenaton	12 – romance histórico
____	*O conto do Pastor que viu uma deusa*	13 – Akhenaton
____	templo	14 – túmulo de Amenófis III
____	Colossos de Memnon	15 – Guiza

2. Refira a importância social dos escribas.

....

....

....

....

....

3. Caracterize a escrita hieroglífica.

....

....

....

....

....

3.1 Identifique o arqueológo e linguista que a decifrou.

....

4. Caracterize o pensamento político do faraó Kheti III, expresso nos *Ensinamentos de Kheti III*.

....

....

....

....

....

....

....

....

....

....

5. Indique o suporte material em que foram redigidos os anais das campanhas militares dos faraós do Império Novo.

....

6. Caracterize a arte do período de Amarna.

....

....

....

....

....

RESPOSTAS ÀS ACTIVIDADES:

1. Deve ter associado: **13** Akhenaton / Amenófis IV; **15** Guiza / esfinge; **9** escrita / papiro; **7** literatura sapiencial / *Ensinamento de Ptahotep*; **1** ensino da medicina / casas da vida; **10** testamento político / *Ensinamento de Kheti III*; **11** Império Antigo / *Autobiografia de Herkhuf*; **2** *Memórias* / Amenemés; **12** romance histórico / *Aventuras de Sinué*; **6** templos / representações teatrais; **5** Vale dos Reis / hipogeus; **8** Amarna / Akhenaton; **4** poesia amorosa / *O conto do Pastor que viu uma deusa*; **3** Luxor / templo; **14** túmulo de Amenófis III / colossos de Memnon.

2. Deve ter mencionado o domínio da escrita e a projecção social da profissão; a ligação dos escribas ao palácio e à administração; a sua utilização na diplomacia; o acesso à medicina.

3. Na sua resposta deve ter referido o seu carácter pictográfico e a sua evolução para o cursivo. Neste último aspecto, deveria ter mencionado as escritas sacerdotal e a corrente ou demótica.

3.1 A resposta correcta, e que aprendeu noutros capítulos, era: Jean François Champollion, o francês que decifrou a Pedra de Roseta.

4. Devia ter salientado, entre os conselhos que o faraó dá a seu filho: a prática da justiça e da equidade; a protecção aos mais desfavorecidos; a ligação dos actos humanos ao juízo divino; a crença na vida eterna.

5. A resposta é a pedra, pois estes anais foram inscritos nas paredes dos templos mandados erguer pelos respectivos faraós.

6. Na sua caracterização da arte de Amarna, devia ter mencionado o rompimento com o convencionalismo na arte; o realismo, presente no retrato de Nefertiti; a fidelidade à Natureza e a criatividade.

II. A MESOPOTÂMIA

A segunda parte do nosso curso tem por objecto de estudo a civilização que nasceu e se desenvolveu na Mesopotâmia. Falamos de civilização e não de civilizações, apesar das características que a diversificam no tempo e no espaço. Põe-se por vezes a questão de saber se se trata de uma civilização ou de uma justaposição de civilizações cujas formas divergem, embora recebam influências recíprocas. Mas as características e mutações, resultantes do processo histórico, não impedem que se trate de uma civilização muito original e coerente, que pode ser estudada no seu conjunto, em oposição às civilizações vizinhas da época.

A importância da civilização mesopotâmica deve-se, não só à sua longa duração, mas sobretudo à forte influência que exerceu em todo o processo civilizacional do Próximo Oriente e à sua contribuição para o desenvolvimento material e espiritual da humanidade. O facto de ser menos conhecida que outras, nomeadamente a egípcia, não quer dizer que seja menos importante.

Tem contribuído para o seu desconhecimento junto do grande público a falta de obras de conjunto, embora existam abundantes publicações de carácter monográfico, destinadas a especialistas. Estão, neste caso, os relatórios de escavações, os estudos monográficos sobre a arte, as colecções de textos sapienciais, de poemas, de mitos, etc. Trata-se sempre de peças isoladas de um vasto quadro que não pode ser apreciado num conjunto harmonioso e coerente.

Tratando-se de uma civilização que foi marcada por influências de origens diversas, não poderá ser entendida se não for situada na escala do tempo. Aqui, mais do que nunca, vale o princípio de que o tempo e o espaço são imprescindíveis para a compreensão do ser, seguindo o pensamento de Heidegger.

1. O quadro geográfico

TÁBUA DE MATÉRIAS

1. O quadro geográfico

Objectivos de aprendizagem

Objectivos de aprendizagem:

Depois de ter estudado este capítulo, deve:

- saber localizar geograficamente a Mesopotâmia;
- conhecer as suas regiões e situá-las.

Mesopotâmia é palavra grega, formada na Antiguidade e **significa «(país) entre os rios»**. De acordo com a definição de Plínio, o Antigo, este nome geográfico designava o país regado pelos rios **Tigre** e **Eufrates**. Na realidade, a Mesopotâmia teve como mapa um triângulo de cerca de 80 000 km^2, delimitado pelas linhas imaginárias que ligam Alepo, o lago de Urmia e a embocadura de Shatt el-Arab, no actual Golfo Pérsico, segundo a descrição de G. Roux[1].

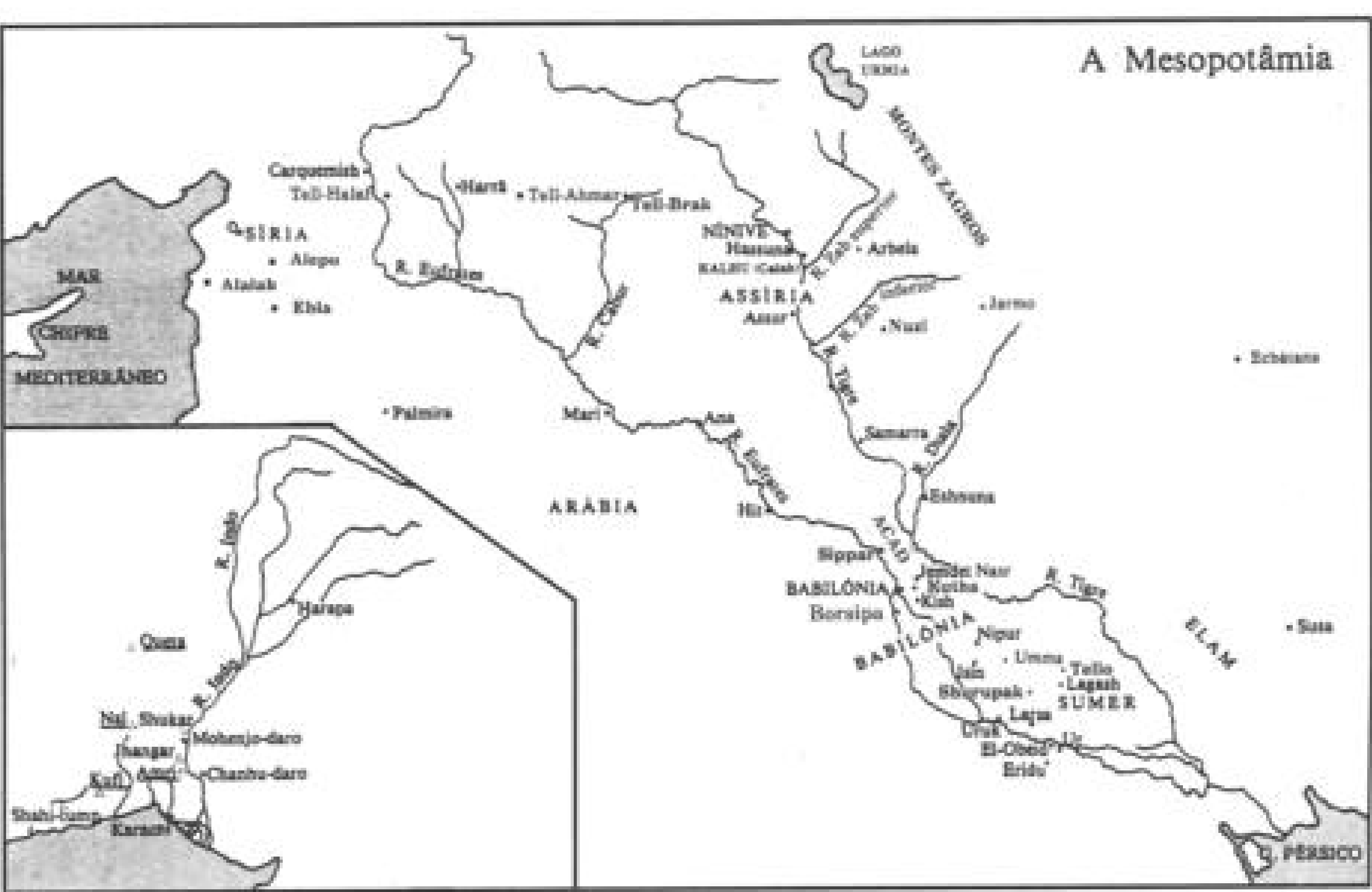
As fronteiras políticas modernas dividem este triângulo, entre a Síria e o Iraque, com algumas faixas de terreno da Turquia e do Irão. Nem sempre as fronteiras geográficas coincidem com as fronteiras históricas e compreende-se também que será «um pouco abusivo englobar sob a mesma designação de Mesopotâmia todos os territórios compreendidos entre o Iraque e o Eufrates, tais as diferenças que se verificam de norte para sul»[2]. Na moderna geografia, a área fundamental corresponde *grosso modo* ao estado do Iraque.

Sendo uma área tão vasta, também se compreende que os habitantes da Mesopotâmia não tivessem uma palavra para designar o conjunto do território que ocupavam. Os nomes que utilizavam eram vagos: *kalam* (em sumério) e *mâtu* (em acádico), a significar *país*. Por vezes, usavam palavras mais precisas como **Sumer**, **Acad**, **Babilónia**, **Assur**. No entanto, já desde os tempos mais antigos, os habitantes do sul da Mesopotâmia faziam alguma distinção entre as regiões: **a parte meridional era Suméria; a região contígua a norte era Acad; e, no alto vale do Tigre, localizavam Subartu que, posteriormente, seria conhecida por Assíria**. Parece que os Mesopotâmios não reconheceram a grande unidade geográfica, resultante dos dois rios gémeos, o Tigre e o Eufrates, talvez por terem arreigados no seu espírito os conceitos de cidade-estado, ou seja, de pequenos reinos independentes.

Os dois rios que nascem na Arménia e vão irrigar uma vasta extensão, são muito diferentes: o Eufrates é mais largo e tem as margens mais baixas. Por isso, as suas águas são mais aproveitadas para a agricultura, enquanto o caudal do Tigre é mais forte e o seu leito é mais fundo. Recebe afluentes que vêm dos montes Zagros, como é o caso do Zab inferior e do Zab superior, bem como do Diala. As suas águas são menos utilizadas para a rega dos campos.

[1] G. Roux, *La Mésopotamie*, eds. du Seuil, Paris, 1985, p. 18. Tem interesse para este assunto o cap. I, «Le cadre géographique», pp. 17-28.

[2] Paul Garelli, *Le Proche-Orient asiatique, des origines aux invasions des peuples de la mer*, Nouvelle Clio, PUF, Paris, 1969, p. 43.


A Mesopotâmia
LAGO URMIA
MONTES ZAGROS
Carquemish
Tell-Halaf
Harrã
Tell-Ahmar
Tell-Brak
SÍRIA
Alepo
Alalah
Ebla
MAR
CHIPRE
MEDITERRÂNEO
R. Eufrates
NÍNIVE
Hassuna
KALHU (Calah)
Arbela
ASSÍRIA
Assur
Jarmo
Nuzi
Ecbátana
Palmira
Mari
Ana
R. Eufrates
ARÁBIA
Hit
Samarra
R. Tigre
Eshnuna
ACAD
Sippar
Jemdet Nasr
BABILÔNIA
Kutha
Kish
Borsipa
BABILÔNIA
Nipur
Umma
Tello
Lagash
SUMER
Shurupak
Uruk
El-Obeid
Eridu
Ur
R. Tigre
ELAM
Susa
G. PÉRSICO
R. Indo
Harapa
Quetta
Shokar
Mohenjo-daro
Chanhu-daro
Karachi

2. Da sedentarização à urbanização

TÁBUA DE MATÉRIAS

2. Da sedentarização à urbanização

Objectivos de aprendizagem

2.1 O caminho para a urbanização. O exemplo de Uruk

Actividade sugerida

Objectivos de aprendizagem:

Depois de ter estudado este capítulo, deve ter ficado a saber:

- a importância da água e das características do solo na sedentarização das populações;
- que o fenómeno da sedentarização surgiu primeiramente nos planaltos férteis e não na zona da planície;
- que entre os VIII e VII milénios, nasceram as primeiras cidades;
- distinguir a aldeia da cidade;
- que na Mesopotâmia, as primeiras cidades surgiram junto do rio Eufrates;
- que as cidades mesopotâmicas eram cidades-estados autónomas umas das outras;
- a importância de Uruk, como cidade onde a escrita nasceu, no IV milénio a. C.

A sedentarização deu-se junto destes cursos de água, pois naturalmente, a população concentra-se em áreas facilmente irrigadas e férteis. **Foi assim que se deu o fenómeno da sedentarização na zona fértil do sul da Mesopotâmia, desde muito cedo.** Mas não deixa de ser curioso verificarmos que algumas das mais antigas comunidades agrícolas se localizaram no norte da Mesopotâmia, nas regiões montanhosas do Irão, Iraque, Síria e Turquia, onde crescia a cevada e o trigo e onde proliferava a ovelha, a cabra e o porco, animais facilmente domesticáveis.

Devemos, pois, afastar a ideia generalizada de que os primeiros povoados de grandes dimensões teriam surgido no sul da Mesopotâmia, como resultado da fixação humana. Não se exclui, entretanto, que existisse um Neolítico muito desenvolvido, a partir do IV milénio nesta região. Mas curiosamente as escavações arqueológicas que têm sido realizadas nas últimas décadas, por todo o Próximo Oriente, provam que os aglomerados populacionais, considerados como centros proto-urbanos se localizaram em zonas periféricas, como é o caso da Palestina, da Anatólia e do Irão.

> Situaram-se em territórios de montanhas e planaltos, onde caía chuva e havia água para as terras produzirem bens alimentares e para os bosques crescerem, lugares onde o uso da água não oferecia dificuldades a ninguém, pois não era necessário abrir canais, erguer diques ou fazer represas, nem eram precisas actividades técnicas para regar campos.[1]

Os centros que se reclamam de mais antigos são efectivamente Jericó, na Palestina e Çatal Hüyük, na Anatólia, podendo ainda acrescentar-se Jarmo a Nordeste da Mesopotâmia. Tais cidades pré-históricas situam-se no VIII ou eventualmente VII milénios. **Apesar de, em tais épocas, não existirem cidades no sul da Mesopotâmia, a arqueologia demonstra que a população se começava a sedentarizar nessa região fértil, vindo a surgir aí cidades, a partir do VI ou V milénios.** O principal centro terá sido **El-Obeid**, não distante de Ur. Mas outros se apontam dessa época ou de tempos muito próximos, como é o caso de **Eridu, Kish, Ur** e **Tello**.

Nestas importantes estações arqueológicas, encontraram-se **cerâmicas** semelhantes às de Hassuna, nas proximidades de Mossul, ou seja a Norte. **Mas é curioso verificar-se que a população de El-Obeid manifesta especiais afinidades com as populações de Leste, como Susa, concretamente nas técnicas e nos motivos decorativos das cerâmicas. Isto faz pensar que a população que habitava a Baixa Mesopotâmia, teria vindo da região a leste do Tigre.** Eis-nos assim chegados a uma questão clássica e ainda não resolvida: **a origem dos Sumérios.**

Trata-se de uma população pré-histórica autóctone da Mesopotâmia ou terá vindo do exterior? **Alguns autores pensam que os Sumérios apenas terão entrado na Mesopotâmia no princípio do IV milénio, época em que Uruk já é uma cidade, enquanto outros afirmam que os Sumérios se encontram na região, desde o período de El-Obeid, ou seja, o VI milénio.** Esta opinião parece ser a mais provável. **Há também quem admita que os Sumérios são uma mistura de populações, isto é, além dos autóctones, que vinham ocupando a região desde o Paleolítico Superior, fazem também parte do mesmo povo os estrangeiros que aí se radicaram.** Como quer que seja, não se podem apontar grandes precisões no caso.

[1] António A. Tavares, «Nas origens da cidade» em *A Cidade, Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, Universidade Aberta, 1993, vol. I, p. 14.

[1] G. Roux, ob. cit., p. 85.

[2] H. Frankfort, *The birth of civilisation in the Near East*, Londres, 1954, p. 50.

O Autor citado[1] afirma concordar com H. Frankfort, quando escreve que «o problema da origem dos Sumérios poderá bem ser a perseguição de uma quimera»[2].

Não vamos demorar nesta questão, visto que, para o objectivo do nosso estudo, não tem particular relevância. Importa-nos mais apreciar o fenómeno da sedentarização e, em seguida, o avanço progressivo para a urbanização. Preferimos atender a esse processo gradual a falarmos de *revolução urbana*, expressão corrente nalguns autores, depois de Gordon Childe.

2.1 O caminho para a urbanização. O exemplo de Uruk

Uma cidade não se caracteriza apenas por um grande aglomerado populacional. Será certamente um **centro religioso, terá uma unidade topográfica e administrativa, revelará um traçado nas suas praças e ruas que obedecem a um plano urbanístico previamente estabelecido, mas, mais que tudo, sugere uma divisão de trabalho, diversificação de profissões e diferenciação social**. É dentro destes critérios que havemos de ver o fenómeno da urbanização, uma realidade bem patente no **sul da Mesopotâmia**, desde os fins do V milénio e inícios do IV. Como fenómeno generalizado de urbanização, é o primeiro que se conhece na história das civilizações.

Para se caracterizar uma cidade, mais que o aspecto económico, conta o social e organizativo. Actividades que, antes se realizavam no âmbito doméstico ou no interior do grupo, executam-se agora com técnicas especializadas em diversas profissões e já não é necessário dedicarem-se todos à procura directa dos bens alimentares. Foram os excedentes agrícolas que permitiram a diversificação de profissões. Nas aldeias estabelecem-se principalmente as populações dedicadas à agricultura, enquanto na cidade residem os que se dedicam a trabalhos artesanais, ao comércio e aos diversos serviços. É também aqui que residem os sacerdotes, os guerreiros e os funcionários diversos. São estes os grupos mais caracteristicamente urbanos.

Na Mesopotâmia, as primeiras cidades surgem junto do rio Eufrates, tais como Uruk, Eridu, Kish, Shurupak. Outro grupo, onde se distingue **Umma** e **Lagash**, situa-se junto de um canal que liga o Eufrates ao Tigre. Cada cidade está circundada por aldeias, separadas umas das outras por pântanos ou zonas de desertos por onde vagueiam nómadas. **A cidade com as suas aldeias constitui um pequeno estado independente.**

O mapa do sul da Mesopotâmia apresenta-nos pequenos estados autónomos e rivais. **São o separatismo e as rivalidades que caracterizam não só a época suméria mas também as épocas posteriores. É um fenómeno oposto ao que se deu no Egipto, onde foi manifesta a tendência para o centralismo**, como tivemos ocasião de estudar.

Vejamos o exemplo da civilização urbana em **Uruk**, tal como nos revelaram as escavações alemãs, realizadas na zona do **templo de Inana, a deusa da fecundidade**. A partir do início do IV milénio, **a cidade é circundada por uma muralha** que mede 9,5 km, tendo adossadas mais de 900 torres semi-circulares. A superfície dentro de muralhas é de cerca de 5 km^2. Não discutimos agora se as muralhas se devem atribuir ao rei **Gilgamesh**, figura semi-legendária, cujo nome ficou ligado ao poema que conserva o seu nome e do qual falaremos oportunamente. A actual historiografia não recusa a existência desse rei, embora reconheça que a lenda se apoderou do seu nome.

Uruk era um grande **centro de culto**. A prová-lo lá está a *zigurate*, torre de degraus típica da Mesopotâmia e, nas proximidades, um templo de 80 metros de comprimento que revela o alto nível das técnicas construtivas e da especialização dos operários. Na edificação da zigurate e deste templo, que é o principal, intervieram certamente largos milhares de pessoas. **À volta não se construíram casas de habitação, mas apenas grandes edifícios públicos. As habitações foram erguidas ao longo das ruas que iam dar a largos ou pracetas, para serem usadas por pessoas e animais.**

Pelos finais do IV milénio, a população, defendida pela robusta muralha, deveria ascender a mais de 50 000 habitantes. Estamos numa fase do processo civilizatório de grande importância, que é o **surto da urbanização**.

Encontram-se em Uruk os primeiros vestígios abundantes de **escrita em tabuinhas de argila**, o que não quer dizer que a escrita tenha sido inventada ali. O seu uso em larga escala resultava da necessidade, criada pela complexidade da vida económica. Eram necessários memorandos e recibos nominais, especialmente para o leite e seus derivados, trigo e cevada, gado e, sobretudo, para registo dos rebanhos de carneiros que constituíam uma das principais fontes de riqueza. Segundo parece, em Uruk IV (e são dezoito os níveis identificados pela arqueologia), encontram-se 31 sinais gráficos, para representar a palavra *udu* (carneiros), designando várias espécies desse animal[1].

[1] M. E. L. Mallowan, *Mesopotâmia e Irão*, Verbo, Lisboa, 1971, p. 64. Este autor foi um dos grandes arqueólogos da região que estamos a estudar.

Pelas listas que aí encontramos, sabemos como **o desenvolvimento económico conduziu à grande diferenciação de profissões. Os excedentes da produção agrícola permitem o sustento dos artífices que estão integrados, tal como noutras cidades da época, no circuito económico do palácio e dos templos**. Somos informados pela documentação escrita sobre a importância do peixe na alimentação, do uso das tâmaras, do vinho e também dos animais domésticos que possuíam: bois, vacas, cabras, porcos e o cão. Deixaram-nos objectos de uso diário, como vasilhas, instrumentos agrícolas e de pesca, utensílios domésticos, além de referências a meios de transporte, a instrumentos musicais, etc.

A mesma documentação faz-nos sentir que «**foram provavelmente comerciantes os principais agentes da difusão da civilização mesopotâmica**. As viagens deles é que devem explicar o facto de artistas da Síria do Norte adoptarem certos temas da glíptica* suméria e de Susa. É natural que existisse nessa época uma corrente activa de trocas que uniam o Irão central ao Egipto através da Mesopotâmia»[2].

* *glíptica* é a arte de trabalhar pedras finas.

[2] P. Garelli, ob. cit., p. 57.

O caso de Uruk tem para nós interesse, enquanto é um exemplo significativo dos inícios da urbanização no sul da Mesopotâmia. **Entre as inovações que aí registamos, a maior é sem dúvida a escrita.** Efectivamente encontram-se aí, a partir de 3300 a. C., **os textos mais antigos da história da humanidade.** Trata-se apenas de **escrita pictográfica**, como já mostrou na sua publicação Falkenstein[1].

É essa a grande invenção dos Sumérios, que levou Samuel Noah Kramer a escolhê-los para título de um dos seus livros *A história começa na Suméria**. De início era certamente uma escrita complexa e para nós enigmática, mas a sua técnica era simples. O suporte era a **argila**. O escriba afeiçoava à mão uma placa, de forma a que produzisse uma tabuinha (*dub*, em sumério), onde desenhava com uma cana aguçada, os sinais que pretendia. A tabuinha era depois seca ao sol ou cozida ao fogo. Há também inscrições gravadas na pedra com um ponteiro de bronze ou com um cinzel, mas são mais raras. É natural que os Sumérios tenham utilizado também ponteiros de metal, de madeira ou de marfim para gravar os sinais pequenos e muito juntos, como os que nos deixaram posteriormente os Assírios.

[1] A. Falkenstein, *Archaische Texte aus Uruk*, Leipzig, 1936.

* Isto significa que a partir de Sumer temos a História, porque antes estávamos na Pré-História.

É comummente aceite que a escrita nasceu entre os Sumérios, embora as tabuinhas mais arcaicas revelem um género de escrita que poderia não ser necessariamente da língua suméria, visto que os sinais que apresentam são palavras-imagens, **logogramas**. Vejamos este exemplo: 12 + cabeça de boi, tanto pode ser português, como inglês ou outra língua qualquer. Como quer que seja, o grafismo das tabuinhas mais antigas aparece já tão elaborado que nos faz pensar que os primeiros pictogramas podem ter sido gravados em materiais que se destruíam, tais como madeira, folhas ou peles que terão desaparecido. O que é evidente é que a maior parte das tabuinhas arcaicas registam transacções económicas ou administrativas.

Não falamos agora dos antecedentes da escrita, da sua invenção e processo evolutivo, visto que essa matéria será objecto de um vídeo. Uma coisa porém é certa: **a escrita surge quando o processo de urbanização já está avançado na planície meridional da Mesopotâmia e é um dado comummente aceite que o seu aparecimento e o seu uso inicial se deve aos Sumérios.**

ACTIVIDADE SUGERIDA:

Leia, se tiver oportunidade, a obra de Samuel N. Kramer, *A história começa na Suméria*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1985.

3. Os Sumérios

TÁBUA DE MATÉRIAS

3. Os Sumérios

Objectivos de aprendizagem

3.1 O poder e o governo na cidade

3.2 Economia e sociedade

3.3 O rei

3.4 A vida intelectual

3.5 A religião

3.6 As artes

Actividade sugerida

Actividades

Respostas às actividades

Objectivos de aprendizagem:

Depois de ter estudado este capítulo, deve saber que:

- o poder era de origem divina;
- a realeza era eleita, antes de ser hereditária;
- ao rei competia comandar e julgar, para além de ser o chefe religioso, representante do deus da cidade;
- houve uma constante luta pela hegemonia, entre as cidades sumérias, prenúncio do imperialismo que viria a ser característico da Mesopotâmia;
- com Eanatum a cidade de Lagash dominou a cidade de Umma e obteve vitórias sobre o Elam, Kish, Mari e Subaru;
- Urucagina, rei de Lagash, procedeu a reformas sociais;
- com Lugalzagesi, Umma derrotou Lagash e apoderou-se de Uruk, Ur e Kish, chegando até ao Mediterrâneo;
- com Lugalzagesi, a Suméria unificou-se pela primeira vez;
- a propriedade estava na posse dos templos, do palácio e dos particulares;
- o templo era uma grande unidade económica, enquanto o palácio se assemelhava a uma organização militar;
- a guerra era um fenómeno endémico na baixa Mesopotâmia;
- a escrita surgiu devido às exigências da economia e da administração pública, antes de ser usada na produção literária;
- na Suméria, existiram as primeiras escolas, centros de aprendizagem da escrita e de produção do saber;
- os Sumérios cultivaram a literatura, na sua forma de epopeia e de literatura sapiencial;
- a religião suméria tinha por base uma tríade divina;
- a música, a glíptica e a arquitectura com os seus baixo-relevos e estátuas foram desenvolvidas pelos Sumérios.

Os nossos conhecimentos sobre a civilização suméria baseiam-se nos testemunhos arqueológicos e nas fontes escritas. A documentação, tanto arqueológica como epigráfica, não é abundante, mas é suficiente para elaborarmos um quadro coerente e elucidativo que começa com a escrita, seguindo a linguagem corrente de que não há história antes da escrita.

Tal como dissemos, só se começou a escrever quando a urbanização já estava avançada e o seu uso deve-se às exigências da economia e da administração públicas. Efectivamente com o aumento da produtividade, o excesso da produção agrícola acumulada tinha que depositar-se em armazéns o que exigia uma contabilidade que havia de ser registada. É por isso que a maior parte das tabuinhas encontradas, em Uruk, contêm listas de mercadorias, mencionando quantidades e nomes de pessoas. Escrever-se-iam, em seguida, outras tabuinhas como as de Ur, as de Shurupak, etc., com novos elementos, como sejam textos literários de vários géneros.

Para além da arqueologia, são essas as fontes de que dispomos para um trabalho de historiografia. As informações que nos dão são obviamente incompletas o que, aliás, é compreensível, pois a escrita era usada apenas em círculos muito restritos. Estamos no princípio da História, **quando as cidades-estados da Suméria se organizam no regime monárquico.** É o período conhecido por **proto-dinástico ou dinástico arcaico.**

Este período tem início no fim do IV milénio e, nalgumas cidades, no início do III milénio, para terminar com Sargão de Acad, por cerca de 2370 a. C. Daí ser conhecido também por período pré-sargónico.

Trata-se de um período complexo e relativamente obscuro. Muitas interrogações não têm ainda resposta clara. Vejamos algumas ideias dominantes sobre temas que a historiografia costuma privilegiar.

3.1 O poder e o governo na cidade

De acordo com a tradição, a realeza desceu do céu a seguir ao dilúvio legendário e foi exercida por várias cidades. Cada uma, por sua vez, foi tentando exercer a hegemonia sobre o país inteiro. **A fonte última da supremacia era a autoridade de Enlil, a divindade principal do panteão sumério.**

O primeiro centro importante da cidade parece ter sido o **templo**, que **não era apenas a residência do deus mas também uma poderosa instituição económica.** A cidade era considerada propriedade do deus, o que não quer dizer que tivesse necessariamente nascido do templo ou que possamos afirmar que as cidades começaram por ser teocráticas. Há, no entanto, uma identificação entre um deus e determinada cidade.

Segundo defendeu Jacobsen, **a primitiva forma de governo das cidades sumérias era «democrática», pois haveria uma assembleia de cidadãos livres com uma**

câmara de notáveis e uma outra câmara inferior. A assembleia de cidadãos tinha por função escolher o chefe[1].

Efectivamente nos antigos textos de Uruk, aparecem referências a tal assembleia e aí se indica a existência do *en*, «senhor», com poder civil e religioso. Não se fala ainda do *lugal*, que significa o «grande homem», vocábulo vulgarmente traduzido por «rei», designação que apareceria mais tarde. Este *lugal* assumiu funções militares e judiciais. Pouco a pouco foi-se impondo o poder hereditário sobre o electivo.

[1] F. Jacobsen, «Primitive democracy in Ancient Mesopotamia», in *Journal of Near Eastern Studies (JNES)*, 2, 1943, pp. 159-172; *Idem*, «Early political development in Mesopotamia», in *Zeitschrift für Assyriologie, Neue Folge (ZANF)*, 52, 1957, pp. 91-140.

Através das listas reais que se referem ao período proto-dinástico, embora tenham sido escritas apenas no século XVIII a. C., apercebemo-nos que houve uma constante luta pela hegemonia nas cidades sumérias, que tentavam submeter as cidades vizinhas. Após um certo número de governos, a realeza detida por uma cidade era arrebatada por outra que a conservava até ser conquistada pela cidade vizinha. No interior de cada cidade-estado, onde o poder político era simultaneamente religioso e militar, fomentava-se essa tendência pela conquista.

Tudo faz pensar que **nas cidades-estados havia uma tensão em dois sentidos: no interior, a subordinação dos dignitários religiosos à autoridade real; no exterior, a luta das cidades entre si pela supremacia**[2].

[2] P. Garelli, ob. cit., p. 69.

Nestas guerras entre cidades vizinhas e tendências de anexação, nota-se já um prenúncio de **imperialismo** que seria característico da Mesopotâmia, a partir da época acádica, como veremos.

O caso mais documentado de lutas pela anexação e hegemonia verifica-se entre **Lagash** e **Umma**. As rivalidades entre essas duas cidades conhecem-se principalmente através dos textos de Lagash e da lista real da Suméria, sem perdermos de vista que esta lista é uma elaboração posterior sem rigor histórico*.

* Recordemos que enumera vinte dinastias pós-diluvianas com 140 reis, o que deveria perfazer cerca de mil anos. É um documento elaborado com o pressuposto de que o país era formado por um certo número de cidades principais e que só uma delas, numa determinada época, detinha a hegemonia sobre as outras. Ora isso não corresponde à verdade histórica, visto que vários reis, indicados na lista, estavam a reinar simultaneamente em várias cidades. É mais natural que cada cidade tivesse a sua lista real, embora algumas tenham desaparecido. Lagash, por exemplo, não é mencionada nessa lista, mas deixou-nos documentação importante sobre as lutas que travou com a vizinha cidade de Umma.

Por aí sabemos que Umma acalentou sempre a tentação de se apoderar do seu território. O rei de **Kish**, de nome **Mesalim**, exerceu certa hegemonia sobre essas duas cidades e esteve a favor de Lagash, apesar de ser a cidade mais pequena. Conhecem-se os nomes de dois *ensi* (governadores) de Lagash, no tempo de Mesalim. Após episódios de lutas e de sucessão, **Eanatum** torna-se rei de Lagash e, com ele, a cidade atinge uma posição de grandeza. Destruiu o exército de Umma e obrigou o governador dessa cidade a entregar os tesouros conquistados e ainda a pagar um tributo de guerra em espécies. Estamos nos meados do III milénio (c. 2 500 a. C.).

A *estela dos abutres*, actualmente no Museu do Louvre, celebra a vitória de Lagash sobre Umma e informa-nos ainda de uma **incursão contra os exércitos elamitas**, no território destes. Eanatum alcançou mesmo a realeza da cidade de **Kish** e levou as suas expedições vitoriosas até **Mari** e **Subaru**, a futura Assíria. Com estes êxitos militares, Lagash ocupou um lugar de primeira importância entre as cidades sumérias do seu tempo.

Não pensemos, porém, numa vitória estável sobre Umma, pois as lutas entre as duas cidades iriam prosseguir. Distinguiu-se do lado de Lagash o rei **Entenema**,

sobrinho de Eanatum, como se pode avaliar pelas tabuinhas de argila, conservadas na biblioteca de Lagash[1].

[1] Poderá ler um longo texto, embora com lacunas, dessa biblioteca em S.N. Kramer, *Os Sumérios*, Bertrand, Lisboa, 1977, pp. 348-355.

A supremacia de Lagash seria ainda reafirmada por **Urucagina** que se apoderou do trono, por um golpe de estado, e viria a empreender **reformas de carácter social**. Assim, por exemplo, suprimiu regalias da casta sacerdotal e também dos «nobres», que se haviam apoderado dos bens que pertenciam ao povo. O sentimento de justiça deste soberano levou-o a distribuir bens que estavam, indevidamente, ao serviço da família real. Ele próprio se gloriava, talvez para justificar a ascensão irregular ao trono, de «ter restabelecido a liberdade». Mas infelizmente o seu reinado não durou mais de oito anos.

Por fim, **a cidade de Umma acabou por derrotar Lagash. Após repetidas guerras, conseguiu tal vitória, no reinado de Lugalzagesi que se apoderou também de Uruk, Ur, Kish e avançou até ao Mediterrâneo.** Numa das inscrições reais de Sumer, antes de se apontarem as fronteiras de Umma, cidade designada por Shara, nome do deus protector, apresentam-se os títulos desse famoso rei:

> Lugalzagesi, rei de Umma, filho de Wawa, príncipe de Umma, concebido para pastor (de pessoas), o herói, copeiro de Kish, a quem ninguém se opõe em nenhum país, conquistador de Ninura, conselheiro de Enki, amigo bem amado de Ishtaron, o vigário forte de Enlil, o rei chamado Inana. Ele abriu um talude para defesa, erigiu estelas, fez restabelecer o seu trono, restaurou as antigas estelas e restituiu-as a Shara.[2]

[2] E. Sollberger e J. R. Kupper, *Inscriptions royales de Summer et Acad*, Paris, 1971, p. 91.

O texto, como se vê, revela uma preocupação em ostentar as titulaturas como legitimação do soberano, o que irá ser uma constante de toda a história da Mesopotâmia. Da acção e prestígio deste rei de Umma que unifica a Suméria, dá-nos conta um outro texto bem expressivo:

> Quando Enlil, o rei de todas as terras, deu a realeza da terra a Lugalzagesi, dirigiu para ele os olhos de todo o povo da terra e subjugou todo o povo para ele, desde o mar inferior ao longo do Tigre e do Eufrates até ao mar superior; do Oriente ao Ocidente. Enlil não lhe deu rival; o povo de todas as terras vive (pacificamente) no prado sob a sua direcção; a terra rejubila sob o seu controlo; todos os chefes da Suméria (e) *ensis* de todas as terras estrangeiras curvam-se perante ele em Uruk...[3]

[3] Kramer, ob. cit., p. 356.

Com Lugalzagesi de Umma, conquistador do próprio reino de Uruk, a Suméria unificava-se pela primeira vez. As suas conquistas territoriais e o alargamento do seu domínio político marcam a transição para o império. Terá razão em gloriar-se «de ter submetido todos os estrangeiros e de governar em paz e prosperidade», desde o Golfo Pérsico até ao Mediterrâneo, segundo a linguagem da época «desde o Mar Inferior até ao Mar Superior». Há quem fale, neste caso, de império sumério. Chamem-lhe «império» ou não, trata-se obviamente da primeira unificação da Suméria. De facto, é Lugalzagesi quem encerra o primeiro período da História. O próximo já contará como intervenientes principais os Semitas que iniciarão o período acádico, todo ele dominado pela grande figura de Sargão.

3.2 Economia e Sociedade

Os nossos conceitos actuais são limitativos para analisarmos as estruturas das primeiras sociedades, designadas por «históricas». De facto são assim denominadas pelo facto de já possuirem a escrita mas, na realidade, mantêm muito de pré-histórico.

Guiados por critérios da actualidade, não deveremos exagerar a distinção entre actividades políticas, religiosas, sociais e económicas, pois a mesma entidade ou pessoa pode reunir em si todas essas actividades.

No sul da Mesopotâmia, a cidade era a forma básica de unidade política. Nesse pequeno estado constituído pela cidade e localidades circundantes, **o templo e o palácio são os dois grandes centros, onde se desenvolvem, para além das actividades específicas, religiosas e políticas, as actividades sociais e económicas.**

A propriedade estava na posse do(s) templo(s), do palácio e dos particulares, sem ser possível determinar que percentagem pertencia a uns e a outros. Os templos eram provavelmente os maiores proprietários. Cultivam os seus campos por meio de arrendatários ou de trabalhadores assalariados.

Temos informação das terras possuídas por um templo, mas pensam os autores que ele será representativo do conjunto. É o caso do templo da **deusa Bau**, a segunda divindade em importância de Lagash. Possuía terras com uma área de 4 465 ha. O quarto das terras cultiváveis servia às necessidades do culto e do templo. O resto era dividido por «campos de subsistência», destinados ao sustento do pessoal, campos de trabalho entregues a pessoas para cultivo, mediante a entrega de um sétimo ou oitavo da colheita. Havia ainda zonas destinadas à pesca. A administração de tudo era confiada à rainha que dispunha de 101 ha para as suas necessidades pessoais. O rei fazia-se atribuir uma parte de 246 ha das terras que pertenciam a outros templos de Lagash[1].

[1] P. Garelli, ob. cit., p. 70.

O historiador russo Diakonoff, com base nos antigos textos, demonstrou que a maior parte da terra era de domínio privado, pertencendo maioritariamente aos membros da família governante, administradores do palácio e sacerdotes[2].

[2] I. M. Diakonoff, *Sale of land in presargonic Sumer*, Moscovo, 1954; *Idem*, *Ancient Mesopotamia*, Moscovo, 1969, pp. 173-203; *Idem*, *Socio economic classes in Babylonia and the Babylonian concept of social stratification*, München Ak., 1972, pp. 41-52.

O fundamento da riqueza era a agricultura. Cultivava-se a cevada e várias espécies de trigo, não só para o fabrico do pão (e, no caso da cevada também para o fabrico de cerveja) mas também para pagamento de salários, já que estes eram pagos em espécie. Cultivavam-se também a vinha e as tâmaras. **Criava-se o gado** bovino e ovino, bem como as cabras, os porcos e os burros, nomeadamente os onagros (burros selvagens).

A pesca que se praticava nos rios, nos lagos e no mar, desempenhava papel importante, não só na alimentação corrente mas também nas oferendas cultuais.

As propriedades dos templos eram unidades económicas completas, centros de produção, de transformação e também de distribuição. Não imaginemos apenas grandes extensões de terreno com os seus estábulos e depósitos de cereais. Vejamos também aí os teares onde se tecia a lã e o linho e igualmente as pequenas

indústrias de transformação, desde os lacticínios ao fabrico de tecidos e de calçado. Observemos, a propósito, que a lã não era devidamente aproveitada porque os animais não eram tosquiados por falta de instrumentos de bronze adequados. A lã era arrancada, sendo por isso necessários grandes rebanhos, para se obter razoável quantidade de lã.

Além de centros de produção e de transformação, estas propriedades eram também, como dissemos, centros de comércio que distribuíam a produção não só nas cidades sumérias como em regiões distantes, por **via terrestre, fluvial ou marítima**. As escavações arqueológicas têm posto a descoberto na Mesopotâmia, objectos de cobre, de bronze, de ouro, de prata, de lapis-lazúli, etc., matérias provenientes de regiões muito afastadas.

Assim, o cobre vinha provavelmente de Oman ou/e do Sinai; o ouro, segundo os textos cuneiformes vinha de Meluha, país situado provavelmente na África, talvez a Núbia e a Etiópia, e também possivelmente da Arménia; o lápis-lazúli viria do vale do Indo, do território actualmente pertencente ao Afeganistão, tal como a cornalina provinha do Noroeste da Índia. Que o intercâmbio existia entre as cidades sumérias e essas regiões, comprova-o a Arqueologia, visto que objectos da Mesopotâmia se encontram também nessas regiões e afirmam-no, por vezes, os próprios textos. No caso concreto, os textos de Ur-Nashe mostram que a via do Golfo Pérsico para Dilmun (as ilhas do Barein) já estava em actividade na época suméria e viria a ser florescente na época acádica.

Em conclusão, os documentos escritos permitem-nos avaliar a grande empresa económica que era o templo e, ao mesmo tempo, informam-nos do número e da variedade de profissões de quantos aí trabalhavam: agricultores, jardineiros, barbeiros, padeiros, ferreiros, tecelões, etc. Dentro da mesma profissão, havia especializações, como por exemplo, guardadores de bois, de ovelhas ou de porcos, pescadores de água doce ou de água salgada. Só no templo da deusa Bau, em Lagash, havia 1200 trabalhadores, pessoas de diversas categorias sociais: homens livres que recebiam parcelas de terra; possuidores de gado que, por vezes, tinham os seus escravos. Isto será suficiente para avaliarmos a importância do templo na sua vertente económica e social.

3.3 O rei

Poder-se-á perguntar se, nas cidades sumérias, teria mais importância o templo ou o palácio real. Digamos que uma e outra entidade desempenhavam funções importantes mas diferenciadas.

O palácio era fundamentalmente a residência do administrador do estado. Dizemos **administrador** ou **vigário** (ou seja, que faz as vezes de), pois o **verdadeiro soberano era o deus**. Cada cidade era governada por uma dinastia local e os títulos usados pelo detentor do poder político eram três: *lugal*, *ensi* e *en*. O mais antigo é *en*,

vocábulo que designa um poder político e religioso. É **o sumo sacerdote que desempenha o poder de chefe político, enquanto representante da divindade**. O *ensi* tinha uma importância menor. Exerce um **poder local. O** *lugal* **implicava um domínio mais vasto**. Traduz-se o vocábulo habitualmente por *rei* e sabemos que desempenhou, por vezes, funções de arbitragem quando havia conflitos entre as cidades. O seu poder, nessas ocasiões, era superior ao dos *ensis* locais.

Competia ao chefe político, qualquer que fosse o seu título, antes de mais, prover ao sustento dos santuários, pois ele era o administrador do deus. Devia também vigiar pelo bom estado dos canais de água para irrigação, visto que o sustento do povo dependia da fertilidade da terra. Competia-lhe igualmente defender a cidade dos inimigos externos e dirigir as operações militares, pois era o chefe militar.

Pelos textos arcaicos de Shurupak, verificamos que **o palácio se assemelha a uma organização militar**. Sabemos nomeadamente das contas pagas pela reparação dos carros de guerra e das tropas que iam para combate. Tal como na documentação aparece em realce o templo como polo de actividade económica, assim aparece em destaque a actividade militar do palácio real.

Para compreendermos **a guerra** que é, **desde o princípio da época histórica, um fenómeno endémico na Baixa Mesopotâmia**, é bom termos presente o factor geográfico. Existem afinidades manifestas entre o território situado entre os rios Eufrates e Tigre, com o sudoeste do Irão. Por isso foram sempre estreitas as relações entre as populações de um e do outro lado. Comparemos também a fertilidade da Mesopotâmia com a pobreza dos montes Zagros, particularmente com os desertos do lado ocidental. Daí as infiltrações fáceis, tanto no Ocidente como no Oriente, de nómadas ou de populações já sedentarizadas à procura de pastos para os rebanhos ou de terras férteis para a agricultura. Tendo presente estas circunstâncias e ainda a falta de fronteiras naturais bem definidas entre as cidades-estados, facilmente se compreenderá a guerra como hábito e norma de actuação dos reis sumérios.

Um valioso documento sumério dá-nos para o III milénio curiosas informações sobre o número de militares recrutados nas diversas cidades sumérias: 182 em Uruk, 192 em Adab, 94 em Nipur, 60 em Lagash, 56 em Shurupak, 86 em Umma. Ao todo seriam uns 640 homens destinados à guerra, número evidentemente diminuto, mas que poderia ser aumentado em caso de necessidade com os trabalhadores do palácio real e dos templos, que eram muitos[1].

[1] P. Garelli, ob. cit., p. 73.

O rei, sendo o administrador do estado e o vigário do deus na cidade, podia servir-se da religião para sustentar o seu poder. Nessa qualidade, em caso de guerra, podia contar não só com os seus carros de guerra e com os seus militares mas também com os homens e carros que serviam os templos. Se tal acontecia nas campanhas de uma cidade-estado contra a cidade vizinha, muito mais se verificava quando se tratava de repelir invasões estrangeiras, como por exemplo quando o rei Eanatum de Lagash, por volta de 2500, viu a sua cidade saqueada por 600 homens inimigos, como referimos. Não se contentou apenas em repelir os estrangeiros. Avançou sobre a cidade de Umma, inflingindo-lhe uma perda de 3600 homens.

Para comemorar tal vitória, mandou gravar a *estela dos abutres*, a que já fizemos referência. Nela narra a batalha, utilizando o sistema, actualmente em moda, da «banda desenhada»: o rei está no seu carro que, afinal não passa de uma caixa de madeira sobre rodas, puxada por onagros. Empunha a arma típica dos chefes e brande a lança, enquanto os seus soldados de infantaria usam a lança e o machado. Admira-se naquela composição a falange, bem defendida pelos escudos, a esmagar com os pés os cadáveres dos inimigos derrotados, que os abutres vão debicando.

Bem elucidativo é também o texto que certamente o próprio rei mandou gravar para sua glória e ostentação: «O deus nacional de Lagash, Ningirsu, implantou a semente de Eanatum no seio da grande deusa mãe, Ninursaga, que o deu à luz». Como se vê, Eanatum é superior a todos a partir do ventre da própria mãe, o que bem justifica a realeza que a divindade lhe concedeu. Notemos, desde já, que **a predestinação pelos deuses para a realeza tornar-se-á um** ***topos*** **literário nos textos dos soberanos da Mesopotâmia, tanto do sul como do norte, para legitimarem a sua realeza e as suas guerras**. A eleição divina irá constituir tema fundamental nas titulaturas dos reis. Regozija-se, pois, Eanatum de ter infligido pesada derrota a Umma, «contando em seguida 3600 cadáveres». A mesma estela nos informa que «Eanatum, cuja palavra é justa, delimitou a fronteira de Umma ... e aniquilou todos os países inimigos». E deixa aí cominada esta significativa ameaça: «que nunca alguém desloque esta estela. Se alguém atravessar esta fronteira, que a grande rede devastadora do deus Enlil, rei do céu e da terra, se abata sobre Umma»[1].

[1] Segundo a versão francesa de E. Sollberger e J. R. Kupper, ob. cit., pp. 47-58. Poderá ler a versão portuguesa em S. N. Kramer, *Os Sumérios*, pp. 346-348.

Este soberano de Lagash foi ainda autor de várias outras proezas bélicas, cantando vitória designadamente sobre **Mari**, um reino próspero do médio Eufrates e estendendo o seu domínio até à região do norte, a futura Assíria. Por isso, o seu reino prosperou com as guerras que eram a grande fonte de rendimentos. Temos a testemunhá-lo, por exemplo, um documento referente ao 19.º ano do reinado de Entenema (cerca de 2430 a. C.). Aí se dá conta da sua importância económica, devido em boa parte ao **comércio de escravos provenientes das guerras**. De facto **a guerra, longe de ser um mal a temer, tornou-se um bem desejável por ser fonte de riqueza. A guerra era uma prática corrente entre os pequenos reinos da Suméria**.

Do espírito guerreiro das cidades sumérias, dão-nos conta também os próprios poemas, a começar pelo mais famoso de todos o *Gilgamesh*, de que oportunamente falaremos. E da impiedosa dureza e despotismo dão testemunho igualmente os **túmulos reais de Ur**.

Quando, em 1927, o famoso arqueólogo Leonard Wooley os escavou, deparou com um espectáculo em parte encantador pelo cuidado revelado pelos Sumérios para com os seus mortos, e em parte aterrador. Efectivamente pôde verificar que os cadáveres tinham sido enterrados com os seus utensílios de uso pessoal, desde os vasos de cerâmica grosseira para os mais pobres, dispostos em volta do defunto até aos objectos preciosos junto dos ricos que os possuíram em vida. Lá se encontravam objectos de uso pessoal para toilete e instrumentos de música, como uma lira riquíssima. Acompanhavam os mortos os próprios animais de estimação, como

também, segundo parece, alguns dos seus alimentos preferidos, que devem ter sido conservados nos vasos que ali permaneceram.

Até aqui o encanto e a poesia ligados ao sentimento ou ideia de sobrevivência para além da morte. Mas, nisto tudo, havia um reverso da medalha. Numa sala sepulcral encontraram-se 60 cadáveres de pessoas que devem ter sido sacrificadas para acompanharem um ilustre defunto a quem provavelmente terão servido em vida e a cujo serviço deveriam continuar na outra. Qualquer que seja a interpretação que se dê, estamos em presença de restos de uma tragédia. Este realismo cruel faz pensar em qualquer costume que nos ultrapassa. Bem poderá ser o símbolo do despotismo da sociedade suméria da primeira parte do III milénio a. C. Não sabemos dizer muito mais, até porque apenas se conhecem mais dois exemplos parecidos, um em Kish e outro em Mari.

Mas curiosamente conhecem-se tabuinhas assírias, portanto de época posterior, que evocam um ritual funerário usado por ocasião da morte do soberano que poderá ter as suas origens nas práticas sumérias. Nesse ritual havia o simulacro do funeral da «dama do palácio», ou seja, a esposa, quando o rei falecia.

Trata-se com certeza de um simulacro, pois são conhecidos casos em que a rainha continuou a viver, havendo mesmo um caso em que ela foi regente durante a menoridade do filho. Um bom exemplo de sobrevivência à morte do rei é o de Samman-Ramat, que entrou na lenda com o nome de Semiramis. Supõe-se que tal prática poderá ser a forma degradada, digamos atenuada, do antigo costume cruel da época suméria[1].

[1] A. Aymard, *Histoire générale des civilisations*, vol. I, *L'Orient et la Grèce*, PUF, Paris, 1961, p. 126.

3.4 A vida intelectual

Após termos falado da guerra e de manifestações de despotismo, é justo salientarmos que os Sumérios foram também produtores de cultura e civilização, tema tão vasto que, pelas limitações do nosso programa, não poderá ser muito desenvolvido.

Comecemos neste nosso estudo por uma referência à escrita e às escolas, embora o tema da escrita fique reservado para um vídeo, como já informámos.

A **escrita**, como já dissemos, começou por ser usada para **a contabilidade e tarefas administrativas** e, logo depois, para celebrar **triunfos militares em estelas comemorativas**. Para além disso, desde cedo também, por meados do III milénio, foi usada para exprimir e comunicar criações do intelecto humano. **Escreveram-se mitos das origens sobre o homem, os deuses e o mundo; escreveram-se hinos e epopeias, listas de vocábulos à maneira de léxicos e composições de género sapiencial**.

Na vastíssima documentação escrita que a antiga Mesopotâmia nos legou, torna-se por vezes impossível distinguir os elementos arcaicos da época suméria dos aditamentos e recensões que se seguiram em épocas posteriores. Sabemos que **a**

cultura suméria foi assimilada pelos Semitas (os Acádios primeiramente) e retomada nos diversos períodos da história com variantes próprias, como é natural. Isso permite que, mais tarde, se possa fazer uma análise de conjunto da vida intelectual sem se correr o risco de cair em anacronismos. Apesar disso, apontamos desde já alguns elementos mais salientes, começando por prestar atenção às primeiras escolas de educação e de aprendizagem.

Pensa-se que, por meados do III milénio, devia existir um certo número de **escolas**, através de toda a Suméria, pois chegaram-nos muitos textos escolares, à maneira de «cadernos», a partir de 2500 a. C. São centenas de tabuinhas de argila com exercícios escritos à mão pelos alunos e que constituíam uma parte das suas tarefas escolares. Tais exercícios, como explica Kramer, vão desde «garatujos do iniciante aos sinais elegantemente traçados do estudante avançado e prestes a obter o diploma»[1]. É através destes documentos que se pode avaliar o valor pedagógico e do conteúdo dos programas dessas escolas. Verifica-se que **o ensino tem por objectivo formar e aperfeiçoar os escribas que eram profissionais indispensáveis para as actividades económicas e administrativas**. À frente da escola, a *edubba*, estava o *ummia*, o «especialista», ou seja, o professor a quem se dava o título de «pai da escola», tal como se dava aos alunos o nome de «filhos da escola».

[1] S. N. Kramer, *A história começa na Suméria*, p. 26.

A escola não se ficou apenas pelo nível primário. Com o desenvolvimento dos seus programas e métodos, tornou-se o grande centro de cultura e do saber dos Sumérios. «**Nos seus muros floresciam eruditos e sábios instruídos em todas as formas do conhecimento correntes na época, tanto de ordem teológica como botânica, zoológica, mineralógica, geográfica, matemática, gramatical ou linguística, e que faziam progredir o respectivo ramo do saber**»[2].

[2] Kramer, *ob. cit.*, p. 27.

Foi nessas instituições que nasceram as obras literárias já por volta de 2500. Notemos, porém, que a partir dessa data se registou o maior desenvolvimento. Por volta do final do III milénio a. C., quando a escola se tornou um importante centro de educação e aprendizagem, a produção literária era deveras considerável. Esse nível manteve-se e, por vezes, foi mais elevado, durante a primeira metade do II milénio, apesar de já não ser usada a língua suméria. Efectivamente, esta estava a ser substituída pela **língua acádica, uma língua semítica que utilizou a escrita cuneiforme**.

As obras literárias anteriores, escritas originariamente em sumério, já nessa época eram estudadas, copiadas e redigidas na língua semítica, que então se falava. Assim se explica que quase todas as obras que chegaram até nós, sejam conhecidas através de cópias pós-sumérias.

Os professores que provavelmente falavam acádico, os poetas e escritores que formavam o pessoal das *edubbas* criaram mesmo novas obras literárias, apesar de estas seguirem naturalmente de perto o estilo e o padrão dos documentos mais antigos, escritos em sumério[3].

[3] Kramer, *Os Sumérios*, Bertrand, Lisboa, 1977, p. 200.

A maior parte das antigas obras literárias está escrita em forma poética. Mas, ao falarmos de poesia, é bom termos presente que não se trata de estrofes e de rimas, à maneira da nossa poesia. No entanto, ela possuía os seus próprios artifícios e técnicas, como os paralelismos, as repetições e as metáforas. Ao lermos esses

textos, estranhamos agora o estilo repetitivo, as fórmulas recorrentes, as descrições pormenorizadas e prolixas, os longos discursos...

Entre os géneros literários, abunda a **epopeia**. Não que os poemas pretendam exaltar a glória do estado ou da comunidade, como acontecerá noutras literaturas posteriores, como as da Índia ou da Grécia. **Todos os poemas exaltam personagens individuais**.

Entre as nove narrativas épicas sumérias, como afirma Kramer, duas dizem respeito ao herói Enmerkar, outras duas têm como herói Lugalbanda e as cinco restantes são dedicadas ao mais famoso herói da Suméria, Gilgamesh, de que falaremos oportunamente.

O género literário sapiencial merece um apreço especial. Não pensemos em extensas composições, mas antes em adágios ou provérbios que são obviamente muito anteriores aos que figuram no livro bíblico que mantém o nome de *Provérbios* e anteriores também à literatura sapiencial egípcia. O sumeriólogo Kramer foi o primeiro a publicar uma boa série de provérbios sumérios[1]. Por aqueles que vamos ler aqui, podemos avaliar o espírito de observação e a riqueza do saber, resultante da experiência de gerações. Admiremos também a linguagem concreta e fácil de memorizar, como aliás acontece com os ditos populares em todos os tempos e em toda a parte. Por vezes verificamos como a ideia que alguns traduzem se mantém em provérbios da actualidade. Vejamos alguns:

> Pode alguém conceber sem ter relações sexuais?
> Pode alguém engordar sem comer?
>
> Estamos condenados a morrer, gastemos;
> Viveremos muito, vamos economizar.
>
> O homem pobre come aos poucos a sua prata.
>
> Quem possui muita prata, pode ser feliz,
> Quem possui muita cevada, pode ser feliz;
> Mas quem nada possui, pode dormir.[2]
>
> Em casa uma mulher inquieta
> Junta a dor ao sofrimento.
>
> Para seu prazer, o casamento;
> Para sua reflexão, o divórcio.
>
> A amizade acaba um dia,
> Os laços de parentesco duram sempre.
>
> Mão a mão a casa de um homem é construída;
> Estômago a estômago a casa de um homem é destruída», etc.

Outros provérbios foram recolhidos por Kramer e por outros sumeriólogos, mas estes são suficientes para avaliarmos o que pensavam os Sumérios sobre diversas realidades da vida. Pensemos também que este é o género literário mais universal que existe e que é, por natureza, anónimo e atemporal. **Antes de serem escritos todos ou alguns destes provérbios foram transmitidos oralmente. As suas origens são pré-históricas**.

[1] Kramer, *A História começa na Suméria*, cap. XV.

[2] Uma reflexão semelhante encontra-se no *Eclesiastes*, 5, 12: «O sono daquele que trabalha é sossegado». E o *Talmud*, por sua vez, escreverá: «aquele que multiplica os seus bens multiplica as suas preocupações». E nós dizemos: «quanto maior é a nau maior é a tormenta».

3.5 A religião

Nas obras que os Sumérios nos legaram encontramos alguma sistematização teológica. Assim, os textos permitem-nos saber que existia uma **tríade**, composta de **An** (ou Anu), deus do céu; **Enlil**, deus da atmosfera, e a **Grande Mãe**, a quem se davam vários nomes, sendo o principal **Nin-hursag**. Parece que prevalecia nas crenças sumérias esta ideia de uma tríade inicial, mas outros deuses se lhe seguiram, como: **Enki**, deus da água; **Nana**, a lua; **Utu**, o Sol, divindades que adoptariam outros nomes no decorrer do tempo.

Fala-se habitualmente da crueldade e despotismo dos Sumérios, mas é bom referir-se também a sua **devoção aos deuses**. Quanto aos reis, verifica-se que apelam com frequência para as suas ligações às divindades, por óbvios intuitos políticos. Proclamam a sua devoção, fazendo-se representar nas estelas e nas suas estátuas em atitude de adoração.

Também outros crentes se fazem representar como orantes, em estatuetas que colocavam como ex-votos nos templos. Algumas dessas estátuas são da primeira metade do III milénio e podem-se admirar em vários museus, como o Louvre, o de Bagdad e o de Chicago.

O grande orante, porém, **é sempre o rei**, facto que tem certamente particular impacte no povo. Aqui está um aspecto da religião que havemos de sentir em toda a história da Mesopotâmia: **a religião a prestar serviço à política**. Um chefe prostrado em oração ou peregrino a um santuário torna-se um exemplo, um guia espiritual das multidões. No caso presente, interessa-nos verificar que os «despóticos» Sumérios foram religiosos.

3.6 As artes

As estátuas orantes permitem-nos passar facilmente da religião para as belas artes. E entre essas, a **música** merece uma especial referência, pois os Sumérios deveriam cultivá-la com esmero a avaliar pela documentação escrita e pelos testemunhos arqueológicos.

Como textos escritos, recordemos os registos de contabilidade do palácio de Shurupak, onde se indica um bom número de músicos que recebiam o seu ordenado pelo ofício que desempenhavam na corte. Como testemunho arqueológico, recordem-se os túmulos reais de Ur, onde se encontram instrumentos musicais, que não só comprovam a prática da música, mas eles próprios são belos objectos de arte. Refira-se o caso da lira engastada em lápis-lazúli, ornamentada com uma cabeça de touro de ouro puro.

Também aí se encontraram jóias que nos fazem pensar no elevado nível artístico e também no bom gosto e até requinte das damas sumérias. É de admirar também no

capítulo das artes plásticas, o efeito decorativo, resultante das incrustações com lápis-lazúli, calcário avermelhado e conquilhas, no chamado estandarte de Ur.

Também a **glíptica** foi cultivada, estando ao serviço de temas diversos. Usaram motivos abstractos ou representaram a figura humana ou figuras de animais. Foi em Uruk que as artes plásticas atingiram mais elevado nível, desde os fins do IV milénio até finais do milénio seguinte. Mas as artes plásticas foram cultivadas em diferentes cidades, revelando variedade e diferença de estilos.

A **arquitectura** colocando-se, entre as belas artes, situa-nos de forma particular no capítulo específico da *civilização*. Referimo-nos a Uruk e às suas muralhas. O plano urbanístico dessa cidade não diverge substancialmente das outras. As primeiras cidades da Suméria revelam efectivamente grande semelhança: rodeadas de muralhas; ruas tortuosas; casas adossadas umas às outras de ambos os lados das ruas; casas de pequenas dimensões e iluminadas por estreitas janelas.

No complexo do tecido urbano, distingue-se **o templo e a zigurate**. Embora a planta dos templos seja diferente, a disposição interna é em tudo semelhante: um vestíbulo que conduz a um átrio, onde existe o altar, à volta do qual se dispõem várias pequenas salas. É nesse átrio que se encontra a estátua do deus.

Perto do templo e parecendo ter alguma relação com ele, ergue-se a zigurate, torre de degraus, cujo acesso à parte mais elevada se faz por uma rampa exterior.

Os elementos que apontámos, permitem-nos concluir que as antigas cidades do sul da Mesopotâmia, como Uruk, Kish, Eridu, Ur, Umma, Lagash, etc, eram, no tempo dos Sumérios, centros importantes de cultura e civilização.

ACTIVIDADE SUGERIDA:

Se tiver oportunidade, leia: Samuel Noah Kramer, *Os Sumérios*, Bertrand, Lisboa, 1977.

ACTIVIDADES:

Reveja os conhecimentos que já aprendeu, tentando responder às seguintes questões.

1. Caracterize as cidades mesopotâmicas pré-sargónidas.

....

....

....

....

....

....

....

....

....

....

2. Associe os itens da coluna B com os da coluna A, colocando nesta os números correspondentes.

Coluna A	Coluna B
____ Uruk	1 – culto dos mortos
____ Mesopotâmia	2 – escola
____ Egipto	3 – professor
____ Enlil	4 – túmulos reais
____ Lagash	5 – Lugalzagesi
____ Kish	6 – escrita
____ *ummia*	7 – sacrifícios humanos
____ *edubba*	8 – mumificação
____ Ur	9 – Eanatum
____ unificação da Suméria	10 – papiro
____ Umma	11 – deus sumério
____ *ensi*	12 – escrita em argila

3. Caracterize o culto dos mortos na Suméria.

....

....

....

....

....

....

....

....

....

....

RESPOSTAS ÀS ACTIVIDADES:

1. Na sua resposta deve abordar: o aparecimento das cidades na Mesopotâmia, com a sedentarização, a partir dos IV ou V milénios a. C.; a existência de muralhas, de um centro religioso, de unidade topográfica e administrativa, de plano urbanístico, de divisão do trabalho, diversificação das profissões e diferenciação social; autonomia política da cidade-estado; o aparecimento da escrita por razões económicas e administrativas.

2. Deve ter associado os seguintes itens: **1** culto dos mortos / Mesopotâmia e Egipto; **2** escola / *edubba*; **3** professor / *ummia*; **4** túmulos reais / Ur; **5** Lugalzagesi / unificação da Suméria e Umma; **6** escrita /Uruk; **7** sacrifícios humanos / Ur e Kish; **8** mumificação / Egipto; **9** Eanatum / Lagash; **10** papiro / Egipto; **11** deus sumério / Enlil; **12** escrita em argila / Uruk e Mesopotâmia. *Ensi* não tem correspondente na coluna B.

3. Deve ter referido: crença na vida do Além; enterramentos acompanhados de utensílios de uso pessoal, animais e alimentos; sacrifícios humanos de servidores e talvez da rainha, no início, no ritual da morte do rei o qual terá sido substituído, posteriormente, por uma simulação.

4. O império de Acad

TÁBUA DE MATÉRIAS

4. O império de Acad

Objectivos de aprendizagem

4.1 A economia

4.2 A cultura e a religião

4.3 Os Gútios e o fim do império acádio

Objectivos de aprendizagem:

Depois de ter estudado este capítulo, deve saber que:

- Sargão de Acad submeteu a Suméria, unificada por Lugalzagesi;
- Sargão era semita;
- foi o construtor do primeiro império conhecido, que ia do Golfo Pérsico ao Mediterrâneo;
- no tempo de Manishtushu, ocorreu a primeira expedição marítima dos tempos históricos, no Golfo Pérsico;
- no tempo de Naram-Sin, o exército passou a ser definido por um corpo de arqueiros, em vez da falange;
- a guerra era a principal fonte de riqueza do império de Acad;
- os Acádios adaptaram a cultura e a religião dos Sumérios;
- o império acádio foi destruído pelos Gútios, povo dos montes Zagros.

Terminámos a história política da Suméria com a figura de Lugalzagesi que conseguiu submeter e unificar, com a força das armas, toda a Suméria. Mas vinte e cinco anos após os seus triunfos militares e políticos foi derrotado por **Sargão de Acad**. Com este soberano, a Mesopotâmia entra numa nova fase da História. Estamos aproximadamente em 2370 a. C., época em que novos povos chegavam a esta região.

De facto, o nomadismo e as migrações, seja em pequenos grupos seja em grandes massas, foram fenómenos constantes no Médio Oriente. Foram as terras férteis da Mesopotâmia que mais atraíram as populações errantes. **Populações de raça semita**, provenientes das terras do Oeste e sobretudo do Noroeste, **foram-se estabelecendo progressivamente na média e baixa Mesopotâmia**, pelo menos desde o segundo quartel do III milénio, como podemos verificar principalmente pela onomástica, mas não consta que tivesse havido choque ou luta com os autóctones.

Pelo século XXIV a. C., estes Semitas agora sedentarizados e misturados com os autóctones começam a tomar o poder em suas mãos. A sua principal cidade é **Acad**, situada nas proximidades de Kish, não longe da actual capital do Iraque. Foi já com estes nómadas que muito provavelmente Eanatum pôde organizar o seu exército. A eles parece dever-se a primeira grande unificação da Suméria, pois o pai de Lugalzagesi deve ter sido um semita, a avaliar pelo nome Bubu.

Mas o mais famoso de todos esses Semitas ocidentais, estabelecidos na Mesopotâmia, foi **Sargão, fundador da cidade de Acad e seu rei**, durante 56 anos, como informa a sua estela. **Foi ele o criador do primeiro grande império conhecido**, figura de primeira grandeza em toda a história da Alta Antiguidade. Pelas informações que nos chegam da sua estela e das inscrições conhecidas, sabemos que não foi um vulgar chefe de bando de salteadores ou guerrilheiros da época a comandar operações de rapina ou de «razias», como era usual na altura. De facto, por volta de 2370, Sargão de Acad possui já um **exército estável e organizado**, constituído por 5400 homens a quem sustenta diariamente. À frente dos seus soldados, pôde lançar-se na conquista das cidades da Mesopotâmia, designadamente Umma e Uruk, cujo rei, Lugalzagesi, aprisionou diante do santuário de Enlil, e estendeu as suas conquistas a todo o Próximo Oriente.

Numa tabuinha com 14 colunas escritas de cada lado, encontrada no templo de Ekur (ou seja, Enlil), na cidade de Nippur, documento escrito pouco depois dos acontecimentos ocorridos na dinastia de Acad, podemos ler o seguinte:

> Sargão subjugou todas as cidades da Suméria, submetendo-as ao seu poder. Nas suas campanhas, em direcção ao Sul, combateu e venceu as cidades de Umma, Lagash, Ur, avançando até ao mar, onde lavou as suas armas.

Notemos a tentação de chegar ao Mediterrâneo e ainda o facto de, nas águas salgadas desse mar, lavar as armas, gesto ritual que outros haveriam de repetir. Na mesma tabuinha pode ler-se ainda:

> Enlil não deu rival a Sargão, rei do país. Enlil concedeu-lhe o domínio desde o Mar Setentrional até ao Mar Meridional. Desde o Mar Setentrional para diante governam os naturais de Acad. Mari e Elam obedecem a Sargão...[1]

[1] E. Sollberger e J. R. Kupper, ob. cit., pp. 91-98.

O texto é suficientemente ilustrativo da extensão do império acádico. Por quanto podemos avaliar pelos textos cuneiformes, **o rei de Acad, após ter submetido a Suméria, conquistou as terras de Elam. Avançou também para Dilmun, ilhas situadas ao fundo do Golfo Pérsico, o actual Barein. Seguiu depois para Norte pelas margens do rio Eufrates, onde conquistou o poderoso reino de Mari. Dirigiu-se, em seguida, para a Síria onde se apoderou de Ebla**, que era capital de um verdadeiro império, como nos fazem crer as tabuinhas de argila (em número superior a vinte mil) ainda em fase de estudo, postas a descoberto pela Escola de Roma, na segunda metade da década de Setenta. **Para chegar ao Mediterrâneo, Sargão conquistou o reino de Yarmuth, provavelmente em território cananeu.** Não é certo ter conquistado Chipre e a Anatólia. De regresso à Mesopotâmia voltou pelo Líbano.

Eis pois Sargão senhor de um império como até aí não fora visto, estendendo-se da região transtigrina até ao Mediterrâneo e desde o Subaru (Assíria) até ao Golfo Pérsico. Era já, de facto, «rei das quatro regiões».

Numa inscrição que, pelas características paleográficas, é da época acádica, alguém nos informa:

> Sargão, o rei de Kish, triunfou em trinta e quatro batalhas até à borda do mar (e) destruiu-lhes as muralhas. Fez com que os barcos de Meluha, os barcos de Magan (e) os barcos de Dilmun estivessem atados ao cais de Agade.
>
> Sargão, o rei, prostrou-se perante Dagan e suplicou-lhe, e ele (Dagan) deu-lhe a terra superior (nomeadamente) Mari, Yarmuti (e) Ibla, até à floresta dos Cedros (e) até à montanha de prata.
>
> Sargão, o rei, a quem Enlil não permitiu rival – cinco mil e quatrocentos soldados comem diariamente pão à sua frente.
>
> Quem quer que destrua esta inscrição que An destrua o seu nome; que Enlil extermine a sua semente ...[1]

[1] Kramer, *Os Sumérios*, pp. 357-358.

A formação rápida de um império desta extensão não podia deixar de causar viva impressão ao mundo da época. É, por isso, compreensível que Sargão de Acad, o guerreiro invencível, se tornasse o herói imortalizado. Passaria da história para a lenda, que se encarregaria de lhe idealizar o nascimento e infância fora do comum dos homens. É o que podemos ver pela sua estela, que infelizmente chegou até nós mutilada, tendo desaparecido mais de metade do texto. Vejamos um extracto elucidativo:

> Eu sou Sargão, rei poderoso, rei de Acad. A minha mãe era uma grande sacerdotisa. O meu pai não o conheci. Os irmãos de meu pai vivem na montanha, mas a cidade natal é Azuripanu, nas margens do Eufrates. A minha mãe, a grande sacerdotisa, concebeu-me e deu-me à luz em segredo. Colocou-me dentro de um cesto de junco e tapou-lhe a cobertura com betume. Deitou-me ao rio, sem que eu pudesse sair. O rio levou-me e conduziu-me até junto de Aqqui, aquele que tirava água do rio. Foi ele que, ao mergulhar o seu balde, me retirou do rio. Adoptou-me como seu filho e educou-me... Ensinou-me a sua profissão de jardineiro. E, assim, quando

> eu era jardineiro, a deusa Ishtar encheu-se de amor por mim, e desta forma é que eu exerci a realeza durante 56 anos.[1]

[1] Segundo a versão proposta por R. Labat, *Les religions du Proche-Orient*, Fayard-Denoël, Paris, 1970, pp. 307-308.

O império de Sargão surgira com excessiva rapidez. Não poderia, por isso, ter grande coesão e consistência, porque regiões tão vastas e distantes não poderiam ficar unidas em tão curto espaço de tempo. Prevaleceram os ressentimentos e ódios dos vencidos, bem como as reivindicações locais à independência. A conquista pelas armas é sempre mais rápida que a consolidação política. Apesar de tudo, o império não se desfez após a morte de Sargão. Tanto o primeiro filho que lhe sucedeu, de nome **Rimush**, como o segundo **Manishtushu** que viria a suceder ao irmão, tiveram de lutar com a força das armas para subjugarem os revoltosos e reprimirem insurreições que se deram, sobretudo, em cidades da Suméria e do Elam, que não aceitaram facilmente a supremacia de Acad. Tal foi o caso de Ur que arrastou consigo Lagash e Umma, entre outras. A todos os revoltosos, os filhos de Sargão mergulharam no sangue. A narrativa das vitórias de Rimush fala-nos de mais de 50 000 homens, entre mortos e prisioneiros. Podia pois, no fim, dar graças ao deus Enlil a quem fez a oferta de 3600 *minas* de cobre e seis escravos, homens e mulheres, parte da grande riqueza conseguida por meio das guerras.

É natural que os números com que **Rimush** pretende vangloriar-se sejam exagerados, mas não deixam de ter algum significado: o império acádico, fundado por seu pai, tinha de ser aguentado pela força das armas. As guerras a que a Baixa Mesopotâmia se habituara, desde a época suméria, continuavam e iriam prosseguir como uma constante, durante toda a Dinastia Sargónida.

Rimush seria assassinado pelos seus servidores nove anos após ter subido ao trono, sucedendo-lhe seu irmão de nome **Manishtushu**, talvez mesmo um irmão gémeo, a avaliar pelo significado do nome: «quem está com ele». Também este teve de intervir militarmente contra o reino de Anshan, em território elamita, situado no sudoeste, onde as sublevações começaram a manifestar-se. Paul Garelli, seguindo C. J. Gadd não exclui a hipótese de ter chegado **ao vale do Indo**[2]. Mas mais importante foi, sem dúvida, **a expedição marítima – a primeira dos tempos históricos – através do Golfo Pérsico**.

[2] P. Garelli, *ob. cit.*, p. 87.

Vejamos como é que o próprio rei, num texto da época, relata tudo isso:

> Manishtushu, o rei de Kish, quando venceu Anshan e Sherihum, fez atravessar o mar Inferior com barcos ... As cidades do outro lado do mar, em número de trinta e duas, coligaram-se para a batalha, mas ele triunfou e venceu-as, matou os seus príncipes e avançou até às minas de prata. Das montanhas de além do mar Inferior retirou pedras negras; carregou-as em barcos e levou-as até ao cais de Acad. Ele preparou a sua estátua e dedicou-a a Enlil. Por Shamash e Aba, eu juro que não são mentiras: é absolutamente verdade![3]

[3] E. Sollberger e J. R. Kupper, *ob. cit.*, p. 104.

Pelo texto que nos foi dado ler, verificamos que **as campanhas militares deste rei tiveram por objectivo reprimir revoltas, consolidar posições em regiões de interesse para o comércio e ainda apoderar-se da fonte conhecida que era Magan, ou seja Oman, para obter metais preciosos, pedras para a construção e pedras semi-preciosas**.

O seu filho e sucessor **Naram-Sin** («amado de Sin») também não viveu tempos de paz, durante o seu reinado de 37 anos, pois fez da guerra a sua actividade principal, não só para consolidar o império mas também para o expandir. Não é possível estabelecer-se uma cronologia de tais guerras, mas sabemos que foram constantes a avaliar pelas inscrições e estelas que ficaram. Entre as últimas, a mais famosa é a que actualmente se conserva no Louvre e que nos permite verificar como **a técnica do combate se modificou com este soberano**. Já não vemos ali a falange que avança em filas compactas, defendidas pelos pesados escudos, como acontece na «estela dos abutres» de Eanatum. **Os soldados de Naram-Sin são arqueiros que lançam de longe as suas flechas e sabem também usar os machados e as lanças.** Observam-se também os soldados a escalarem a montanha e vê-se o rei guerreiro, ostentando um capacete com chifres, emblema divino.

A inscrição que mandou gravar na estela para os vindouros dá-nos conta dos perigos reais e constantes que tinham de enfrentar as populações da Mesopotâmia, perante os bárbaros que se infiltravam, provenientes das montanhas de Leste. É certo que ele conseguiu vencê-los, mas adverte para perigos futuros e dá conselhos para que outros aprendam com a sua experiência: os bárbaros não devem ser atacados a descoberto, mas sempre a partir dos abrigos da montanha.

Para além do longo texto da sua estela, chegaram até nós várias tabuinhas de argila, escritas provavelmente durante a primeira Dinastia Babilónica a referirem as campanhas militares dos reis da Dinastia de Acad. Numa delas exaltam-se as campanhas militares de Naram-Sin, tanto para Oriente como para Ocidente, enfrentando e desfazendo coligações de reis que se haviam formado contra o domínio de Acad, isto desde o Golfo Pérsico até à Ásia Menor. Atribui-se ao rei especial glória na sua conquista de Ebla e da montanha do Líbano:

> Embora desde o estabelecimento dos homens no mundo nenhum rei tenha destruído as cidades de Arman e de Ibla, agora o deus Nergal abriu o caminho ao poderoso Naram-sin e deu-lhe Arman e Ibla e presenteou-o com o Amanus, a Montanha dos Cedros e o Mar Superior.

Gloria-se este quarto rei da Dinastia de Acad de, nas suas batalhas, ter trespassado os seus inimigos com a ponta da lança e de ter feito correr muito sangue. Em linguagem épica, apresenta mesmo números inaceitáveis de soldados às suas ordens. Assim, no seu primeiro ano, teria atacado os inimigos, tendo sob as suas ordens 120 000 soldados; no ano seguinte seriam 90 000; depois 60 700, etc. Se em tais números haverá o exagero próprio da sua auto-exaltação, nem por isso ficará diminuída a realidade da **poderosa máquina de guerra** já então existente. Tudo faz pensar num regime militarizado e numa política centralizada.

A guerra de expansão territorial era obviamente a principal fonte de riqueza do império. Além do grande número de escravos que chegavam a Acad, muitos dos quais expostos em seguida nos mercados como mercadoria, afluíam bens de toda a espécie, designadamente o cobre, o ouro e as pedras preciosas. Registe-se, por exemplo, o lápis-lazúli que, vindo das regiões do actual Afeganistão, chegava à Mesopotâmia e passava para outras regiões do Médio Oriente.

Compreende-se que os reis de Acad se proclamassem **«reis das quatro regiões do mundo»**, significando no fundo que lhes pertencia a **Suméria**, **Acad**, **Amorru (Oeste)** e o **Subaru (o Norte)**.

Com as conquistas dos Acádios, o mundo de alguma forma alargou-se e, ao mesmo tempo, uniu-se. Quando o filho de Sargão, Manishtushu, dirige uma expedição naval para Dilmun, está a estabelecer um verdadeiro entreposto comercial ao sul do Golfo Pérsico. Quando Naram-Sin submete o Subaru, na Alta Mesopotâmia, e a Montanha dos Cedros, avançando talvez até ao Taurus, ou quando vence os povos do Curdistão e do monte Zagros, está a abrir caminho para o comércio e, sem o pensar, para a irradiação da cultura que tinha por berço a Mesopotâmia. O período de Acad constitui, sem dúvida, uma nova etapa na história da Mesopotâmia.

4.1 A economia

Segundo a documentação conhecida, **a propriedade privada aumentou na época acádica** e a riqueza dos templos teria diminuído, embora nas suas propriedades e indústrias de transformação se encontre boa parte da mão de obra.

Nas cidades, administradas por governadores e pelos conselhos de anciãos, estabelecem-se artífices e mercadores. **O comércio atingiu grande desenvolvimento.** Foi muito activado pelos reis de Acad, não só preocupados em dominarem as fontes de recursos e vias comerciais, mas também em adquirirem produtos que chegavam a Acad, vindos da Índia até ao sul da Arábia. Eram a madeira, o chumbo, o cobre, o ouro, as pedras preciosas, etc.

4.2 A cultura e a religião

Os Acádios não se afastaram da cultura dos Sumérios, que adaptaram. Modificações e adaptações podem verificar-se designadamente na religião. Os soberanos acádios respeitaram o **politeísmo** sumério e introduziram elementos próprios. Assim, o grande deus semítico **El** adquire, desde cedo, um lugar de destaque no panteão acádico, embora adorem também o principal deus sumério Enlil. Verifica-se que a verdadeira simbiose se dá no capítulo religioso.

Não houve especial desenvolvimento da literatura, o que não admira quando sabemos que os escribas da época tinham de se entregar principalmente a actividades de carácter pragmático e utilitário.

4.3 Os Gútios e o fim do império acádio

A Dinastia de Acad, com todo o seu prestígio, chegaria ao fim pela força dos **Gútios**, descritos nos documentos como um «povo opressor e ignorante do culto dos deuses», vindo do monte Zagros. Este povo tinha abandonado a liga acádica, tornando-se independente durante o reinado de **Shar-Kallisharri** («rei de todos os reis»), filho e sucessor de Naram-Sin. Esse último rei da Dinastia teve de enfrentar distúrbios internos e quando ele morreu surgiu a **anarquia**.

O avanço dos Gútios, por volta de 2190 a. C., é descrito como uma devastação e um golpe decisivo. Arrasaram os campos, destruíram cidades e alguns dos seus chefes elevaram-se à categoria de reis, havendo mesmo quem se intitulasse «rei das quatro regiões». Mas, como de costume, se a força militar e o governo ficam nas mãos dos invasores, **a civilização continua do lado dos vencidos**.

Os saudosistas das glórias passadas atribuíram a queda de Acad a um castigo divino. É que Naram-sin, segundo constava, teria profanado o santuário do deus Enlil em Nippur. Teria consentido aos seus soldados toda a espécie de profanações. E, para agravar ainda a ofensa à divindade, ele próprio se tinha apoderado dos bens que pertenciam ao deus, para os fazer transportar para Acad. Chegara mesmo a destruir os barcos atracados junto do santuário. Por isso, o deus se encolerizara e o punira, servindo-se dos Gútios, como instrumento da sua ira, contra o império de Sargão e de Naram-Sin. Trata-se obviamente de uma leitura «teológica» da história, à maneira da época.

É dentro destes conceitos que se deve entender uma lenda do II milénio que apresenta Naram-Sin como um rei «cheio de perturbação, de desorientação e de tristeza, sofrendo e gemendo»[1].

1 O. Gurney, «The cuthaean legend of Naram-Sin», in *Anatolian Studies*, 5, 1955, pp. 93-113. Um longo e belo poema sumério, conhecido por *A maldição de Acad*, atribui a derrota sofrida por causa do sacrilégio de Naram-Sin. Poderá ler a versão portuguesa nas duas obras de Kramer, sendo a melhor versão a que é apresentada em *Os Sumérios*, pp. 84-85.

5. A III dinastia de Ur ou a renascença suméria

TÁBUA DE MATÉRIAS

5. A III Dinastia de Ur ou a renascença suméria

Objectivos de aprendizagem

5.1 A decadência de Ur

Actividades

Respostas às actividades

Objectivos de aprendizagem:

Depois de ter estudado este capítulo, deve saber que:

- o domínio gútio em Acad teve pouca duração;
- os Gútios foram derrotados pelo rei de Uruk;
- Ur foi instituída capital de um império tão extenso como o acádico;
- a III Dinastia de Ur coincidiu com a época do renascimento sumério;
- o estatismo e o centralismo caracterizaram a política de Ur;
- ao rei Ur-Namu pertenceu a promulgação do mais antigo código de leis;
- homens livres e escravos constituíam os dois grandes grupos sociais;
- Amorreus, Elamitas e outros povos invasores instalaram-se nas principais cidades da Mesopotâmia, depois de terem derrotado o último rei de Ur;
- após o desaparecimento da III Dinastia de Ur, sucedeu a fragmentação do território em diversos reinos, sobressaindo neste período o reino de Mari;
- das lutas constantes entre os diversos reinos, salientou-se a que ocorreu entre os reis de Isin e de Larsa;
- o domínio destes dois reis deu origem à Dinastia dos grandes regentes.

O domínio dos Gútios foi de curta duração, já que, por volta de 2120 a. C., o rei de **Uruk** conseguiu vencer o «dragão da montanha», intitulando-se ele próprio «rei das quatro regiões». Numa inscrição que nos chegou, **Utu-Hegal, rei de Uruk**, gloria-se da vitória que atribui ao apoio dos deuses, louvando «Enlil, verdadeiro rei de todos os países»: «Enlil entregou-me Gutium. A minha senhora Inana é o meu sustentáculo. Dumuzi (o deus da vegetação) é que pronunciou o meu destino. Deu-me como protector Gilgamesh*».

* *Gilgamesh* era o famoso rei de Uruk que fora deificado.

É esta a época de **Gudeia, príncipe de Lagash**, construtor de templos e, segundo parece, impulsionador das artes. Ele próprio ficou representado numa dúzia de estátuas, como aquela que vemos no Louvre, representando-o com as mãos unidas em atitude de oração e envolto num xaile de franjas ou uma outra estátua do mesmo museu, onde Gudeia está sentado com a cabeça coberta, igualmente em oração.

O verdadeiro continuador da política de Utu-Hegal de Uruk seria o **rei Ur-Namu**, que iria fazer de **Ur a sua capital e grande centro do ressurgimento sumério**. Foi em Ur que Ur-Namu (2133-2115) construiu a **zigurate** que melhor se conservou, apesar de algumas alterações posteriores. **Ur tornou-se capital de um império que deveria ter sido quase tão extenso como fora o de Acad, pois sabemos que lhe pagavam tributo não só alguns reinos de além do Tigre como alguns do Ocidente, designadamente o de Ebla, o de Mari, o de Biblos, cidade fenícia, conhecida na época por Guebel**.

A terceira Dinastia de Ur constituiu um período de renascimento sumério. Os soberanos exerceram o poder num vasto território, servindo-se de duas personagens com funções importantes: o *ensi* e o *shagin*. O primeiro desempenhava as funções de autoridade civil; o segundo era a mais elevada autoridade militar, mas, por vezes, também exercia outras actividades, como aconteceu em Mari. Apesar da presença destas duas autoridades, nomeadas pelo poder central, a exercerem funções simultaneamente na mesma cidade, o soberano enviava, de vez em quando, certas personalidades encarregadas de missões especiais, pois tudo devia estar sob o controlo do poder central. **O estatismo e o centralismo são característicos da política de Ur**. Nestas circunstâncias, houve prosperidade económica e procurou-se o bem estar social.

São de distinguir dois soberanos pela sua actuação nestas áreas: Shulgui e Ur-Namu. **Shulgui** que teve um reinado de 48 anos, **restaurou santuários, reformou pesos e medidas, reorganizou o exército, introduzindo um corpo de arqueiros à maneira acádica**.

Ur-Namu, que transferiu o poder de Uruk para Ur e fez aqui a capital, **promulgou o primeiro código de leis que se conhece**. Embora esteja, em parte, destruído, podemos avaliar, por aquilo que resta, as preocupações deste soberano em pôr em ordem as relações económicas e sociais, animado por sentimentos de justiça.

Por quanto se conclui desse código e de outros textos, a sociedade estava estratificada e não se distinguiam apenas as duas classes tradicionais: **homens livres e escravos**. Os textos jurídicos **distinguem um grupo, dentro dos homens livres, designado pelos *mashda***, em acádico *mushkenum*. Os direitos destes são inferiores aos da

classe mais elevada, como se verifica principalmente pela legislação que surgirá posteriormente, como foi a de Lipit-Ishtar e a de Hamurábi. O termo *mushkenum* generaliza-se, a partir da III Dinastia de Ur. Curiosamente é, neste vocábulo, que vai filiar-se a nossa palavra *mesquinho*.

Conhecem-se ainda os *eren*, pessoas destinadas ao serviço do palácio e dos templos, para trabalharem no campo, nos transportes e também no exército. Dependendo do *ensi* ou do *shagín*, tinham uma liberdade limitada.

Por fim, existiam os **escravos**, cuja origem era diversa. Alguns caíam na escravidão por serem devedores insolventes; outros foram vendidos pelos pais, quando eram crianças. Na realidade, tanto uns como outros, tinham um estatuto correspondente ao de trabalhadores domésticos. Podiam mesmo possuir bens e casar com pessoas livres. Para muitos a situação não era má, dependendo sempre do patrão a quem serviam. Como quer que seja, não se pense que era escravatura à maneira do mundo greco-romano.

Verdadeiros escravos eram os prisioneiros de guerra e os cativos e raptados no decurso de operações militares. Todos estes, designados por *namra*, não tinham estatuto jurídico e foram usados como tropas aquarteladas em diversas partes do território[1].

[1] P. Garelli, ob. cit., pp. 105-106; A. A. Tavares, «A escravatura entre os hebreus, no contexto do Médio Oriente Antigo», in *Estudos da Alta Antiguidade*, Presença, Lisboa, 1983, pp. 201-239.

5.1 A decadência de Ur

O ressurgimento sumério teve curta duração pois, por volta de 2004, **a III Dinastia de Ur cairia sob os golpes conjugados de Amorreus, Elamitas e, sobretudo, de bandos de invasores que chegavam dos montes Zagros e se iam instalando nas principais cidades.** O rei de Elam, à frente de uma coligação de povos do Zagros, que os textos designam por Su, acabaria por conquistar e saquear a cidade de Ur, levando prisioneiro o último dos seus reis para ir morrer no cativeiro.

A partir de então, a Mesopotâmia voltou a ser uma **amálgama de povos**, onde se contavam Sumérios, Acádios, Elamitas e Amorritas, estes últimos com origem no noroeste da Mesopotâmia, provavelmente. Aventureiros de qualquer etnia assumiam o poder numa cidade e o seu chefe intitulava-se, à boa maneira acádica, «rei das quatro regiões».

Entre os reinos que mais se distinguiam, nessa época, devemos referir o de **Assur**, a Norte, o de **Ur** já de nós conhecido e o de **Mari** com a sua capital situada na margem direita do médio Eufrates. Este era o mais importante, graças em parte à sua posição geográfica, visto que a cidade podia controlar a via fluvial do Eufrates e as vias comerciais, na altura importantes, com a Síria e a Anatólia.

As mais de 20 000 tabuinhas escritas, encontradas nos **arquivos reais de Mari**, dão-nos conta da diplomacia dos seus reis e das guerras na Mesopotâmia, desde os fins do III milénio e durante o primeiro quartel do segundo. Verifica-se, por exemplo,

que a grande preocupação de Mari consistiu em impedir que os reis de diversas cidades da Mesopotâmia se apoderassem das riquezas do seu reino e em controlar os ataques dos Amorritas que avançavam do noroeste, com os seus rebanhos e haveres para se estabelecerem na Mesopotâmia.

Da riqueza e poder do reino de Mari podemos avaliar, não só por essa documentação mas também pelas impressionantes ruínas da cidade e do palácio real, postas a descoberto desde as escavações de André Parrot e continuadas actualmente por Jean-Claude Margueron. Só o palácio conta com mais de duas centenas e meia de quartos, com amplos corredores e átrios belamente decorados. Nem faltava luxo e requinte nas diversas instalações, com boas canalizações e esgotos que serviam as sanitas e banheiras.

A importância de Mari era económica e também militar. Exercia forte vigilância sobre as vias comerciais e sobre as fronteiras, para evitar a infiltração dos nómadas no seu território, o que não conseguiu, pois estes foram penetrando constantemente e viriam a contribuir para a queda de Ur e dos reinos de Isin e de Larsa, reinos que lutavam entre si e pretendiam conquistar Mari, sem o conseguirem[1].

[1] J. R. Kupper, *Les nomades en Mésopotamie au temps des rois de Mari*, Paris, 3.ª ed., 1982.

No período que se segue à queda de Ur, toda a Mesopotâmia vive uma época agitada e complexa. Além de Mari, não deixemos de observar que, a Norte, também **Assur** começava a desempenhar papel político e militar preponderante, tendo conseguido um verdadeiro protectorado sobre a Capadócia, na Anatólia. Mas de Assur falaremos oportunamente.

De momento, vamos prestar atenção ao que se passa na Baixa Mesopotâmia. O período que se segue à III Dinastia de Ur e que se estende de 2004 até à queda de **Babilónia** por 1595, divide-se habitualmente em duas partes:

– a primeira é designada por período de **Isin-Larsa,**

– a segunda é conhecida por período **paleobabilónico,** de 1894 em diante.

A primeira é caracterizada pelas lutas, entre os reis de Isin e de Larsa, as quais não vamos apontar pormenorizadamente por ser fastidioso. Vejamos apenas estes episódios.

Por volta de 2025, o reino de Simash atacou Ur; mas, por sua vez, os reis de Isin e de Larsa atacaram e derrotaram os reis de Simash, criando a **Dinastia dos chamados grandes regentes.** O rei de Larsa, cerca de 1930, avança para Diala e estende-se ao Elam. Apodera-se de Ur e intitula-se «rei de Sumer e de Acad». Consegue, além disso, uma série de êxitos militares na Babilónia, em Kish e em Nippur. **São dessa época os primeiros textos administrativos de Larsa.** O rei de Isin, por 1895, apodera-se de Nippur e de Ur. Por 1810, Rim-Sin, rei de Larsa, vence uma coligação constituída por Uruk, Isin, Rapiqum e pelos Suetanos de que falam os documentos de Mari. Pretende, sobretudo, apoderar-se de Uruk, o que acaba por conseguir em 1803.

ACTIVIDADES:

1. Associe os itens da coluna **B** com os que lhes correspondem na coluna **A**.

Coluna A	Coluna B
_____ Acad	1 – comando militar
_____ Sargão	2 – homens livres
_____ Utu-Hegal	3 – 1º código legal
_____ Gudeia	4 – *En*
_____ Ur-Namu	5 – escravos de guerra
_____ *shagin*	6 – Lugalzagesi
_____ *ensi*	7 – Lagash
_____ *mashda*	8 – Uruk
_____ *namra*	9 – autoridade civil
_____ Ur	10 – Ur

2. Mencione a reforma militar, feita por Shulgui.

....

3. Caracterize a escravatura na Suméria.

....

....

....

....

....

....

....

....

4. Localize Mari.

....

RESPOSTAS ÀS ACTIVIDADES:

1. Devia ter associado: **1** comando militar / *shagin*; **2** homens livres / *mashda*; **3** 1.º código legal / Ur; **4** *En* / Acad; **5** escravos de guerra / *namra*; **6** Lugalzagesi / Sargão; **7** Lagash / Gudeia; **8** Uruk / Utu-Hegal; **9** autoridade civil / ensi; **10** Ur / Ur-Namu.
2. Devia ter respondido: criação de um corpo de arqueiros.
3. Na resposta devia ter distinguido os três tipos de escravos, existentes na sociedade suméria: os devedores insolventes, os que tinham sido vendidos pelos pais em criança; os prisioneiros de guerra e os cativos de operações militares. Os dois primeiros grupos tinham o estatuto de trabalhadores domésticos, podendo possuir bens e casar com pessoas livres; os últimos não tinham estatuto jurídico e eram usados na defesa do território.
4. A resposta era: localizava-se no médio Eufrates.

6. O período Paleobabilónico

TÁBUA DE MATÉRIAS

6. O período Paleobabilónico

Objectivos de aprendizagem

Actividade

Resposta à actividade

6.1 A sociedade e a economia

6.2 A religião

6.3 A cultura

Actividades

Respostas às actividades

Objectivos de aprendizagem:

Depois de ter estudado este capítulo, deve saber que:

- a Babilónia era um reino amorrita;
- o seu império durou cerca de três séculos;
- o período áureo deste reino coincidiu com o reinado de Hamurábi, monarca conhecido pelo código com o seu nome;
- no tempo do seu sucessor, Samsu-Iluna, ocorreu a primeira incursão dos Cassitas;
- outras migrações de povos tiveram lugar nesta época, sendo a mais determinante a dos Hititas;
- os Hititas contribuíram para a queda da Babilónia;
- a sociedade babilónica encontrava-se hierarquizada;
- no reinado de Hamurábi todas as actividades económicas estão regulamentadas;
- na religião, predominavam as divindades astrais como Shamash, Ishtar e Adad;
- a prática religiosa tornou-se individualista;
- eram frequentes as práticas de adivinhação;
- o acádico era a língua predominante e nela nos chegaram as grandes obras da literatura suméria.

É nesse período conturbado que o pequeno **reino de Babilónia, um reino amorrita tal como o de Mari**, se vai impondo militarmente, crescendo territorialmente e transformando-se num vasto império, com uma duração maior que nenhum dos anteriores, de 1894 a 1595. A primeira data marca o início do reinado do primeiro soberano de Babilónia, **Sumu-Abum**, e a segunda data recorda a tomada de Babilónia pelos **Hititas**.

Este império, formado à custa de guerras, teve como época áurea o reinado de **Hamurábi** (1792-1750). É a este período que os historiadores aplicam, com mais precisão, a expressão «império». Mas antes deste rei já haviam reinado cinco soberanos na Babilónia. Hamurábi foi decerto o mais importante, ficando conhecido como **legislador**, pelo **famoso código** que figura com o seu nome. Importa entretanto reconhecer que outras facetas caracterizaram o seu reinado. Ele é o **grande chefe de estado** que empreende **importantes reformas** e é também o **guerreiro** que alcança grandes vitórias. Chegou até nós um precioso documento que fornece uma informação completa da actividade de Hamurábi, visto que pretende datar cada ano do seu reinado, reportando-o a um acontecimento. Trata-se de uma lista extensa, publicada por Ungnad, donde extraímos estes elementos:

1.º ano – Hamurábi tornou-se rei;

3.º ano – Construiu o trono para o deus Nannar na Babilónia;

7.º ano – Conquistou Uruk e Isin;

14.º ano – Construiu um trono para a deusa Inana na Babilónia;

21.º ano – Mandou fazer a muralha da cidade de Bazu;

22.º ano – Foi esculpida a estátua de Hamurábi, como rei que mantinha a justiça;

27.º ano – Fez o emblema principal de ouro avermelhado que era levado à frente do exército, para os grandes deuses seus protectores;

31.º ano – Encorajado por um oráculo, dado por Anu e Enlil, avançou à frente do seu exército e com o grande poder que os deuses lhe deram, ele pôde enfrentar o exército de Emuthal e o seu rei Rim-Sin. Além disso forçou Sumer e Acad a obedecerem às suas ordens;

35.º ano – Sob o comando de Anu e Enlil destruiu as muralhas de Mari e de Malgia;

39.º ano – Com o grande poder que Anu e Enlil lhe deram, destruiu todos os seus inimigos até ao país de Subaru;

42.º ano – «(...) Fez a grande muralha junto da foz do Tigre, alta como uma montanha chamada 'dique de Shamash' e construiu também a muralha de Rapiqum junto da foz do Eufrates»[1].

[1] A. Ungnad, *Reallexikon der Assyriologie*, II, 178-182; reproduzida em *ANET*, pp. 269-271, donde extraímos estes elementos.

ACTIVIDADE:

Ao ler este extracto que conclusão imediata extrai dele.

....

....

....

RESPOSTA À ACTIVIDADE:

A conclusão que deve ter extraído é a da relação do poder e da acção do rei com as divindades (cf. 3.º, 14.º, 31.º, 35.º e 39.º anos).

Este documento, além da informação que nos dá, revela-nos a maneira prática de datar os anos do reinado que consistia em reportá-los a um determinado acontecimento de importância. Por esta lista vemos que os 42 anos do reinado de Hamurábi estão referenciados a acontecimentos de vulto, distinguindo-se as suas vitórias militares. Podemos mesmo acompanhar a sequência dos acontecimentos: **primeiro subjuga Isin e Uruk, avança para a região a leste do Tigre em frente de Babilónia. Depois, dirige-se para Norte. Consegue dominar toda a região entre o Tigre e o Eufrates, vencendo os Elamitas que aí detinham o poder, subjuga os Gútios e a região de Diala e vence a Norte o Subaru, ou seja, a Assíria. Faltava-lhe derrotar o rei de Mari, facto que veio a acontecer no ano 35 do seu reinado.**

Apesar de todas estas actividades militares, o nome de Hamurábi tornou-se referência obrigatória como legislador e o fim do seu reinado, **1750 a. C.**, tornou-se um marco cronológico na história da Antiguidade Oriental.

Apesar de Hamurábi ter dominado o seu tempo, levando Babilónia a ocupar um lugar central na história do Médio Oriente, nem por isso estavam criadas condições para uma paz duradoura. Cingindo-nos só à Mesopotâmia, temos de reconhecer dificuldades internas, resultantes de causas estruturais e conjunturais. Os diversos estados possuíam territórios não delimitados por fronteiras étnicas nem linguísticas. **As fronteiras eram estabelecidas ou alteradas, conforme a sorte das batalhas e a ambição pessoal dos reis que as promoviam.** Mas, em toda a parte, as populações levavam vida idêntica: nos campos, agricultores sedentários ou nómadas; nas cidades, pequenos artífices e comerciantes. As zonas intermédias eram percorridas por nómadas amorritas ou por aqueles que desciam dos montes Zagros, predominando os **Cassitas**, como já vamos ver. Nestas condições não se pode imaginar coesão interna. Os habitantes do Subaru (a Assíria), os habitantes de Mari, de Eshnuna ou de Babilónia não se consideravam «cidadãos de um mesmo país, unificado momentaneamente pelas contingências da guerra e que as armas vão separar»[1].

[1] P. Garelli, ob. cit., p. 135.

Hamurábi tentou, é certo, defender todo o país dos inimigos, contribuir para a sua prosperidade económica, rasgando canais para que as terras fossem irrigadas e estabelecer a ordem social com as suas leis. Proclamou-se rei pela vontade dos deuses mas, nem por isso, consolidaria a paz.

Com o seu primeiro sucessor, o filho **Samsu-Iluna**, começaram as dificuldades pouco tempo após ter subido ao trono. Até aí limitou-se a ser o garante da defesa do reino, como nos conta:

> Eu, Samsu-Iluna, o rei forte, rei da Babilónia, rei que se faz obedecer pelas quatro regiões... consolidei as bases da totalidade do país. Fiz com que o nome da Babilónia se tornasse famoso nas quatro regiões. O esplendor da luz da minha realeza cobre os confins da terra. Por tudo isso, os deuses dirigem-me o seu olhar afável. Concederam-me no presente viver uma vida que se renova cada mês como o deus Sin, concederam-me a missão de governar para sempre em paz as quatro regiões e de se cumprirem, como se fosse um deus, os desejos do meu coração e agir em cada dia de cabeça erguida com alegria e felicidade.[1]

[1] Sellberger e Kupper, ob. cit., p. 220.

Esta informação diz respeito aos primeiros anos do reinado do sucessor de Hamurábi. Efectivamente bem cedo ele teve de enfrentar graves problemas, pois logo no nono ano do seu governo, deu-se a **primeira incursão dos Cassitas**, um povo que vinha dos montes Zagros, mas cuja procedência remota se desconhece. **Estabeleceram-se, pouco a pouco, no vale do Eufrates onde procuram trabalho na agricultura e onde se começaram a organizar militarmente.** Prosperaram e vieram a contribuir directamente para a queda de Babilónia.

Os sucessores de Samsu-Iluna tiveram de enfrentar, não só esse inimigo vindo de Leste, mas ainda outros perigos externos. Um deles foi, sem dúvida, o dos nómadas que chegavam em grande número das regiões do Ocidente. Não esqueçamos que estamos na época das **grandes migrações** e é nesse contexto histórico que se há-de entender, nomeadamente, **a migração, a partir de Ur até Haran, dos Teraítas, em que se insere o caso de Abraão, o patriarca bíblico** de que falaremos na história dos Hebreus.

Não foi apenas o reino de Mari que teve de enfrentar esses nómadas, no tempo do rei Zimri-Lim, pois também os sucessores de Hamurábi se viram a braços com o mesmo problema, sentindo dificuldades em os repelirem, para além das fronteiras. Além disso, um perigo ainda maior havia de surgir: **os Hititas**, provenientes da região da Anatólia. Seriam eles, na realidade, a contribuir decisivamente para o colapso do império paleobabilónico pela acção do rei **Mursilis I**, em 1595 a. C.

Com a queda da Babilónia terminava uma época de prosperidade na Baixa Mesopotâmia. Doravante, como veremos, a história da Mesopotâmia irá ter por centro fundamental o Norte. Será **Assur** a ocupar o lugar de grande potência, no mundo de então.

6.1 A sociedade e a economia

É através do **Código de Hamurábi**, sem prescindirmos de outras fontes, que podemos fazer uma análise da sociedade e da economia da Babilónia. O código deste rei chegou até nós gravado em estelas que ficaram nos templos e simultaneamente copiado em tabuinhas para uso dos juízes. Certamente que a estela mais conhecida, onde o código foi gravado, é a que se encontra no Louvre. Esta estela foi colocada inicialmente no templo de Shamash, em Sippur, donde foi levada para Susa como espólio de guerra pelos Elamitas. Foi aí que os arqueólogos franceses a descobriram em 1904. Para além da notável inscrição, apresenta-nos Hamurábi em atitude de oração diante de Shamash, o deus do Sol e da justiça.

Devemos, entretanto, notar que não é esta a mais antiga compilação das leis. São anteriores os chamados **códigos de Ur-Namu, de Lipit-Ishtar** e o **de Eshnuna**. No fim da história política da Mesopotâmia, não deixaremos de dedicar uma particular atenção a essas primeiras experiências de codificação de leis. Mas, no momento, interessa-nos extrair do código de Hamurábi, elementos que caracterizam a sociedade e a economia.

A **sociedade** babilónica está repartida em três categorias: os *awilu* (ou *awilum*), os *mushkenu* (ou *mushkenum*) e os *warda*. Os primeiros têm uma condição elevada e gozam da plenitude dos direitos, tendo consequentemente os deveres proporcionados. Os *mushkenu* constituem uma classe difícil de definir. Verifica-se que têm menores direitos que os *awilu* e mais que os escravos. São pessoas livres, possuidoras de bens, inclusivamente de escravos, mas um delito, cometido contra um *mushkenu*, tem uma punição menos severa do que o delito cometido contra um *awilu*, prova de que este tem uma posição social mais elevada. Quanto aos *warda* ou *wardu*, digamos que são escravos. O *warda* é um bem que se pode vender, trocar ou herdar, mas não é considerado uma coisa. Tanto é assim que o *warda* pode acumular bens e comprar a sua própria liberdade. Não é fácil definirmos a sua situação social: por um lado vêmo-lo tratado como um animal, a ponto de trazer a marca no seu corpo, como garantia dos direitos do proprietário, mas, por outro lado, ele pode constituir família e os seus filhos são livres. Esta escravatura não pode, por isso, avaliar-se em contextos esclavagistas da Antiguidade Clássica.

Os *asiru*, provenientes da guerra e deportados, é que são efectivamente os verdadeiros escravos.

Também as diferenças sociais aparecem no direito familiar, no que respeita às disposições penais do código. Eis alguns exemplos: se uma mulher grávida abortar em consequência de maus tratos, o seu agressor tem que pagar 2, 5 ou 10 siclos de prata, conforme ela é escrava, ou filha de *mushkenum* ou filha de um *awilum*. Da mesma forma se alguém cega um olho, ou parte um osso, ou um dente a um *awilum*, a um *mushkenum* ou a um *wardum*, assim a pena será diferente.

Na **vida económica**, verifica-se que a iniciativa privada adquire maior peso, apesar de o templo e o palácio continuarem a ser os grandes centros de produção.

As terras do domínio real são exploradas por diversas categorias de pessoas, desde o rendeiro até àquele a quem o rei adianta bens para desenvolver a agricultura, mediante o compromisso de participar na guerra e de entregar parte das colheitas. Outros recebem do estado um benefício, mediante o compromisso da prestação de determinados serviços, particularmente de natureza militar *(ilku)*.

Na actividade comercial, é de distinguir a do *tamkârum* que «é uma espécie de mercador itinerante e de corretor que passa as mercadorias através dos seus agentes»[1].

[1] P. Garelli, ob. cit., p. 133.

No reinado de Hamurábi, todas as actividades económicas estão regulamentadas, desde a gestão das propriedades agrícolas até aos trabalhos dos operários, desde o preço do aluguer dos animais e do material de exploração, até à organização da aprendizagem artesanal e à forma de exercer as actividades comerciais. Trata-se de uma forte centralização administrativa que, aliás, não difere do que acontecia noutros estados, designadamente em Mari, como se vê pelos seus arquivos.

6.2 A religião

O domínio político da cidade de Babilónia sobre as outras cidades, onde estavam implantados elementos amorreus, traz-lhe novas ideias religiosas.

Nota-se uma influência de divindades de origem semita e é particularmente visível o elemento amorreu. São particularmente **divindades astrais**, como **Shamash**, **Ishtar** e **Adad** que agora alcançam mais popularidade, deixando em segundo lugar os antigos deuses sumérios mais vinculados à terra e à vegetação. Ao mesmo tempo, as cidades do norte, preponderantes politicamente, impõem a nível nacional as suas divindades locais, como **Marduk**, em Babilónia, **Nabu** em Borsipa, **Shamash** em Sippar. De todas estas, **Shamash e Marduk irão ocupar o primeiro lugar no panteão babilónico**: Shamash por estar relacionado com a justiça que naturalmente preocupava as populações; Marduk por ser a divindade oficial da capital do reino. Marduk substituirá mesmo Enlil nos relatos das cosmogonias, como foi o caso do poema *Enuma Elish* («Quando no alto»).

A prática religiosa assume um carácter individualista. O crente procura o contacto pessoal com a divindade, sem necessidade de passar pela via institucional do sacerdócio e dos templos, fenómeno que se depreende do uso, na época, das **«cartas à divindade»**. Trata-se, de facto, de documentos em estilo epistolar onde o crente denuncia à divindade a situação difícil que está a viver. Como prova da afirmação desta religião pessoal, temos ainda as inúmeras efígies de deuses ou de demónios, quer em figurinhas quer sobre placas votivas.

Inserem-se também nesta tendência de individualismo religioso **as práticas de adivinhação** que, aliás, não são novas, pois já eram conhecidas na Mesopotâmia do III milénio. Tentam-se os mais diversos métodos para adivinhar o pensamento da divindade: adivinhação através da água e do azeite, adivinhação pelos sonhos, pela astrologia, etc. Torna-se frequente a provocação do êxtase, designadamente

em Mari, para a adivinhação. Pode acontecer que exista alguma relação do profetismo bíblico que posteriormente acontece, com estas práticas de «mantismo» (adivinhação), especialmente o entrar em êxtase por vários processos[1].

[1] J. Martinez Pinna, *Historia de Oriente Antiguo*, ed. Catedra, Madrid, 1992, p. 108.

6.3 A cultura

A época paleobabilónica é das mais ricas em produção literária. A escola é, como na época suméria, o centro principal da actividade literária. Predomina a **língua acádica** que atinge a sua máxima perfeição no tempo de **Hamurábi.** Um bom exemplo do alto nível, atingido por esta língua, encontra-se exactamente **no código de Hamurábi**, que serviu de modelo aos estudantes de Babilónia, tal como tem servido aos estudantes de Assiriologia dos tempos modernos. No entanto, os escribas continuam a copiar as grandes obras sumérias que traduzem para o acádico. Por essa razão, é que grandes obras escritas na época suméria, como o *Enuma Elish* e o *Gilgamesh*, nos foram transmitidas pela língua acádica.

Mas não se trata apenas de copiar. Floresce na época paleobabilónica uma literatura rica e cheia de originalidade, em vários géneros. Neste campo é devida uma referência especial aos **hinos teológicos e mitológicos**. Outras obras, compostas para fins práticos, nomeadamente na **agricultura** e na **medicina** são desta época, como estudará, à frente, ao abordarmos o legado cultural da Mesopotâmia.

ACTIVIDADES:

1. Caracterize territorialmente o império de Hamurábi.

   ....

   ....

2. Indique o milénio em que viveu.

   ....

3. Mencione a língua em que foi escrito o código de Hamurábi.

   ....

4. Refira o nome de duas divindades astrais babilónicas.

   ....

RESPOSTAS ÀS ACTIVIDADES:

1. Na resposta devia referir a conquista de Isin, Uruk, Diala, Subaru e Mari e a derrota dos Elamitas e dos Gútios.
2. Deve ter mencionado o II milénio.
3. A língua era o acádico.
4. Certamente que referiu dois destes deuses Shamash, Ishtar e Adad.

7. Os séculos das grandes convulsões

TÁBUA DE MATÉRIAS

7. Os séculos das grandes convulsões

Objectivos de aprendizagem

7.1 Os Cassitas

7.2 Os Mitânios

Actividade

7.3 Os Hititas

Actividade sugerida

Actividades

Respostas às actividades

Objectivos de aprendizagem:

Depois de ter estudado este capítulo, deve saber:

- localizar os diversos reinos do território da Mesopotâmia;
- que a Babilónia foi subjugada pelos Cassitas, povo originário dos montes Zagros;
- que o reino de Mitanni tinha uma componente populacional de origem indo-europeia, sendo a maioria constituída pelos Hurritas;
- que o império mitânico foi destruído pelos Egípcios;
- que os Hititas constituíram um império importante com capital em Hattusa;
- que os Hititas privilegiaram alianças comerciais com os Assírios e políticas com os Mitânios e os Egípcios;
- que os Hititas sofreram a aculturação dos Hurritas de Mitanni, vencidos por aqueles;
- que os Hititas apresentaram um nítido sentido de História;
- que o rei hitita era representante da divindade e o grande sacerdote;
- que o código hitita, cuja primeira redacção pertence ao reinado de Hatusilis I, é uma fonte importante para o conhecimento da sociedade, da economia e das leis deste povo.

A partir do século XVI e daí até ao século XIII, joga-se na Mesopotâmia o destino do mundo civilizado da época. **Se, até à data, havia dois grandes centros de civilização, o do vale do Nilo e o das terras entre o Eufrates e o Tigre, a partir de agora encontram-se e enfrentam-se na Mesopotâmia os Egípcios, os Hititas, que acabavam por se impor como uma grande potência da época, os Mitânios e os Cassitas.** Estes últimos, montanheses do Zagros, ocuparam toda a região do sul.

Vamos fixar-nos na Alta Mesopotâmia, cuja história tem, a partir deste momento, como intervenientes alguns povos que até agora não foram mencionados:

- a norte, encontra-se o **estado de Mitanni**, onde predominam os **Hurritas**, cuja influência se estende até ao Mediterrâneo;
- na **Babilónia**, reinam os **Cassitas**;
- na **planície da Síria**, predomina a força do **reino hitita**, cuja origem se situa na Ásia Menor.

A Mesopotâmia, entre os séculos XVI e XIV, tomando como limites 1595 e 1350 (reinado de Assur-Ubalit I, na Assíria), foi palco de grandes operações militares e de lutas pela dilatação de fronteiras. Acrescentemos ainda às intervenções destes povos, radicados no território entre o Tigre e o Eufrates, as interferências de outros, totalmente estranhos à região como foi o caso do Egipto, que, após a expulsão dos Hicsos pelo faraó Amósis, não dominou os seus ímpetos de conquista, avançando até à Mesopotâmia, como já estudou.

Na lista de povos e reinos de grande importância histórica na Mesopotâmia, nesta e noutras épocas, outros deveriam ser referidos, como os **Arameus** e também os **reinos de Mari** e de **Ebla**, que já vêm do III milénio. Se a limitação do tempo não nos permite dedicar-lhes agora o tempo desejável, não nos sentiremos desobrigados de lhes dedicarmos a devida atenção em áudios.

Apresentemos de momento uma ficha com os elementos identificadores dos Cassitas, Mitânios e Hititas, com o fim de acompanharmos facilmente a sequência dos acontecimentos.

7.1 Os Cassitas

Tal como já vimos, os **Cassitas desceram dos montes Zagros** e foram-se expandindo pacificamente pelo vale do Eufrates. Já pelo século XVIII se conhecem nomes cassitas em Mari e na Babilónia, nomes próprios de homens que trabalhavam na agricultura e que colaboravam nos exércitos destes reinos.

Quando o rei hitita Mursilis I derrotou Babilónia, em 1595, não ficou a reinar nessa cidade, contrariamente ao que seria de esperar, mas foi uma Dinastia cassita que assumiu o poder. Isso faz-nos pensar que os Cassitas

deveriam estar unidos aos Hititas, intervindo uns e outros na queda de Babilónia. Mas,

> (...) paradoxalmente foram os príncipes supostos «bárbaros», estabelecidos havia pouco tempo na Mesopotâmia, os Cassitas que se instalaram no trono vacante, restabeleceram a situação e, pouco a pouco, transformaram a Babilónia num reino próspero, honrado e respeitado pelos seus poderosos vizinhos, aureolado de prestígio. Reinaram cerca de quatro séculos e é pena que a pobreza das nossas fontes faça deste longo e interessante período um dos mais mal conhecidos da história da Mesopotâmia.[1]

[1] G. Roux, ob. cit., p. 218.

7.2 Os Mitânios

O reino de Mitanni é um dos mais enigmáticos da Antiguidade. Não sabemos em que circunstâncias se terá formado e, na prática o pouco que conhecemos a seu respeito vem-nos das **tabuinhas de Nuzi**. Nessa documentação, verifica-se que dois terços de nomes próprios são hurritas e outros indo-arianos. Paul Garelli, ao analisar os nomes dos reis de Mitanni, reconhece que todos se podem explicar pelo védico*. Conclui que «perante tais evidências, supõe-se que Mitanni era dirigido por uma **aristocracia indo-ariana que se teria imposto às populações hurritas, durante o século XVI**»[2].

*védico em a língua dos povos indo-arianos

[2] P. Garelli, ob. cit., p. 147.

Terá havido uma osmose entre os dois grupos étnicos, Hurritas e Indo-arianos, mas foi este último que se impôs, tendo permanecido a sua língua e cultura. Tenhamos presente que fazem parte do estrato étnico antigo da Mesopotâmia do norte e a sua língua é testemunhada na Síria do norte (Alalah), na costa mediterrânica (Ugarit) e na Anatólia (Bogazkoy).

Tendo emergido politicamente em união com indo-arianos e núcleos étnicos semitas, vemo-los situados na estepe que se estende entre o Tigre e o Eufrates, a sul das montanhas do Taurus. Nessa região deveria, naturalmente, situar-se a sua capital Washukani, mas ainda não se descobriu a sua localização precisa. As suas fronteiras, no século XVI, deviam ser muito indefinidas, sabendo-se apenas pelos textos hititas que ocupavam os vales do Tigre e do Eufrates. No século seguinte, o Mitanni, ou seja, o império mitânico, estendia-se a toda a Síria de norte a oeste, tal como à região da Assíria e ao Curdistão iraquiano, a leste, exercendo a sua influência até à Palestina. «Vários documentos indicam que os reis de Assur eram também vassalos dos Mitânios. Quando um de entre eles ousou revoltar-se, Saustatar (o rei que reinou por volta de 1500) tomou a sua capital e levou-o para Washukani das 'portas de prata e de ouro'»[3].

[3] G. Roux, ob. cit., p. 228.

Foi este império, constituído por diversos reinos hurritas e semitas, que os Egípcios atacaram e praticamente destruíram com as suas repetidas campanhas militares, como já referimos.

ACTIVIDADE:

Reveja estes conhecimentos, relendo o capítulo sobre o Império Novo no Egipto.

7.3 Os Hititas

Ocupam um lugar de particular importância na história e o seu estudo em pormenor, tanto na vertente arqueológica, como nas vertentes histórica, linguística, etc, constitui a vastíssima área da **Hititologia**.

Têm a sua origem na **Anatólia** e foram as escavações de **Hattusa**, actual Bogazkoy, que puseram a descoberto uma abundante documentação escrita que nos revela a sua história. A lista dos seus reis remonta ao século XVII a. C. e costuma distinguir-se a época real em dois longos períodos: **o reino antigo (1650-1430) e o período imperial (1430-1200)**. Não há necessidade de propor uma divisão parecida com a do Egipto, em três períodos, como alguns autores propõem.

Uma das fontes de maior importância para o reino antigo é o rescrito do rei Telebino, um documento de carácter legislativo, que permite situar o início da lista real no século XVII, talvez mesmo por 1700 e, ao mesmo tempo, mostra-nos como este povo estava situado nas montanhas da Anatólia desde muito tempo antes. A sequência dos acontecimentos é obscura até 1620, início do reinado de **Mursilis I**, que teve como acção marcante o ter **tomado Babilónia em 1595**, deixando-a, em seguida, em poder das Dinastias Cassitas. Nem por isso deixou de se apoderar do rico espólio de guerra dessa cidade vencida que levou para Hattusa.

Por 1590, foi assassinado por um cunhado de nome Hantilis que se apoderou do trono. **A crise coincide com a época de maior força do império mitânico**. O reino hitita tinha de enfrentar esse perigo externo e também experimentava a instabilidade interna que levou a frequentes golpes de estado. Distingue-se, no último quartel do século XVI, o reinado de **Telebino** que já referimos por causa do seu rescrito que é uma preciosa fonte histórica. Informa-nos esse documento como o rei teve de estabelecer normas quanto ao regime de sucessão, além de impôr a ordem no reino, nomeadamente quanto à posse das terras.

Deixando esses aspectos, vamos prestar atenção à **política externa**, mais especificamente às **intervenções militares** dos Hititas na Mesopotâmia. Tenhamos presente para isso que a Síria do norte e a Mesopotâmia são regiões vizinhas da Anatólia, factor que explica as antigas relações comerciais entre ambas as partes.

Um texto de Ebla (o actual *tell Mardikh*) menciona Kanish (Kültepe) entre os dezassete países que estão «nas mãos do rei de Ebla» e é natural que **uma das campanhas militares de Sargão de Acad**, de que oportunamente falámos, **tivesse como finalidade defender os seus comerciantes nessa região**[1]. Ficou conhecido

[1] G. Roux, ob. cit., p. 206.

o *Karum de Kanish*, **organização de carácter comercial, administrativo e «câmara de comércio e consulado» que pertencia aos Assírios**. Este sistema comercial terá surgido por 1950 e teve a sua decadência no século seguinte, embora fosse depois restabelecido[1].

[1] O estudo das tabuinhas da Capadócia e dos Assírios nesta região tem sido feito por Paul Garelli. Para além dos muitos artigos publicados na *Revue d'Assyriologie et d'Archéologie Orientale*, de 1964 a 1966, refira-se também do mesmo autor *Les Assyriens en Cappadoce*, Paris, 1963.

Os Hititas, mesmo por razões de vizinhança, não podiam ser indiferentes ao que se passava na Mesopotâmia. Sabemos também que, a partir dos fins dos séculos XVI, o Egipto avançou com tropas até ao rio Eufrates, na sequência da expulsão dos Hicsos. São de referir as campanhas de Amenófis I, de Tutmósis I, que se vangloria de ser o senhor de um império que vai da Núbia ao Eufrates, de Tutmósis II e, principalmente, de Tutmósis III. Estas expedições, dirigidas para território dos Mitânios, também não podiam deixar indiferentes os Hititas que doravante tinham de enfrentar nas suas próprias fronteiras o poderoso Egipto. O que foi esse período de lutas e de alianças, onde intervêm Mitânios, Hititas e Egípcios, está bem documentado não só nos arquivos de Hattusa e nas inscrições reais assírias, mas também nas cerca de 400 cartas, dirigidas a Amenófis III e Amenófis IV, encontradas em Tell el-Amarna (Egipto).

A sucessão dos reis hititas, no século XV e nomeadamente na época imperial, é pouco clara. De alguns reis pouco mais se conhece que o nome, embora de outros tenhamos mais informações. Está neste caso **Tudalia II**, que começou a reinar por volta de 1440 e se distinguiu como guerreiro a combater os vizinhos Mitânios a quem venceu, impondo-lhes um tratado de submissão. **Conquistou no norte da Síria a poderosa cidade e fortaleza de Carquemish e elevou um dos seus filhos à categoria de rei de Alepo**.

Em plena época imperial, distingue-se o rei **Supililiuma**, que terá subido ao trono em 1385. Também este se distingue como guerreiro e comandante de um exército que vence os vizinhos e poderosos Mitânios. É o seu filho Mursilis que relata as actividades militares do pai. Independentemente das reservas que tenhamos de pôr na exegese desse texto, parece evidente que, **em política interna, se verifica uma tendência para o absolutismo**, bem diferentemente do que aparece no já citado rescrito de Telebino.

Outro aspecto digno de referência, a partir do século XIV, é um fenómeno de aceitação e **assimilação da cultura hurrita**, nos mais variados aspectos. Refira-se nomeadamente que **os Hititas começam a adoptar como nova arma o carro de guerra que se tinha generalizado em Mitanni, por influência hurrita. Uma outra prova do fenómeno de «hurritização» é a adopção de muito vocabulário e muitos elementos da religião hurrita**. Há mesmo quem defenda que o próprio Supililiuma seria de origem hurrita a avaliar pelo nome. **As ligações culturais e religiosas, entre Hititas e Mitânios, manifestam-se ainda no bom entendimento entre as famílias reinantes, pois realizaram-se casamentos entre reis hititas e princesas mitânias**.

Enquanto reinava em Hattusa o poderoso Supililiuma, o trono do Egipto foi ocupado por dois faraós cuja debilidade no campo político é de nós bem conhecida: Amenófis IV (Akhenaton) e, depois dele, o genro Tutankhamon. Tendo este morrido muito jovem, cerca dos 19 anos, a viúva que era a rainha Akesa (ou Akesamon),

pretendendo continuar a política do pai e libertar-se dos sacerdotes de Amon, pretendeu desposar um filho de Supililiuma. Pediu ao rei hitita, secretamente, que um dos seus filhos fosse desposá-la, tornando-se, por essa via, faraó do Egipto. O episódio interessa-nos de momento por revelar em que conceito era tido o soberano hitita. O seu prestígio e importância situavam-no a par do faraó.

Sabemos que o desfecho do episódio não foi feliz: primeiro, Supililiuma desconfiou, pensando tratar-se de alguma cilada; depois consentiu, mas o príncipe foi assassinado quando se dirigia para o Egipto, talvez por mandado de Ay, o velho sacerdote egípcio que viria a casar com Akesa, sendo um faraó de pouca importância.

A partir do século XIII, como sabemos pelos documentos de Amarna e de Hattusa, **a ordem internacional assentava em quatro grandes potências, presentes com os seus exércitos na Mesopotâmia: o Egipto, os Hititas, a Assíria e a Babilónia onde reinavam os Cassitas**.

A decadência dos Mitânios já era tão acentuada que a sua actuação não tem grande importância. Quanto ao Egipto e aos Hititas, que eram sem dúvida no século XIII, os dois maiores estados do Próximo Oriente, temos de distinguir a primeira fase, caracterizada pelas guerras, e uma outra fase onde o relacionamento é estabelecido por tratados.

Evocamos novamente a batalha de Cadesh, entre Muwatalis e Ramsés II, para realçarmos a importância dos tratados de paz, uma das principais glórias dos Hititas, como expressão da sua maturidade política. É através das fontes egípcias que sabemos da composição do exército de Muwatalis, onde aparecem homens de Mitanni, de Arzawa e povos de várias outras proveniências, que mais tarde entrariam no Egipto como *povos do mar*. O exército hitita contava com 35 000 homens e com 3500 carros de combate, o que era uma força considerável para a época. Apesar das incertezas quanto ao êxito da batalha, como está recordado, seguiu-se algo de importante: cerca de quatro anos após, estabelece-se um **acordo de paz entre Ramsés II e Hatusilis III**, sucessor de Muwatalis que havia falecido pouco depois da batalha.

Conhecem-se outros tratados internacionais em que intervieram os Hititas, mas **este é considerado o mais precioso testemunho da história diplomática da Antiguidade**. O texto chegou-nos em duas versões, uma em língua egípcia e outra em língua acádica. Redigido originariamente em acádio, na chancelaria de Hatti, fez-se dele uma versão egípcia, com grande fidelidade. Os aspectos linguísticos têm alguma importância, sem dúvida, mas a nós não nos interessam tanto como as informações históricas que, diga-se já, são substancialmente coincidentes nas duas versões[1].

[1] G. Kestemont, «Accords internationaux relatifs aux ligues hittites (1600-1200 av. J. C.)», in *Orientalia Lovaniensia Periodica*, 12, 1981, pp. 15-50.

O documento em questão reveste-se de um extraordinário interesse não só pelo seu conteúdo, mas até pela sua forma, em nada inferior à que se usa em instrumentos jurídicos de idêntica natureza nas chancelarias modernas. Como exemplo, referimos os seguintes extractos:

> 1.º Entre um e outro país, não haverá mais guerra. O Egipto e Hatti estarão em paz «para sempre».

2.º Estabelece-se uma aliança estratégica de mútua cooperação para resistirem a qualquer ataque estrangeiro. O corpo do tratado, nesta parte, é explicitado por diversos artigos, não faltando uma disposição final que obriga à sua observância os sucessores de Ramsés e de Hatusil.

3.º Um longo artigo de dois parágrafos e com várias alíneas define compromissos mútuos quanto ao policiamento de fronteiras, nacionalização e extradição dos naturais do outro país. Na versão egípcia encontrada em Hatti, pode ler-se também um aditamento ou disposição complementar em que se previne que as pessoas extraditadas deverão ser enviadas ao país de origem sem serem molestadas: «Não se lhes cegarão os olhos, não se lhes cortarão as orelhas ou os pés, nem se lhes roubará a sua habitação, a sua esposa ou os seus filhos».

Um acordo internacional desta natureza constitui, sem dúvida, uma preciosa fonte de informação e é bem revelador daquilo que chamamos consciência histórica: analisa-se uma situação política relativa a um *espaço*, marcando distintamente o país de cada signatário, e bem delimitada no *tempo*. Quem escreve situa-nos cronologicamente no *passado*, conduzindo-nos até à terceira geração dos dois reis, define a situação *presente* entre os dois povos em causa e tem clara noção de *futuro*, ao informar dos compromissos de cada uma das partes contratantes, com nítidas repercussões nos povos vizinhos. Aliás as disposições acordadas não poderiam ser infringidas, sob pena de castigo. Tudo se escreve e fica exarado, no caso da versão egípcia «sobre instrumento de prata», para que conste aos presentes e aos vindouros.

De facto os Hititas tiveram o sentido da História, de forma bem mais nítida do que outros povos da Antiguidade. Dispunham para isso de arquivos onde encontravam elementos para comporem as suas narrações e para entenderem o encadeamento dos acontecimentos[1].

[1] A. A. Tavares, «Conceito de história na Antiguidade Oriental», in *Estudos da Alta Antiguidade*, pp. 27-33.

Têm um sistema político que os distingue, embora a monarquia hitita tenha semelhanças com as monarquias orientais, onde prevalece **uma tendência teocrática, no sentido de que o país pertence ao deus e o rei é apenas o representante desse deus.** O grande deus do estado era o **deus da tempestade** e a sua esposa a **deusa solar de Arina**. Um escriba hitita podia pois escrever:

> O céu, a terra e os homens pertencem ao deus da tempestade. Ele fez de Labarna, o rei, seu regente e deu-lhe todo o país hitita. É portanto Labarna que deve governar o país.[2]

[2] P. Garelli, ob. cit., p. 194.

O rei tem consciência disso e intitula-se *«meu sol»*, expressão que já se encontra no reino antigo e se generaliza na época imperial. O **rei** tinha, por isso, de cumprir a missão que os deuses lhe confiavam, sendo o primeiro a cuidar do culto religioso no reino. **Era o grande sacerdote e tinha consciência de que o cumprimento dos seus deveres religiosos contribuía para a segurança e prosperidade do reino. Deveria por essas razões visitar os grandes santuários e presidir às grandes cerimónias, ainda que, para isso, tivesse de deixar o comando do exército, durante uma campanha militar. As funções políticas eram partilhadas pela rainha, que podia não ser a mulher do rei.** A sua função era independente, de tal

forma que, após a morte do soberano, ela mantém o título e as suas funções públicas de rainha. Tais funções não serão exercidas pela esposa do monarca reinante, enquanto ela viver.

Os conceitos políticos dos Hititas costumam sintetizar-se na afirmação de A. Goetze, repetida por diversos autores:

> Quem não é súbdito do rei hitita, não pode ocupar, perante ele, se não uma destas três situações: é seu aliado, seu vassalo (nós diríamos antes seu protegido) ou seu inimigo.[1]

[1] A. Goetze, Kleinasien, *Kulturgeschichte der alten Orients*, Munique, 2.ª ed., 1957, p. 97.

O inimigo era todo aquele que não assinasse um tratado com o rei hitita. Os aliados, como era o caso do Egipto ou da Babilónia, estabeleciam tratados de amizade em pé de igualdade. Os protegidos tinham um estatuto privilegiado como Mitanni, Ugarit e outros estados estrangeiros que gravitavam na órbita dos Hititas. Eram ainda considerados como protegidos os pequenos reis que reinavam em regiões que pertenciam ao império hitita, mas possuíam uma relativa autonomia, como era o caso de Alepo e de Carquemish, elevadas à categoria de reinos e confiadas a membros da família real hitita. Também vários membros da nobreza tinham a posse de grandes domínios, assumindo por isso compromissos de fidelidade para com a corte.

O estado regia-se pelo direito nestas relações com uns e outros. Tanto o código hitita como os tratados celebrados com aliados ou protegidos revela um elevado nível no estatuto político e social dos Hititas. Para o conhecimento da sociedade e da economia, possuímos uma fonte de grande valor que é o **Código Hitita**, cuja primeira redacção corresponde à época de **Hatusil I** no reino antigo[2].

[2] Raquel Lopez Melero, «Pro-Hititas e Hititas», in *Historia de Oriente Antiguo*, ed. Catedra, Madrid, 1992, pp. 425-529, concretamente pp. 446-451.

ACTIVIDADE SUGERIDA:

Não deixe de ler, se poder, C. W. Ceram *O segredo dos Hititas*, col. Vida e Cultura, eds. Livros do Brasil, Lisboa, s/d; e «Hatusa, coração do Império Hitita», em *As grandes Civilizações desaparecidas*, Selecções do Reader's Digest, Lisboa, 1981 (revisão técnica em Portugal de A. Augusto Tavares).

ACTIVIDADES:

1. Associe os itens da coluna **B** com os da coluna **A**, colocando no espaço desta o número correspondente daqueles.

Coluna A	Coluna **B**
____ Mitanni	1 – Carquemish
____ Mursilis I	2 – deusa solar de Arina
____ Hattusa	3 – Akesa
____ Tudalia II	4 – Hurritas
____ Supililiuma	5 – Babilónia
____ Ramsés II	6 – Hititas
____ deus da tempestade	7 - Hattusilis III

2. Caracterize a realeza hitita.

....

....

....

....

....

RESPOSTAS ÀS ACTIVIDADES:

1. Devia ter associado os seguintes itens: **1** Carquemish/Tudalia II; **2** deusa solar de Arina/deus da tempestade; **3** Akesa/Supililiuma; **4** Hurritas/Mitanni; **5** Babilónia/Mursilis I; **6** Hititas/Hattusa; **7** Hatusilis III/ Ramsés II.

2. Na sua resposta devia ter referido: o carácter sagrado da realeza; o rei era representante do deus e seu sumo sacerdote; comandante do exército; a rainha partilhava do poder do rei.

8. Os Assírios

TÁBUA DE MATÉRIAS

8. **Os Assírios**

Objectivos de aprendizagem

8.1 **Os grandes períodos da história assíria**

8.1.1 *O Império Antigo*

8.1.2 *O Império Médio*

8.1.3 *O Império Neo-Assírio*

8.2 **O rei**

8.2.1 *Crises na sucessão dinástica*

8.3 **O exército**

8.4 **A administração**

8.5 **A sociedade**

Actividades

Respostas às actividades

Objectivos de aprendizagem:

Depois de ter estudado este capítulo deve saber que:

- os Assírios localizavam-se na Alta Mesopotâmia;
- o centro comercial dos Assírios na Anatólia estava situado em Kanish, termo de uma rota que tinha início em Assur;
- o *karum* era uma organização de mercadores Assírios, com autonomia própria, em Kanish;
- com Assur-Ubalit, a Assíria estabeleceu relações diplomáticas com o faraó Amenófis IV;
- com Adad-Nirari, a Assíria estendia o seu poder a uma parte importante do Médio Oriente;
- a crueldade da guerra na Assíria servia os interesses políticos do império;
- com Tiglat-Falasar I, a guerra é interpretada como uma acção desejada e estimulada pelo deus Assur, tornando-se numa guerra religiosa;
- após a sua morte, a Assíria foi devastada pelos Arameus e entrou num período de declínio;
- Assurdão II e Tiglat-Falasar III são tidos como os fundadores do império neo-assírio;
- o império neo-assírio era um estado militarizado e a guerra constituía a sua principal fonte de riqueza;
- com Assurnasirpal, a Assíria acentua as suas tendências expansionistas;
- Salmanasar III subjugou Israel;
- com Tiglat-Falasar III, a guerra tornou-se um meio de aumentar o território, e não de, através do saque, do tributo e dos prisioneiros, trazer riqueza a Assur;
- criou províncias com os novos territórios conquistados e colocou à sua frente um governador e guarnições militares permanentes;
- a prática das deportações maciças dos vencidos contribuiu para o êxito da política imperialista deste rei e dos seus sucessores;
- o reinado de Sargão II assinala o apogeu do império neo-assírio;
- Assurbanípal conquistou o Egipto, até que Psamético o expulsou e dominou Babilónia onde reinava o irmão;
- para além de conquistador, a história lembra Assurbanípal como um protector das artes e das letras, tendo organizado a primeira biblioteca;

- após a sua morte, a Assíria entrava em crise até que Nabopolassar, rei da Babilónia, a subjugaria, dando origem a um outro império;
- o rei assírio era um déspota; escolhido pelo deus, tinha como função executar a vontade deste;
- é dentro desta visão «teológica» que se deve entender a problemática da guerra, tida como «guerra santa», do juramento de fidelidade e de obediência ao rei e a imposição dos deuses assírios nos territórios conquistados;
- a inexistência do princípio da hereditariedade na sucessão real, levou os soberanos, a partir de Tiglat-Falasar III, a associarem ao poder o herdeiro escolhido, como futuro sucessor;
- o exército assírio era constituído por soldados profissionais e gozava de um bom sistema de comunicações;
- a administração tinha por base a obediência e a fidelidade ao rei, não existindo qualquer progressão na carreira;
- os altos funcionários constituíam uma nobreza de funções.

Se a história da Mesopotâmia se reveste de dificuldades até ao fim da época paleobabilónica, particularmente pela sucessão frequente de hegemonias, conseguidas a preço de guerras e de sangue, a partir dessa época (século XVI), as dificuldades aumentam. A intervenção de novos povos e novas forças políticas, tais como Hititas, Mitânios, Egípcios, Elamitas, Arameus, Fenícios, etc, permitem-nos afirmar que, na Mesopotâmia, entre a primeira queda de Babilónia em 1595 e a queda definitiva da mesma Babilónia em 539, se joga o destino do mundo civilizado de então.

Por razões de tempo e conveniência pedagógica, não vamos fazer desvios para estudar cada povo ou força política interveniente neste processo histórico. De alguns falaremos posteriormente, como é o caso de Hebreus e Fenícios, embora tenham de ser referidos agora. De outros, como os reinos de Urartu e de Elam, etc., não é possível qualquer demora, deixando à curiosidade do aluno a consulta da bibliografia geral indicada.

8.1 Os grandes períodos da história assíria

A documentação, até ao século XIV, não é abundante, mas a partir desse século, chegaram até nós inscrições dos reis assírios, crónicas, cartas e tratados com estrangeiros, documentação que nos permite conhecer a história da Assíria, através da actuação de alguns dos seus reis. No nosso estudo, apontaremos os nomes daqueles sobre os quais existe mais documentação. Seguimos uma divisão geralmente aceite de Império Médio assírio e Império neo-assírio, sem que haja coincidência, entre os assiriólogos, quanto à data de início de uma ou de outra época.

8.1.1 *O Império Antigo*

No centro da história da **Alta Mesopotâmia** estão os Assírios, que vão ser objecto deste capítulo.

A primeira época da história da Assíria está ligada ao reinado de **Shamshi Adad I**, um amorreu que terá tomado o poder por 1814 a. C., reinando até 1784. Anteriormente a região do norte da Mesopotâmia terá sido governada por «dezassete reis que habitavam em tendas», segundo a linguagem de uma fonte da época paleobabilónica. O antigo império assírio na realidade começou e terminou com esse rei.

A escassa documentação relativa à Assíria, nessa época, provém da região da Anatólia com a qual os Assírios tinham grandes relações comerciais. **O centro comercial dos Assírios localizava-se em Kanish**, cidade próxima da actual Kültepe, na Turquia, onde foi encontrado grande número de tabuinhas escritas que revelam a

importância do comércio, entre a Assíria e a Anatólia, na segunda parte do século XX e no século seguinte.

O comércio realizava-se a partir de Assur e de Kanish. Nesta última cidade estabeleceram-se num bairro fora das muralhas, constituindo uma organização a que já fizemos referência, designada por *karum* que tinha uma administração central (o *bit karum*), uma assembleia geral, um conselho de administração, etc. Dependentes deste *karum*, havia centros de comércio dispersos por várias cidades e localidades da Anatólia. Utilizavam, para transporte, caravanas de burros, que iam e vinham entre as duas cidades.

8.1.2 *O Império Médio*

Durante cerca de quatro séculos, a partir de Shamshi Adad I, a Assíria viveu uma época obscura. Emerge dessa obscuridade com o reinado de **Assur-Ubalit** (1366-1330), que usa o título de «grande rei», em carta dirigida a Amenófis IV. **Ao estabelecer relações diplomáticas e comerciais com o Egipto, revela a total desvinculação da soberania de Babilónia que, tradicionalmente, exercia domínio político sobre a Assíria**. Este soberano alcança vitórias sobre os Mitânios e sobre os montanheses do Zagros, conseguindo colocar no trono de Babilónia um filho.

Entretanto, após a sua morte, assiste-se a um período de constantes **lutas entre a Assíria e Babilónia**, que durou cerca de um século. Entre os sucessores de Assur-Ubalit, merece uma referência especial o seu neto Arik-Den-Illi, não só pelas guerras que travou contra os Arameus, mas também por ter sido ele quem começou a pôr por escrito o relato das suas campanhas.

O sucessor deste rei foi **Adad-Nirari** (c. 1307-1275), um soberano que revela tendências expansionistas que ainda iriam aumentar com os seus sucessores. Nas suas inscrições, relata as conquistas que realizou num tom de exaltação e auto-elogio, que é visível na própria titulatura. Embora as inscrições manifestem os exageros próprios da auto-propaganda, não deixam dúvida de que, durante o reinado deste soberano, **a Assíria estende o seu poderio a boa parte do Próximo Oriente.** Eis um exemplo:

> Adad-Nirari, ilustre príncipe, devoto dos deuses, vice-rei dos deuses, fundador das cidades, destruidor das poderosas hostes dos Cassitas (Babilónios)... que captura todos os povos, amplia os limites e as fronteiras, ... bisneto de Assur-Ubalit, destruiu exércitos, ampliando os limites das fronteiras...[1]

[1] *Ancient Records of Assyrian and Babilonia*, *ARAB*, ed. D. J. Luckenbill, 1, 27-28.

No seu longo texto, podemos não saber até onde vai a verdade e termina a lisonja, mas compreendemos que o motivo do seu orgulho são as suas guerras e conquistas de territórios das zonas periféricas da Mesopotâmia. Temos aqui a marca característica da história dos Assírios: **a guerra e as conquistas**. Aliás, desde a morte de Assur-Ubalit (c. 1330), até ao reinado de Tukulti-Ninurta que sobe ao trono c. 1224, a guerra foi uma constante, principalmente contra Babilónia. A Assíria pretendia libertar-se do seu domínio político, já que nunca conseguiria libertar-se

da sua influência cultural. Lutou também contra os montanheses do Zagros e com outros povos da periferia, tanto a Norte como a Ocidente. Foi um século de guerras, sem dúvida, mas de resultados indecisos.

A situação iria alterar-se com **Tukulti-Ninurta I (1244-1208) que, mal subiu ao trono, começa a fazer da guerra a sua principal actividade**. As suas expedições realizam-se de forma regular em diversas direcções. **Pretende reinar pelo terror,** amontoando os cadáveres às portas das cidades conquistadas. Exige às populações vencidas ou subjugadas, **tributos** que faz seguir para a capital da Assíria. Eram riquezas de toda a ordem, destinadas em boa parte à construção do palácio real. Chegavam a Assur matérias primas, cereais, animais e também multidões de prisioneiros como escravos. Gloria-se de ter levado consigo, logo no início do seu reinado 28 800 prisioneiros hititas. Entre as suas campanhas vitoriosas, regista-se a que empreendeu contra Babilónia, ocupando os seus principais centros e levando consigo para Assur o próprio deus Marduk, o deus nacional da Babilónia. Durante certo período de tempo, **a Babilónia passou a ser administrada por governadores, nomeados pelo rei da Assíria**.

De facto, dez anos mais tarde, a situação alterava-se: a Babilónia recupera o poder e a Assíria experimenta uma fase de crise. Tukulti-Ninurta, com o avançar da idade, desagradava não só à nobreza mas a todo o povo pelo seu despotismo e pelos desaires que começou a sofrer no campo militar. Seria assassinado por um filho no próprio palácio, mas o trono não passou para o assassino. O herdeiro seria um seu irmão e três anos depois seria um outro a ocupar o trono. A debilidade da Assíria permitiu à Babilónia retomar o poder tradicional, sem que a paz entre as duas potências ficasse restabelecida.

Enquanto as rivalidades minavam estas duas potências da Mesopotâmia, iam prosperando a Ocidente os **Arameus**, povo que aparece mencionado pela primeira vez, como invasor do território assírio nos anais de Tiglat-Falasar I (c. 1115- 1077). Mas não quer isto dizer que os Arameus apenas se tivessem organizado politicamente nessa altura. É provável que tenhamos de identificá-los com os *Ahlamu*, já conhecidos no fim do século XIV[1]. Num prisma, proveniente das fundações do seu palácio, pode ler-se: «vinte e oito vezes ataquei os povos de Ahlamu (e) os Arameus; onze vezes ataquei o Eufrates, duas vezes por ano»[2].

[1] P. Garelli e V. Nikiprowetzky, *Le Proche-Orient Asiatique II*, PUF, Paris, 1974, p. 56.

[2] *ANET*, 275.

A actividade de **Tiglat-Falasar** I foi considerável, logo desde o princípio do seu reinado, como se depreende da inscrição gravada num prisma de barro de oito colunas, onde são relatadas as actividades dos cinco primeiros anos do seu governo. Por aí se pode avaliar do seu imperialismo e também da crueldade que imprimiu às suas guerras. Ao mesmo tempo, **a guerra é concebida como uma acção desejada e estimulada pelo deus Assur: era a guerra religiosa**, aspecto que já não é novo mas que se acentua progressivamente nas cruéis guerras dos reis assírios. Organizou um exército forte e disciplinado. Venceu designadamente os soldados *frígios* (traco-frígios), os *Muski* (ou *Moskoi* de Heródoto), em número de 20 000 **e recebeu o tributo das cidades fenícias de Arvad, Sídon e Biblos**. Nas suas campanhas para Ocidente derrotou os **Arameus**. Visto que a sua campanha para as cidades

fenícias se reveste de grande importância na história dos Fenícios e das suas viagens através do Mediterrâneo, voltaremos a referir-nos oportunamente a Tiglat-Falasar I.

Após a morte deste rei, cerca de 1077, a Assíria entra em grande declínio, devido, sobretudo, às devastações dos povos do Ocidente. São principalmente os Arameus que contribuem para a desagregação do império assírio, durante parte do século XI e a maior parte do século X a. C.

8.1.3 *O Império Neo-Assírio*

Aponta-se como início de reorganização do império, o reinado de **Assurdão II**, por 934, mas para alguns historiadores, essa data marcará o início do **Império Neo-Assírio**. Para outros o verdadeiro fundador do Império Neo-Assírio será **Tiglat-Falasar III** que sobe ao trono por 746/745 a. C. Tal divisão, em qualquer caso é sempre artificial, e para nós não tem grande importância. Na história dos povos e vida das sociedades, contam, mais que as mudanças bruscas resultantes de revoluções, os factores de continuidade e de mutação gradual e progressiva.

Desde os finais do século X, os anais dos reis Assírios permitem-nos concluir que a Assíria experimenta uma nova etapa expansionista: **reforça-se o exército com carros de guerra; empreendem-se campanhas militares anuais de forma sistemática com o objectivo principal de controlar as rotas de acesso dos produtos que deviam chegar a Assur; protegem-se as populações para que os campos possam ser cultivados**, etc. Tudo isto faz-nos ver que estamos numa nova época e, por isso, permitirá dizer-se que se inicia o Império Neo-Assírio.

A economia foi nitidamente a determinante da história. Poderiam os Assírios ter recorrido ao comércio, como havia acontecido na época antiga ou poderiam ter desenvolvido a agricultura, pois não faltavam condições para isso, mas não o fizeram. Escolheram de preferência **a guerra, como principal fonte de produção de riquezas**. Por tal razão, a primeira preocupação do poder central é o exército: **a Assíria, a partir do século X, torna-se um estado militarizado**. A abundante documentação que nos chegou, revela que a importância de um reinado se avalia pelo aparato militar que conseguiu, pelas vitórias alcançadas e pela riqueza levada para a capital. Importava desenvolver o centro do império, sem atender às províncias. O sistema económico tinha um sentido único.

Vejamos alguns exemplos de soberanos que mais se destacam nesta política em que se afirmou a importância da máquina de guerra e da administração, começando por **Assurnasirpal**.

A partir do reinado de Assurnasirpal II (883-859), a Assíria acentua as suas tendências expansionistas. As campanhas militares realizam-se de forma sistemática anualmente e o exército ocupa o primeiro lugar nas atenções do soberano. Era necessário defender as rotas comerciais, consolidar o império e alargá-lo, quanto possível, para zonas de importância económica e estratégica.

Os anais deste soberano revelam-nos, entre outras coisas, a sua **megalomania e crueldade nas guerras**. O primeiro aspecto é manifesto no início dos seus anais, cujas primeiras quarenta linhas são dedicadas à titulatura do monarca. Entre outras coisas aí se lê que Assurnasirpal é «o heróico guerreiro que age sempre sob a acção de signos inspiradores do seu senhor, Assur, o rei que submete os insubmissos e governa sobre toda a humanidade»[1].

[1] *ANET*, 558.

Um ano após ter subido ao trono, dirige os seus exércitos para o extremo norte da Mesopotâmia, recebendo tributo das populações locais. Avança depois até às encostas das montanhas do Taurus, na Anatólia, onde vence os Muski, ou seja, os Traco-frígios. Combate em seguida os Arameus, para reprimir uma cidade revoltosa, Hazilua. Nesta, mata seiscentos soldados à espada e três mil são queimados vivos. O chefe é esfolado vivo.

Entre os anos 878 e 866, os anais permitem-nos seguir as campanhas de Assurnasirpal, sobretudo pela Síria, pelo vale do Orontes, pelas montanhas do Líbano, chegando ao Mediterrâneo, onde cumpre o ritual tradicional dos soberanos das terras áridas quando chegam ao mar: lavar as armas.

> Lavei as minhas armas no grande mar e ofereci sacrifícios aos deuses. Recebi o tributo dos reis da costa, da gente de Tiro, de Sídon, de Biblos... da cidade de Arvad, que é uma ilha no mar: prata, ouro, estanho, bronze, um recipiente de bronze, vestimentas de linho com guarnições (adornos?) de muitas cores, ébano, marfim ... e eles abraçaram-se aos meus pés.[2]

[2] *ARAB*, 479; *ANET*, 276.

As populações acorriam a oferecer-lhe o tributo por causa da sua reputação de crueldade que dificilmente terá sido igualada na Antiguidade. Veja a este propósito, um texto bem expressivo dos seus anais:

> Levantei uma coluna (torre) à frente da porta da cidade e esfolei todos os chefes que se tinham revoltado contra mim e estendi as suas peles na torre. ... Queimei muitos prisioneiros entre eles. Capturei muitos soldados vivos. A alguns cortei-lhes os braços ou as mãos; a outros cortei-lhes o nariz, as orelhas e as extremidades. Arranquei os olhos a numerosos soldados. Fiz um monte de vivos e outro de cabeças; pendurei as suas cabeças a árvores à volta da cidade. Queimei os seus adolescentes, rapazes e raparigas ... [3]

[3] *ARAB*, I, 443.

Para além deste gosto de sangue, há que registar também o gosto que ele tinha pelas **caçadas** e pela **actividade construtora**. Aliás esta «paixão do tijolo», como lhe chama G. Roux[4], é comum aos reis assírios. No caso de Assurnasirpal, sabemos que **restaurou os templos de Assur e de Ninive e construiu o palácio real longe da capital**. Escolheu para residência **Kalhu**, a Calah bíblica, actualmente Nimrud, a 35 Km de Mossul, situada num triângulo de terras férteis, protegida a oeste pelo rio Tigre e a sul pelo rio Zab superior. Rasgou um canal a partir do Zab, a fim de abastecer de água o palácio, a zona urbana e a terra de cultivo. Construiu o palácio e as instalações necessárias para a administração das províncias e aí fez erguer o santuário do seu **deus protector, Ninurta, o deus da guerra**, sem esquecer também outros deuses, a quem levantou santuários nesta nova cidade.

[4] G. Roux, ob. cit., p. 257.

A descrição do seu palácio e a inauguração do mesmo são bem reveladores da riqueza e da opulência da Assíria, durante o reinado deste soberano. **Se as guerras e a opressão constituíam uma forma de governo, também a ostentação de riqueza foi uma modalidade de propaganda do seu imperialismo. A própria arte que se podia admirar no palácio real terá sido um poderoso elemento de louvor ao rei e ao seu império.**

A construção do palácio havia feito afluir a Kalhu os melhores operários e os melhores artistas de todo o império. Esses artistas representaram as guerras, as caçadas e deixaram composições de temas míticos nas pinturas e nos relevos sobre as paredes. Atingiram tal nível artístico que os **baixos-relevos da época de Assurnasirpal II são elemento obrigatório de referência na história da arte da Assíria.**

Não há dúvida de que este rei é uma figura de contrastes: o guerreiro que cometeu as maiores atrocidades; o grande senhor que apreciava as caçadas e saboreava os prazeres da vida; o homem que gostava da terra com as suas plantas e animais; alguém que tinha sensibilidade para promover a arte no seu palácio e para criar **um jardim de raridades botânicas**, com sementes e plantas provenientes das terras por onde passara.

Seleccionámos das suas inscrições alguns textos bem expressivos do que estamos a afirmar:

> Tomei de novo posse da cidade de Calah ... removi a velha colina de escombros; cavei até ao nível da água; mandei fazer uma plataforma, medindo desde o nível da água até à parte superior 120 fiadas de ladrilhos. Sobre essa plataforma fiz erguer o meu trono real e, para meu prazer pessoal, 7 maravilhosas salas cobertas com madeira de buxo, cedro, cipreste ... Revesti as portas feitas de cedro, cipreste, junífero, buxo ... com bandas de bronze. Coloquei-as nos seus portais, cerquei-as com pregos decorativos de bronze. Para proclamar as minhas heróicas façanhas, pintei as suas paredes com uma vívida pintura azul, como marchei através das cadeias montanhosas, por países estrangeiros, por mares. Tinha feito ladrilhos coloridos com lápis-lazúli e coloquei-os sobre as portas...
>
> Abri um canal desde o rio Zab superior. Para isso rasguei a montanha. Chamei-lhe Patti-hegal (canal da abundância)... Forneci água para rega às terras baixas junto do Tigre; plantei pomares nos arredores da cidade com toda a espécie de árvores de fruto. Pisei as uvas e ofereci (o vinho) como primeiro fruto em libação ao meu senhor Assur e a todos os santuários do meu país. E dediquei esta cidade ao meu senhor Assur.
>
> Semeei e plantei no meu jardim sementes, plantas e árvores que fui trazendo dos países por onde andei e das montanhas que eu escalei. Fui recolhendo por toda a parte sementes e plantas: cedros, ciprestes, árvores de perfume, juníferos, nogueiras e aveleiras, tamareiras, ébano,..., oliveiras... carvalhos ... terebintos ... romãzeiras, ameixoeiras, pinheiros, figueiras, videiras, pereiras, plantas rezinosas, plantas aromáticas... , etc.
>
> Nos jardins de Calah, elas cresceram com fragrância ... Os seus frutos brilhavam no jardim das delícias, como estrelas no céu.

> Recebi cinco elefantes vivos como tributo do governador de Suhu (região do Médio Eufrates) e do governador de Luhda (região da Babilónia). Costumavam viajar comigo nas minhas campanhas. Organizei manadas de bois bravos, de leões, bandos de avestruzes, rebanhos de macacos, machos e fêmeas e multiplicaram-se como se fossem animais domésticos.
>
> Quando Assurnasirpal, rei da Assíria, inaugurou o palácio de Calah, um palácio de felicidade ... convidou para dentro dele Assur, o grande senhor, e os deuses do seu país inteiro. Preparou um banquete de inúmeras cabeças de gado: 1000 vacas, 10 000 carneiros, 15 000 cordeiros. Só para a minha senhora Ishtar foram 200 cabeças de gado, 1000 carneiros, 10 000 pombos, 10 000 outras aves mais pequenas, 10 000 peixes, 10 000 ovos, 10 000 pães, 10 000 jarras de cerveja, 10 000 odres de vinho, 10 000 frascos de condimentos... Quando inaugurei o palácio de Calah, forneci durante dez dias alimentação e bebidas a 47 074 pessoas, homens e mulheres que tinham sido convidados a vir de toda a parte do meu país. Além disso vieram 5000 pessoas importantes, delegadas (de vários países) ... e ainda 16 000 habitantes de Calah de todas as camadas sociais e 1500 oficiais dos meus palácios, num total de 69 574 convidados de todos os países (acima mencionados), incluindo pessoas de Calah. Além disso providenciei para que tivessem os meios necessários de higiene (para se limparem e ungirem). Prestei-lhes as devidas honras e mandei-os embora, com saúde e felicidade, para as suas terras.[1]

[1] *ANET*, 558-559.

Os textos que acaba de ler fazem parte de uma inscrição, encontrada em 1951, nas escavações de Calah, actual Nimrud. Junto da porta da sala do trono, encontrou-se uma representação da figura do rei e, na mesma pedra, está gravada uma longa inscrição de 154 linhas de onde se retiraram estes extractos.

Considerando o género literário desta inscrição, em que sobressai a ostentação e o auto-elogio, não se pode fazer uma interpretação literal, como é óbvio. Apesar das reservas exegéticas que se impõem, as informações expressas não deixam de impressionar: **o primeiro jardim botânico conhecido na história; a presença de elefantes na guerra, igualmente uma novidade nas guerras da Antiguidade**; o gigantesco banquete, com a referência às iguarias, aos ingredientes e aos condimentos; o número de convidados e a sua proveniência, etc.

É nesta capital de Kalhu (Calah) que começa a reinar o seu filho e sucessor **Salmanasar III** (858-824). Também ele enriqueceu a cidade com grandes monumentos, distinguindo-se, entre todos, o obelisco de basalto negro com 2 metros de altura, por aí ter sido gravada uma inscrição que resume as guerras do seu reinado. Sobre cada uma das quatro faces do obelisco que termina em forma de pequena zigurate, estão representados os reis estrangeiros que, em atitude de submissão ao rei assírio, lhe levam as suas oferendas. Um deles será talvez o rei judeu de Israel.

Este «obelisco negro do rei Salmanasar» é um dos maiores tesouros do Museu Britânico. Cada uma das quatro faces tem cinco baixos-relevos, representando cenas de grande interesse. Uma série de cenas representa o pagamento do tributo feito por um tal «Ia-w-a, filho de Omri», geralmente identificado com Jehu, rei de Israel. **Uma figura de homem que beija o chão aos pés de Salmanasar, em sinal de submissão, é identificada por alguns historiadores, como sendo o próprio rei de Israel.** Na inscrição, lê-se que de «Ia-w-a recebi prata e ouro». Os biblistas

levantam algumas questões a respeito da figura e da inscrição, mas ninguém nega a grande importância do obelisco, como fonte histórica pela inscrição que refere as expedições organizadas por Salmanasar nos trinta e um anos do seu reinado e pelos baixos-relevos que representam o pagamento do tributo pelos reis vencidos[1].

[1] E. Royston Pike, *Os Assírios*, Liv. Civilização, Porto, 1966, pp. 111-112.

Para além das **campanhas militares** em direcção à **região norte do Tigre**, tiveram particular importância as que Salmanasar realizou para as **terras do Ocidente**. De facto, foi para o Mediterrâneo que se dirigiu logo no primeiro ano do seu reinado. Tal como seu pai, sentiu particular atracção por essas terras e pelas riquezas do Ocidente. Se a sua crueldade não foi tão manifesta, nem por isso foi menor a preocupação com o exército e com a guerra que toma o aspecto de instituição e de prática sistemática.

Analisando os anais de Salmanasar, podemos verificar que, em cada ano do seu reinado, desde o primeiro até ao vigésimo primeiro, este rei empreendeu campanhas bélicas. Os relatos revelam os excessos de triunfalismo habituais neste género documental, como podemos avaliar pela descrição que até nós chegou de uma das suas vitórias, obtidas na região do norte da Síria.

> Com o apoio das forças que Assur, meu senhor me deu e com as fortes armas que Nergal, meu guia me concedeu, infligi-lhes uma derrota entre as cidades de Carcar e Gilzan. Matei 14 000 soldados seus à espada, ao cair sobre eles, como Adad quando envia uma tempestade. Espalhei por onde calhou os seus cadáveres, enchendo a planície com os seus soldados em dispersão. Durante a batalha fiz correr o seu sangue ... O chão tornou-se demasiado pequeno para que todas as suas almas descessem ao mundo inferior e o vasto campo não chegou quando foi preciso enterrá-los. Com os seus cadáveres, cheguei a um e outro lado do Orontes, antes de existir uma ponte. Mesmo durante a batalha, arrebatei-lhes os seus carros e cavalos habituados ao jugo.[2]

[2] *ANET*, 276-280.

Apesar do poderio da Assíria e da constante preocupação de domínio das terras do Ocidente, tendo por limite o Mediterrâneo, a corte de Assur não podia ignorar que **a Babilónia continuava como um reino independente**. Se a sua força militar era menor, tinha sempre o prestígio das suas ancestrais tradições, dos seus santuários e da sua cultura.

Salmanasar III que, em 852 e 850, foi em apoio do rei da Babilónia, vai curiosamente, após a vitória conjunta com este, **em peregrinação aos santuários tradicionais de Kutha, Borsipa e Babilónia agradecer à divindade**. As guerras, por mais injustas e cruéis que fossem, eram feitas em nome dos deuses. Eram eles que, desde o dia da coroação dos reis, impunham como dever dilatar o império. Eis pois Salmanasar III a dirigir-se, em gesto de religiosidade, à Babilónia, que era a «terra santa» da época.

Não eram, porém, estes gestos que comoviam as populações vencidas. Era o terror do exército que as mantinha subjugadas. As guerras tinham como finalidade a conquista e o esmagamento das populações. Estas, não só eram espoliadas dos seus bens como ficavam obrigadas ao pagamento de pesados tributos, periodicamente. Qualquer veleidade de rebelião era reprimida com violência exemplar. Deste modo o medo é que sustentava o império e, nestas circunstâncias, não podia haver clima

de paz. Os habitantes de um pequeno reino vencido, na região de Urartu ou de outro reino da região costeira do Mediterrâneo, certamente que não se sentiam cidadãos da mesma pátria. O perigo da desagregação ameaçava por isso o império: eram os nobres descontentes; eram os familiares do rei que instigavam revoltas e intrigas palacianas, etc. Tudo isso vinha ao de cima, principalmente, por ocasião da morte de um soberano, **visto não estar definida a lei da sucessão**: nem sempre o herdeiro do trono era o filho mais velho do rei falecido[1].

[1] P. Garelli, «Succession royale et légitimité en Mesopotamie ancienne», in *Les Monarchies*, dir. por Le Roy Ladurie, PUF, Paris, 1992, pp. 161-169.

Após a morte de Salmanasar III, deu-se pois uma revolta por parte da nobreza que reivindicava poderes e riquezas em detrimento do poder central. Seguiu-se uma fase de instabilidade que se prolongou até ao reinado de **Tiglat Falasar III** (745-727 a. C.). A própria subida ao trono deste soberano deu-se após uma revolta, ocorrida em Kalhu, em 746. Como quer que fosse, ele **conseguiu a pacificação interna no império e pelas reformas introduzidas na política interna, nomeadamente na administração do império, é considerado o verdadeiro fundador do império neo-assírio**[2].

[2] G. Roux, *ob. cit.*, p. 269 e P. Garelli, *ob. cit.*, vol. II, p. 108.

Apenas subiu ao trono, imprimiu uma **nova intenção à política de expansão imperialista**. Efectivamente, antes dele as guerras tinham como objectivo esmagar o poder material dos vizinhos da Assíria, subjugando e exigindo um tributo destas populações que, cedo, se revoltavam. As guerras acabavam por ter o objectivo imediato de reprimir as rebeliões. **Com Tiglat Falasar III, as guerras destinam-se a conquistar um território que fica a pertencer ao império assírio, constituindo uma província ou integrando outra. O poder central tem o cuidado de colocar ali o governador, o *bel pihati* e guarnições militares de forma permanente.** O êxito desta política seria considerável por uma outra razão fundamental: a **prática das deportações maciças dos vencidos**. O rei levava da cidade conquistada as pessoas válidas, deslocando-as para outra região do império, e colocava ali uma população nova, de uma ou várias proveniências, que se ia juntar aos velhos, às mulheres e às crianças que tinham permanecido.

As cidades conquistadas iriam surgir com outra fisionomia: uma amálgama de gente de várias origens, sociedades híbridas de etnias diversas sem grande capacidade de reorganização para se revoltarem. Esta política exigia uma **remodelação e fortalecimento do exército**. Por isso o rei aumentou os contingentes da **cavalaria**. Foi certamente com esse objectivo que, logo no início do seu reinado, dirigiu as suas campanhas contra Urartu e a Média por serem zonas produtoras de cavalos.

Contribuiu certamente para o êxito desta política, com as evidentes implicações que teve na administração das províncias, **um bom sistema de comunicações entre as várias regiões do império**. Os correios organizaram-se, usaram-se comunicações por sinais de fogo, etc. Um exemplo de informações pelo fogo é conhecido, através de uma carta que o rei de Lákish envia ao rei de Jerusalém, dizendo saber da ameaça eminente do perigo do Norte que era precisamente a invasão dos Assírios. Não deixaremos de falar das campanhas deste e doutros soberanos do Império Neo-Assírio quando estudarmos a monarquia hebraica e virmos em que consistiu a intervenção da Assíria em Israel e em Judá.

O sucessor de Tiglat-Falasar III foi o filho **Salmanasar V**, cujo reinado durou apenas cinco anos. Pouco conhecemos sobre ele, porque não nos deixou nenhuma inscrição. O grande feito que se lhe atribui foi a **conquista da Samaria** em 722 a. C., pouco tempo antes de morrer. Entretanto, a glória de tal conquista ficou a pertencer ao filho e sucessor **Sargão II**, que nos informa nos seus anais: «No princípio do meu reinado, conquistei a cidade dos Samaritanos, o que me permitiu coroar o meu triunfo»[1].

[1] *ANET*, 284.

Existem vários indícios que nos permitem supôr que este rei teve dificuldades em ser aceite como monarca. Um desses indícios é o próprio nome, pois Sargão, *Sharru-kin*, significa «rei legítimo», nome que foi buscar ao fundador da Dinastia de Acad, como se recorda. De facto, quando um soberano sentiu necessidade de proclamar a sua legitimidade é porque não seria «legítimo». Foi entretanto neste reinado que **o império atingiu o seu auge**.

A estratégia política e militar que usou foi determinada pela situação que então se verificava no Próximo Oriente: o reino de Elam despertava então de um período de mais de três séculos de obscuridade e o Egipto manifestava grandes ambições sobre a região siro-palestiniana. Diga-se que um e outro fenómeno resultavam certamente das vitórias de Tiglat- Falasar III. **De facto, esse soberano ao subjugar a Síria e as cidades fenícias, integrando-as no império, impedia o comércio do Egipto com tais regiões e, ao dominar a Babilónia, dificultava as relações dos Elamitas com o Ocidente.**

O Elam e o Egipto, na época, eram reinos de escasso poder militar, incapazes, por isso, de enfrentar directamente o colosso que era a Assíria. Limitavam-se, assim, a instigar revoltas entre os povos vassalos do império e a ajudar militarmente os povos ou províncias que desejavam libertar-se. Sargão II teve, por estas razões, que reprimir uma série de revoltas nalgumas cidades, nomeadamente em Assur. Nos dois primeiros anos, estabilizou a ordem e conseguiu triunfos militares que lhe garantiram o domínio seguro do império. A submissão da região do Zagros e de Urartu deu-se no ano de 714, durante a sua oitava campanha militar, cujo relato é feito com brevidade nos seus anais, mas aparece com grande desenvolvimento numa «carta» que dirige ao deus «Assur, o pai dos deuses, aos deuses dos destinos e às deusas que habitam o seu templo e a cidade de Assur»[2].

[2] G. Roux, ob. cit., p. 275.

Já falámos das *«cartas aos deuses»*, quando nos referimos às práticas de religião individual no tempo de Hamurábi. Na realidade, quando são os reis a escreverem essas «cartas», trata-se de uma ficção com intuitos de auto promoção. **O rei escrevia, ou melhor, mandava escrever a mensagem que desejava transmitir à população, pois tal carta devia ser lida publicamente por ocasião de uma grande cerimónia oficial que marcava o fim de uma campanha militar importante.** No caso presente, Sargão pretende proclamar a sua sabedoria e a sua coragem, com o fim de se impor à multidão que, porventura, o contestava. Temos conhecimento de dois outros soberanos, Salmanasar IV e Assaradão, que usaram o mesmo meio das «cartas aos deuses», para se imporem aos súbditos.

Nos primeiros anos do seu reinado, Sargão viveu em Kalhu, cidade que, desde os tempos do seu fundador, Assurnasirpal, era a verdadeira capital militar. Mas, a partir de 717, iniciou a construção da sua nova capital, *Dur-Sharrukin* (ou seja, fortaleza de Sargão), perto da actual Corsabad, a 24 km a nordeste de Ninive. A nova cidade com mil metros de lado, com fortes muralhas onde se abrem sete portas, foi construída em dez anos. No interior levantava-se a residência real, que é o maior palácio de todos os palácios assírios[1].

[1] P. Amiet, *As civilizações antigas do Médio Oriente*, Publ. Europa-América, Lisboa, 1974, p. 106.

O rei apenas terá vivido nesse palácio dois anos, pois faleceu numa campanha militar em 705. O deus Assur não atendeu à prece que Sargão lhe mandou gravar numa inscrição da sua nova capital: «Para mim, Sargão, que habito este palácio, possa ele (o deus Assur) decretar longa vida, saúde de corpo, alegria de coração e bem estar de alma»[2].

[2] *ARAB*, 89.

A arqueologia mostra que a cidade foi habitada durante pouco tempo. Diga-se por curiosidade que a descoberta das suas ruínas marca o início das grandes escavações arqueológicas na Mesopotâmia, pois foi por aí que P. Emile Botta começou a escavar e a descobrir a Assíria, em 1847.

Os sucessores de Sargão, que reinaram entre 704 e 609, conhecidos por **Sargónidas, continuaram a elevar o poderio político, militar e cultural da Assíria**. Através das inscrições que nos deixaram, não obstante o seu estilo de auto-elogio e propaganda, podemos avaliar o que foi a época áurea da Assíria.

> Directa ou indirectamente dominaram todo o Crescente Fértil, assim como uma parte do Irão e da Anatólia. Possuiam uma janela para o Mediterrâneo, uma outra sobre o Golfo Pérsico, controlavam, na sua maior parte, os cursos do Tigre e do Eufrates e todas as grandes vias comerciais que atravessavam o Taurus, o Zagros e a Síria.[3]

[3] G. Roux, ob. cit., p. 279.

A política destes reis foi certamente expansionista e as riquezas eram encaminhadas de todas as partes para o centro do Império, sistema que explica as frequentes revoltas, aqui e além.

O sucessor de Sargão foi **Senaquerib**, que era o filho mais novo. Falecendo primeiro os irmãos, ele foi preparado para exercer as funções de rei, após a morte de Sargão, o que aconteceu em 704 a. C. O seu reinado foi menos marcado pelas actividades militares que o anterior, pois os tradicionais inimigos de Assur tinham sido fortemente dominados, durante o reinado do pai. Tal havia acontecido com os Frígios da Anatólia, com o Urartu, com o Curdistão, etc. Estando pacificadas essas regiões, **a preocupação de Senaquerib consistia em dominar a Fenícia e a Palestina,** regiões para onde dirigiu várias campanhas militares, como consta dos seus anais e também do *II Livro dos Reis*. **Houve além disso um foco mais significativo de lutas no seu reinado: a Babilónia.**

Após várias fases de guerra com resultados indecisos, o rei assírio decidiu destruir essa cidade, cheia de prestígio desde tempos antigos. **Pelo ano de 689 atacou Babilónia**, de uma forma repentina e brutal, como nos informa:

> Avancei como uma tempestade sobre os seus habitantes, jovens e velhos. Não os poupei e, com os seus cadáveres, enchi as ruas da cidade ... Devastei, destruí, incendiei as casas, as próprias fundações ... [4]

[4] *ARAB*, II, 339.

Pela continuação do texto, avaliamos a sua intenção: «a fim de que no futuro se ignore mesmo onde se localizavam os seus templos». Sabemos também que levou o próprio deus Marduk para a Assíria.

Já verificámos que os grandes reis assírios revelam, por vezes, aspectos antagónicos no seu agir. Com Senaquerib assim acontece: destrói com brutalidade Babilónia, mas na Assíria revela-se um amigo das letras e da natureza. Transformou a cidade de **Ninive** em **capital do império**. Quadruplicou o perímetro desta cidade de 3 para 12 km. Levantou-lhe muralhas, abrindo nelas quinze portas e dedicando cada uma a uma divindade. No centro edificou o seu palácio, não lhe faltando um jardim com «ervas e árvores de fruto». Pavimentou as longas ruas e avenidas e rasgou um canal que levava «a água à cidade de colinas distantes». Orgulhoso pelas obras realizadas, no seu reinado, gostava de fazer-se representar no cimo de algumas colinas a prestar homenagem ao seu deus nacional.

O seu sucessor, que era o filho mais novo e, além disso, filho da sua segunda esposa, de nome **Assaradão**, preocupou-se, desde o início do seu reinado, em reparar a profanação que seu pai havia cometido quando destruiu Babilónia. Decidiu, por isso, reconstruir essa cidade, mal subiu ao trono. Usou sobretudo de **diplomacia**. Tratava os rebeldes com mansidão, contentando-se em receber as suas homenagens, as suas ofertas e as filhas dos príncipes vencidos para as levar para o harém.

Isto, porém, não quer dizer que pusesse de lado as armas. Vemo-lo **a atacar o Egipto, em 671, e a obrigar os Egípcios a prestarem culto a «Assur e aos grandes deuses**, meus senhores. E impus-lhes o tributo que me é devido, enquanto seu soberano, anualmente e sem cessar»[1]. Entretanto o rei egípcio, Taharca, iria revoltar-se dois anos após, provocando nova expedição militar da Assíria para o vale do Nilo. Foi nessa expedição que Assaradão morreu, não no campo de batalha, mas de doença, em 669.

[1] *ARAB*, II, 356.

Após a morte deste rei, não houve problemas de sucessão, porque três anos antes tinha proclamado como sucessor o filho **Assurbanípal** e **tinha destinado ao trono de Babilónia um outro seu filho, Shamash-Shuma-Ukin**. Não foi inútil a sua preocupação em reedificar Babilónia. É que desta forma, ao menos aparentemente, o império não estava dividido, porque o poder dos dois grandes centros pertencia aos dois irmãos.

A Assurbanípal competia, antes de mais, concluir a obra que o pai deixara por acabar: a conquista do Egipto. Para tal, enviou uma expedição ao país do Nilo comandada pelo seu *turtânu*, o general chefe do exército, que conseguiu vencer as tropas do faraó Taharca na planície de Mênfis. Tratou-se apenas de uma vitória, mas não da conquista do Egipto que iria ser morosa e difícil. Teve, para isso, de reforçar o seu exército com o auxílio de soldados fenícios, sírios e cipriotas.

O Egipto estava, nessa altura, dividido, havendo um rei a governar em Tebas e outro a reinar na região do Delta, em Saís. Os Assírios só depois de duras batalhas conseguiram apoderar-se de Tebas, contando para isso com o apoio de Psamético I, que reinava no Delta, a partir de Saís. **Senhores do Egipto e da Fenícia, os Assírios não tiveram problemas no Ocidente, antes de 653. Por essa data tudo se alterou quando o próprio Psamético promoveu a revolta do Delta contra a Assíria, contando com o apoio de mercenários jónios, cários e lídios. Expulsou os Assírios e perseguiu-os até à Palestina.**

O momento não era o melhor para que Assurbanípal se voltasse de novo para o Egipto, visto que os seus exércitos estavam envolvidos na guerra contra os Elamitas. A própria Babilónia onde seu irmão reinava, aproveitou as dificuldades que então experimentava a Assíria para se libertar totalmente da hegemonia de Ninive. **Babilónia** considerava-se tão importante como Assur, para dominar o mundo. **Colocou-se, por isso, à frente de uma forte coligação em que entravam Fenícios, Filisteus, Judeus, Elamitas e outros com o intuito de atacar a Assíria**. Assurbanípal reagiu contra o irmão e advertiu os que se coligaram com ele: «Quanto às palavras vãs deste falso irmão, ouvi tudo o que ele disse... Não acrediteis por um só momento nas suas mentiras. Não sujeis o vosso bom nome ... e não pequeis contra a divindade».[1] Não tendo escutado os avisos de Assurbanípal, este envia os seus exércitos contra Babilónia, que acabou por conquistar, fazendo-se reconhecer como rei dessa cidade, após o suicídio do irmão.

[1] R. F. Harper, *Assyrian and Babylonian Letters (ABL)*, London/Chicago, 1892-1914, n.º 301.

Enviou em seguida as suas tropas para o Ocidente, a fim de atacar aqueles que tinham sido aliados do irmão. Entre esses, os seus anais referem os Nabateus, proto-árabes que habitavam a sul do Mar Morto. Dessas campanhas militares recolheu enormes riquezas que fez seguir para a sua capital na Assíria. Os anais de Assurbanípal dão-nos conta de tais riquezas, quando informam:

> Compravam-se camelos no meu país por menos de um siclo de prata na praça do mercado. A taberneira recebia camelos e mesmo escravos como presente, tal como o vendedor de cerveja por uma pequena jarra de cerveja ou o jardineiro por um cesto de tâmaras frescas.[2]

[2] *ANET*, p. 299.

Por quanto estamos a ver, **no reinado de Assurbanípal, a actividade do exército continuou a ser intensa**. Após tantas batalhas e vitórias, podia celebrar o seu triunfo, atrelando ao seu carro o rei de Elam, vencido, e o filho deste, tal como o rei dos Árabes. Entre os derrotados estava o irmão, estavam os mercadores de Tiro e de Arvad, os Judeus, os Arameus, os príncipes da Cilícia, etc.[3] A Assíria vivia, sem dúvida, uma época de glória.

[3] G. Roux, ob. cit., p. 291.

Juntamente com a riqueza material, temos de admirar em Ninive, no reinado de Assurbanípal, valores de ordem cultural: o seu **apreço pelas artes e pelas letras**. No grandioso palácio real, a arte do relevo atingiu então o maior esplendor. Por um lado, representavam-se cenas de batalhas à maneira «clássica», habitual noutros palácios da Assíria; por outro, surgem cenas de caça onde se admira o realismo e o bom conhecimento anatómico por parte dos artistas.

Mas o nome de Assurbanípal ficaria sempre ligado às letras, mais que nenhum outro soberano das terras da Mesopotâmia. A biblioteca que organizou é a primeira que a documentação histórica regista. O rei, que tinha uma espécie de culto pela escrita, mandou reunir todos os textos que fossem encontrados no seu império.

Através de uma carta deste soberano, avaliamos como pode adquirir tantos documentos para a sua biblioteca:

> Quando receberes a presente carta, escolhe três homens e os eruditos de Borsipa e procura todas as tabuinhas, todas as que eles tenham em suas casas e as que estejam depositadas no templo Ezida ... Procura as tabuinhas valiosas que estejam nos seus arquivos e que não haja na Assíria e envia-mas. Já escrevi aos funcionários e aos inspectores ... e ninguém pode recusar-se a entregar-te uma tabuinha. E se vires um ritual acerca do qual eu não te tenha escrito, mas que julgues poder ser de utilidade no meu palácio, procura-o, recolhe-o e envia-mo.[1]

[1] *ABL* n.º 6.

A grandeza e a glória do império assírio, alcançadas com Assurbanípal não fariam prever o seu próximo declínio e a própria queda que se avizinhava. Mas a verdade é que pelo ano 660 já Assurbanípal havia praticamente perdido o Egipto. Noutras regiões subjugadas pela força, as rebeliões foram-se fazendo sentir e quando, em 627, ele morre, a crise seria profunda na própria capital com o grave problema da sucessão. Surge a guerra civil entre grupos de apoiantes dos pretendentes ao trono. **O último soberano assírio seria Assur-Ubalit II** cujo reinado seria inglório, no meio dos problemas que o império experimentava. **Entretanto na Babilónia, agora independente, reinava Nabopolassar que, em 612, iria atacar a grande cidade de Ninive, capital do império assírio. A partir de 609, nada mais se sabe do último soberano desse império e ficaria, a partir de então, a Babilónia a presidir, não só aos destinos da Assíria, mas também de todo o Próximo Oriente.**

8.2 O rei

Ao terminarmos a nossa análise da história política da Assíria, concluímos que a força do Império Neo-Assírio, bem como a do Império Medo*, lhe vem do **exército** e do **rei**. Efectivamente ressalta à primeira vista a importância das guerras, fossem de repressão dos rebeldes ou fossem de conquista de novos territórios. **Durante os reinados que estudámos, a Assíria apareceu-nos como uma poderosa máquina de guerra.** Mas a política militar, com todos os êxitos que obteve só encontra uma explicação cabal no princípio básico da autoridade monárquica, talvez mais evidente no Império Neo-Assírio.

* império medo ou dos Medos, na Pérsia.

Na pessoa do rei concentram-se todos os poderes. É ele a autoridade suprema capaz de enfrentar todas as dificuldades; é ele que assume todas as grandes decisões: toma a iniciativa das guerras, decide nas questões de política externa e nas tarefas de administração do estado. O seu poder é absoluto e mesmo o seu despotismo apoia-se sempre no argumento teológico da eleição divina e da sua missão de grande sacerdote, executor da vontade do deus.

De facto, **a ideologia imperialista dos Assírios, especialmente durante o Império Neo-Assírio apoiou-se sempre no elemento sagrado.** Embora de natureza diferente e propondo-se finalidade diversa, o *religioso* foi sempre reivindicado pela esfera política. Por isso se falará mais tarde de «realeza sagrada», de «guerra santa», etc.

Todos os reis reivindicaram particulares relações com as divindades, que eram aliás criações humanas, curiosa transposição mais ou menos imaginosa para a esfera do transcendente do que se passava na sociedade. O rei proclama, como título fundamental para a sua legitimidade e justificação para as suas decisões, a ligação com um deus ou vários deuses: é o deus que o escolhe e algumas vezes o predestinou desde o ventre materno.

Esta é, aliás, uma constante na história da Mesopotâmia, como se pode constatar desde os Sumérios passando por Sargão de Acad, até ao último dos reis neobabilónios. Recorde a lenda do nascimento de Sargão de Acad e compare com estas palavras do prisma de Assaradão:

> Grande rei, rei legítimo, rei do mundo, rei da Assíria, regente da Babilónia, rei de Sumer e Acad, rei dos quatro cantos da terra, o verdadeiro pastor, favorito dos grandes deuses, a quem Assur, Shamash, Bel e Nebo, a Ishtar de Ninive e a Ishtar de Arbela designaram (literalmente: pronunciaram o nome) rei da Assíria desde quando ele era ainda jovem.[1]

[1] Prisma I de Assaradão, segundo a versão proposta por P. Garelli em *Mesopotâmia*, 7, p. 325, n.º 6.

É evidentemente uma titulatura impregnada de sentido religioso, onde prevalece a ideia da escolha divina para a realeza. Sabemos, como no caso presente, bem precisou de apelar para essa ficção, a fim de se defender dos irmãos mais velhos, pretendentes ao trono. Mas o seu filho e sucessor haveria de servir-se de argumentos de legitimação idênticos, chegando a insinuar a sua predestinação à realeza, desde o ventre materno. Assim nos diz:

> Eu sou Assurbanípal, criatura de Assur e de Enlil ... que Assur e Sin, senhor da tiara, designaram (literalmente: pronunciaram o nome) desde os dias longínquos para a realeza e que eles formaram no ventre da mãe para a guarda do país de Assur.[2]

[2] Versão proposta por P. Garelli, ob. cit.

Além da predestinação para a realeza que podia vir desde a infância ou mesmo desde o ventre materno, a escolha divina podia revelar-se de outros modos, designadamente pelo testemunho oracular.

Designado pelo deus nacional, Assur, o rei assírio era o seu legítimo representante, o seu *sangu*, ou seja o seu sacerdote, e o seu administrador. **Pelo ritual da coroação, pode entender-se claramente que o verdadeiro rei da Assíria era o deus Assur.** Ao alargar as fronteiras do império, o rei estava a agir em nome do seu deus, de quem aliás havia recebido esse mandato explícito na cerimónia inesquecível da sua coroação. Nesse momento solene, o sacerdote, após ter colocado a coroa sobre a cabeça do rei, na admonição final exclamava: «Pela equidade do teu ceptro alarga o território. Que Assur faça com que as tuas ordens sejam ouvidas e obedecidas e te conceda justiça e paz». O ritual é conhecido por um texto conservado na biblioteca de Tiglat-Falasar III, mas pensa-se que virá desde o reinado de Assurnasirpal, tendo continuado até ao fim do império, como comenta P. Garelli[3].

[3] P. Garelli, *Le Proche Orient asiatique*, II, p. 129.

Não há dúvida que, **segundo as ideias que vigoravam e eram difundidas por todos os meios, os reis assírios, ao dilatarem o império, executavam ordens divinas.** O seu dinamismo nas guerras de conquista encontrava aí a sua justificação.

Por tal motivo, a guerra dos Assírios tinha já marca de *guerra santa*, mesmo sem o dizerem expressamente.

Afinal, por causa desta teoria da escolha divina, o rei assírio era sempre «legítimo», pois nunca lhe faltava a aprovação do deus Assur. Proclamada a sua legitimidade em termos religiosos desde a coroação, também as suas guerras, por mais iníquas que fossem, eram legítimas, digamos «justas» ou mesmo «santas». Como bem observa, a propósito M. Liverani, uma guerra é sempre «justa» quando é provocada por nós e é «injusta» quando provocada pelo inimigo[1]. Mas, para além desse carácter subjectivo, próprio de todas as guerras, no caso presente eram ordenadas pelo próprio deus.

[1] M. Liverani, «The ideology of the Assyrian empire», in *Mesopotamia*, 7, p. 301.

Em tudo isto há-de ver-se a força de uma ideologia que era necessário fomentar e manter, para justificar toda a imensa máquina de guerra do império assírio e o absolutismo despótico do rei. Obviamente que, nem pelo facto de ele se afirmar como o executor das ordens do deus, o poderemos ilibar do seu absolutismo. Mas não deixaremos de admirar o poder de uma ideologia capaz de justificar a vitória ou a derrota como resultado da suposta vontade do deus. Em tais circunstâncias, os súbditos do rei, fosse ele vencedor ou fosse um vencido, não deixaram de o servir. Era esse o dever de todos. Mesmo os cortesãos e os que exerciam altos cargos, deveriam considerar-se seus servidores, para não dizermos seus escravos, tal como o rei, por sua vez, era o servo de deus. **Estamos dentro de uma «teologia» da obediência.** O serviço do rei é uma sequência do seu serviço à divindade.

É dentro destas circunstâncias que se hão-de compreender os juramentos de fidelidade absoluta que prestavam ao rei os seus próximos servidores e aqueles que assumiam responsabilidades pela manutenção da ordem em qualquer província do império. Estes, por sua vez, deviam obrigar as populações, sob sua jurisdição, a prestar idênticos juramentos. Essas cerimónias de juramento, tanto as que se realizavam na capital como as que tinham lugar nas províncias, implicavam um compromisso de obediência e fidelidade ao rei ou ao seu representante em todas as circunstâncias. Assim, uma vez convocados, deveriam ir em seu socorro e conceder-lhe todo o auxílio militar.

Eis a força da ideologia política na Assíria: a afirmação em termos religiosos, ou seja, pela vontade divina. **É dentro desta teoria do poder real que se explica a imposição dos deuses da Assíria nos territórios conquistados.** Não se veja aí nada que se pareça com a preocupação de propagar a fé, mas unicamente de impor a sua política. A presença dos deuses dos conquistadores era um factor de impacte ideológico, ao serviço dos objectivos de domínio político e consequentes interesses económicos.

Vejamos este exemplo concreto, numa campanha militar de Tiglat-Falasar III, na região costeira do Mediterrâneo:

> Como Hano de Gaza fugira diante do meu exército para o Egipto, eu conquistei a cidade de Gaza ..., as suas propriedades pessoais, as suas imagens e coloquei lá as imagens dos meus deuses e a minha imagem real no seu palácio. E determinei que fossem daí por diante os deuses do seu país.[2]

[2] *ANET*, 283.

Quer dizer: são retirados os deuses da população vencida e o conquistador impõe-lhe os seus deuses, como afirmação de soberania.

Os templos e as imagens dos deuses nos territórios conquistados davam naturalmente origem a festividades e a expressão de culto, como na capital. Tornavam-se assim centros de difusão da mesma ideologia religiosa que sustentava uma política que tinha por centro o palácio imperial. Ali acorriam as populações locais, praticando os novos cultos com mais ou menos convicção. E a experiência ia dizendo que a hegemonia assíria era tanto mais consistente quanto mais atingia a alma do povo.

Episódio esclarecedor da sujeição à Assíria e da aceitação dos seus deuses é o da viagem de Acaz, rei de Judá, a Damasco, de que nos fala o *II Livro dos Reis*, 16, 7 ss. Acaz dirigiu-se a essa cidade com o fim de apresentar a Tiglat-Falasar III a sua oferta de ouro e de prata que tinha retirado do seu próprio palácio e do templo de Jerusalém. A verdade é que fazia parte dessa homenagem ao rei adorar os deuses assírios. Ao ver o altar que se encontrava em Damasco, tomou logo providências para que fosse enviado um modelo fiel ao sacerdote Urias de Jerusalém, a fim de que fosse levantado altar idêntico no templo. E assim, quando regressou à sua cidade de Jerusalém, teve a satisfação de ver o altar já edificado no templo, podendo lá oferecer sacrifícios. Tudo leva a crer que o rei Acaz não terá caído em tais atitudes de manifesta apostasia da sua fé, por iniciativa própria, mas por imposição do soberano assírio. Recordemos que este tinha imposto o culto de Assur na Média, tal como fizera em Gaza, de acordo com o texto acima citado. **Fazia parte da hegemonia política impor os deuses e competia à hábil política de subserviência reconhecer os deuses dos novos senhores**[1].

[1] A. A. Tavares, «Invasões assírias para Ocidente e suas consequências», in *Estudos de Alta Antiguidade*, Presença, Lisboa, 1983, pp. 177-199.

8.2.1 *Crises na sucessão dinástica*

Apesar da rigidez do sistema, assente numa monarquia teocrática, o império assírio experimentou frequentes crises, principalmente porque sofria de uma grave debilidade institucional: **não era admitido de forma indiscutível o princípio da hereditariedade ao trono pelo filho mais velho do rei.** Foi esta uma das causas da instabilidade que se verificou entre a morte de Salmanasar III (827) e a subida ao trono de Tiglat-Falasar III (746). **Para evitar guerras de sucessão, a partir deste monarca, os reis assírios adoptaram o sistema de associarem ao exercício do poder o herdeiro que escolhiam como sucessor.** Assim o rei Sargão II escolheu o filho Senaquerib; este escolheu Assaradão o qual, por sua vez, haveria de optar por Assurbanípal. O palácio real passou a ser desta forma, não só a residência do soberano reinante, mas também do príncipe herdeiro que recebia uma educação especial, na chamada «casa da sucessão», a *bit riduti*[2].

[2] P. Garelli e Nikiprowetzky, ob. cit., p. 131.

Mas nem por isso se eliminaram todas as dificuldades, pois conhecem-se casos de lutas pela sucessão, servindo-se os pretendentes dos meios que tinham ao seu alcance para conseguirem o trono, como aconteceu após a morte de Assaradão. Este havia

escolhido Assurbanipal, tendo o apoio da rainha Zakutu. Apesar disso, o trono foi reclamado pelo outro filho de nome Shamash-Shum-Ukin, que foi colocado pelo pai no trono de Babilónia, como vimos[1].

[1] A complexidade dos problemas de sucessão real, não só na Assíria mas nas monarquias da Mesopotâmia antiga, tem sido objecto de estudo por parte do conhecido assiriólogo P. Garelli. O mais recente dos seus trabalhos é: «Succession royale et légitimité en Mésopotamie ancienne», in *Les Monarchies*, dir. por Le Roy Ladurie, PUF, Paris, 1993, pp. 161-169.

8.3 O exército

As inscrições e anais dos reis assírios dão-nos informações sobre as suas campanhas militares e vitórias, mas não nos dizem muito sobre a organização do exército, sua preparação e armamento, táctica de guerra, etc. Os historiadores também não têm dedicado grande atenção ao estudo deste tema[2].

[2] Deve-se distinguir, no entanto, a obra de F. Malbran-Labat, *L'armée et l'organisation militaire de l'Assyrie*, Génova/Paris, 1982.

O exército no Império Neo-Assírio era, sem dúvida, o mais importante da época, tal como teriam essa primazia, mais tarde, o exército das falanges macedónias e das legiões romanas. **No que diz respeito ao Império Neo-Assírio, conhecem-se três categorias de militares: os profissionais, os disponíveis e os suplentes.**

Os soldados de profissão são recrutados em todo o Império e constituem o exército permanente. Podem ser assírios ou de outros povos. Entre esses há os **voluntários e os auxiliares**.

Os **disponíveis** dividem-se em dois grupos: os **soldados do rei** e os **reservistas**. Os **soldados do rei**, *sabê sharri*, são jovens seleccionados que cumprem o serviço militar a título de *ilku*, ou seja, de prestação obrigatória de tal serviço por parte de alguma região. Vão portanto para uma campanha determinada, recebem o seu pagamento diário e depois voltam para as suas terras. Os **reservistas** também recebiam pagamento e só eram convocados para suprir as perdas sofridas na guerra.

Os **suplentes** iam colaborar em certas campanhas de especial dificuldade ou eram chamados a repelir uma grande ofensiva do inimigo. Eram tropas por vezes fornecidas por algum rei vassalo.

Este sistema de recrutamento envolvia todo o Império, como se vê. **Não faltava ao exército, em fase de guerra ou de repouso, um bom sistema de comunicação por correios rápidos, com o uso de cavalos, percurso por etapas, sinais de fogo e um sistema de informações e espionagem.**

Sobre a organização interna do exército, técnicas de combate, etc., temos menos informações. Conhece-se, por exemplo, que havia o «chefe de uma dezena de soldados», o chefe de cinquenta, de cem e de mil, mas acima deste nada sabemos com exactidão. As batalhas são descritas em linguagem vaga e épica, de modo que não nos permitem obter informações concretas.

A elite dos combatentes, na maioria assírios, servia na **cavalaria e nos carros de combate**. Na **infantaria**, havia os **arqueiros** e os **lanceiros**, tendo cada grupo o seu armamento especial. O exército contava ainda com aqueles que davam apoio logístico de toda a espécie. Pelos relevos das portas das muralhas e dos palácios assírios, podemos imaginar o que eram os soldados a desfilar, a matar, a destruir

muralhas, a arrebatar o espólio da guerra. Vemos também soldados em repouso, outros a tratarem dos cavalos, a abaterem animais, a comerem, a dançarem, etc. Era a vida da classe mais importante da Assíria: os homens que faziam a guerra, que não era um mal a temer, mas um bem que se desejava, como já afirmámos.

O exército era o espelho de uma nação, toda ela orientada para a guerra como algo de necessário, para levar riqueza à capital, matérias primas e operários especializados para as construções dos reis e para a ostentação destes[1].

[1] G Roux, ob. cit., pp. 298-301.

8.4 A administração

A grandeza territorial do Império Neo-Assírio exigia uma organização administrativa bem estruturada com funcionários competentes. Os arquivos administrativos dão-nos os títulos de **altos funcionários da administração central** e permitem-nos ver quais as suas respectivas funções. Assim, falam-nos do *turtânu*, o general, e permitem-nos ver que, por vezes, o exército era comandado por dois *turtânu*, o da «direita» e o da «esquerda». Mencionam o mordomo *(shukkalu)*, o arauto do palácio *(nagir êkali)*, o grande escanção *(rab shagê)*, o grande oficial *(rab rêshi)*, etc. Em situações especiais, existiam outros, além destes.

Até ao reinado de Salmanasar V, na lista dos epónimos, a ordem previa a sucessão seguinte: o rei, o general, o arauto do palácio, o grande escanção, o intendente, os governadores das províncias, estando à frente destes o de Assur[2]. No entanto, existiram flutuações nesta ordem.

[2] P. Garelli e V. Nikiprowetzki, ob. cit., p. 133.

Não se encontra na administração da Assíria qualquer semelhança com a organização política e administrativa actual. Todos estes funcionários tinham que ver com tarefas de natureza económica, administrativa, judiciária, etc., conforme as necessidades, nem faltou, em alguns casos, um alto funcionário que desempenhou funções, semelhantes às do vizir no Egipto.

Nas **províncias**, a administração estava confiada a um governador, o *bel pihati*. Competia a este «chefe de circunscrição» manter a ordem e assegurar a cobrança dos impostos e o envio de matérias primas e de homens, quer para o exército, quer para as grandes construções reais. Pelos relatórios de carácter administrativo, sabemos o que era enviado das províncias para a capital: cereais, palha, animais, couros, etc. Sabemos que havia localidades, encarregadas de fornecer um montante determinado de bens que eram devidos ao rei. É bem clara, a este propósito, a carta enviada por um rei a um governador, onde se fala das localidades da circunscrição deste: «Aquele que é obrigado ao *ilku*, que leve o seu *ilku*, aquele que é obrigado a fornecer soldados, que leve soldados ao rei»[3]. Esta obrigação que algumas localidades tinham, em certas circunstâncias, de fornecer bens ou pessoas, designava-se *ilku*, palavra que não tem tradução fácil na nossa língua.

[3] *ABL*, 246.

A escolha dos altos funcionários recaía, como é óbvio, em pessoas consideradas competentes e leais, sem que existisse qualquer progressão na carreira.

O estatuto jurídico assentava num critério básico: era necessário servir o rei e os súbditos, onde quer que estivessem e qualquer que fosse a função que desempenhassem – quer fossem funcionários administrativos ou trabalhadores agrícolas, em terras próprias ou em terras do palácio real – deviam-lhe **obediência e fidelidade**.

8.5 A sociedade

Na sociedade assíria não faltavam naturalmente **os escravos, provenientes da insolvência de dívidas e, sobretudo, das guerras.** A prática das deportações levava a Assur grande número de pessoas que, arrancadas à força das suas terras de origem, ficavam ao serviço de quem o rei quisesse. **Tal como em épocas anteriores, o escravo era um bem que se podia alienar, mas curiosamente podia possuir bens e até podia casar com uma pessoa de condição livre.** A sua situação dependia da vontade do dono, sendo curioso verificar que o escravo, sendo um bem possuído por outrém, podia ser também um possuidor.

Dentro do sistema assírio, dificilmente se poderá falar de nobreza de sangue e de tradições. Os altos funcionários constituíam na prática uma categoria social, semelhante a uma aristocracia. Mas, quando muito, poder-se-ia falar de uma **nobreza de funções**, como escreveram P. Garelli e Nikiprowetzki[1].

[1] P. Garelli e Nikiprowetzki, ob. cit., p. 147.

ACTIVIDADES:

1. Associe os itens da coluna **B** com os correspondentes da coluna **A**.

	Coluna **A**	Coluna **B**
____	Kanish	1 – governador da província
____	Assur-Ubalit	2 – general
____	Tiglat-Falasar I	3 – biblioteca
____	Assurnasirpal II	4 – Samaria
____	Ninurta	5 – *karum*
____	Salmanasar III	6 – Amenófis IV
____	*bel pihati*	7 – Arameus
____	Salmanasar V	8 – Kalhu
____	Senaquerib	9 – deus da guerra
____	*turtânu*	10 – rei de Israel
____	Assurbanípal	11 – Babilónia

2. Caracterize o exército assírio.

....

....

....

....

....

....

....

....

....

....

3. Indique o nome do rei assírio que se celebrizou com a criação de um jardim botânico.

....

4. Assinale com **V** (verdadeiro) ou **F** (falso) as seguintes afirmações.

____ A – Ninive era a cidade babilónica, capital de Senaquerib.

____ B – Sargão II fundou Kalhu para capital do seu império.

____ C – Sargão II foi o sucessor de Salmanasar V.

____ D – Assurdão II foi um dos fundadores do império neo-assírio.

____ E – O obelisco negro de basalto reporta-se a Salmanasar V.

____ F – Senaquerib foi o sucessor de Sargão II.

____ G – Psamético encabeçou uma revolta contra Assurbanípal.

____ H – Nabopolassar destruiu Babilónia.

RESPOSTAS ÀS ACTIVIDADES:

1. Deve ter associado: **1** governador da província / *bel pihati*; **2** general / *turtânu*; **3** biblioteca / Assurbanípal; **4** Samaria / Salmanasar V; **5** *karum* / Kanish; **6** Amenófis IV / Assur-Ubalit; **7** Arameus / Tiglat-Falasar I; **8** Kalhu / Assurnasirpal II; **9** deus da guerra / Ninurta; **10** rei de Israel / Salmanasar III; **11** Babilónia / Senaquerib.

2. Na sua resposta deve ter mencionado: a constituição do exército em cavalaria e infantaria e esta constituída por um corpo de arqueiros e outro de lanceiros; exército permanente composto por soldados profissionais e exército de reserva; o uso de carros de guerra e de elefantes.

3. A resposta correcta era Assurnasírpal II.

4. Deve ter marcado **V** nas afirmações **C, D, F** e **G**. As restantes eram falsas.

9. O Império Neobabilónico

TÁBUA DE MATÉRIAS

9. O Império Neobabilónico

Objectivos de aprendizagem

9.1 Características do Império Neobabilónico

Actividade sugerida

Objectivos de aprendizagem:

Depois de ter estudado este capítulo deve saber que:

- após a morte de Assurbanípal, ocupou o trono da Babilónia o governador de Sumer, Nabopolassar;
- os Babilónios aliados aos Medos venceram os Assírios, conquistando as suas principais cidades;
- Nabucodonosor II comandou o exército contra o Egipto, a Síria e a Palestina, tendo derrotado os Judeus e destruído Jerusalém;
- Nabónides foi o último rei babilónio, conhecido pela sua devoção ao deus Sin;
- a época neobabilónica é caracterizada pelo gosto do passado;
- Ciro, rei dos Persas e dos Medos, conquistou a Babilónia em 539;
- a cidade de Babilónia era a maior da Mesopotâmia;
- o palácio de Nabucodonosor continha um museu e uma biblioteca, erguendo-se perto dele a zigurate *Etemenanki*;
- os templos não eram apenas centros de culto, mas também unidades de produção agrícola e comercial;
- os templos faziam empréstimos a juros elevados.

Em 612, os Caldeus da Babilónia, tendo-se aliado com os Medos, atacaram Ninive. Incendiaram a grande capital e ficaram senhores do que fora o poderoso império da Assíria.

A partir de então, vão concentrar todos os esforços no engrandecimento de Babilónia e conseguem, efectivamente, transformar económica e culturalmente essa cidade, atingindo um prestígio que não só igualou os antigos tempos de Hamurábi, como os ultrapassou. Foi no tempo de **Nabucodonosor II**, o último dos grandes soberanos da Mesopotâmia, que o Império Neobabilónico atingiu o apogeu.

Vejamos sucintamente a sequência dos acontecimentos.

Pelo ano de 627 a. C., terá falecido, como tudo leva a pensar, o soberano assírio Assurbanípal. Para evitar uma crise de sucessão, três anos antes (630) havia abdicado no filho Assur-Etil-Ilani, reservando para si a soberania da Babilónia. Quando faleceu, não houve de facto lutas de sucessão na Assíria, mas houve sérias contendas entre os vários pretendentes ao trono de Babilónia. Acabou por ocupá-lo o governador do «país do mar», a antiga região de Sumer, de nome **Nabopolassar**, um membro da tribo dos caldeus. Estabeleceu-se na Babilónia, a antiga capital, e começou a enfrentar as rivalidades da Assíria, apesar de debilitada. Iria ultrapassar facilmente essa grande potência do norte, após ter estabelecido **laços de amizade com os Medos. Tal amizade seria selada pelo seu casamento com uma filha de Cyaxare, rei dos Medos**. Dessa forma é que os Babilónios com os seus aliados **vencem, em 612, a cidade de Ninive**. **Esta data representa o princípio do fim do Império Assírio**, pois foram destruídos os seus três grandes centros: **Assur**, metrópole religiosa, **Kalhu**, quartel general do exército e **Ninive**, centro do governo e sede do palácio real.

Tendo morrido o rei de Ninive, subiu ao trono um homem que não era de linhagem real, **Assur-Ubalit II**, que apenas iria reinar durante três anos. Assim, o ano 609 marca a queda definitiva do império assírio. O rei de Babilónia, Nabopolassar, podia redigir a seguinte epígrafe:

> Eu massacrei o país de Subaru, transformei este país hostil num montão de ruínas. O Assírio que, desde dias longinquos, tinha governado todos os povos e cujo pesado jugo tinha infligido golpes a toda a população do país, foi afastado de Acad, sacudi o seu jugo.[1]

Podemos entrever pelo texto a arrogância, o ódio e o desdém de Nabopolassar pelos Assírios. Tudo faz pensar que, após esta vitória, o rei de Babilónia, já idoso, começasse a confiar ao filho **Nabucodonosor II** o comando das operações militares, pois já em 607, este príncipe **comanda uma expedição militar contra o Egipto e contra a Síria.** Em 605, conquista a poderosa fortaleza de Carquemish, a norte da Síria, não distante da actual Alepo, ficando com o caminho aberto para penetrar na Síria e na **Palestina**, regiões escolhidas para as suas operações militares. **Sabemos que iria posteriormente (em 598 e 587 a. C.) infligir a maior derrota que os Judeus alguma vez sofreram, destruindo-lhes a cidade de Jerusalém e o templo,** como oportunamente veremos.

[1] S. Langdon, *Die Neubabylonischen Konigsinschriften* (*NBK*), Leipzig, 1912, p. 69.

Ao falecer em 562, Nabucodonosor deixava Babilónia em grave situação, por causa dos problemas de sucessão. O filho Awêl Marduk, conhecido na Bíblia por Evil Merodak, não reinaria mais que dois anos. Após novas lutas, ocupou o trono o último dos reis babilónios, **Nabónides**. Também este subiu ao trono após uma conjura. Era filho do governador de Harrã, provavelmente de origem arameia, sendo sua mãe uma grande sacerdotisa do deus Sin. O amor à mãe e a devoção ao deus Sin iriam caracterizar o seu reinado. Mal subiu ao trono, mandou **reconstruir o templo de Sin em Harrã**. Introduziu esse culto em Babilónia e há inscrições que revelam como Nabónides teria mais devoção a Sin que a Marduk, deus nacional, com certo escândalo para os seus súbditos.

Diga-se, entretanto, que também se preocupou com a restauração de templos a outros deuses, não só em Babilónia, mas também noutras cidades. Talvez por ter de mandar escavar as fundações dos templos que desejava restaurar, lhe advenha o título de «rei arqueólogo», expressão que não deve, obviamente, entender-se à letra.

A época neobabilónica é caracterizada pelo gosto pelo passado: copiaram-se rituais, antigas crónicas, antigas listas dinásticas e coleccionaram-se antiguidades, etc. Quanto à colecção de antiguidades, nota-se um curioso exemplo na filha de Nabónides, a princesa Bel-Shalti-Nanar, grande sacerdotisa de Sin, na cidade de Ur. Quando o arqueólogo Leonard Wooley escavou o seu palácio em Ur, encontrou aí uma série de objectos de tempos muito diferentes, desde a época suméria até aos tempos em que a princesa aí viveu. Era ao que parece o seu «museu» pessoal.

Enquanto Nabónides reinava em Babilónia, os vizinhos medos e persas estabeleceram acordos de união política. Por 550, **Ciro é senhor da Média e da Pérsia** e empreende uma série de campanhas militares que lhe iriam dar o mais vasto império que até aí o mundo conhecera. **Começou por conquistar a Lídia, na Anatólia, onde reinava Creso, célebre pela riqueza. Em seguida, tomou as cidades jónias, dirigindo-se depois para Oriente. O seu império, poucos anos após ter subido ao trono, estendia-se desde o vale do Indo ao Egeu. Babilónia apenas seria conquistada, sem grande dificuldade, em 539**.

A *Crónica de Nabónides* descreve em pormenor os acontecimentos, informando como o rei Nabónides foi preso. Diz nomeadamente:

> No terceiro dia do mês de Arashsamnu (Outubro-Novembro) Ciro entrou em Babilónia. (As ruas ?) encheram-se (de gente) diante dele. A paz reinava na cidade, enquanto Ciro saudava toda a Babilónia.[1]

O rei persa respeitou a cidade, fez reinar a ordem em todo o país e terá colocado Nabónides como governador de uma província no Irão, a dar crédito a Flávio José[2]. Respeitou os deuses de Sumer e ele próprio se tornou adorador de Marduk, o deus de Babilónia[3]. A fama da sua política de tolerância e de magnanimidade explicam que tivesse sido recebido com entusiasmo pela população dessa cidade, que era a mais prestigiada e famosa da Mesopotâmia.

> Todos os habitantes de Babilónia, assim como todo o país de Sumer e de Acad, (com) os seus príncipes e os seus governadores, inclinaram-se diante dele e beijaram os seus pés, felizes por ele ter recebido a realeza. E de rosto radiante, saudaram-no com prazer como a um senhor, graças ao qual eles teriam passado da morte à vida e tinham escapado aos perigos e aos desastres. Eles veneravam o seu nome.[1]

[1] *ANET*, p. 306.

[2] Flávio José, *Contra Apião*, I, 21.

[3] Sobre a política persa, ver A.A. Tavares, «Tolerância persa, ideologia e propaganda», in *Impérios e Propaganda na Antiguidade*, ed. Presença, Lisboa, 1988, pp. 35-41.

[1] *ANET*, 315-316.

Obviamente que não podemos entender à letra este texto que, certamente, Ciro mandou gravar no seu prisma de barro.

9.1 Características do Império Neobabilónico

Iniciado por Nabopolassar, com a sua subida ao trono, cerca de 626 a. C., o Império Neobabilónico chegava ao fim, em 539, com a conquista de Babilónia por Ciro. Apesar da sua curta duração, foi da maior importância na história da Mesopotâmia, como nos deixam ver as numerosas fontes da época: inscrições reais, textos económicos e jurídicos e, ao mesmo tempo, belos monumentos.

Babilónia foi sempre respeitada como cidade sagrada. Talvez, por isso, foi sucessivamente renovada e enriquecida com monumentos que fizeram dela uma das maravilhas da Antiguidade. O próprio profeta Jeremias, ao predizer a sua queda, podia exclamar: «Babilónia era como uma taça de ouro com a qual o Senhor embriagava o mundo inteiro» (cap. 51,7).

Apesar de as escavações arqueológicas não terem revelado toda a sua grandeza, parece seguro que **Babilónia era a maior cidade da Mesopotâmia**, com cerca de 850 hectares de superfície, com 1179 templos e capelas, e com uma população nesta época que rondaria os 10 000 habitantes[2].

[2] G. Roux, ob. cit., p. 330.

Nas suas muralhas havia oito portas, cada uma dedicada a um deus ou a uma deusa. A melhor conservada e a mais conhecida é a porta de Ishtar, com 25 metros de altura e com uma esplêndida decoração, actualmente no Museu de Berlim, restando uma cópia fiel *in loco*, no meio das ruínas de Babilónia.

Aí se erguia o palácio real que Nabucodonosor mandou construir já no fim do seu reinado e que revelou, ao ser escavado, conter um museu e uma biblioteca do rei. Ao sul desse palácio, no meio de um vasto espaço livre, erguia-se a verdadeira torre de Babel, a grande zigurate chamada *Etemenanki*, ou seja, «templo da fundação do Céu e da Terra». Chegam-nos da Antiguidade descrições da cidade, particularmente da zigurate e da famosa festa do Ano Novo que aí se celebrava. Todos os reis de Babilónia lhe dedicaram as suas atenções, distinguindo-se, entre todos, Nabucodonosor, como nos deixa ver uma preciosa inscrição do seu reinado:

> Levei para a minha cidade de Babilónia, para diante de Marduk, prata, ouro, riquíssimas pedras preciosas, bronze, madeira de Magan, tudo o que é bom em grande profusão; os produtos das montanhas, os tesouros do mar, grandes quantidades de bens, ofertas sumptuosas...[3]

[3] *NBK*, pp. 125-127.

A cidade «santa» de Babilónia era conhecida pelo grande templo de Marduk e por muitos outros. Esses templos não foram apenas centros de culto religioso, mas desempenharam também funções importantes como unidades de produção agrícola e comercial.

Outras cidades foram conhecidas por possuírem templos onde se prestava culto a deuses tradicionais. **Tal era o caso de Borsipa, centro de culto de Nabu, Sippar com o santuário de Shamash, Dibbat, com o santuário de Anu e Uruk, centro do culto de Ishtar.**

Em todos os casos a riqueza dos templos era grande e complexa a sua estrutura administrativa. Comparando a riqueza do palácio real com a dos templos de Babilónia, parece não haver dúvida de que a riqueza destes era maior, apesar de serem grandes os proventos do rei. Este recebia parte dos dízimos, parte das oferendas que eram feitas aos templos, parte dos tributos dos soberanos que eram vassalos e recebia as taxas e impostos das províncias.

É evidente que o rei tinha de sustentar o **exército permanente** e custear as despesas dos trabalhos públicos. Por tal razão a administração pública teve períodos de grande dificuldade económica, como aconteceu no tempo de Nabónides. Não era fácil ao rei controlar os templos, porque se tornava impopular se aí tivesse alguma intervenção e também porque o pessoal dos templos pertencia às grandes famílias do país. Nabónides, suspeito de heresia por adorar mais o deus Sin que o deus Marduk, como vimos, teve de enfrentar a hostilidade dos Babilónios quando pretendeu algum controlo nesse campo.

As actividades agrícolas, comerciais e financeiras dos templos tornaram-nos grandes centros de riqueza. Como diz G. Roux, os templos tornaram-se os primeiros verdadeiros «capitalistas»[1]. **As suas actividades nos empréstimos a juros elevados, na prática da usura foram facilitadas com a generalização da moeda, cuja invenção se atribui ao rei da Lídia, sendo mais tarde difundida pelos persas**[2].

Houve na época neobabilónica quem conseguisse «fortunas colossais com as transacções de bens imobiliários, com o comércio de escravos, com o comércio a juros, com a fundação de sociedades comerciais e agrícolas e com a criação de verdadeiros bancos de depósito[3].

Durante o reinado de Ciro, o sistema sócio-económico de Babilónia não seria alterado, mas tudo mudaria posteriormente com a decadência do poder económico dos templos, que é manifesto no fim da época persa.

[1] G. Roux, ob. cit., p. 340.

[2] A. A. Tavares, *Economia e História Antiga*, ed. Presença, Lisboa, 1987, pp. 48-58.

[3] R. Bogaert, *Les origines antiques de la banque de dépôt*, Leiden, 1966, pp. 105-118.

ACTIVIDADE SUGERIDA:

Leia, se puder, o livro de A. A. Tavares, *Impérios e Propaganda na Antiguidade*, ed. Presença, Lisboa, 1988.

10. O legado cultural da Mesopotâmia

TÁBUA DE MATÉRIAS

10. **O legado cultural**

Objectivos de aprendizagem

10.1 **Religião e mitos das origens**

10.2 **A legislação**

10.3 **As ciências**

Actividade

Respostas à actividade

Objectivos de aprendizagem:

Depois de ter estudado este capítulo, deve saber que:

- a cultura mesopotâmica teve por base os Sumérios;
- as bibliotecas reais, as dos templos e as de alguns particulares permitem-nos conhecer a religião e a cultura mesopotâmica, ao longo dos tempos;
- os Acádios, os Babilónios e os Assírios assimilaram as divindades sumérias;
- os deuses foram sempre concebidos semelhantes aos homens, excepto na imortalidade;
- os Mesopotâmios cultivaram os mitos das origens dos deuses, dos homens e do mundo;
- nos diversos mitos, o homem foi criado para servir os deuses;
- o mais conhecido mito cosmogónico é o poema *Enuma Elish*;
- o *Gilgamesh* é a epopeia mais antiga que se conhece;
- desde o tempo dos Sumérios, que a Mesopotâmia se tornou a pátria do direito escrito da Antiguidade Pré-clássica;
- cultivaram a geografia, a matemática, a astronomia e a medicina;
- os Mesopotâmios regiam-se pelo calendário lunar.

Na história da Mesopotâmia, distinguimos as épocas dos Sumérios, Acádios, Babilónios, Assírios e, de novo, os Babilónios, na sua parte final. Estas épocas tiveram características próprias, mas tal como afirmámos, no início do nosso estudo, aceitamos que não se deverá falar de várias civilizações mesopotâmicas, mas apenas de uma, que teve por base os Sumérios e recebeu novas aquisições no decurso dos séculos.

Partimos deste princípio para, agora, de forma sintética, nos fixarmos nalguns elementos que melhor individualizam a cultura e a civilização da Mesopotâmia. Para isso, vamos começar por uma referência **à biblioteca de Assurbanípal, em Nínive**, onde se conservam documentos que vêm, desde os Sumérios até ao fim do domínio dos Assírios, nos finais do século VII a. C.

Em 1849, o arqueólogo inglês Henry Layard escavava em Nínive o palácio de Senaquerib e encontrava uma sala com o pavimento coberto por tabuinhas de argila, repletas de **escrita cuneiforme**. Três anos mais tarde, o seu assistente Hormuz Hassam fazia descoberta análoga no palácio de Assurbanípal. Desta forma os dois arqueólogos recolheram mais de 30 000 tabuinhas que actualmente se encontram no Museu Britânico e constituem a maior colecção de textos cuneiformes.

Com tal descoberta estava aberto o caminho para se poder penetrar nos segredos da história da Mesopotâmia, nas suas diversas vertentes. Efectivamente tratava-se de um verdadeiro arquivo, com uma documentação abundante e variada: inscrições, cartas, textos legais e administrativos, textos literários (incluindo mitos, epopeias) e outros que apelidaremos de «científicos».

Havia tabuinhas originais dos Sumérios, Acádios e Babilónios e existiam cópias desses textos antigos, feitos por copistas assírios que revelam grande competência e preocupação de fidelidade. Assim, na margem da tabuinha é frequente encontrar-se alguma informação, quanto ao mau estado de conservação do original, ou simplesmente a nota do copista: «não entendo». Todas as tabuinhas tinham registo de entrada e estavam numeradas e dispostas por uma ordem e método que, por vezes, faltam em bibliotecas modernas.

Mas notemos que, para além da biblioteca real, existiam outras ligadas aos templos ou mesmo pertencendo a algumas casas de famílias particulares. Recorda-se por exemplo a biblioteca de um sacerdote de Sin em Harrã, que revelou uma grande colecção de textos religiosos e literários. Mas a mais importante é, sem dúvida, a de Assurbanípal, resultante de doações e de confiscos feitos pelo rei. Ter-lhe-á servido e ao pessoal da corte e também aos intelectuais da época: sacerdotes, médicos, astrónomos, astrólogos, exorcistas, etc.

Existe ainda outra documentação, como a que provém de Uruk, etc, com a qual os assiriólogos podem contar, para realizarem trabalhos em áreas tão importantes como a religião e a cultura em várias das suas vertentes.

10.1 Religião e mitos das origens

Como fomos observando ao percorrermos a história política, o factor religioso teve importância fundamental em todo o processo histórico da Mesopotâmia. O sistema político assentou sempre na religião e as decisões dos reis, ao promoverem as guerras ou ao promulgarem leis, como fez Hamurábi, procuravam sempre uma justificação teológica.

O panteão sumério com a sua trindade básica influenciou o panteão dos Acádios, dos Babilónios e dos Assírios. Nesse processo, houve certamente a assimilação das divindades antigas, fenómeno resultante das próprias vicissitudes políticas. Assim, quando os Assírios dominaram em toda a Mesopotâmia, o próprio deus **Assur** entrou em Babilónia e quando esta subjugou a Assíria, foi o deus **Marduk** que se impôs aos Assírios.

Entretanto **a simbiose que se verificou no panteão sumero-acádico foi fundamental. Manteve-se sempre a tríade cósmica de base suméria, composta por An, deus do céu, Enlil, deus da atmosfera, e Enki-Ea, deus das águas doces.** Permaneceram também **as divindades astrais, como Shamash (o Sol) e Sin (a Lua)**, muitas vezes adorados com os nomes sumérios de *Utu* e de *Nanna*, juntamente com outras.

Mas além desses e dos deuses adorados nos grandes santuários, como **Marduk, Assur, Nabu**, etc., introduziram-se muitos deuses estrangeiros, sobretudo na época do domínio cassita, de tal forma que, a partir da biblioteca de Assurbanípal, é possível descobrir-se o nome de mais de 2500 deuses.

Não se poderá apontar alguma tendência ou orientação teológica para o monoteísmo ou para o conceito de divindade de carácter transcendental, mas poderá apontar-se a tendência constante para se **conceberem os deuses como se fossem semelhantes aos homens pelos seus corpos e pelos seus sentimentos e reacções.** Têm corpo, rosto, sexo como os homens, vestem-se, alimentam-se, dormem ou riem como estes, etc. **Trata-se de uma transposição do mundo dos humanos para outro que se chama dos deuses**[1].

Os deuses, na realidade, apenas se distinguem dos homens porque possuem a **imortalidade** que foi recusada aos humanos. Como quer que seja eles também tiveram princípio. Assur, por exemplo, dirá «que se criou a si próprio», tal como Marduk poderá declarar «eu sou aquele que se criou pela sua própria vontade»[2].

As origens dos deuses, dos homens e do mundo são objecto de vários **mitos das origens** que se apresentam com variantes, conforme os santuários. À volta do deus venerado num santuário teciam-se lendas e surgiam tradições.

No que diz respeito à **criação da humanidade**, vejamos estes exemplos: **em Nipur, o deus criador do homem é Enlil; o deus modelou-o com as suas próprias mãos, como faria um oleiro.** Em **Eridu**, a explicação era mais complexa: os deuses multiplicavam-se e começavam a viver contrariados e irritados por terem de se servir uns aos outros. Foi, por isso, que a deusa Namu, mãe de Enki, pensou

[1] Geza Komoroczy, «World and strike of Gods, New Light on the divine society in the Sumero-Akadian mythology», in *Oikoumene*, I, 1976, pp. 9-37.

[2] P. Garelli e ..., ob. cit., II, p. 172.

em fazer algo para libertar os deuses dessa penosa situação, intercedendo junto do filho. **Este resolveu criar os homens para servirem os deuses.**

Notemos que os diversos mitos concordam em afirmar que os humanos foram criados para serviço dos deuses. Embora varie o modo dessa criação, predomina a ideia de que foram criados, a partir da argila argamassada com sangue de um deus[1].

O relato da criação da humanidade, com origem em Eridu, lê-se numa das obras mais famosas da antiga Mesopotâmia, o mito de *Atrahásis*. O nome da obra vem do principal herói desse poema que se compõe de três cantos. No primeiro descreve-se a revolta dos deuses por terem de cuidar da sua subsistência; no segundo, descreve-se a criação dos homens como servos dos deuses; no terceiro relata-se o flagelo que os deuses quiseram infligir à humanidade, quando esta se rebelou contra os deuses por não querer prestar-lhes o serviço a que estava obrigada. Então os deuses decidiram destruir a humanidade, mas o grande sábio Atrahásis conseguiu limitar os efeitos da catástrofe, seguindo os conselhos do deus Enki-Ea. Daí por diante, quando surgem crises idênticas é sempre Atrahásis quem livra os humanos da total destruição. Este nome está, no entanto, associado a mais que um herói da literatura da Mesopotâmia, sobretudo épica. Encontra-se presente em todo o ciclo literário que tem por objecto o pecado da revolta do homem e a consequente punição pelo dilúvio[2].

Embora o poema *Atrahásis* seja o mais tradicional, outro, o *Enuma Elish*, ultrapassou-o pela sua fama e divulgação. A razão principal foi esta: o poema exalta o deus **Marduk**, o grande deus da Babilónia que suplantou o deus Enlil.

O *Enuma Elish* situa-nos nas origens do mundo, quando não havia céu nem terra, nem os próprios deuses. «Quando no alto nada era nomeado», existia apenas a imensidade das águas primordiais, ou seja, quando ainda se confundiam as águas doces, *Apsu*, com as águas salgadas, *Tiamat*. Após a criação dos deuses, de que falaremos a seguir, houve lutas entre eles e, depois de vicissitudes de vária ordem nesse universo de divindades, **Marduk tornou-se o deus principal e o soberano do universo.** Criou o céu e a terra e confiou a seu pai, Ea, o encargo de criar a humanidade. Foi esse deus que determinou como devia ser a natureza do homem e lhe destinou a sua missão de servidor dos deuses.

Este mito cosmogónico foi o mais importante e o mais divulgado. Foi escrito no II milénio a. C. e é composto por sete cantos que se encontram em sete placas de argila. As primeiras palavras *enuma elish* significam «quando no alto»[3].

Relacionado com o tema das origens, nomeadamente com o **dilúvio** está o *Gilgamesh*, que é **a epopeia mais antiga que se conhece**. Baseia-se em histórias e lendas da época **suméria**, tendo sido recolhida pelos acádios que lhe deram a forma literária que chegou até nós. **A recensão mais completa é a do século VII a. C. e foi encontrada na biblioteca de Assurbanípal, em Nínive.**

A epopeia é extensa e de grande beleza. Conta-nos as aventuras de um antiquíssimo rei de Uruk, Gilgamesh, famoso pelas suas façanhas de diversa natureza e pelas

[1] A. A. Tavares, «A criação do homem nos mitos das origens», em *Estudos da Alta Antiguidade*, ed. Presença, Lisboa, 1983, pp. 131-150.

[2] Existem várias recensões deste poema mesopotâmico. Aconselha-se a versão francesa, proposta por R. Labat, *Les religions du Proche-Orient*, Paris, 1970, pp. 26-36. Poderá ler a versão portuguesa dos extractos fundamentais em A. A. Tavares, ob. cit., pp. 140-144.

[3] Poderá ler este poema na versão francesa em R. Labat, ob. cit., pp. 59-64. A versão portuguesa dos extractos mais significativos encontra-se em A. A. Tavares, ob. cit., pp. 143-144, seguindo-se o comentário em pp. 145-146.

viagens que empreendeu para conseguir descobrir o segredo da imortalidade. Quem lho poderia revelar seria, segundo pensava, o único sobrevivente do dilúvio, chamado Utanapishtim (correspondente ao Noé bíblico). Para encontrar esse homem, Gilgamesh percorre enormes distâncias, caminha por vales e montanhas, expõe-se à fome e aos ataques das feras, atravessa o «mar primordial» e as águas da morte. Finalmente chega à presença de Utanapishtim, mas fica decepcionado com a resposta: «A vida que procuras não a encontrarás. Quando os deuses criaram a humanidade, foi à morte que a destinaram. A vida está nas mãos deles que a guardaram».

Mas Utanapishtim, a pedido da esposa, acaba por lhe revelar o segredo que até ali ignoravam os humanos: terá de ir procurar uma misteriosa planta, que cresce no fundo do mar. Tem espinhos que lhe picarão as mãos, mas se a encontrar e a trouxer terá o segredo da vida eterna. Gilgamesh não hesita: atira-se para o fundo do mar e consegue trazer a «planta da vida». Cheio de alegria e felicidade imensa, dirige-se agora para a sua cidade, Uruk. Entretanto, quando já vai a caminho, sente necessidade de se ir banhar numa nascente de água fresca. E foi então que a desgraça aconteceu: enquanto se banhava, uma serpente sentiu o odor da planta. Subiu silenciosamente da terra e roubou-lha. Imediatamente pôde atirar para fora, sobre o campo, a sua velha pele e desapareceu...

Gilgamesh apercebeu-se, então, da irremediável desgraça: perdera o tesouro que arrebatara por momentos. A serpente podia agora mudar de pele, podia recomeçar a viver, mas desaparecera quase misteriosamente... O homem, esse, seria irremediavelmente mortal.

Pelo tema, pelas descrições que contém, pelo dramatismo, pela eventual influência que terá exercido sobre a própria *Odisseia* e sobre a literatura de viagens, pela beleza literária, o *Gilgamesh* é um dos monumentos imorredouros da humanidade[1].

[1] Entre as várias traduções do *Gilgamesh*, preferimos a de R. Labat, ob. cit., pp. 145-226. Existe também uma versão portuguesa, feita, a partir de uma versão inglesa, por Pedro Tamen, *A epopeia de Gilgamesh*, ed. A. Ramos, Lisboa, 1979. Poderá ler uma apreciação da sua mensagem sobre o sentido dos cultos ofiolátricos, em A. A. Tavares, «Representações serpentiformes e cultos ofiolátricos», em *Estudos da Alta Antiguidade*, pp. 89-130.

10.2 A legislação

Tal como Roma é conhecida como pátria do Direito, na Antiguidade Clássica, assim a Mesopotâmia foi a pátria da primeira legislação codificada na Antiguidade Pré-Clássica.

De facto, **a primeira legislação escrita encontra-se nas antigas cidades da Suméria**. Já durante a maior parte do III milénio a. C., havia leis escritas, como se verifica por documentos de venda e escrituras. **Com o rei Urucagina, de Lagash, por volta de 2400 a. C., começa a verificar-se uma série de regulamentações que têm grande importância para a história da codificação do direito**. Preocupado com os problemas sociais, esse soberano legislou para que os órfãos e viúvas não fossem vítimas indefesas dos ricos e poderosos: «Celebrou um pacto com o deus Ningirsu de que um homem poderoso não podia praticar para com eles nenhuma injustiça». Como escreve Kramer, «torna-se evidente, pelo texto da reforma de Urucagina, que a promulgação de leis e regulamentos legais pelos governantes

dos estados sumérios era um fenómeno corrente por volta de 2400 a. C. e provavelmente mais cedo»[1].

[1] Kramer, *Sumérios*, p. 108.

Mas **o primeiro código de leis** recuperado e estudado foi o de **Ur-Namu** (2050-2032 a. C.), soberano da terceira Dinastia de Ur. Encontra-se numa placa seca ao sol, de 10 cm por 20 cm, conservado no Museu Oriental de Istambul. Infelizmente encontra-se parcialmente destruída e parte do texto está ilegível, mas o que resta é suficiente para informar que o rei estabeleceu um sistema de pesos e medidas e providenciou para que «o órfão não se tornasse presa do rico», para que «a viúva não fosse entregue ao poderoso» e para que «o homem de um siclo não se tornasse presa do homem de uma mina»[2].

[2] O texto completo pode ler-se em E. Szlechter, «Le Code d'Ur-Nammu», in *Revue d'Assyriologie et d'Archéologie Orientale (RA)*, 1955, vol. 49, pp. 169 e ss.

Seleccionámos apenas as últimas três leis por se revestirem de maior clareza e de particular importância pela sua humanidade, quando se compara com o que viria a determinar o código de Hamurábi e a legislação dos Hebreus. Aqui, em vez da pena de talião «olho por olho, dente por dente», prevalece o sistema do castigo por multas. As penas eram financeiras e não corporais.

> Se um homem a um homem com um ... instrumento seu ... cortou o pé, 10 siclos de prata deverá pagar.
>
> Se um homem a um homem com uma arma seus ossos de ... quebrou, 1 mina de prata deverá pagar.
>
> Se um homem a um homem com um *geshpu* (instrumento cortante) cortar o nariz, 2/3 de uma mina de prata deverá pagar.[3]

[3] Kramer, *A história começa na Suméria*, pp. 81 a 82.

Lipit-Ishtar (1875-1865 a. C.), rei da Dinastia de Isin, deixou-nos também um código de leis. O objectivo do seu código é a felicidade dos seus súbditos sumérios e acádicos, como ele próprio declara ao apelar aos deuses. À semelhança do código de Hamurábi, está dividido em três secções: prólogo, corpo de leis e epílogo[4].

[4] Poderá lê-lo em Kramer, *Os Sumérios*, pp. 368-378.

O *Código de Eshnuna* (1825-1787 a. C.) é o mais antigo que se conhece em língua acádica. É do rei Bilalama de Eshnunna, embora, ao contrário dos outros, não tivesse ficado conhecido pelo seu nome. Encontra-se em duas tabuinhas de argila, escritas em caracteres cuneiformes, actualmente no Iraq Museum. As duas tabuinhas são duplicadas, contendo o mesmo texto, tendo aqui e ali algumas variantes. Como quer que seja, completam-se. São certamente o produto de uma escola de escribas, onde o texto das leis era recopiado muitas vezes para uso e formação dos futuros escribas e funcionários públicos.

Tal como os outros anteriores, não é um código, no sentido técnico da palavra, pois faltam-lhe leis sobre diversas matérias, mas reveste-se, mesmo assim, de grande importância. Quanto à sua formulação e sistematização, as leis de Eshnuna são caracterizadas por maior arcaísmo que as do código de Hamurábi.

Vejamos alguns exemplos:

> Se um barqueiro foi negligente e afundou um barco, deverá restituir tudo o que afundou.

Se um *awilum* tomou, de maneira fraudulenta (?), um barco (que) não (é) seu, pesará 10 siclos de prata.

Se um *awilum* deu a um mercenário um siclo de prata para trabalhar na colheita e se este não se colocou à disposição e não trabalhou (durante toda) a colheita, pesará 10 siclos de prata.

O salário de um alfaiate (?) é um siclo, se a roupa custar 5 siclos de prata. Se custar 10 siclos de prata, (o seu salário é) 2 siclos.

Se um *awilum* foi feito prisioneiro durante uma expedição militar, de razia ou de reconhecimento (?), ou foi levado embora à força e permaneceu por longo tempo em uma outra terra, um outro, então, tomou a sua mulher por esposa e ela gerou um filho: quando ele regressar, sua mulher retornará para ele.

Se um *awilum* deflorou a escrava de um (outro) *awilum*, pesará 1/3 de uma mina de prata, mas a escrava (continuará propriedade) de seu senhor.

Se um boi escorneou um (outro) boi e causou a sua morte, os proprietários de ambos os bois dividirão (entre si) o preço do boi vivo e a carne do boi morto.

Se um boi é escorneador, e o «distrito» (i.e, as autoridades locais) informou o seu proprietário, mas ele não vigiou o seu boi e este escorneou um *awilum* e lhe causou a morte, o proprietário do boi pesará 2/3 de uma mina de prata.

Se escorneou um escravo e causou a sua morte, pesará 15 siclos de prata.

Se um muro ameaça cair e o distrito informou o proprietário do muro, mas este não reforçou o seu muro e o muro caiu e causou a morte do filho de um *awilum* (este é um processo de vida). Decreto do rei, etc.[1]

[1] E. Bouzon, *As leis de Eshnunna*, ed. Vozes, Petrópolis, 1981, trad., comentário, anotações e transcrição do texto cuneiforme.

O *código de Hamurábi* (1728-1686 a. C.) é, sem dúvida, o mais famoso da Alta Antiguidade. Conservou-se, ao contrário dos outros, na sua própria estela que se pode admirar no Museu do Louvre. Na parte superior pode ver-se, em baixo- relevo, a imagem do rei diante de uma divindade, provavelmente o deus Shamash, que lhe entrega as insígnias do poder e o encarrega de estabelecer a justiça no país. Assim se apresenta esse conhecido rei da antiga Babilónia. A estela foi levada para Susa, provavelmente no século XII a. C., e aqui foi encontrada nas escavações, dirigidas por J. de Morgan, em 1901-1902 (Dezembro-Janeiro). Foi imediatamente estudada por Vincent Scheil que a deu a conhecer ainda em 1902, e dividiu o texto em 282 parágrafos.

Vejamos alguns exemplos que extraímos da tradução portuguesa de Emanuel Bouzon[2].

[2] Emanuel Bouzon, *O Código de Hamurábi*, ed. Vozes, 2.ª ed., Petrópolis, 1976. Se preferir, pode consultar a versão francesa de A. Finet, *Le Code de Hammurapi*, eds. du Cerf, Paris, 1973.

1 – Se um *awilum* acusou um outro *awilum* e lançou sobre ele (suspeita de) morte mas não pôde comprovar: o seu acusador será morto.

6 – Se um *awilum* roubou bens de um deus ou do palácio, esse *awilum* será morto; além disso aquele que tomou de sua mão o objecto roubado será morto.

8 – Se um *awilum* roubou um boi ou uma ovelha ou um asno ou um porco ou uma barca, se é de um deus ou do palácio deverá pagar até trinta vezes mais; se é de um *muskenum* restituirá até dez vezes mais. Se o ladrão não tem com que restituir, será morto.

17 – Se um *awilum* prendeu no campo um escravo ou escrava fugitivos e o reconduziu ao seu dono, o dono do escravo dar-lhe-á 2 siclos de prata.

129 – Se a esposa de um *awilum* for surpreendida dormindo com um outro homem, eles os amarrarão e os jogarão na água. Se o esposo perdoa sua esposa, o rei (também) perdoará o seu servo.

130 – Se um *awilum* amarrou a esposa de um (outro) *awilum*, que ainda não conheceu homem e mora na casa de seu pai, e dormiu em seu seio e (se) o surpreenderam: esse *awilum* será morto, mas essa mulher será posta em liberdade.

138 – Se um *awilum* quer abandonar a primeira esposa, que não lhe gerou filhos: dar-lhe-á a prata correspondente ao *terhatum* (i.e o preço que o pai do noivo pagou ao pai da noiva) e restituir-lhe-á o dote que trouxe da casa de seu pai, então poderá abandoná-la.

168 – Se um *awilum* resolveu deserdar seu filho e disse aos juízes: «eu quero deserdar meu filho», os juízes deverão examinar a questão. Se o filho não cometeu uma falta (suficientemente) grave para ser deserdado, o pai não poderá deserdar seu filho.

195 – Se um filho bateu em seu pai, cortarão a sua mão.

196 – Se um *awilum* destruiu o olho de um (outro) *awilum*, destruirão seu olho.

198 – Se destruiu o olho de um *muskenum* ou quebrou o osso de um *muskenum*, pesará uma mina de prata.

229 – Se um pedreiro edificou uma casa para um *awilum*, mas não fortificou o seu trabalho e a casa, que construiu, caiu e matou o dono da casa, esse pedreiro será morto.

O texto das **leis assírias** é-nos conhecido por 14 tabuinhas, mais ou menos fragmentárias, descobertas em Assur, entre 1903 e 1914. Estas tabuinhas conservam um texto que remonta aos fins do século XII a. C., mas reflectem um direito de séculos anteriores. Aí encontramos disposições legais sobre a mulher, o casamento, delitos sexuais, propriedade imóvel e bens móveis, sucessões, blasfémias, etc. É legislação vasta e variada de que apenas reproduzimos alguns extractos, retirados das três primeiras tabuinhas.

A.1 – Se uma mulher, seja esposa de um *awilum*, seja filha de um *awilum*, entrou num templo, roubou do templo qualquer coisa pertencente ao santuário e se o roubo foi encontrado na sua mão, se produziram contra ela provas e a convenceram, recolher-se-á o que roubou e interrogar-se-á o deus. Como ele ordenar, assim se tratará a mulher.

A.13 – Se uma mulher casada saiu de sua casa e foi ter com um homem e habita com ele, se ele dormiu com ela e sabia que era casada, dar-se-á a morte ao homem e à mulher.

A. 17 – Se um homem falou a outro homem dizendo: «a tua mulher prostitui-se» e se não há testemunhos, farão um acordo e irão para a ordália no deus-rio.

A. 20 – Se um homem dormiu com o seu próximo, e contra ele se produziram provas de que dormira com ele, será castrado.

A. 34 – Se um homem tomou uma viúva *(almattu)* sem redigir um acto de casamento (e se) ela habita dois anos na sua casa, ela é a sua esposa; ela não se irá embora.[1]

[1] G. Cardascia, *Les Lois Assyriennes*, eds. du Cerf, 1969. Veja-se sobre este assunto, A. A. Tavares, «*L'Almanah hébraique et l'Almattu des textes akkadiens*», in *La femme dans le Proche Orient Antique*, eds. Recherches sur les Civilisations, Paris, 1987, pp. 163-179; *Idem*, «A viúva no Próximo Oriente Antigo», in *História e Filosofia*, Revista do Centro de História das Ideias, INIC, UNL, vol. V, 1986, pp. 66-83.

10.3 As ciências

As ciências que actualmente designamos por «exactas» e «positivas», não atingiram nível tão elevado como a legislação ou as obras literárias. Mas na Mesopotâmia, tal como no Egipto, podem apontar-se elementos que demonstram, não só as tentativas levadas a efeito neste campo, como também a elevação que atingiram certas ciências, nomeadamente a geografia, a matemática, a astronomia e a medicina.

Ao referirmos a **geografia**, não podemos ignorar as listas de rios, de montanhas, de países e de cidades que entravam nos programas de aprendizagem na escola, a *bit tuppi*, ou seja a «casa da tabuinha». As escavações têm posto a descoberto planos de templos, de terrenos e de cidades sobre tabuinhas de argila. A planta da cidade de Nipur, por exemplo, corresponde com exactidão àquele que foi revelado pelas escavações arqueológicas[2].

[2] G. Roux, ob. cit., p. 308.

Reveste-se de particular interesse e curiosidade um *mapa-mundi*, certamente do século VI a. C. que representa a terra como um disco, cercada pelo «rio amargo» e dividida em duas partes pelo Eufrates. **No centro está marcada Babilónia, considerada o centro do mundo.** Registe-se também que nesse mapa existem legendas a descrever os países situados, nos confins da terra, sendo curioso o modo por que é designada a região mais setentrional, «o país onde nunca se vê o Sol», o que parece sugerir que os Babilónios tinham ouvido falar da noite ártica, como observa G. Roux[3].

[3] G. Roux, ob. cit., p. 309.

Maior desenvolvimento que a geografia alcançou a **matemática**. Conhecem-se duas categorias de textos sobre esta matéria, com origem no início do II milénio: tabelas com números que permitiam fazer divisões, multiplicações e cálculos complicados; problemas que são enunciados e resolvidos, servindo de modelo teórico para os estudantes.

Os Mesopotâmios usavam o **sistema sexagesimal**. Calcularam o valor de *pi* em 3, mas numa tabuinha de Susa o valor que se lhe atribui é de 3,375. Conheceram certas propriedades do rectângulo, do triângulo e do círculo. Qualquer visitante do Museu de Bagdad, antes da guerra do Golfo, podia admirar uma tabuinha, proveniente de *Tel Harmal*, do século XVIII a. C., que ilustra graficamente o teorema de Pitágoras.

Apesar do desenvolvimento atingido pela matemática, a **astronomia** só alcançaria nível científico na segunda metade do I milénio a. C., ou seja, já na época neobabilónica. Não resolveram com tanta felicidade como os Egípcios, o problema do calendário, visto que o mês era lunar. O ano começava com a primeira lua nova que se seguia ao equinócio da primavera e dividiam-no em 12 meses e vinte nove ou trinta dias, conforme o ciclo lunar. Sendo o ano lunar mais pequeno que o ano solar, cerca de onze dias, tiveram necessidade de corrigir a diferença, juntando mais um ou vários meses suplementares, solução pouco prática e por vezes arbitrária. Acrescente-se que, tal como no Egipto, o calendário indicava quais os dias nefastos para que fossem evitados determinados trabalhos ou decisões e para prevenir dos perigos que porventura não pudessem ser evitados.

A **medicina** ocupa um lugar especial, entre as ciências cultivadas na Mesopotâmia. As fontes que nos chegam sobre esta temática são muitas e de índole muito diversa. O historiador pode recolher elementos sobre médicos e medicina, em textos de índole literária muito diversa, como historietas que corriam na Mesopotâmia e que os historiadores têm recolhido. Vejamos este exemplo:

> Era uma vez um pobre homem da cidade de Nipur, chamado Gimil Ninurta ... Para se vingar de uma ofensa recebida do governador da cidade, conseguiu introduzir-se em casa do dito governador disfarçado de médico. Para tanto fez a barba, cortou o cabelo e vestiu-se da melhor maneira que pôde, pois competia aos médicos vestirem bem. Assim preparado, apresentou-se ao porteiro como sendo um médico da cidade Isin. Nessa qualidade foi imediatamente recebido, porque o governador estava a precisar de um médico que o tratasse dos ferimentos que havia recebido pouco antes, numa infortunada cena de pancadaria. Já na casa do governador, o falso médico conduz o doente para um aposento isolado e escuro, visto que só ali poderia aplicar a sua medicina com eficácia ... E uma vez lá aproveita para infligir ao governador ferido um castigo suplementar.[1]

[1] R. Gurney, *Anatolian Studies*, 6, 1956, pp. 145 e ss.; P. Herrero, *Thérapeutique mésopotamienne*, eds. Recherches sur les Civilisations, mémoire n.º 48, Paris, 1984, p. 12.

ACTIVIDADE:

Tente extrair conclusões, a partir da leitura desta história, sobre os médicos mesopotâmicos.

RESPOSTA À ACTIVIDADE:

Devia ter anotado o aspecto físico do médico: rosto sem barba, cabelo curto, talvez rapado e bem vestido, e a referência ao espaço onde este praticava a medicina: aposento isolado e escuro.

Entre os textos jurídicos que nos dão informações sobre o exercício da medicina, é justo referirmos, o *Código de Hamurábi*, pelas disposições que contém sobre esta matéria, nos parágrafos 215 a 223. Ficamos a saber quais os pagamentos devidos a um médico por uma operação cirúrgica, e como aqueles variavam, segundo a categoria social do doente.

> Se um médico fez em um *awilum* uma incisão difícil com uma faca de bronze e curou o *awilum* ..., ele tomará 10 siclos de prata (215).
>
> Se foi o filho de um *mushkenum*, tomará 5 siclos de prata (216).
>
> Se foi o escravo de um *awilum*, o dono do escravo dará ao médico 2 siclos de prata (217)[1].

[1] E. Bouzon, ob. cit., p. 91.

Ficamos também a saber que, no caso de insucesso, o médico tinha **sanções bem pesadas**. Lembremos, a propósito, que o siclo de prata era uma unidade de peso, e não propriamente uma moeda, pesando cerca de 8 gramas. Assim, as tarifas do médico situavam-se entre 16 e 42 gramas de prata, atingindo por vezes 84 gramas. Se pensarmos que o trabalhador rural não recebia mais que um siclo por 36 dias de trabalho, embora podendo admitir-se que receberia alguns bens em espécie, concluímos que o médico era muito bem pago.

Por outro lado, temos conhecimento das íntimas relações dos médicos de Assur com os de Mari e da grande fama, adquirida por estes últimos, na região e na época, pelos textos epistolares dos Arquivos Reais de Mari.

A Babilónia da época cassita, já no I milénio a. C., deixou-nos também um importante conjunto de cartas provenientes de Nipur, onde se dá conta da existência nessa cidade de uma escola para príncipes e princesas. O director da escola refere, em várias cartas dirigidas ao governador da cidade, as suas dificuldades em obter os produtos necessários para o fabrico de remédios. Várias cartas do director dessa escola, dirigidas ao seu superior, são verdadeiros boletins de saúde, redigidos com consciência profissional e com objectividade.

Vejamos, por exemplo, estas duas:

> Quanto aos cantores e cantoras da chamada Etirtu e da casa do meu senhor, a saúde é boa; quanto à filha de Mustalu, é à tarde que a febre lhe vem. Desde a madrugada que eu lhe faço beber um medicamento. A febre é constante. Os seus pés estão gelados. Mas, enquanto anteriormente ela tossia, agora já não tosse mais.[2]
>
> A filha de Aiaru durante a primeira vigília da noite parecia estar melhor ... Durante a noite ninguém lhe tirou o cataplasma que lhe tinham posto. De manhã, quando ela acordou, puseram-lhe outro, logo que ela o pediu. Todavia, quando parecia estar muito melhor, agora não vai bem. Eu procurarei saber notícias e enviarei o meu mensageiro para as transmitir ao meu senhor.[3]

[2] *Babylonian Expedition of the University of Pennsylvania, Series A: Cuneiform Texts*, ed. por H. V. Hilprecht, 1893-1914 (*BE*), XVI 1, 32: 4-14.

[3] *BE*, XVII 1, 47.

Ao que parece Nipur era a grande escola de medicina, donde saíam os médicos para as diversas cidades. A presença de um médico da Babilónia é testemunhada já no século XIII a. C., na corte dos Hititas, em Hattusa.

As cartas dos reis assírios, principalmente da época neo-assíria, fazem também frequentes referências a médicos, podendo estes habitar ou não no palácio real. Pelo interesse de que se reveste, parece que não se deve esquecer esta que um médico, cujo nome desapareceu, enviou ao rei Assaradão:

> A respeito daquilo que o rei me escreveu: fala-me com toda a sinceridade, eu tenho de dizer que sempre falei com sinceridade ao rei meu senhor. A inflamação que lhe abrasa a cabeça, os braços e os pés provém-lhe dos dentes. Os seus dentes devem ser arrancados. É por causa disso que o doente está com essa inflamação.[1]

[1] *Assyrian and Babylonian Letters Belonging to the Kouyunik Collection of the British Museum*, ed. por R. F. Harper, Chicago 1892-1914, (*ABL*), 586.

Para além dos inúmeros textos epistolares, existem outras fontes especificamente médicas, ou seja, literatura redigida por médicos e destinada a médicos, certamente para os ajudar no exercício da sua profissão. Por vezes trata-se de recolhas de aplicação prática, como por exemplo listas onde se aconselha aquilo que se poderia esquecer: descrições de sintomas de doenças, enumeração dos ingredientes, diversas maneiras de os preparar ou de os aplicar, etc.

Diagnosticaram a epilepsia e a icterícia. Tomemos, como exemplo, a descrição desta última:

> Se o corpo está amarelo, se o rosto está amarelo, os olhos amarelos, se as carnes ficam murchas, é uma icterícia. ... Se uma pessoa sofre duma icterícia grave, se a cabeça, a face, todo o seu corpo e a raiz da língua estão negros, o médico não aproximará a mão deste doente; este homem morrerá, não pode curar-se.[2]

[2] R. Labat, *Médecine babylonienne*, cit. por L. Gothier e A. Troux, *Recueils de Textes d'Histoire*, 2.ª ed., Bélgica, s/d, p. 59.

Ao lado destas observações em que os sintomas são apontados à maneira da medicina moderna, há outras em que predomina **a fantasia e a tendência para a advinhação**. É o que acontece quando, a partir do aspecto dos seios ou do ventre de uma mulher grávida, se pretende concluir do sexo da criança que vai nascer.

A **intervenção da crença mágica** nota-se com frequência nas receitas, na composição dos medicamentos e nos tratamentos. Ao lado de uma receita em que intervêm ingredientes de origem vegetal ou animal, que a observação empírica pode aconselhar, surgem outras receitas com ingredientes tão estranhos que só se explicam pela magia. De facto são indicados por vezes ingredientes deste género: urina, excrementos, esperma, sangue de ave, insectos, etc. O emprego destas substâncias parece destinado a expulsar os demónios, ligando mais ou menos a presença do demónio ao carácter repelente ou de nojo de várias dessas substâncias, sobretudo quando tinham de ser ingeridas. Não é esse o caso destas duas receitas de tipo cataplasma: «Pulverizem-se uvas secas, pinhões e ameixas; verta-se sobre isso cerveja; junte-se-lhe óleo e aplique-se como cataplasma»[3].

[3] S. Kramer, *Os Sumérios*, p. 120.

Eis um cataplasma para a constipação:

> Se uma pessoa tem uma constipação ..., mistura excremento de pombo, cantáridas, farinha de trigo, excrementos de gazela na cerveja Kurunnu; estende a mistura sobre um pano, coloca-o sobre o peito e a base dos pulmões; deixa-o no lugar durante três dias e o doente ficará curado.[4]

[4] G. Contenau, *La médecine en Assyrie et en Babylonie*, Paris, 1938, p. 184.

Para a cura da doença recorria-se aos medicamentos e, muitas vezes, às encantações e exorcismos, visto que a doença podia ser causada por força ou pela própria presença

do demónio. Neste caso, a cura consistia numa expulsão, em deslocar o demónio para outro ser. Não admira que, por vezes, se colocasse um porquinho sobre o doente, fazendo coincidir quanto possível os membros do animal com os da pessoa doente para que o demónio passasse para o porco.

Noutras ocasiões os tratamentos de doenças afastavam-se completamente de tais práticas. Assim acontecia nestes dois casos:

> Se o estômago duma pessoa está em fogo, se não pode suportar bebida nem alimento, mói a semente de tamargueira, mistura com mel e manteiga derretida, que o doente coma e será curado. Se uma pessoa tosse, faz ferver o tremoço bravo quando está verde como feijões, com leite, alho e azeite de boa qualidade; mistura tudo isso, que ele beba em jejum e ficará curado.[1]

[1] G. Contenau, *La médecine en Assyrie et en Babylonie*, Paris, 1938, p. 184.

Tal como aconteceu no Egipto, **a medicina e a magia andaram de mãos dadas**, mas isto não quer dizer que não tenha atingido nível apreciável, como se conclui da vasta documentação que nos chegou. Registe-se também a grande variedade de medicamentos utilizados: bebidas purgativas, lavagens e várias espécies de loções e banhos, unguentos, pensos e cataplasmas, pomadas, pílulas, supositórios, fumigações, insuflações, medicamentos sob a forma de pó, etc.

Para terminarmos, podemos dizer que a medicina mesopotâmica, apesar das limitações próprias da época, apresentava já certas características da medicina moderna: os médicos souberam observar os doentes, fazer diagnósticos e individualizar numerosas doenças. **Os gregos não teriam chegado onde chegaram, com Hipócrates, se não tivessem aproveitado dos conhecimentos dos médicos da Mesopotâmia, tal como aproveitaram dos conhecimentos atingidos no Egipto.**

11. Conclusão

TÁBUA DE MATÉRIAS

11. **Conclusão**

Actividade sugerida

Actividade

Resposta à actividade

Se aceitarmos que o início da civilização da Mesopotâmia coincide com o aparecimento da escrita e que o seu termo coincide com a última inscrição cuneiforme no princípio da nossa era, temos de afirmar que **esta civilização durou cerca de 4000 anos**. Foi a fidelidade à tradição sumero-acádica que lhe assegurou estabilidade e coesão, apesar das vagas sucessivas de invasões e de frequentes mudanças de soberania.

Foi uma civilização diferente de todas as outras da Antiguidade. Por isso, não podia deixar de influenciar o processo civilizatório da humanidade. Surgiu e desenvolveu-se entre os dois rios, Eufrates e Tigre, mas a sua influência ultrapassa os limites estreitos desse território.

Embora seja tarefa difícil e melindrosa discernir a génese das ideias e das culturas, bem como o seu percurso até aos tempos actuais, não podemos deixar de reconhecer que, **no actual património da humanidade, há elementos característicos da civilização da Mesopotâmia**. Devemos-lhe princípios fundamentais das nossas matemáticas e da astronomia, ciências que de certo se desenvolveram no decurso dos tempos, mas encontramos já os seus embriões na Mesopotâmia, onde os homens sentiam a sua necessidade para a economia e para a vida quotidiana, pois tiveram necessidade de calcular o tempo e de regular a rede de irrigação.

Tendo estabelecido o sistema sexagesimal, dividiram a circunferência em 360 graus, a hora em 60 minutos e o minuto em 60 segundos, tal como acontece nos nossos dias. Já nos meados do I milénio a. C., estabeleceram a semana de sete dias, quando foram instituídos os sete «grandes» deuses siderais: o Sol, a Lua e os cinco planetas visíveis a olho nu, dos quais os dias receberam o nome no comum dos povos ocidentais. Foi, a partir dessa base de origem mesopotâmica que, por intermédio dos romanos, a semana dos sete dias passou a todos os povos da Europa e se estendeu gradualmente a todos os povos.

Certas instituições que se generalizaram têm provavelmente a sua origem na Mesopotâmia: a coroação dos reis e vários símbolos da arte religiosa, como o crescente lunar e a árvore da vida. Aponta-se também origem mesopotâmica a alguns vocábulos que chegaram a várias línguas modernas, através do hebraico, do grego e do árabe, tais como: cana (acádio *qânu*), álcool *(guhlu)*, mirra *(murru)*, nafta *(naftu)*, safrão *(azupiranu)*, corno *(qarnu)*, mesquinho *(mushkênu)*[1]. Mas mais que tudo isso há que apontar a presença de muitos elementos mesopotâmicos na Bíblia, principalmente nos onze primeiros capítulos do Génesis. Quem não ouviu falar, por exemplo, do relato «Javista» da criação do homem a partir do barro, do episódio da torre de Babel ou do Dilúvio? **Para além da Bíblia, as raízes da nossa cultura ocidental vão certamente mergulhar nas antigas fontes da Mesopotâmia**.

[1] G. Roux, ob. cit., p. 356.

ACTIVIDADE SUGERIDA:

Leia, se puder, A. A. Tavares, *Estudos da Alta Antiguidade*, ed. Presença, Lisboa, 1983.

ACTIVIDADE:

Associe os itens da coluna **B** com os correspondentes da coluna **A**.

Coluna **A**	Coluna **B**
____ Nabopolassar	1 – cuneiforme
____ Ninive	2 – deus sumério
____ Nabucodonosor	3 – mito de Atrahasis
____ Nabónides	4 – Marduk
____ Sin	5 – língua acádica
____ *Enuma Elish*	6 – deus
____ *Gilgamesh*	7 – princesa meda
____ código de Eshnunna	8 – destruição de Jerusalém
____ escrita	9 – biblioteca de Assurbanípal
____ tabuinha	10 – Ciro
____ Assur	11 – imortalidade do homem
____ Enki-Ea	12 – argila
____ Eridu	

RESPOSTA À ACTIVIDADE:

Deve ter associado: **1** cuneiforme / escrita; **2** deus sumério / Enki-Ea; **3** mito de Atrahasis / Eridu; **4** Marduk / *Enuma Elish*; **5** língua acádica / código de Eshnunna; **6** deus / Assur e deus / Sin; **7** princesa meda / Nabopolassar; **8** destruição de Jerusalém / Nabucodonosor; **9** biblioteca de Assurbanípal / Ninive; **10** Ciro / Nabónides; **11** imortalidade do homem / *Gilgamesh*; **12** argila / tabuinha.

III. A REGIÃO SIRO-PALESTINENSE

Os Hebreus

A terceira parte do nosso programa tem por objecto de estudo o povo hebreu e os seus vizinhos fenícios, situados uns e outros na região costeira do Mediterrâneo oriental. A história dos Hebreus, de forma especial, tem interessado os historiadores, normalmente por motivos religiosos e, em tempos modernos e actuais, também por motivos de investigação científica no âmbito da historiografia. Nalguns casos, os dois objectivos têm coexistido.

Foi sobretudo na época contemporânea que se começou a reconhecer que **a história do povo** hebreu se torna **imprescindível para a compreensão do Próximo Oriente Antigo**. Situado na costa oriental do Mediterrâneo, esse pequeno povo está vinculado à política das grandes potências da época que surgiram e se desenvolveram no Egipto, na Mesopotâmia, no norte da Síria e na zona setentrional da costa mediterrânica, os Fenícios. Os Hebreus receberam desses povos e transmitiram a outros influências políticas, culturais e religiosas.

1. O meio ambiente

TÁBUA DE MATÉRIAS

1. O meio ambiente

Objectivos de aprendizagem

Objectivos de aprendizagem:

Depois de ter estudado este capítulo, deve saber:

- localizar geograficamente a região siro-palestinense e os seus povos;
- situar nesta o território da Palestina.

Não seria possível, no presente caso, prescindir-se de uma observação sobre a **condicionante geográfica**. Como muito bem salienta um investigador da actualidade, «a história de Israel está inseparavelmente unida com a terra e os países em que se desenvolveu»[1]. É claro que a geografia não faz a história, que é sempre obra dos homens, como já tivemos ocasião de observar, mas poderá condicionar e ajudar a entender o processo histórico.

[1] Siegfried Herrmann, *Historia de Israel en la época del Antiguo Testamento*, trad. do alemão, Salamanca, 1985, p. 13.

Antes de a antiga documentação referir a existência da «Palestina», ou «Terra Prometida», ou «Israel», já se haviam afirmado as grandes potências do **Egipto** e da **Mesopotâmia**. No norte da costa mediterrânica também já se havia revelado a **Síria**. **Só posteriormente surge, na história, a terra de Canaã, com os Fenícios, a norte, e os Hebreus, a sul**. Compreende-se que assim fosse, visto que as condições para cultivo da terra eram aí menos favoráveis que nas outras regiões referidas.

Embora se tenha constituído numa pátria com a sua autonomia e estrutura própria, Israel estava ligado às condições de vida desses países vizinhos. (Usaremos o nome de **Israel**, para esse país cuja história vamos estudar, sem esquecermos outros nomes por que é conhecido: Terra Prometida, Palestina, Terra de Israel, etc. Como teremos ocasião de observar, cada um desses nomes tem a sua razão de ser).

Segundo a expressão tradicional, de raiz bíblica, o território de Israel estendia-se, no sentido Norte/Sul, de Dan a Beersheva, distância que, em linha recta, não ultrapassa os 240 km. Era uma faixa de terreno situada entre o rio Jordão e o mar Mediterrâneo. Na parte oriental do Jordão, situavam-se os antigos países: **Edom**, **Moab**, **Amon** e ainda **Aram**.

O rio Jordão com o vale de Arabá, a Sul, é a fronteira natural entre a Cisjordânia e a Transjordânia. Reveste-se de alguma curiosidade o fenómeno geográfico que aqui se verifica: o rio que desce do monte Hermon e vai desaguar no mar Morto, cava um vale profundo, a conhecida depressão jordânica que, ao atingir o mar Morto, está a cerca de 400 m abaixo do nível do Mediterrâneo. A depressão, em vale mais largo, continua a sul do mar Morto pela Arabá até ao mar Vermelho, no golfo de Aqaba.

A cidade de **Jericó**, situada a norte do mar Morto, está a 250 m abaixo do nível do mar, ao passo que Jerusalém, situada a oeste e distante em linha recta cerca de 25 km, encontra-se a 760 m de altitude. Os **montes da Judeia**, as **planícies da Samaria** e o **lago de Tiberíades** na Galileia caracterizam este território ocupado desde os finais do II milénio a. C. pelo povo hebreu. Antes, era conhecido por **terra de Canaã**. Como tal é mencionado nas inscrições de Idrimi (século XV), nas cartas de Tell el-Amarna (século XIV) e numa carta de Ramsés II a Hatusilis III (século XIII). O termo «cananeu» lê-se também na documentação de Ras Shamra (século XIV).

Palestina

2. As fontes

TÁBUA DE MATÉRIAS

2. **As fontes**

Objectivos de aprendizagem

Objectivos de aprendizagem:

Depois de ter estudado este capítulo, deve saber que:

- a história dos Hebreus assenta na Bíblia, completada pelas informações escritas de outros povos, pela Epigrafia e pela Arqueologia.

São de natureza e valor diferente as fontes da história hebraica: **a Bíblia; documentação extra-bíblica; epigrafia; arqueologia**.

A **Bíblia** é certamente a fonte mais rica e a mais usada pelos próprios historiadores, apesar das dificuldades hermenêuticas que a caracterizam. Têm particular interesse os chamados **livros históricos**: *Josué, Samuel, Juízes, Reis, Crónicas, Esdras* e *Neemias*. Os autores de tais livros recolheram as suas informações de **fontes orais**, conservadas na tradição e, nalguns casos, serviram-se de **documentação escrita**, que citam.

Não obstante estes livros bíblicos serem de género literário, designado por histórico, não podemos perder de vista que são livros religiosos que têm por finalidade principal transmitir a revelação de Deus. Por tal razão, praticam uma história orientada para um determinado fim, seleccionando a matéria que mais interessa aos seus objectivos. Assim, por exemplo, a monarquia hebraica, que é o núcleo fundamental da história dos Hebreus, é apresentada pela historiografia bíblica com motivações evidentes, seguindo estas fases: a eleição divina de Israel, a eleição da monarquia davídica e a escolha do templo de Jerusalém. Esta mensagem permite ver que os autores seleccionam matéria para a sua tese religiosa, não sendo sempre fácil discernir a objectividade dos factos narrados[1].

[1] N. M. Sarna, «The Biblical sources of the History of the Monarchy», in *The World History of the Jewish People*, Jerusalém, 1979, vol. IV, 1, p. 14.

Os **documentos extra-bíblicos** por vezes completam, corroboram e esclarecem as informações bíblicas. Recorde-se, por exemplo, o *Monolito Negro* de Salamanasar III, de que falámos oportunamente, que nos conta como o rei Acab entrou numa aliança com Sírios e Fenícios e lutou contra esse soberano assírio pelo ano 853 a. C. Também outro documento assírio se refere ao rei Ozias, à frente de uma aliança contra Tiglat-Falasar III pelo ano 738. Sabe-se igualmente por fontes deste género que homens de Judá foram trabalhar no palácio de Assaradão em Ninive, pelo ano 676 a. C., etc.

Para além destas informações explícitas e correctas sobre os Hebreus, o contributo da história dos povos vizinhos é muito vasto. Teremos mesmo de reconhecer que a história dos Hebreus com nível científico apenas se tornou possível quando se conheceu e interpretou a gigantesca documentação, encontrada no Egipto, na Mesopotâmia, na Síria e na Anatólia. Esse *background* torna-se indispensável para compreender a história de Israel.

Como **fontes epigráficas**, distinguem-se algumas inscrições monumentais gravadas na pedra, sejam tumulares, sejam de dedicação; pequenas inscrições sobre vasos ou objectos, indicando por exemplo o conteúdo, a proveniência e o seu destino; óstracas escritas que foram usadas como cartas, recibos, listas, etc; documentos escritos sobre papiro; selos e impressões para autenticar documentos[2].

[2] N. Avigad, *The world History of the Jewish People*, Jerusalém, 1979, IV, 1, pp. 20-44.

A **arqueologia** em Israel é uma fonte imprescindível para a história. Como sabemos, desde os finais do século passado tem sido intensa a actividade arqueológica que é realizada por centros de estudo e universidades de Israel e do estrangeiro. Dificilmente se poderá apontar outro país onde a arqueologia tenha atingido tanto prestígio como em Israel.

3. A formação do povo hebreu

TÁBUA DE MATÉRIAS

3. A formação do povo hebreu

Objectivos de aprendizagem

3.1 Época patriarcal

3.2 Os Hebreus no Egipto

3.3 Instalação dos Hebreus em Canaã

3.4 A instalação das tribos: a caminho de um estado

3.5 A época dos juízes

Actividades

Respostas às actividades

Objectivos de aprendizagem:

Depois de ter estudado este capítulo, deve ter ficado a saber que:

- o *Génesis* apresenta as origens dos Hebreus, inseridas na história do mundo;
- as migrações de Abraão e do seu grupo coincidem com o período das grandes migrações de povos no Crescente Fértil;
- a onomástica da época dos patriarcas tem paralelismos com a dos povos da Mesopotâmia e do Egipto;
- o ambiente social e jurídico deste período apresenta afinidades com o sul da Mesopotâmia;
- a data provável da entrada dos patriarcas em Canaã é a da primeira metade do II milénio, entre os séculos XIX e XVII a. C.;
- as movimentações em direcção ao Egipto coincidem com o Império Médio e com a penetração dos Hicsos;
- o regresso à Terra Prometida, encabeçado por Moisés e Caleb, é feito por duas vias: a do sul pelo Neguev e a do centro pela Transjordânia;
- Josué conquista as cidades de Canaã para os Hebreus;
- os Hebreus estão agrupados em tribos, as «doze tribos», descendentes dos filhos de Jacob;
- as tribos definem-se pela etnia, pela consanguinidade e por uma tradição religiosa comum;
- à sua frente, encontra-se o juiz, o chefe guerreiro que comanda os exércitos;
- as guerras são feitas por Javé, o «senhor dos exércitos».

Tal como acontece com qualquer povo, nem sempre o início do seu período histórico coincide com o princípio da sua formação. A documentação escrita não surgiu quando começou a formar-se e as origens são totalmente obscuras e complexas.

As origens do povo hebreu são apresentadas no *Génesis*, o primeiro livro bíblico, dentro de um quadro geral da história do mundo. O capítulo X desse livro apresenta um mapa dos povos, pretendendo estabelecer relações de parentesco entre todos. Segundo a mentalidade semítica, concebem-se as sucessões de gerações dentro de uma continuidade genealógica. É dentro desse sistema que se começam a apresentar, a partir do capítulo XI, os antepassados de Abraão. O pai de Terah teria saído com Abraão e com Lot (de quem descenderiam os Arameus) de Ur dos Caldeus para Harrã, no norte da Síria, donde desceram para Canaã.

Não se trata obviamente de narrativas com valor histórico. O livro do *Génesis* contém antigas tradições que as tribos hebraicas conservaram. **Relativamente à migração de Abraão e do seu grupo, o *Génesis* deixa-nos ver duas tradições: a primeira refere Harrã como ponto de partida do clã abramítico** (*Gen.* 11, 32; 12, 5); **a segunda prefere Ur dos Caldeus, na Baixa Mesopotâmia** (*Gen.* 11, 28-31). Damos conta de que Ur, no princípio do II milénio não era «dos Caldeus», visto que estes só aparecem no sul da Mesopotâmia, no fim do II ou princípio do I milénio, mas o anacronismo é explicável. De facto, quando o autor escreve, Ur era dos Caldeus, mas não informa de quem tinha sido no tempo de Abraão. A tradição, como quer que seja, é anterior ao cativeiro da Babilónia. **Reconhece-se entretanto que as tradições patriarcais não insistem muito no sul da Mesopotâmia, parecendo incidir mais no norte da Síria, unindo sempre Hebreus e Arameus**[1].

Por quanto se pode concluir da análise do *Génesis*, verifica-se que a composição do livro não se deve a um só autor nem a uma única época. [**Distinguem-se na sua redacção quatro fontes**: a *Javista* (J), a *Eloísta* (E), a *sacerdotal* (representada pela letra P = *Priestercodex*) e *Deuteronomista* (D). São de épocas diferentes, sendo a mais antiga dos séculos X e IX a. C. e a última do século V a. C., e têm características diferentes]. Permite-nos, entretanto, ver quais as ideias dominantes, conservadas na tradição do povo hebreu, relativamente à época da sua formação[2].

A época patriarcal pode abarcar-se dentro de um quadro etnicamente bem caracterizado «cujas dimensões geográficas são sem dúvida de certa amplitude, mas limitada em definitivo ao plano ocidental do Crescente Fértil»[3]. **Tudo faz supor que os primeiros contactos dos grupos patriarcais com a região de Canaã se inserem provavelmente no contexto dos movimentos amorreus, pelos séculos XIX e XVIII a. C.** A tradição posta em evidência pelo *Génesis* e conservada sempre pelos Hebreus apresenta, em linguagem simples, uma família que tem por antepassado comum Abraão, do qual descendem as doze tribos através de Isaac e de Jacob.

É de admitir na origem vários grupos que pertencem ao mesmo meio étnico e sociológico que chegam a Canaã, não como conquistadores, mas que acampam pacificamente junto das cidades, num período «intermediário» entre o Bronze Antigo e o Bronze Médio.

[1] R. de Vaux, «Les traditions patriarcales dans la Genèse», in *Histoire ancienne d'Israel*, eds. Gabalda, Paris, 1971, pp. 157-179; *Idem*, «Les traditions Patriarcales et l'Histoire», in ob. cit., pp. 181-212.

[2] Vejam-se as Fontes do *Pentateuco* na Introdução à Bíblia de Jerusalém e «La Génèse, Introduction» in *TOB* (= *Traduction Oecuménique de la Bible, Ancien Testament*, Paris, 1975, pp. 37-41.

[3] S. Herrmann, ob. cit., p. 68.

«Poderão ter chegado na segunda metade do século XIX a. C., durante o Bronze Médio I, na época em que as cidades se repovoam, quando se inaugura um período de prosperidade e de paz, durante o qual o Egipto não intervém militarmente na Ásia e as estradas são abertas entre a Palestina e a Alta Mesopotâmia... Os próprios textos de Mari assinalam grandes deslocações de grupos de pastores que levam o mesmo género de vida que os Patriarcas»[1].

[1] R. de Vaux, ob. cit., p. 252.

3.1 Época patriarcal

As tradições patriarcais integram-se no quadro histórico do II milénio, como poderemos ver pelos seguintes elementos:

- A **onomástica** encontra paralelismos na Alta e Baixa Mesopotâmia e no Egipto. Entre os vários exemplos pode apontar-se o nome de *Jacob*, que surge várias vezes na Baixa Mesopotâmia um século antes de Hamurábi e encontrou-se quatro vezes na Alta Mesopotâmia, no século XVIII. Também *Ismael* se lê nas fontes de Mari. Há vários nomes bíblicos na onomástica amorreia. Curiosamente *Abraão* aproxima-se de Aburahana, que se lê em textos egípcios do século XIX. Nos textos de Ebla, já nos fins do III milénio, aparecem alguns nomes conhecidos pelas tradições patriarcais, como é o caso de Jacob e de Israel, este último sob a forma de Israil e Israya. A semelhança e, por vezes, identidade dos nomes próprios de Ebla e dos nomes bíblicos foi estudada por M. Dahood e publicada na parte final do livro de G. Pettinato[2]. Diga-se, porém, que tal estudo não mereceu aceitação pacífica por parte de alguns críticos[3].
- A **família patriarcal** é uma unidade sociológica completa e detentora de grande autoridade. Não se conhece nenhuma autoridade política que se sobreponha à família patriarcal. O pai exerce uma autoridade total em relação aos filhos: destina-lhes o casamento, tal como destina a cada um os bens que há-de possuir. Pode mesmo dispor dos direitos de primogenitura, determinando que o primogénito perca ou ceda os seus direitos. No que diz respeito a costumes sobre herança, sobre casamento ou concubinato é fácil notar-se paralelismo com o que dispõe o Código de Hamurábi.

  Vejamos por exemplo o que se passa com Sara e Abraão, seu marido: porque ela era estéril, entregou a Abraão a sua escrava Hagar, para que pudesse ter um filho que legalmente ficaria a pertencer à esposa estéril, como sendo sua descendência. Este caso está previsto no Código de Hamurábi.

  Numa palavra, **a época patriarcal revela «costumes idênticos aos do ambiente social e jurídico conhecido; nomadismo igual ao descrito nos textos de Mari; casamento, concubinato, adopção, herança em conformidade com a legislação do sul da Mesopotâmia e com textos**

[2] G. Pettinato, *The Archives of Ebla, an empire inscribed in clay*, New York, 1981.

[3] A.A. Tavares, *As Civilizações Pré-Clássicas. Guia de Estudo*, ed. Estampa, Lisboa, 2.ª ed., 1987, pp. 124-125.

de Nuzi, que, apesar de serem dos séculos XV e/ou XIV, reflectem práticas de tempos anteriores. Aí encontramos explicações para vários episódios bíblicos, como os referidos em *Gen.* 21,10; 31,15; 31,50»[1]. **Por tudo isso aponta-se como data provável da entrada dos patriarcas em Canaã, a primeira metade do II milénio, entre os séculos XIX e XVII a. C.**

[1] A. A. Tavares, ob. cit., p. 125.

3.2 Os Hebreus no Egipto

Uma tradição dominante em toda a Bíblia diz respeito à estada dos Hebreus no Egipto. Consta essa tradição destes elementos:

- **ida da Palestina (terra de Canaã) para o Egipto na época patriarcal;**
- a **opressão aí sofrida por parte dos Egípcios** e a sua libertação por Moisés;
- **êxodo (saída do Egipto) e vida no deserto durante 40 anos**, antes de entrarem na *Terra Prometida*.

Continuamos na fase de formação do povo a que podemos chamar uma «proto-história» dos Hebreus. A base para os nossos conhecimentos continua a ser a Bíblia, mormente os livros do *Êxodo* e dos *Números*, interpretados no contexto do Próximo Oriente da época.

A entrada no Egipto é descrita numa narração, centrada em José, o «José do Egipto» (*Gen.* 37-50). Não é uma narração caracterizada pelo rigor histórico, mas reflecte claramente o ambiente egípcio: os sonhos, a fome que periodicamente acontecia no vale do Nilo (os anos das «vacas magras»), a política agrária, os nomes próprios e certas expressões[2].

A primeira questão que se põe é esta: haveria possibilidades e condições para que elementos semíticos se radicassem no Egipto, no tempo dos patriarcas? A resposta é afirmativa. **Desde o Império Médio que é conhecido o intercâmbio de pessoas entre as regiões síria e cananeia com o Egipto. Para evitar as incursões dos nómadas, no princípio do Império Médio, Amenemés I fez construir a «muralha do príncipe», que não era mais que um sistema de fortificações fronteiriças nos limites do Delta oriental.** O *conto de Sinué* dá-nos conta disso. Apesar de tudo, o Egipto acolheu os «Asiáticos» e utilizou os seus serviços. Criou-se mesmo um clima propício ao estabelecimento do domínio dos Hicsos, como provam vários documentos egípcios[3]. **É plausível relacionar a ida de «José» com os Hicsos.**

As próprias cartas de Tell-el-Amarna, já do século XIV, como sabemos, dão conta do tráfego intenso e bem organizado, na época, de vassalos sírios. Reveste-se de particular interesse a este propósito uma carta de um empregado fronteiriço, que deverá ser de cerca de 1190 a. C., provavelmente a época aproximada do êxodo dos Hebreus. Tal carta informa que deixara passar as tribos *shasu* de Edom, grupos

[2] A. A. Tavares, «Os Hebreus no Egipto», in *As civilizações Pré-Clássicas*, pp. 125-126.

[3] S. Herrmann, ob. cit., pp. 83-84.

nómadas que desciam da zona meridional da Palestina, atravessavam o Sinai e desciam com os seus rebanhos até à região do Delta com consentimento do faraó, «para se aguentarem com vida eles e os rebanhos». Ocupavam o território em que se encontravam os Hebreus, segundo a descrição do *Êxodo*. **Efectivamente esse livro bíblico** (cap.1,11) **dá-nos curiosas referências quanto à presença dos Hebreus no Delta, trabalhando na construção das cidades-armazéns do faraó, ou seja, Pitom e Ramsés.** A recordação da chamada «escravidão», sofrida no Egipto dificilmente se pode separar da utilização de grupos semíticos na construção dessas obras do faraó. «O *Ex.* 1,11 contém material concreto, historicamente aceitável»[1].

[1] S. Herrmann, ob. cit., p. 67.

Não temos documentação que permita estabelecer o período de permanência no Egipto. O número de 430 anos, referido em *Ex.* 12,40, considera-se artificial. **Supõe-se que o início da saída dos Hebreus do Egipto terá ocorrido na segunda metade do século XIII a. C.**, mas essa data resulta de vários elementos aproximativos que se retiram do quadro histórico dessa época do Egipto e nos pequenos países da Transjordânia:

- **Ramsés reconstrói as referidas cidades do Delta;**
- **as suas lutas na Síria e na Mesopotâmia facilitam a fuga;**
- **a estela de Merneftа, filho de Ramsés II, menciona Israel;**
- **testemunhos, principalmente arqueológicos, sobre a formação dos reinos de Edom e Moab.**

Trata-se apenas de elementos de aproximação, porque a data é incerta. De facto, **o êxodo não é testemunhado fora da Bíblia.** Mas é difícil explicar a forte tradição, sem o fundamento histórico e tudo faz supor que não se tratou de uma expulsão, mas, sim, de uma fuga, que é apresentada de uma forma dramatizada por ocasião da celebração da festa da Páscoa.

O itinerário seguido também não se pode determinar. O livro do *Êxodo* parece indicar que os Hebreus avançaram por um único itinerário até ao interior da península do Sinai, estabelecendo-se por algum tempo junto do monte, onde Deus se revelou a Moisés na «sarça ardente» e onde lhe confiou as «tábuas da Lei». Também aqui nos encontramos perante a incerteza histórica, pois nem o monte pode ser identificado, não obstante as tradições posteriores.

O livro dos *Números*, a partir do cap. X, vem acrescentar informações ao livro do *Êxodo*, apresentando o povo em marcha até uma terra ampla e boa para cultivo, na **região de Cadesh**, situada a 85 km a sul de Beersheva. Não podemos ter a pretensão de conhecer os pormenores sobre a «travessia do deserto», expressão usada para explicar todos os acontecimentos que tiveram lugar desde o Egipto à Palestina, durante 40 anos.

Para a reconstrução dos factos históricos, temos de contar com a geografia e a história. É natural que diversos grupos da população hebraica tivessem feito o seu percurso separadamente e que mais tarde as suas recordações fossem recolhidas numa tradição global. Cadesh seria um lugar de encontro de vários grupos.

A partir daí, parece começarem a distinguir-se dois percursos dos Hebreus em direcção à *Terra Prometida*. Efectivamente em *Num.* 13,14, começa a sobressair uma personagem de importância, **Caleb**, que posteriormente **toma a direcção do Neguev, a sul da Palestina. Moisés**, que já antes é a figura principal, como chefe e mediador entre Deus e o povo, **encaminha-se a partir de Cadesh para a Transjordânia.** Começam a distinguir-se **as duas vias para a conquista e colonização da Palestina: uma que procede directamente do sul e outra que, tomando a direcção da Transjordânia, atravessa os países de Edom e de Moab, que eram pouco povoados, e alcança o centro da Palestina, a norte do mar Morto, seguindo depois pelos montes da Judeia, pela Samaria até à Galileia.**

3.3 Instalação dos Hebreus em Canaã

A história dos Hebreus começa, na realidade, com a conquista de Canaã, sob o comando de Josué, sem diminuirmos a importância que tem a fase de formação do povo, desde a época patriarcal, apesar da sua complexidade e ausência de fontes. Mesmo para o período da conquista, não há certezas cronológicas, mas tão somente uma série de circunstâncias e de testemunhos arqueológicos que permitem situar o seu início nos **fins do século XIII a. C.** e integrar os acontecimentos no quadro histórico da época.

Estamos na época final do Bronze e já no princípio do Ferro, entre 1600 a 1200 a. C., quando o território de Canaã era teoricamente uma província do Egipto. Com efeito Tutmósis III havia conquistado as terras da Síria e da Palestina e, na lista das 119 cidades que, após as suas conquistas, ficaram a pertencer ao Egipto figuram, entre outras, Guezer, Meguido, Taanak, Betsan, Kineret..., todas dos Cananeus. Sabemos porém que o Egipto, ainda durante o Império Novo, teve altos e baixos na sua política de domínio das terras conquistadas, de tal forma que, nos finais do século XIII, Canaã de facto já não lhe estava sujeita. Tinha a sua vida autónoma, sem especial vínculo político a qualquer império da época.

Os seus habitantes eram Cananeus, Amorritas, Hititas, sem faltarem outros grupos de menor importância, como os Hivitas, os Jebuseus, os Girgeseus, os Perizeus, etc. A todo esse complexo de populações dá-se vulgarmente o nome de **Cananeus**, sem mais precisões. **Viviam em cidades circundadas geralmente por fortes muralhas, defendidas por exércitos que usavam armas e carros de guerra puxados por cavalos. Cada cidade constituía um pequeno estado que era governado normalmente por um rei**, como se depreende da leitura do livro de **Josué**, que conta trinta e um reis que ficaram subjugados aos Hebreus (*Jos.* 12, 9-24), sem esgotar a lista da carta política da Palestina[1].

[1] A. A. Tavares, «Instituições democráticas nas cidades cananeias da Idade do Bronze (à luz da Arqueologia e da escrita)», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 20, 1987, pp. 65-76.

Embora independentes, estas cidades agrupavam-se em federações quando lhes convinha, como foi o caso das quatro cidades gabaonitas e de certas alianças transitórias entre reis cananeus.

Não podemos deixar de prestar atenção a esta situação interna do território, conquistado pelos Hebreus, onde **não existia autoridade central**. Trata-se de uma pulverização de pequenos reinos hostis entre si e sem qualquer possibilidade de recorrerem a ajuda militar estrangeira em caso de ataque.

Pela sua posição geográfica, a terra de Canaã foi um território sempre aberto a imigrações e invasões de outros povos que, em vagas sucessivas, se dirigiam do Egipto para a Mesopotâmia ou vice-versa. Digamos que foi ponte natural entre o Norte e o Sul e mesmo noutras direcções. Isto significa também que não houve grandes possibilidades de se criar um estado forte e unitário, mas por outro lado afluíram ali influências culturais de várias proveniências. As escavações têm posto a descoberto estratos arqueológicos de uma civilização composta de alternâncias étnicas e culturais do maior interesse no processo civilizatório da Antiguidade, a que não podemos ser indiferentes.

É útil termos presente este mapa local e regional, para avaliarmos da dimensão histórica da conquista de Canaã, por parte dos Hebreus nos fins do II milénio a. C. **A Norte estava o império assírio**, bem organizado politicamente, unindo populações de vários territórios conquistados, como já estudou; **a Sul encontrava-se o império do Egipto**, vivendo a última fase da sua prosperidade alcançada por Ramsés II. **Do lado da Transjordânia**, apenas existem pequenos estados nacionais de recente formação: **Edom**, **Moab**, **Amon** e, mais a norte, **Aram**. Limitam-se ao território habitado pelo seu povo, sem procurarem alargar-se por meio de guerras de conquista. **À beira-mar encontram-se os Filisteus, conhecido «povo do mar»** que não havia muito tempo ali se estabelecera, em cinco distritos, que formavam uma federação, na actual região de Gaza.

É neste quadro político que se situam as conquistas dos Hebreus. Se exceptuarmos a presença dos Filisteus, à beira-mar, e de infiltrações de Arameus a Norte e Nordeste, poderemos dizer que o espaço estava relativamente livre. Os Hebreus depararam com circunstâncias favoráveis para ocuparem o território a que ficariam sempre ligados.

Para podermos reconstituir o quadro da conquista, não possuímos outra fonte escrita que não seja o livro de *Josué*, embora contemos com o auxílio da Arqueologia que, neste caso, apoia geralmente a informação bíblica. Como escreve Bright «no conjunto, a evidência é impressionante»[1].

[1] J. Bright, *A history of Israel*, Westminster Press, 2.ª ed., Londres, 1972, p. 129.

A informação da estela de Mernefta, documento onde pela primeira vez aparece o nome de Israel, é muito escassa para o que pretendemos. Apesar de algumas lacunas e não obstante algumas reservas que terão de pôr-se às fontes de que dispomos, é possível verificar-se que as conquistas obedeceram a um plano estrategicamente bem concebido e habilmente executado.

O livro de *Josué* apresenta as conquistas como uma grande operação militar. As tribos que percorreram a Transjordânia atravessam o Jordão, sob o comando de Josué, e acampam na planície de Jericó, em Guilgal, nas proximidades do rio. O acampamento situa-se em lugar aberto, de modo a evitar ciladas dos inimigos, tendo a retaguarda defendida pelo Jordão. Poderão, além disso, contar com o apoio, em caso de necessidade, das tribos de Rúben, de Gad e da meia tribo de Manassés, que ficaram estabelecidas na Transjordânia. Obviamente que, em caso de necessidade, poderiam fornecer meios materiais e humanos. Não faltavam ao acampamento provisões de água e havia facilidade em serem enviados, durante a noite, espiões pelas sendas das montanhas, a fim de informarem Josué por onde deveria atacar. **Efectivamente os Hebreus não deixariam de recorrer ao ardil e aos recursos militares. Entrou nas suas práticas habituais a espionagem, a guerrilha, a intimidação, o ataque de improviso**, etc.

É deste quartel-general que Josué dirige as operações. Vão primeiramente conquistar **a planície de Jericó** e dirigem o ataque à própria cidade. Depois de tomada, avançam para a montanha, onde se encontram forças inimigas. Usando de todos os estratagemas, apoderam-se da fortaleza de Hai, para, em seguida, poderem ir atacar a zona oriental do **planalto de Efraim**. Dali não era difícil prosseguirem para as proximidades de **Siquém**, cidade de grandes recordações dos seus antepassados. Para Norte, Josué faria avançar as tropas até às águas de Merom, onde derrotaria o rei de Hazor e os que com ele se tinham aliado. Numa palavra, **de vitória em vitória, os Hebreus apoderaram-se de boa parte do território**, embora o autor de *Josué* reconheça, já nos fins da vida do seu grande chefe militar, que «restava ainda muito para conquistar» (*Jos.* 13,2).

Estas vitórias militares não deixaram de impressionar as populações de Canaã, sendo por isso compreensível que, de vez em quando, fossem as próprias populações locais a renderem-se pacificamente ou a anteciparem-se com propostas de paz, como fizeram os Gabaonitas (*Jos.* 9).

Estas conquistas só encontram explicação como um grande movimento de massas sob a direcção de um chefe, sem o qual tudo seria inexplicável. A ele se atribuem todas as vitórias no livro, que figura com o seu nome, e na própria tradição. O historiador Procópio, nascido em Cesareia no século V da nossa era, informa-nos que teria lido uma inscrição em caracteres fenícios, junto da cidade de Tigisis, na Numídia, onde constava: «Nós somos aqueles que fugimos diante da face do guerreiro Josué, filho de Nave»[1]. Apesar de outros escritores também se lhe referirem, não parece de aceitar a sua autenticidade. Como quer que seja, não deixa de ser um testemunho nessa cadeia ininterrupta dos que recordam **Josué como chefe militar e grande conquistador**, na sequência do que escrevera o autor do *Eclesiástico*: «Josué foi valente na guerra, grande salvador dos eleitos de Deus, derrotando os inimigos que contra ele se levantaram e conseguindo para Israel a sua herança ...». (*Ecl.* 46, 1-10).

[1] Cit. por D. Baldi, *Giosuè*, Marietti, Roma, 1956, p. 16.

Embora Josué seja o personagem predominante do período da conquista e apareça como o chefe político e guerreiro que congrega os esforços de todas as tribos, segundo a linguagem «épica» do livro que figura com o seu nome, a realidade pode ter sido mais complexa. **É natural que a principal via de penetração em Canaã tenha sido essa: do planalto da Transjordânia para Jericó, seguindo-se as conquistas para Norte. Mas não podemos ignorar duas outras vias de penetração das tribos israelitas nesse território: uma através do reino amorreu de Amon; outra procedente do sul de Judá, ocupando regiões como Beersheva,**

Hebron e Belém, sem ignorarmos os grupos de família de Caleb e Otoniel (*Jz.* 1,11-15; *Jos.* 15,15-19).

3.4 A instalação das tribos: a caminho de um estado

A conquista do território não ficou concluída no tempo de Josué. Iria prosseguir pelos dois séculos seguintes, ao mesmo tempo que as tribos se instalavam e organizavam. **Apesar de serem unidades autónomas e descontínuas, formavam um «estado federativo».**

É esta uma questão que não pode silenciar-se: **a da organização tribal e qual a natureza e função do sistema das doze tribos**. O relato da conquista situa-nos perante o quadro das tribos e o livro de Josué determina os limites tribais e as listas das cidades de cada tribo. Todos os relatos da história dos Hebreus da Antiguidade, apoiados por uma tradição ininterrupta, dividem o território palestinense pelas doze tribos, mencionando os seus contornos e fronteiras principais.

É possível que, de início, o número das tribos fosse superior a doze. **Não sabemos quando surgiu a teoria das «doze tribos». Verificamos, no entanto, que utilizaram como epónimos os filhos de Jacob.** Trata-se dos filhos que o antigo patriarca teve das duas mulheres principais, Lia e Raquel, e das concubinas Zelfa e Bala, com o propósito de construir contextos de parentesco ou histórico-territoriais[1].

[1] S. Herrmann, ob. cit., p. 140.

Poderemos ignorar o processo histórico da formação das tribos antes da sua instalação na *Terra* que consideravam *Prometida*, mas não há dúvida de que existem, entre todas, relações que nunca esqueceram, apesar de situadas em zonas de diferente fertilidade agrícola e de haver algumas ricas e outras pobres. De facto, todas têm elementos comuns:

- **afinidade étnica,**
- **consanguinidade,**
- **tradição religiosa comum.**

A mesma crença religiosa e o mesmo culto à volta de um santuário móvel, a *Arca da Aliança*, **no período de instalação no território de Israel, permitem o sentimento de consciência nacional que foi factor de importância decisiva para se organizarem em estado.**

3.5 A época dos juízes

É assim designado habitualmente o período compreendido entre a entrada das tribos em Canaã e o início da monarquia, cerca de dois séculos a. C., ou seja, desde os fins do século XIII até fim do século XI a. C.

É principalmente através do livro dos *Juízes* e de algum subsídio da Arqueologia que nos é possível reconstituir a história dos Hebreus nessa fase dos inícios da fixação num território e da formação de um Estado. **A sedentarização teve consequências na organização social, na economia e na própria estrutura das tribos.** Começou a decair a tradicional união da tribo, que resultava da forte coesão das famílias e dos clãs, visto que havia, nessa época, uma dispersão da população por um território mais ou menos vasto e diferenciado: colinas, vales, terras férteis e outras completamente estéreis.

Enquanto alguns grupos se fixavam em terras com bons pastos para os rebanhos, outros estabeleciam-se em regiões montanhosas. A tribo, dispersa por força das circunstâncias geográficas, tornava-se mais vulnerável aos ataques externos e necessitava de instituições e de uma organização que lhe permitisse responder às exigências da nova experiência da vida sedentária.

Quanto à organização das tribos pouco sabemos. A narração do livro dos *Juízes* revela principalmente uma preocupação de índole religiosa, **pretendendo explicar a história segundo este esquema: o povo abandona frequentemente o seu Deus, Javé, prestando culto aos deuses dos Cananeus, sobretudo a Baal e a Astarte. Javé tem, por isso, de o castigar, servindo-se dos estrangeiros que atacam Israel. É então que o povo clama pelo seu Deus para vir em seu auxílio. Deus ouve o seu povo e envia-lhe um libertador.** É claro que este ciclo era ininterrupto, visto que o povo voltava de novo a apostatar e tudo recomeçava. É dentro deste plano que se há-de entender a função do **«libertador»**, que surge no momento de crise. Ficou conhecido por **juiz**, vocábulo que traduz a palavra hebraica da raiz *shafat*, que efectivamente significa julgar.

No entanto, temos de reconhecer que os **juízes** de Israel exercem funções de carácter diferente, conforme as circunstâncias exigiam, não faltando também o exercício da justiça como aconteceu no caso da **juíza Débora** (*Jz.* 4,45). Mas o livro dos *Juízes* distingue especialmente os que exerceram **funções militares**, vencendo os inimigos. Tal foi o caso de **Otoniel**, que combateu um rei arameu (*Jz.* 3, 7-11); **Aod**, que venceu a coligação de Moabitas, Amonitas e Amalecitas (*Jz.* 3, 12-30); **Sangar**, vencedor dos Filisteus; **Gedeão** que derrotou os Madianitas (*Jz.* 6,8); **Jefté**, que derrotou os Amonitas (*Jz.* 10, 6-12, 7), etc.

São doze os chefes carismáticos cujos nomes e respectivas actividades são recordados no livro dos *Juízes*. Não são chefes de todo o povo, mas assumem papel decisivo nalgumas tribos, conseguindo mesmo, por vezes, que as tribos vizinhas os seguissem. **Os grandes juízes são fundamentalmente chefes guerreiros que conduzem as guerras de Javé, o «senhor dos exércitos». Na verdade é ele que dirige as guerras e dá a vitória.** Trata-se de guerras de Javé, o «senhor dos exércitos».

Por quanto podemos concluir, **Israel não é ainda nesta fase uma entidade estatal.** É um conjunto de tribos com vida mais ou menos autónoma, separadas umas das outras, embora unidas por tradições comuns e vínculos de sangue, visto que ligadas a um antepassado comum, o patriarca Jacob ou Israel. A transição da actuação local, limitada às tribos, para uma planificação mais ampla que envolvesse todas as

4. A monarquia

TÁBUA DE MATÉRIAS

4. **A monarquia**

Objectivos de aprendizagem

4.1 **Saul**

4.2 **David**

4.3 **Salomão**

4.4 **Os dois reinos**

4.4.1 *Revoluções em Israel e Judá*

Objectivos de aprendizagem:

Depois de ter estudado este capítulo, deve saber que:

- a monarquia resultou da vontade popular;
- respondeu à constante necessidade de defesa perante os Filisteus;
- a tomada da Arca da Aliança pelos Filisteus esteve na raiz da opção monárquica;
- o primeiro rei foi Saul, escolhido no campo de batalha e ungido por Samuel;
- ao rei dos Hebreus não podia faltar a eleição divina, a aclamação do povo e a unção sagrada;
- Saul foi um guerreiro, o «último dos juízes»;
- David foi um guerreiro, escolhido pela tribo de Judá para rei;
- David foi o rei de uma monarquia dualista: a sul, o reino de Judá, e a norte, o reino de Israel;
- com David, nasce o ideal de império, após a conquista de Jerusalém, dos reinos de Moab, de Amon, de Damasco e de Edom;
- o «império» de David tinha como capital Jerusalém, onde este rei fez erguer o seu palácio e localizou a administração;
- David fez alianças com Tiro, cidade fenícia;
- as relações com os Fenícios permitiram a Israel receber influências e produtos do Ocidente;
- Salomão, sucessor de David, consolidou o império, projectando-o no exterior, através da diplomacia e do comércio;
- reformou o exército, dando importância à cavalaria, e construiu fortalezas;
- em Jerusalém, construiu o templo que, com o palácio, tornavam esta cidade a capital política e religiosa;
- a monarquia dualista, iniciada por David, desapareceu com a morte de Salomão;
- Roboão ficou com o reino do Sul (Judá) e Jeroboão, com o reino do Norte (Israel);
- Jeroboão apostatou do culto de Javé;
- Jerusalém, capital do reino do Sul, foi atacada pelo Egipto;
- em Israel e Judá, as crises políticas e sociais advieram da crise religiosa, provocada pela idolatria;

. o reino de Israel foi conquistado por Sargão II da Assíria, em 722 a. C.;

. o reino de Judá foi conquistado por Nabucodonosor da Babilónia que destruiu Jerusalém, em 587-586 a. C.

Se é certo que as incursões dos vizinhos sobre o território de Israel se tornaram uma constante, era evidente que o perigo maior vinha dos **Filisteus**, situados, como vimos, na região costeira. Às ameaças permanentes dos Filisteus não era possível fazer frente um chefe ocasional. Impunha-se o abandono do sistema, substituindo-o pelo **regime monárquico**, à semelhança do que acontecia com os países da Transjordânia por onde os Hebreus haviam passado antes de se fixarem na Cisjordânia.

Não é fácil avaliarmos agora as lutas internas que se travaram e as dificuldades que tiveram de vencer os partidários da monarquia. O que pode dizer-se é que **a monarquia resultou da vontade popular sobre a posição conservadora, defendida pela autoridade religiosa, representada por Samuel**. Por quanto podemos ler, especialmente nos livros de *Samuel* e dos *Juízes*, concluímos que houve duas correntes partidárias opostas: por um lado, os que não queriam imitação estrangeira, como se depreende por exemplo de *I Sam.* 8, 11-17; por outro, os que se queixavam de que tudo ia mal porque em Israel não havia rei. Apesar de Samuel desempenhar uma função de chefia religiosa e política sobre todas as tribos e de não querer mudança de regime, seriam os monárquicos a vencer. O autor do livro dos *Juízes*, que descreve o período difícil que vai desde a entrada do povo de Israel em Canaã até à instituição da monarquia, reconhece que as coisas iam mal porque não havia uma autoridade que governasse e, para ele, tal autoridade só podia estar na pessoa do rei. É com estas palavras que termina o seu livro escrito, certamente, durante o período áureo da monarquia: «Naquele tempo, não havia rei em Israel e cada um fazia o que bem lhe apetecia» (*Jz.* 21,25).

4.1 Saul

Saul seria o primeiro rei. Escolhido em campo de batalha, é aclamado pelo povo e ungido rei por Samuel. Segundo a mentalidade hebraica, não devia faltar a **eleição divina, a aclamação do povo e a unção sagrada**, pois ninguém seria rei por vontade própria. A circunstância próxima da escolha deste primeiro rei foi a **tomada da Arca da Aliança pelos Filisteus**. A *Arca* era o símbolo da presença de Deus no meio do seu povo e constituía elemento de união das tribos. Esteve em vários santuários e, nesta altura, fora levada de Silo para Bet-Shemesh e para Kiriat Yearim. A tomada da *Arca* e a destruição do santuário de Silo mostram como os Filisteus tinham penetrado nas terras altas dos Israelitas e aí mandavam.

Ao assumir o poder, Saul via-se confrontado com várias dificuldades, sendo a primeira e a mais urgente **combater os Filisteus**. Efectivamente, teve com esse povo vários combates. É num desses que se deu **o episódio muito conhecido da luta do jovem David com o gigante Golias**. Referimos o episódio, não por causa da grande estatura dos Filisteus, mas porque se trata de um episódio normal de lutas individuais. De um lado e de outro escolhia-se, por vezes, um guerreiro que representava os soldados do seu acampamento. No caso concreto, é digno de registo, para a história da civilização material, o facto de **Golias lutar com uma lança de**

madeira com ponta de ferro. O ferro, na Palestina, era já conhecido por aquele *povo do mar* que ali se havia estabelecido. Era pois compreensível o receio dos Israelitas, perante o armamento de ferro que eles não conheciam.

Mas Saul teve de prestar atenção também aos **Cananeus**, que dominavam ainda vários enclaves. **Submeteu aqueles que se situavam entre Jerusalém e Guezer e conquistou também o enclave que separava Judá do território de Benjamim e Efraim.** O facto de ter eliminado os Cananeus destes enclaves do centro do país tornou Judá mais acessível às tribos situadas no maciço central.

Saul é pois, antes de mais, um guerreiro que, naturalmente, dispôs do seu exército de forma regular, mas não temos muitas informações a tal respeito. Apenas se sabe que escolheu Abner, um seu primo, como chefe do grupo militar que o defendia em qualquer momento. **Não criou uma organização estatal, não teve residência fixa e não pode dar resposta às exigências que as circunstâncias impunham, apesar das suas vitórias militares.** Teve de enfrentar situações difíceis e mesmo contraditórias. Era, na prática, **o último dos juízes**, também «carismático», mas o primeiro dos reis contra a vontade do próprio chefe religioso, Samuel, que inicialmente o aceitou e, por fim, o rejeitou, pensando interpretar a vontade de Deus: «Uma vez que rejeitaste a ordem do senhor também ele te rejeitou como rei» (*I Sam.* 15,23).

Para Samuel, ele era apenas um *nagid* (um chefe), não propriamente um *melek* (um rei). Fosse como fosse, **Saul foi sagrado rei e é o primeiro da monarquia hebraica. Teve, no fim da vida, de enfrentar inimigos internos como Samuel, David, que em Belém se tornava figura de primordial importância, e o próprio filho Jónatas, que se pusera do lado de David.** Teve certamente aspectos positivos no seu reinado, mas não há dúvida de que, após a sua morte, as tribos estavam desunidas e debilitadas. O autor já antes citado, S. Herrmann, conclui apesar de tudo que

> o reino de Saul foi um estado nacional no sentido original da palavra, uma hegemonia sobre famílias e tribos da mesma origem, mas não foi ao mesmo tempo um estado territorial com fronteiras sólidas e administração independente.[1]

[1] S. Herrmann, ob. cit., p. 187.

4.2 David

Seria **David**, o sucessor de Saul, **a dar o passo definitivo para a consolidação do estado de Israel e da monarquia hebraica.**

O acesso de David ao trono coloca ao historiador algumas questões. Por um lado, há fontes que pretendem apresentá-lo como um chefe carismático, escolhido por Deus (*I Sam.* 16, 1-13) e ungido por Samuel, tal como tinha acontecido com Saul; por outro lado, e talvez com mais verdade, um guerreiro que se impôs à consideração da tribo de Judá, que o escolhe para rei (*II Sam.* 2,4). Segundo tudo leva a crer, **David foi aceite primeiramente pelas populações do sul. Deve ter separado Judá e o Neguev do resto de Israel e estabeleceu o seu reino independente em**

Hebron, donde dirigiu de início a sua actividade de político e de guerreiro, à maneira da época. **Foi ali que se dirigiram os homens de Judá quando o ungiram como rei e mais tarde ali acorreram também delegações das tribos do Norte, a conselho dos anciãos de Israel, para o escolherem como seu rei** (*II Sam.* 5, 1-3).

Apesar de ser rei do sul e do norte do país, não quer dizer que a nação estivesse unida. Estamos em presença de uma **monarquia dualista, um regime de união, sob uma só coroa: o reino de Judá, a Sul, e o reino de Israel, a Norte**[1]. Também **David surge, antes de mais, como um guerreiro e, com ele, os Hebreus passaram depressa da ideia de um reino para o ideal de um império.** Vejamos resumidamente como tal aconteceu.

[1] R. de Vaux, *Les institutions de l'Ancien Testament*, I, eds. du Cerf, 4.ª ed., Paris, 1982, pp. 146-149.

Quando David começou a reinar, Jerusalém ainda estava nas mãos dos Jebuseus. A primeira preocupação do rei foi conquistar esse enclave estrangeiro e estabelecer aí a sua capital. Dali poderia estender mais facilmente o seu domínio sobre as terras baixas da costa, ainda na posse dos **Filisteus**. A partir da região costeira, ficava aberto o caminho para **a planície de Sharon**, cujas cidades, ao que parece, preferiram a submissão à resistência. Já senhor do território a ocidente do Jordão, David pensa agora em alargar as suas fronteiras para a Transjordânia. Dirige a sua primeira campanha militar para **Moab**, pretendendo destruir todo o poder militar dos Moabitas. Por tal razão, depois de os vencer, manda executar dois terços dos homens válidos para a guerra. Não se sabe se o primeiro objectivo desta campanha era proteger as tribos israelitas que haviam ficado naquela região ou se era alargar as suas fronteiras. Fosse como fosse, a verdade é que o reino se alargou: «os Moabitas tornaram-se súbditos de David e ficaram-lhe tributários» (*II Sam.* 8,2).

As campanhas seguintes foram contra os **Amonitas** e os **Arameus**. De facto, quando dirigiu a primeira campanha contra os Amonitas, verificou que estes tinham o apoio da confederação dos Arameus, povo estabelecido nas regiões da Síria e da zona além do Eufrates. Por isso, o exército hebreu foi combater em duas frentes e conseguiu vitória em ambos os casos. O êxito militar foi grande e assim se explica a embaixada que o rei de **Hamat, importante reino neo-hitita da Síria central,** enviara a David. Tal delegação trouxe a Jerusalém propostas de paz e a oferta de dons preciosos, como baixelas de prata e de ouro (*II Sam.* 8,10).

Mas as ambições de David não estavam satisfeitas. Faltava-lhe ainda conquistar o **reino de Edom** na Transjordânia, o que aconteceria também (*I Sam.* 8 e *I Cr.* 18). Desde então Edom deixou de existir como reino independente para fazer parte de Israel[2].

[2] B. Mazar, «The Era of David and Solomon», in *The World History of the Jewish People*, vol. IV, 1, Jerusalém, 1979, pp. 76-100.

Não se tratou de conquistas episódicas e transitórias, a fim de punir agressividades conjunturais ou incursões fronteiriças. A ideia de posse duradoira pode notar-se no facto de **nomear para Edom um governador directamente dependente de Jerusalém** (*II Sam.* 8, 1-4), tal como aconteceria em relação aos Arameus (*II Sam.* 10,19). **O império dos Hebreus, depois das conquistas de David, estendia-se do golfo de Aqaba, no mar Vermelho, até Lebo-Hamat, no Norte, e do Eufrates ao mar Mediterrâneo.**

O reinado de David distinguiu-se por êxitos militares e também pela boa organização administrativa e política do estado. Com este rei, Israel passa de uma grande liga de tribos para um verdadeiro estado nacional e um império. Sem se recusar mérito a esse soberano, há que reconhecer que ele foi favorecido pela situação política da época no Próximo Oriente:

- o Egipto tinha perdido a sua influência política sobre a Palestina, situação que já permitira a ocupação de uma zona costeira pelos Filisteus;
- os grandes impérios do Norte, como foram o de Mitanni e o dos Hititas, já não eram capazes de executar uma política expansionista.

Os únicos perigos que David teve de vencer foram os pequenos povos circundantes, em especial os Filisteus, os Amonitas, os Moabitas, os Edomeus e os Arameus da Síria, que facilmente foram vencidos pela superioridade militar de David.

Fez de Jerusalém uma verdadeira capital, onde construiu o seu palácio e onde criou repartições adequadas a um grande centro administrativo, próprio de um estado burocrático. As listas dos cargos no exército e no governo lêem-se no *II Sam.*, caps. 8 e 20. A primeira será mais antiga, mas não difere muito da segunda. Por aí somos informados daqueles que David escolheu para desempenhar tais funções, mas não importa reproduzirmos aqui os seus nomes. Note-se que a organização do governo começa com **o próprio rei «que administra a justiça e o direito para todo o povo»**. Sabemos que havia um **comandante em chefe do exército e um outro dos mercenários**. No governo, não faltava um escrivão e um porta-voz, o «arauto» do rei, cargos conhecidos também na administração central do Egipto. Entre os funcionários estatais, contam-se nomes de sacerdotes e há razões para pensar que o próprio David desempenhou algumas funções sacerdotais[1].

[1] S. Herrmann, ob. cit., p. 214 e B. Mazar, ob. cit., pp. 84-86.

Em política externa, reveste-se de particular importância a **aliança com Hirão, rei de Tiro**, uma das cidades fenícias, de quem obteve operários especializados e madeira para a construção do palácio real: «Hirão, rei de Tiro, enviou mensageiros a David para lhe fazerem entrega de madeira de cedro e mandou também pedreiros e carpinteiros para lhe construírem o palácio» (*I Cr.* 14,1). Tal aliança trazia ainda outras vantagens para Israel, considerando o momento histórico em que se realiza. **É a época em que a Fenícia pratica o comércio com o Ocidente.** Os seus navios navegavam tranquilamente pelo Mediterrâneo, como se fosse um lago fenício e iam abastecer-se a Társis, nas proximidades de Gibraltar. **Têm colónias e entrepostos comerciais nas costas do sul da Europa e do norte de África, sem falarmos de Chipre e de outras ilhas.**

A aliança referida permitiu, por isso, a Israel algum contacto, ao menos indirecto, com o Ocidente e sobretudo permitiu desenvolver contactos comerciais com os reinos neo-hititas da Síria. Entram em Israel produtos vindos da Fenícia e aí chegados das mais diversas proveniências: objectos de metal, de madeira ou de marfim, tal como operários especializados. Chegam a Jerusalém igualmente as influências culturais mais diversas. No fundo, **é o impacto duma civilização urbana e em parte cosmopolita sobre uma civilização agrária e fechada como era a dos Hebreus. Registe-se, entre outras coisas, o alfabeto de vinte e dois símbolos que naturalmente os Fenícios legaram aos Hebreus nessa época.**

As boas relações com os Fenícios permitiam uma utilização sem quaisquer receios da *via maris*. Com a conquista do território dos Filisteus, toda a costa mediterrânica pertencia a um só reino. Podia ser utilizada como via natural entre o Norte e o Sul, nomeadamente para o comércio interno. As possibilidades de utilização dessa via aumentavam, pois toda a costa estava ao alcance de Hebreus e de Fenícios.

A tradição atribui a David vocação poética e supõe-se que, no seu tempo, **Jerusalém começou a ser um centro de cultura.** Mas é natural que só no tempo do seu sucessor se registe actividade cultural relacionada com o palácio e com o templo.

Problema grave foi, sem dúvida, o da sucessão de David. O rei tinha vários filhos de diferentes mulheres e, por isso, foram vários os pretendentes ao trono. Surgiram verdadeiras lutas e complicadas intrigas. Perante essa situação, **David escolheu para sucessor o seu filho Salomão que assumiu a realeza após a morte do pai.** David terá começado a reinar pelo ano 1010 a. C., falecendo quarenta anos depois, em 970 a. C.

4.3 Salomão

Salomão foi «pacífico», como significa o seu nome, relacionado com a palavra *shalom* (paz). Poderá mesmo admitir-se que o nome de Salomão seja o que recebeu na cerimónia da entronização, uma vez que o seu nome de nascimento era Jodidias (*II Sam.* 12,25). **O seu reinado não foi caracterizado por guerras como o de seu pai**, pois não teve necessidade disso. David já havia alargado as fronteiras, por isso não foram necessárias guerras de ataque ou de conquista. Não teve de enfrentar perigos exteriores, nem precisou de se envolver em guerras defensivas. Fixou-se no trono «com firmeza» (*I Re.* 2,12) e usufruiu plenamente da conjuntura que lhe era favorável. Continuou, sim, a política de David no que respeita à gestão dos negócios do estado e à actividade diplomática.

Impõe-se que comecemos pelas **relações diplomáticas** que estabeleceu ou incrementou. Serviu-se para isso de vários meios, sendo de referir os seus **casamentos com mulheres estrangeiras ou a aceitação de mulheres de outros países no seu harém.** O I livro dos *Reis* informa que «além da filha do faraó, o rei Salomão amou muitas mulheres estrangeiras: moabitas, amonitas, edomitas, sidónias e hititas» (*I Re.* 11,1). A presença de tais mulheres em Jerusalém era importante para o bom relacionamento com os seus países de origem. O texto distingue a filha do faraó, a quem volta a referir-se mais quatro vezes o autor deste *Livro dos Reis*. **O faraó ter-lhe-á dado como dote a cidade de Guezer que conquistara aos Filisteus.**

Renovou o tratado de aliança com o rei Hirão (*I Re.* 5, 15), mas ultrapassou de longe David nas **actividades comerciais**, sobretudo no comércio externo. Deu larga utilização à chamada *Estrada dos Reis* pelo vale do Jordão e à *Via Maris*, junto à

costa. **Para Ocidente, desenvolveu o comércio através das colónias fenícias de Chipre e da zona do Mar Egeu. Utilizou o porto de Ezion-Gaber, no Golfo de Eilat, fazendo com que através de Israel se estabelecesse uma ponte comercial entre o Mediterrâneo, a Arábia e o remoto Ofir**. As escavações arqueológicas têm revelado presenças fenícias, cipriotas, egípcias, neo-hititas, etc. da época de Salomão. Estas últimas são manifestas especialmente na arte, se é que não se lhes deve atribuir também alguma influência na religião.

A historiografia bíblica, realçando a riqueza da época, refere-se, entre outras coisas, ao ouro, ao marfim, às jóias e especiarias importadas de Ofir e de Sabá. **É mesmo de supor que os contactos comerciais chegassem por Ofir até à Índia e, através do Egipto, até ao interior de África**. É neste contexto que se entenderá a visita da rainha de Sabá (*1 Re.* 10,10). Ficou conhecido, principalmente, o **comércio dos cavalos, que terá sido monopólio da coroa**. Comprava cavalos na Cilícia e carros no Egipto, vendendo-os depois aos Hititas e aos Arameus (*1 Re.* 10, 28-29). O próprio Egipto teria dependido de Salomão nesse ponto, já que era através de Israel que obtinha os cavalos para os seus carros de guerra.

Como quer que seja, os textos a este respeito não são claros. É mais seguro afirmar-se que **o exército de Salomão foi diferente do de seu pai pela grande importância que nele teve a cavalaria, ultrapassando largamente a infantaria**. E aqui não será exagero dizer que as escavações de Meguido corroboram a informação bíblica.

É dentro deste clima de prosperidade e glória que se compreenderá certa arrogância, manifesta nalgumas ambições de Salomão: desejou construir bases militares não só em Jerusalém, mas também no Líbano e em vários pontos do seu território, o que gerou descontentamentos. **Construiu fortificações** em Hazor, Meguido, Guezer, etc., o que poderá significar necessidade de defesa e não só exibição do seu poderio.

Dentro da política de desenvolvimento não deveremos esquecer **a exploração das minas de cobre em Timna**, no sul de Arabá, **e as instalações para fundição**, situadas junto do porto de Ezion Gaber. **Através desse porto exportou azeite e cobre**.

Dedicou especial atenção a **Jerusalém**, ampliando-a e construindo aí o **templo**, famoso em toda a Antiguidade. **Com o templo e o palácio, a cidade tornou-se o centro da vida religiosa e política da nação**. Dividiu o território em **doze distritos**, mas o grande centro de decisões era Jerusalém.

A tradição bíblica enaltece a memória de Salomão pela sua sabedoria:

> Salomão ultrapassou em sabedoria todos os sábios do Oriente e todos os sábios do Egipto. Era o mais sábio de todos os homens: mais sábio do que Eton, o ezraíta, e do que Heman, Calcol e Darda, filhos de Maol; e a sua fama espalhou-se por todos os povos vizinhos. Pronunciou três mil provérbios e compôs mil e cinco poemas.
>
> Dissertou sobre as árvores, desde o cedro do Líbano até ao hissopo, que cresce nos muros; dissertou também sobre os animais, as aves, os répteis e os peixes. De todos os países vinham pessoas ouvir a sabedoria de Salomão; vinham da parte de todos os reis da terra que tinham ouvido falar da sua sabedoria.(*1 Re.* 10-114)

É dentro deste contexto de exaltação da sabedoria de Salomão que se situa o relato da visita da rainha de Sabá, de cuja historicidade se duvida. Admite-se, entretanto, como provável, que tenham existido no tempo de Salomão relações comerciais com a região de Sabá, o actual Yemen, e que tal visita a ter existido, estivesse relacionada com interesses comerciais.

Por quanto acabamos de ver, seguindo basicamente a historiografia bíblica, **a época de Salomão foi de prosperidade e de paz, como nunca tinha experimentado o povo hebreu. Israel atingia com este rei o apogeu**.

Mas os textos dão-nos conta de que a segunda parte do seu reinado deparou com dificuldades. **A oposição vinha do exterior e do interior**: eram os sacerdotes que se lhe opunham por ter permitido o culto a deuses estrangeiros, para satisfazer a vontade das mulheres do harém; eram os anciãos, porque o sistema de governo e de administração se tornara muito diferente do tradicional; eram os trabalhadores oprimidos com trabalhos forçados, mormente na exploração das minas de Arabá; eram rebeliões incipientes com tendências de separatismo nas tribos do Norte, etc. Do exterior, as dificuldades surgem também: alteram-se as relações com Hirão, rei de Tiro, provavelmente já nos fins da vida desse rei; em Edom, um príncipe sobrevivente da antiga família real regressa do Egipto para o seu país e torna-se adversário de Salomão; a Norte, o reino arameu de Damasco recupera a independência... Tudo isto significa que **a idade de ouro estava no seu fim. E tenhamos presente que o período do reino unido terminara também para sempre**.

4.4 Os dois reinos

Quando Salomão morreu, por 930 a. C., vieram ao de cima as dissensões que já se manifestavam no fim do seu reinado. Começou a ouvir-se com toda a força e sem repressões a voz da oposição, vinda sobretudo das **tribos do Norte, as mais descontentes porque mais sobrecarregadas com impostos**.

Em Jerusalém é aclamado rei o filho mais velho, **Roboão**, mas já não conseguiu, como o pai e o avô, manter uma monarquia «dualista», como dissemos, com a capital em Jerusalém. **As tribos do Norte não o aceitaram e preferiram Jeroboão, um príncipe que estava exilado no Egipto**.

Vejamos mais pormenorizadamente o que se passou e o que irá acontecer desde a morte de Salomão até à queda da Samaria, em 722, e à queda de Jerusalém em 587/586, a chamada «época dos reis». Havemos de confessar, entretanto, que o historiador não possui muita documentação para este período. Os livros dos *Reis* e os das *Crónicas* revelam especiais preocupações com problemas de índole religiosa e não oferecem grandes informações quanto aos acontecimentos de natureza política, social e económica. São, principalmente, os livros dos profetas desse período que nos permitem avaliar da situação social, mormente no século VIII, como é o caso de Amós e de Oseias.

Como quer que seja, é possível reconstituirmos nas suas grandes linhas o quadro histórico da época com as informações dessas fontes e de outras extra-bíblicas, como é o caso da estela de Merneftá, do calendário de Guezer, da estela de Mesha, das óstracas da Samaria e de Lákish, da epígrafe do Canal de Ezequias (em Jerusalém) e das cartas de Arad.

Sabemos que **Roboão não teve dificuldades em Jerusalém para aceder ao trono, mas encontrou forte resistência nas tribos do Norte**. Ao apresentarem-se a Roboão, exigiam ser aliviados dos pesados impostos com que Salomão os sobrecarregara. Mas Roboão não aceitou as suas queixas nem deu ouvidos aos anciãos que lhe aconselhavam moderação. Foi essa intransigência do jovem rei e a falta de diplomacia que provocaram a cisão definitiva. **Jeroboão é aclamado rei pelas tribos do Norte** e doravante os dois irmãos ficavam a reinar em reinos separados que se iriam consumir em guerras inúteis e de consequências perniciosas.

O reino do Norte, conhecido por reino da Samaria, teria de início maiores dificuldades por não possuir as estruturas fundamentais, mesmo de carácter logístico, para os funcionários da administração central. Jeroboão teve, por isso, antes de mais, de escolher a sede da sua residência e do seu governo. Escolheu de início **Siquém**, já famosa desde a época patriarcal. Ampliou e fortificou a cidade e ali se fixou. Posteriormente foi estabelecer-se em **Penuel**, na Transjordânia, e, mais tarde, vemo-lo radicado em **Tirsa**, cidade situada na região montanhosa da Cisjordânia, em Tell el-Farah, que foi escavada pela Escola Bíblica e Arqueológica Francesa.

A actividade deste rei fez-se sentir na implantação dos serviços centrais e na manutenção das fortalezas que Salomão mandara construir no seu território, mas não se lhe atribuem quaisquer feitos militares. Conhece-se, sim, a sua preocupação em matéria de política religiosa: Jerusalém e o templo de Javé ficaram a pertencer ao reino de Judá e Jeroboão não via com bons olhos que as tribos do Norte se deslocassem à capital do reino do Sul, para adorarem Javé. **Elevou, por isso, à categoria de santuários nacionais, no seu reino, os antigos lugares de culto de Betel e de Dan. Colocou em cada um uma estátua de um bezerro de ouro para ser adorado em vez de Javé e criou um corpo de sacerdotes para servirem esses santuários.** Numa palavra, tudo fez para separar o povo do culto tradicional a Javé.

Como é de supor, uma reforma religiosa desta natureza iria criar descontentamento e reacções na alma do povo. Pelas intervenções de vários profetas, sabemos dos efeitos negativos dessa pretensa reforma religiosa, que é classificada como **«o pecado de Jeroboão»**.

No reino do Sul, Roboão teve também de enfrentar várias dificuldades, sendo a principal o perigo que o ameaçava do Egipto. **Efectivamente, no quinto ano do seu reinado, o rei do Egipto, Sosaq ou Sheshonq, fundador da XXII dinastia atacou Jerusalém.** Terá saqueado os tesouros do templo e do palácio real (*I Re.* 14, 25-26). A descrição pormenorizada desse ataque lê-se em *II Cr.* 12, 2-11. Entre outras informações, o texto refere:

> Chichac foi atacar Jerusalém. Atacou a cidade com mil e duzentos carros de combate, sessenta mil cavaleiros e um número incontável de soldados... Apoderou-se das cidades fortificadas de Judá e avançou até Jerusalém (vers. 3-4)... e apoderou-se dos tesouros do templo do Senhor e do palácio... Apoderou-se de tudo e ficou mesmo com os escudos de ouro que Salomão tinha mandado fazer (vers. 9).

Não importa muito se foi o faraó quem retirou do templo esses tesouros ou se foi Roboão que teve de lhos entregar para salvar a cidade e o seu reino, como pensa S. Herrmann[1]. O que resulta claro do texto é que **o reino do Sul sofreu o ataque do Egipto**. O faraó Sosaq pôde mandar gravar num muro do templo de Amon, em Carnac, uma grande lista de cidades conquistadas na sua campanha militar por terras da Palestina. Aí são mencionadas entre outras, Guibeon, Bet-Oron, Ayalon, Meguido, Taanak, Bet-Sean, ou seja, umas do reino de Judá e outras do reino de Israel.

[1] S. Herrmann, ob. cit. p. 256.

É natural que esta campanha tivesse alertado Roboão para a necessidade de fortificar algumas cidades do Sul e do Oeste, aquelas que são referidas no livro II das *Crónicas*:

> Roboão residiu em Jerusalém e construiu várias cidades fortificadas em Judá: Belém, Etam, Técoa, Bet-sur, Socó, Adulam, Gat, Maressa, Zif, Adoraim, Lákish, Azeca, Sora, Aialon e Hebron... Construiu-lhes muralhas à volta, nomeou-lhes governadores e construiu-lhes armazéns para as suas provisões, para o azeite e para o vinho. (*II Cr.* 11, 5-10)

Em política externa os dois reinos começaram a registar algumas perdas, pois os estados que pagavam tributo a David e a Salomão começaram a desvincular-se de tais compromissos, como aconteceu com o reino de Amon e de Moab. O reino arameu de Damasco tornou-se independente, tal como já havia acontecido com Edom, ainda no tempo de Salomão.

A partir de Jeroboão, rei de Israel, e de Roboão, rei de Judá, seguem-se as respectivas listas reais dos dois países de forma independente. **No caso de Israel, a lista real irá terminar com Oseias, que reinou entre 730 e 722 a. C., data da queda da Samaria sob Sargão II. No caso de Judá, a lista termina com Sedecias, que ocupou o trono entre 598 e 587/586, data da destruição de Jerusalém por Nabucodonosor**.

De alguns reis pouco se sabe e não interessaria muito ao nosso objectivo grande demora na análise da sua actividade política. Seleccionamos apenas alguns cujos reinados se revestem de maior importância.

No **reino de Israel**, merece algum destaque **Omeri** (885-874), que, após ter reinado em Tirsa durante seis anos, escolheu para capital a Samaria. O texto do livro dos *Reis* é explícito:

> Omeri reinou durante doze anos. Os primeiros seis anos reinou em Tirsa, depois comprou o monte da Samaria por seis mil peças de prata a um homem chamado Semer. Ali construiu uma cidade fortificada, a que chamou Samaria, por o dono anterior do monte se chamar Semer. (*I Re.* 16, 23-24)

Não é difícil estabelecer-se confronto com a localização da capital de Judá e verificar que há curiosas semelhanças, como por exemplo o facto de ambas as cidades se

encontrarem em posições favoráveis para se fortificarem e poderem resistir a ataques de inimigos exteriores. Tal como David escolhera Jerusalém para sua sepultura, também Omeri escolheu a Samaria.

A dinastia de Omeri constitui uma mudança significatica na história da religião de Israel, pelo facto de ter casado o filho, **Acab**, com Jezabel, filha do rei de Tiro, de nome Itobaal. Tal casamento veio juntar à crise social que então experimentava o reino israelita uma **crise religiosa** ainda maior. **Jezabel era adoradora de Baal** e não prescindiu do seu culto após deixar Tiro. Construiu na Samaria um templo a Baal e, na sua corte, foram acolhidos os profetas e sacerdotes desse deus fenício. O culto propagou-se da capital para o resto do país, o que provocou desagrado em grandes sectores do povo. Foi sobretudo o **profeta Elias** que se insurgiu na sua pregação contra Baal e em favor de Javé. Após a morte desse profeta e do rei Acab, foi o **profeta Eliseu** que se pôs à frente do movimento profético, em ligação com os grupos de profetas que se opunham aos Omeridas. É certo que os relatos da pregação de Elias e de Eliseu do I e II livro dos *Reis* não estão ordenados com exactidão cronológica e reflectem, na sua redacção, tradições diferentes, algumas de carácter lendário, mas não deixam dúvida quanto às lutas religiosas que então se travaram em Israel entre os partidários de Baal e os de Javé.

Além destas consequências de carácter religioso, o casamento do rei de Acab com uma princesa fenícia trouxe também algumas consequências negativas para a política externa do reino de Israel. As ligações que agora se estabeleciam entre Fenícios e Israelitas eram diferentes daquelas que tinham existido durante os reinados de David e de Salomão. Agora, os Fenícios exploravam todas as possibilidades que a situação lhes proporcionava para o seu comércio e «domínio» económico não só em Israel mas nos povos vizinhos, principalmente Arameus, o que desagradava obviamente às intenções expansionistas da Assíria para Ocidente.

Entre os episódios relacionados com as campanhas da Assíria, regista-se o facto de Acab entrar numa coligação de reis arameus que se opunha ao avanço das tropas de Salmanasar III, travando-se a batalha de Carcar. A inscrição de Salmanasar III que figura no «obelisco negro», a que oportunamente fizemos referência, suscita algumas dúvidas quanto ao rei de Israel que tomava parte nessa coligação. Poderá ser Acab e não o rei Jeú, mas reporta-se a essa batalha[1].

[1] S. Herrmann, ob. cit., p. 279.

Também se reveste de interesse a informação que nos dá a estela de Mesha, rei de Moab, a respeito do domínio de Israel em Moab, coincidente com a informação que lemos no II livro dos *Reis*: «O rei Mesha tinha muitos rebanhos e pagava de tributo ao rei de Israel cem mil cordeiros e a lã de cem mil carneiros. Mas, quando o rei Acab morreu, o rei de Moab revoltou-se contra o domínio de Israel» (*II Re* 3, 4-5). Pela sequência do texto vê-se que o sucessor de Acab, Jorão, se uniu ao rei de Judá e ao rei de Edom e foram combater Moab, tendo, ao que parece, conseguido vitória. Os efeitos entretanto não foram duradoiros, visto que Mesha, rei de Moab, viria posteriormente a reconquistar o país.

4.4.1 *Revoluções em Israel e Judá*

A ligação do reino do Norte com os Fenícios, através do casamento de Acab com a princesa de Tiro, Jezabel, teve consequências não só para a Samaria como também para o reino de Judá.

A apreciação de tal facto obriga-nos a ter presente que a política estava profundamente condicionada pela religião. Na dinastia dos Omeridas, **mesmo após a morte do rei Acab, continuou a exercer forte influência a rainha Jezabel, que fomentava o culto a Baal, com descontentamento de grande parte do povo. Nessas circunstâncias explica-se que Jeú, um general do exército de Israel, fosse ungido rei por um discípulo do profeta Eliseu e, em seguida, aclamado pelo povo**. Era um partidário do culto de Javé que iria pôr fim à dinastia dos Omeridas.

Uma vez alcançada a realeza, Jeú tentou desfazer-se da família real: a rainha Jezabel foi arremessada do seu palácio por uma janela; os príncipes assassinados; os profetas de Baal foram perseguidos e mortos e o templo foi destruído.

Em Judá começava também a difundir-se o culto de Baal como resultado do casamento de um príncipe de Jerusalém com Atalias, da dinastia Omerida. Generalizou-se o descontentamento do povo, que provocaria uma grave crise política. O rei **Ocozias** é assassinado e são assassinados também os membros da família real, com excepção de um menino de nome **Joás, filho de Acaz**, que seria criado no templo, oculto, sob a protecção do sumo sacerdote Joiadá. Quando atingiu sete anos de idade, o sumo sacerdote ungiu-o como rei, perante a aclamação do povo. Ao ouvir as aclamações, Atalias dirigiu-se ao templo, onde foi assassinada, desaparecendo com a sua morte o culto a Baal em Judá.

Estas revoluções, no reino do Norte e no reino do Sul, situam-nos perante problemas internos que experimentavam as duas monarquias dos Hebreus, mas obviamente que ambas tinham de enfrentar também dificuldades provenientes do exterior, do Norte, a Assíria. Infelizmente **o período que se segue após a morte de Jezabel, no Norte (c. 840) e de Atalias, no Sul (c. 835), é mal conhecido por falta de informações**. Pode mesmo afirmar-se que o período de cerca de um século, que vai de 840 a 746 é o mais obscuro da «época dos reis». O II livro dos *Reis* apenas dedica a esse longo período três capítulos e alguns versículos mais (*II Re*. 12-14 e 15, 1-12). É certo que no século VIII a. C. pregaram e escreveram os profetas Amós, Oseias, Isaías e Miqueias, que permitem avaliar da situação religiosa e social. Como quer que seja, as informações globalmente consideradas são escassas e apenas permitem apontar alguns elementos que caracterizam este século.

Como inimigos externos dos dois reinos hebreus, hão-de apontar-se os **Arameus**. O reino de Israel teve de enfrentar nomeadamente os reis Jazael e Ben Hadad de Damasco, que lhe infligiram pesadas perdas em carros de guerra e homens de infantaria.

Em Israel, após o reinado de Jeú, reapareceram cultos cananeus. Tendo desaparecido o culto do deus fenício Baal, surge então o de **Asera**. Em Judá também se fizeram sentir os reflexos desses desvios do Javismo, bem como hostilidades do

reino do Norte. O rei **Amasias** de Judá teve de usar as armas para se defender de ataques das tropas de **Joás**, rei de Israel. Travou-se uma batalha em Bet-Shemesh, na zona costeira e, a partir daí, o exército israelita avança para Jerusalém. Destruiu parte das muralhas da cidade e apoderou-se de alguns tesouros do palácio e do templo:

> Então o rei Joás pôs-se em marcha e encontrou-se com Amasias em Bet-Shemesh, cidade de Judá. O exército de Judá foi derrotado pelo de Israel e os soldados de Amasias puseram-se em fuga cada um para sua casa. Joás, rei de Israel, fez prisioneiros em Bet-Shemesh, Amasias, rei de Judá, e avançou sobre Jerusalém, abrindo na muralha da cidade uma brecha de uns duzentos metros, desde a porta de Efraim até à porta da Esquina. Além disso, apoderou-se de todo o ouro e prata e de todos os objectos preciosos que havia no templo e nos tesouros do palácio real; levou também consigo alguns reféns e levou tudo para a Samaria. (*II Re.* 14, 11-14)

Não possuímos outra informação sobre qualquer ataque das tropas da Samaria sobre Jerusalém, mas não restam dúvidas que os dois estados dos Hebreus se guerreavam mutuamente e enfraqueciam, numa época em que espreitava a grande ameaça da Assíria.

5. Os Hebreus perante a ofensiva assíria

TÁBUA DE MATÉRIAS

5. **Os Hebreus perante a ofensiva assíria**

Objectivos de aprendizagem

5.1 **As fontes**

5.2 **Judá e Israel no contexto histórico do século VIII a. C.**

5.2.1 *Israel*

5.2.2 *Judá*

5.3 **A intervenção militar da Assíria**

5.4 **As consequências da conquista assíria**

Actividades

Respostas às actividades

Objectivos de aprendizagem:

Depois de ter estudado este capítulo, deve saber que:

- o século VIII a. C. esteve fortemente marcado pelo avanço da expansão dos Assírios para Ocidente;
- fontes diversas, escritas e arqueológicas, documentam e comprovam as convulsões deste período;
- Judá e Israel viviam um clima de prosperidade económica;
- Israel, com Jeroboão II, viveu um período de expansão territorial e de grande luxo por parte dos poderosos;
- em Judá, Azarias reorganizou o exército, desenvolveu o comércio e conquistou as cidades da planície aos Filisteus;
- com Tiglat-Falasar III e a sua política expansionista, os reinos de Judá e de Israel entraram em decadência;
- à crise política e guerra civil, juntavam-se a opressão dos pobres e a crise religiosa;
- a Assíria conquistou o reino do Norte, Israel;
- a cidade de Samaria foi conquistada por Sargão II, em 722/721;
- Israel tornou-se uma província assíria com a capital em Meguido;
- a população da Samaria foi transferida para o norte da Mesopotâmia e da Média e o seu território povoado com estrangeiros que se misturaram com os Israelitas que lá permaneceram.

O século VIII a. C., e principalmente o terceiro quartel desse século, caracterizou-se, em todo o Médio Oriente, por forte agitação, motivada pelas campanhas militares da Assíria, então em fase de crescimento e expansão imperialista, fazendo estremecer todos os povos vizinhos. Entre os que mais se ressentiram, está certamente o povo hebreu, o qual experimentou um período de profunda crise que levou ao desaparecimento do reino do Norte.

Deveremos ter presente o que afinal é uma constante da sua história e que, para ser entendida, nos obriga a ultrapassar os reduzidos limites do seu território, a fim de descobrirmos causas que são condicionantes ou mesmo determinantes. De facto, **pela sua posição geográfica, os Hebreus estiveram constantemente em contacto com outros povos que ambicionaram o domínio da costa siro-palestinense, pela sua excepcional importância como ponte natural entre Norte e Sul.**

Nesta altura do nosso curso, consideramos útil um exercício prático no campo da historiografia, que nos obrigue à análise a partir das fontes e ao relacionamento de matérias já estudadas. Escolhemos para isso um período privilegiado não só para o conhecimento das grandes mudanças que se verificam na história dos Hebreus, mas também para revelar algumas linhas de força que influenciaram a Antiguidade. **Coincide fundamentalmente com os reinados de Tiglat-Falasar III, de Salmanasar V e de Sargão II, na Assíria, que, logo no primeiro ano do seu reinado, 722, terá conquistado a Samaria**, se é que o conquistador não foi seu pai, Salmanasar, pouco antes de morrer.

A visão sincrónica do que se passou em todo o Médio Oriente, considerando como dois centros de maior interesse o reino de Israel e a Assíria, reveste-se de grande importância. Contamos para isso com documentação abundante e valiosa.

5.1 As fontes

Impõe-se, neste caso, um juízo de valor sobre as fontes, que são de três géneros: **textos assírios**, principalmente inscrições e anais de Tiglat-Falasar III e Sargão II; **óstracas da Samaria**; vários **livros bíblicos**, designadamente I e II *Reis* e I e II *Crónicas*, *Amós*, *Oseias* e *Isaías*; **testemunhos arqueológicos**.

Eis resumidamente do que se trata:

a) **Textos históricos assírios**

Relativamente aos *Anais de Tiglat-Falasar III*, tem de afirmar-se que neles existem lacunas e subsistem dúvidas quanto à sequência cronológica dos acontecimentos. Outros documentos, mormente as inscrições que se repetem, resumem as conquistas, segundo agrupamentos geográficos[1]. Apesar disso, confrontando estes dados com as indicações da *Crónica dos Epónimos*, podem definir-se várias etapas precisas[2].

Nos *Anais de Sargão II*, nota-se melhor a sequência cronológica. Uns e outros documentos constituem base sólida para a historiografia, sendo confirmados por

[1] *ANET*, 282-287.

[2] M. Falkner, «Die Eponymen der Spätassyrischen Zeit», in *Archiv für Orientforschung*, 17, 1954-1956, pp. 100-120.

outras fontes e ainda complementados em pormenores pelas listas dos soldados encontradas nos arquivos de Kalah, ou seja Nimrud, também da mesma época.

b) **Óstracas da Samaria**

Trata-se de uma **centena de inscrições sobre fragmentos de cerâmica**, encontradas em 1910 nas escavações do palácio da Samaria. Constituem dois grupos de Jeroboão II, que faleceu em 746, precisamente a data escolhida para início do período que estudamos.

A importância destas inscrições é considerável para o período a que nos reportamos.

Os nomes dos lugares revelam-nos, ao menos em parte, a geografia administrativa do reino do Norte e permitem completar dados bíblicos sobre a topografia histórica de Israel. Aliás os nomes coincidem com os das listas da **tribo de Manassés**, conhecidos em *Núm.* 26, 29-31; *Jos.* 17, 1-13; *I Cr.* 7, 14-19.

Os nomes de pessoas permitem-nos verificar a diversidade da população dos arredores da capital, pois as terras de proveniência dos produtos situam-se nos arredores de Samaria. Assim, pode notar-se que há nomes javistas em maior número, entre outros de origem cananeia ou egípcia. Os primeiros identificam-se com os senhores, enquanto os outros referem feitores ou rendeiros.

Trata-se apenas de uma pequena amostragem que obviamente não basta para se falar de estatísticas ou estabelecer percentagens sobre as origens e etnias da população do Norte, mas permite supor diferenças nessa população e consequentes problemas de ordem política, social e religiosa, o que aliás será verificado por outros testemunhos.

c) **Livros bíblicos**

As fontes bíblicas são de índole diferente. Os livros dos *Reis* e as *Crónicas* são de género literário designado por **histórico**. Trata-se entretanto de uma história onde os critérios de valor são fundamentalmente religiosos, o que leva a uma história finalística e apologética. Isto não quer dizer que os seus autores descurem a documentação. Muito longe disso, eles revelam preocupação em citar as fontes em que se apoiam e que hoje são confirmadas por outras informações, como, por exemplo, as inscrições da Assíria.

Os livros dos profetas, tendo objectivos muito específicos, são de género literário diferente. Focam especialmente problemas sociais e religiosos, como é o caso de Amós e de Oseias. Coincidem geralmente com outras fontes já citadas e oferecem um subsídio valioso para esclarecer determinadas situações históricas.

d) **Testemunhos arqueológicos**

A Arqueologia, relativamente a este período, dá ao historiador grande riqueza de informações. Sem haver necessidade de referências pormenorizadas, não deverá silenciar-se o precioso contributo que nos vem das escavações da Samaria, de Tell el-Farah, de Meguido, de Hazor, de Tell el-Hesi, Tell Quiri, Dan, etc.

Todos estes elementos permitem-nos delinear o quadro histórico do Médio Oriente no século VIII a. C., pondo em relevo o povo hebreu, que então estava constituído em dois pequenos reinos, e o império assírio, então em fase de expansão[1].

[1] A. A. Tavares, *Estudos da Alta Antiguidade*, ed. Presença, Lisboa, 1983, pp. 178-184.

5.2 Judá e Israel no contexto histórico do século VIII a. C.

Tendo passado períodos difíceis por causa das crises internas e de agressões externas, sem faltarem mútuas humilhações, os dois reinos hebreus gozavam de relativa prosperidade económica no princípio do século VIII.

Israel, sob **Jeroboão II**, que reinou provavelmente de 783 a 746, **desenvolveu-se como uma potência económica que chega a comparar-se à dos tempos de Salomão, pois restabeleceu as suas fronteiras desde Hamat, na Síria, até ao mar de Arabá.** Infelizmente são estas as únicas informações que nos dá o autor do livro dos *Reis*.

Entretanto a Arqueologia pôs a descoberto ricos palácios, marfins e objectos reveladores do alto nível de vida da Samaria, coincidindo aliás com o que nos diz Amós, contemporâneo de Jeroboão II, nas suas invectivas contra o **luxo das classes dirigentes**.

Em Judá, também a época era de prosperidade. Isto sob o reino de **Uzias ou Azarias**, que reinou de 781 até 740. No II livro das *Crónicas*, encontramos algumas informações precisas sobre a sua obra de restauração: **reorganização do exército, reconstrução das muralhas de Jerusalém e do porto de Ezion-Gaber (Eilat), comércio e boas relações com a Transjordânia, reconquista das cidades da planície, onde tradicionalmente dominavam os Filisteus**, etc. (*II Crón.* 26).

Pode mesmo afirmar-se que, **no princípio da segunda metade do séc. VIII, Israel e Judá eram as duas maiores potências no Médio Oriente para aquém do Eufrates.** Mas à prosperidade económica seguir-se-ia uma repentina crise de diversos níveis, em boa parte por causa das intervenções militares da Assíria, que se mostrou particularmente agressiva depois da subida ao trono de **Tiglat-Falasar III**, em 746/745.

A Assíria desde há muito cobiçava as terras para cá do Eufrates, por motivos de ordem económica: por causa das madeiras e da pedra para as construções, por causa dos recursos minerais e ainda porque eram porta aberta para o Egipto, para o sul da Ásia Menor e para o comércio com as ilhas do Mediterrâneo.

Entretanto se até esta altura os seus exércitos não conseguiram conquistas sólidas nestas regiões, tal não viria a acontecer com **Tiglat-Falasar III**. Com ele mudava a história dos Assírios, com o seu enérgico centralismo, a reorganização do exército e a política de deportações em massa, como já estudou.

Logo em 743, dois ou três anos após ter subido ao trono, vemos **Tiglat-Falasar III empenhado em subjugar as regiões da Síria**. Eis a propósito um extracto dos seus anais do terceiro ano do reinado:

> No ano seguinte da minha campanha, eu recebi o tributo de Azarias de Ya'udi. Ele teve conhecimento da aproximação do exército de Assur e teve medo... eu despedacei, destruí e queimei...

O texto prossegue referindo cidades e províncias conquistadas, concluindo:

> Ao todo 19 distritos, pertencendo a Hamat; e as cidades da sua vizinhança que estão situadas na costa e que foram tomadas a Azarias eu trouxe para a Assíria. Instalei um meu oficial como governador sobre eles. Deportei 30 300 habitantes das suas cidades».[1]

[1] *ANET*, 283.

Não deverá estranhar-se que **Azarias chefiasse uma liga contra a Assíria**, sabendo do perigo que ela constituía e sabendo ainda que, nessa altura, já o reino da Samaria estava em grande crise, motivada pelas bruscas sucessões no trono, como já vamos ver. Nem o facto de Azarias sofrer, nessa altura, de lepra, sendo coadjuvado por seu filho Joatão, impediam que o seu nome figurasse em tal coligação.

Os exércitos assírios avançavam em todas as frentes. E não eram operações destinadas apenas a destruírem o poder material e a recolher o espólio da guerra. Com Tiglat-Falasar III, pelo contrário, a guerra tornou-se de conquista. O território ocupado era incluído dentro dos limites do território de Assur e repartido em províncias, dirigidas pelos *bel pihati*, que dispunham de guarnições permanentes para abafarem qualquer indício de rebelião.

No caso destas investidas para Ocidente, foram ocupadas regiões da Síria (os Arameus) e da costa, ficando lá colocado como governador um homem da confiança do poder central. Azarias deve ter morrido antes de sofrer represálias.

O ímpeto e violência dos exércitos assírios é comparado nos próprios anais e inscrições a uma tempestade de neve que assolava as regiões por onde passava. A este ímpeto nenhuma potência da época poderia resistir, nem mesmo aquela que era tradicionalmente grande e forte, o Egipto. Nesta altura, encontrava-se em grande declínio que, desde há muito, vinha a acentuar-se com as Dinastias Líbias que cederiam o lugar em breve às Dinastias Núbias. O Egipto era um conjunto de pequenos estados rivais entre si.

Nestas circunstâncias, o Egipto mais do que uma força capaz de se opor ao avanço assírio, era uma presa fácil. De facto, um pouco mais tarde, no século VII, os Assírios chegariam até à cidade de Tebas. Não poderiam portanto os Hebreus recorrer ao auxílio do Egipto e, se por veleidade o fizeram, como de facto aconteceu, só iriam exacerbar os ódios dos inimigos.

Perante este desequilíbrio de forças e perante a ameaça assíria, **o clima político em Israel e em Judá era de total insegurança,** agravada pela profunda crise interna que um e outro pequeno reino experimentavam.

5.2.1 *Israel*

Comecemos pelo Norte, pelo reino da Samaria, analisando a situação política. Após a relativa prosperidade dos tempos de Jeroboão II, seguiu-se uma **profunda crise política**, de tal modo que no período dos dez anos que se seguiram, Israel teve cinco reis, três deles alcançando o trono pela violência, sem qualquer pretexto de legitimidade. **A guerra civil instalara-se**.

Em relação à Assíria, a política era de submissão. Num dos textos de Tiglat-Falasar III, que se situa pelo ano 738, diz-se mesmo que recebeu tributo de Menahém, o que é corroborado pelo livro I de *Reis*.

> Este, para obter a quantia que devia pagar ao soberano dominador, exigia uma contribuição dos grandes proprietários de Israel à razão de cinquenta siclos de prata por pessoa.[1]

[1] *I Re.* 15, 19-20; *ANET*, 283--284.

Parece que o povo compreendeu e aceitou, para não perder a sua independência.

Pouco após, **Menahém** falecia, de morte natural, sucedendo-lhe o filho **Faceias**, ou Pekaiá, que ao fim de dois anos foi assassinado por um próximo colaborador de nome semelhante: **Faceia** ou **Pekah**.

Ao que parece, a política externa de Israel mudou após a morte de Menahém. **O novo rei, usurpador do trono, surge como chefe da liga anti-Assíria que provocou guerra contra Judá e iria desencadear a ruína definitiva da Samaria**. O clima político em Israel era pois de insegurança, de instabilidade e de pânico, perante o perigo que vinha da Assíria.

A crise social acompanhava a confusão política. Bastará lermos, para nossa informação, o que nos dizem os profetas Amós e Oseias, o primeiro contemporâneo de Jeroboão II, e o segundo que viveu exactamente no período que estamos a estudar.

Eis algumas frases de Amós:

> Esmagam sobre o pó da terra a cabeça do pobre, confundem os pequenos; o filho e o pai dormem com a mesma jovem (2,7).
>
> Amontoam nos seus palácios o fruto das suas violências e dos seus roubos (3,10).

Ainda que possamos admitir alguns exageros nesta linguagem com preocupações moralizantes, é evidente que existiam graves **problemas sociais: a riqueza e o luxo dos grandes, à custa da miséria dos pobres; opressão de diversos modos e, sobretudo, o colapso da lei: não havia possibilidade de se fazer justiça**.

A estas acrescentava-se uma **crise religiosa profunda**. Oseias insiste principalmente na infidelidade religiosa que considera a raiz dos diversos males. De facto, **a desintegração religiosa estava em boa medida na origem da própria crise política e social**. O paganismo, que se infiltrara, conduzia à devassidão e a todos os desregramentos. Tendo abandonado o padrão de moralidade do javismo, não existia um princípio em que se assentasse, nem fé comum que pudesse constituir base para uma acção concertada.

Não admira por isso que o povo já não visse no rei o eleito de Deus, a quem era devido respeito e obediência. Oseias podia queixar-se desta forma: «Constituíram reis sem minha aprovação, estabeleceram chefes sem meu consentimento.» (*Os.* 8,4)

Sem coesão interna, desligado das suas tradições religiosas, o Estado encontrava-se incapaz de acção inteligente e concertada e os seus chefes políticos revelaram total incompetência para compreenderem a gravidade da situação.

5.2.2 *Judá*

Em Judá, a crise não atingiu esses extremos, mas também ali, após a prosperidade dos tempos de Azarias, falecido em 740, ou porventura em 743, seguir-se-ia um período de dificuldades, cujas causas hão-de ser procuradas no reino do Norte, com as suas intervenções e influências.

Vimos que, **apenas se apoderou do trono de Samaria, Faceia (ou Pekah), cerca de 737, tornou-se chefe de uma frente anti-Assíria em que estava o rei de Damasco e alguns chefes dos Filisteus**. Quiseram naturalmente que Judá se lhes associasse, mas o rei, que então já era o filho de Azarias, de nome **Joatão** (742-735), preferiu uma política de neutralidade. Tudo fizeram para conseguir a adesão de Judá. Entretanto Joatão faleceu, sucedendo-lhe o filho **Acaz**. Foi sobre ele que recaiu toda a força dos inimigos. **Os reis coligados atacam Judá e cercam Jerusalém**, com a intenção de deporem Acaz e de colocarem no trono, em vez dele, um certo Ben Tabeel[1].

Entretanto os **Edomeus**, que estiveram sujeitos a Judá durante a maior parte do século VIII, **readquiriram a sua independência** e expulsaram de Ezion-Gaber (Eilat) as tropas de Acaz, destruindo o porto, como prova a Arqueologia[2]. Ao mesmo tempo os **Filisteus**, presumivelmente actuando em conjunto e de acordo com os outros, **devastaram o Neguev e a Shefela, ocupando várias cidades fronteiriças**. Judá estava pois a ser atacado por três lados.

Em circunstâncias tão críticas, compreendemos a profunda consternação de Jerusalém que levou **Acaz, desesperado, a enviar mensageiros a Tiglat-Falasar III, implorando ajuda**: «eu sou o teu servo e o teu filho. Vem e salva-me das mãos do rei da Síria e do rei de Israel que se coligaram contra mim» (*II Re.* 17, 7 e ss). **Foi este apelo que provocou a imediata intervenção da Assíria, que levaria à queda e desaparecimento do reino do Norte.**

5.3 **A intervenção militar da Assíria**

O exército assírio desceu ao longo da costa e atingiu Gaza e a «ribeira do Egipto», impedindo dessa forma toda a possibilidade de auxílio deste reino. E só em seguida

[1] *II Re.* 15, 27; *II Cr.* 28, 5-8 e *II Re.* 16,5; *Is.* 7,6.

[2] N. Glueck, «Kheleifeh, Tell», in *EAE*, vol. III, p. 716.

se voltou contra Israel, cujo território foi ocupado. Isto em **733**. **Todas as terras israelitas na Galileia e Transjordânia foram devastadas e foram deportados alguns grupos da população** (*II Re.* 15, 29). Numerosas cidades foram destruídas, nomeadamente Meguido e Hazor. **Meguido seria entretanto reconstruída como capital provincial**. A Arqueologia pôs a descoberto, ao nível III, o palácio do governador assírio[1]. Quanto a Hazor, sabemos que foi destruída para não mais ser reconstruída, como demonstraram as escavações arqueológicas. **O território ocupado foi dividido em três províncias: Galaad, na Transjordânia; Meguido, incluindo a Galileia; e Dor, sobre a planície costeira**[2].

Perante o desastre da devastação do território, Pekah foi assassinado por um certo Oseias ben Elah, que se apressou a pagar tributo ao soberano assírio. Nos anais de Tiglat-Falasar, a informação é do seguinte teor:

> Eles depuseram o seu rei Pekah e eu coloquei Oseias como rei sobre eles. Recebi deles 10 talentos de ouro e 1000 talentos de prata como seu tributo e levei-os para a Assíria.[3]

O reino de Damasco seria conquistado no ano seguinte pela Assíria.

Nestas campanhas, o território da Samaria ficara praticamente todo devastado, deixando apenas com vida **o rei Oseias à frente de um pequeno território que mal correspondia ao território de Efraim e parte ocidental de Manassés**. Apesar desta pequenês, o rei Oseias, logo após a morte de Tiglat-Falasar III, ao subir ao trono Salmanasar V, pensou em revoltar-se, confiando para isso no auxílio do Egipto. Envia mensageiros ao rei de Saís, mas do Egipto nenhum auxílio podia vir. Era este o golpe final.

Por 724, com toda a probabilidade, Salmanasar V atacou violentamente, levou prisioneiro Oseias, o último rei, ocupando todo o território, poupando apenas a cidade de Samaria. Dois anos mais tarde, em 722, seria o fim, já sob Sargão II, como nos informa nos seus anais:

> No princípio do meu reinado, conquistei a cidade dos Samaritanos, o que me permitiu coroar o meu triunfo. Trouxe de lá como prisioneiros 27 290 habitantes e equipei dentre eles soldados para ocuparem 50 carros do meu exército real.
>
> Reconstruí a cidade melhor do que fora antes e estabeleci nela gentes que eu próprio tinha conquistado. Pus lá um meu funcionário como governador e impus-lhes tributo, como costuma ser para os cidadãos assírios.[4]

A data 722/721 é pois duplamente simbólica: marca um desastre irreparável para os Hebreus, com o desaparecimento definitivo do reino de Israel, e corresponde ao acesso ao trono de um dos soberanos mais famosos da Antiguidade, Sargão II, de quem se diz nunca ter conhecido derrota.

[1] Y. Yadin, «Meggido. Yadin's excavations 1960-1970», in *EAE*, vol. III, p. 855.

[2] F. M. Fales, *Censimenti e catasti di epoca neo-assiria*, Roma, 1973.

[3] *ANET*, 284.

[4] *ANET*, 284.

5.4 As consequências da conquista assíria

A história política de Israel terminou então. **O seu território tornava-se uma província com a capital em Meguido, sob as ordens de um governador assírio, tendo sido organizado administrativamente no reinado de Sargão II.**

Nas suas inscrições, fala-se entretanto de uma tentativa de rebelião da Samaria, simultaneamente com Gaza dos Filisteus e Damasco, que teria ocorrido por 720. Devem ter-se verificado novas **deportações**, como surgiriam ainda outras mais tarde, já sob Assaradão (*Esd.* 4, 2).

De facto, as conquistas assírias provocavam transferências de grandes massas humanas. É sabido que o Médio Oriente teve sempre experiências de grande mobilidade de populações: por deslocações em busca de pastos e de alimentos, por coerção em casos de guerra, inclusivamente por raptos, conhecidos desde épocas remotas. Mas nunca atingiram proporções e características comparáveis às do Império Neo-Assírio, em que agora vemos envolvidos principalmente os Hebreus e os Arameus[1].

Quanto às proporções, basta recordar alguns números muito significativos, extraídos dos anais e inscrições de Tiglat-Falasar III e de Sargão II.

Em 743, por altura da conquista das cidades arameias, Tiglat-Falasar levou 30 300 pessoas e da região de Dor, 5400 que fixou em Ungi. As informações do tempo de Sargão II falam de multidões deportadas de Hamat, onde o rei colocou 6300 assírios da sua confiança. De Rafia, levou 9033 habitantes e de Samaria 27 290[2].

Estas deslocações de grandes massas humanas eram diferentes de todas as outras até aí conhecidas. Tratava-se obviamente de transferências forçadas com o objectivo de operar mudanças sociais nos diversos lugares conquistados: retiravam-se das suas terras de origem as pessoas mais válidas, destruíam-se os quadros dirigentes locais. Os deportados iam para regiões distantes, sendo instalados outros deslocados nas terras por eles deixadas. Assim, **no caso da Samaria, somos informados de que foram transferidos para o norte da Mesopotâmia e da Média, onde se vão disseminando e desaparecendo, dando origem à lenda das dez tribos perdidas de Israel. Para os substituir, vieram colonos de Babilónia, de Kutha, Avah, Hamat e Sefarvaim** (*II Re.* 17, 24).

Desta forma, a Samaria aparece com um novo *facies* étnico-social: os habitantes são em grande parte estrangeiros a viverem ao lado dos autóctones, todos sujeitos ao mesmo estatuto social de classe subjugada a chefes políticos para ali destacados pelo poder central.

Entre os estrangeiros e os naturais depressa se estabeleceram contactos: misturaram-se raças, costumes, religiões. Diga-se entretanto que, no caso, predominaria a raça israelita, pela tribo de Efraim e Manassés, bem como a sua religião. Desta mistura híbrida, surgem os chamados *Samaritanos*, bem conhecidos até aos nossos dias, grupo humano diferenciado de todos os mais, sempre

[1] F. Mario Fales, *L'Alba della civiltà*, Torino, 1976, vol. I, pp. 168 e ss.

[2] *ANET*, 285.

mal vistos pelos vizinhos, de que há provas no tempo de Cristo. Ainda hoje sobrevive um pequeno grupo de cerca de 200 pessoas, na cidade de Nablus, na Samaria.

Mas não foi só na Samaria que as deportações assírias alteraram o mapa étnico-social. Isso verificou-se em todo o império assírio. Os deportados foram dispersos pelas diferentes regiões do império, ficando sujeitos aos governadores nomeados pelo poder central, que tinham ao seu dispor guarnições militares. Com as grandes transferências das populações, obteve-se um grande nivelamento social e, sobretudo, um desenraizamento que impedia tentativas de rebelião. Tal objectivo foi conseguido num primeiro momento. Mas, mais tarde, recordariam as suas origens e idealizariam o regresso às suas terras de origem, como aconteceu com os Hebreus.

Não podemos deixar de apontar as **consequências culturais e civilizacionais destas movimentações de povos.** Os deportados das regiões do Ocidente eram sobretudo Arameus. Os melhores guerreiros foram destinados ao exército assírio. É curioso verificar-se o grande número de homens das regiões dos Arameus que figuram nas listas dos soldados de Tiglat-Falasar III e de Sargão II, nos arquivos de Calah, que foi a capital do primeiro destes soberanos.

Os operários foram colocados nas cidades, a fim de aí trabalharem nas construções reais e grandes grupos de pessoas foram destacadas para diferentes regiões agrícolas do império, onde se foram radicando e sedentarizando. Exército, principais cidades e várias aldeias foram assim marcadas pela presença de estrangeiros chegados das costas mais ocidentais da Ásia, recebendo de diversos modos e a diversos níveis as suas influências. Portadores da mesma língua, estes deportados difundiram-na por toda a parte. **Depressa se formou uma *koiné* linguística, com base no aramaico que, pouco a pouco, se tornaria a língua oficial e diplomática, generalizada desde a Pérsia ao Egipto, nos séculos VII e VI.** E não é só a língua que vai do Ocidente. Vão também costumes e tradições. Ocidente e Oriente, dentro dos limites que estes conceitos comportam na época, encontravam-se e mutuamente se enriqueciam.

Algo mais iria entrar em jogo. Como é sabido, os reinos arameus eram pequenos, constituídos ordinariamente por uma cidade com os seus arredores. Mas era bem conhecida a sua superioridade comercial. Não esqueçamos que **Sargão II adoptou como padrão único para todo o império a unidade de pesos que era usada em Carquemish, cidade aramaica, já de raiz neo-hitita.** Os Arameus, por sua vez, mantinham estreitos contactos comerciais com os **Fenícios**, tradicionalmente voltados para o Ocidente mediterrânico, onde desenvolviam o seu comércio e onde tinham consideráveis empresas coloniais. **Através dos Arameus, vemos agora os produtos dos seus *ateliers* difundidos por todo o império assírio.** São os tecidos, os objectos de marfim, os vasos de cobre, etc. E com os produtos chegam também as técnicas de fabrico. A própria Arqueologia tem testemunhado em diversos sítios, tais como Nimrud, Korsabad, Ninive, etc., produtos de proveniência ocidental ao lado de outros já de fabrico local.

Estes contactos e interligações de povos obrigam-nos a afirmar que uma nova página da história começava a escrever-se. Das conquistas assírias e posteriormente das

conquistas neobabilónicas que levariam à queda do reino de Judá, surgiam populações heterogéneas e encontros de culturas diferentes, com origens diversas no Médio Oriente antigo.

ACTIVIDADES:

1. Sugerimos-lhe a leitura dos capítulos VII e VIII de A. A. Tavares, *Estudos da Alta Antiguidade*, ed. Presença, Lisboa, 1983.

2. Relacione os seguintes itens com o **rei David**, preenchendo o espaço com **V** (verdadeiro) e **F** (falso):

   1. _____ é filho de Saul.
   2. _____ foi ungido por Samuel.
   3. _____ derrotou Golias.
   4. _____ fez inicialmente de Belém a capital.
   5. _____ é irmão de Jónatas.
   6. _____ foi rei de Judá.
   7. _____ conquistou Jerusalém.
   8. _____ derrotou os Moabitas.
   9. _____ venceu o rei de Hamat.
   10. _____ conquistou o Edom.
   11. _____ aliou-se ao Egipto.
   12. _____ construiu o templo em Jerusalém.
   13. _____ foi aliado de Tiro.
   14. _____ negociou com Ofir.
   15. _____ dividiu o reino em 12 distritos.
   16. _____ foi contemporâneo de Sargão II.

3. Caracterize a conjuntura interna que permitiu a desagregação do império de Salomão.

....

....

....

....

....

....

....

....

4. Associe os itens da coluna **B** com os correspondentes da coluna **A**, preenchendo com o número respectivo os espaços desta.

Coluna A	Coluna B
_____ Filisteus	1 – Assíria
_____ Samuel	2 – Jezabel
_____ David	3 – princesa omerida
_____ Salomão	4 – destruição do templo de Baal
_____ Roboão	5 – queda da Samaria
_____ Jeroboão	6 – templo a Baal
_____ Atalias	7 – Saul
_____ Dan	8 – profeta
_____ Sheshonq	9 – Hebron
_____ Oseias	10 – conquista da Arca da Aliança
_____ Nabucodonosor	11 – reino de Damasco
_____ Jezabel	12 – faraó
_____ Acab	13 – bezerro de ouro
_____ Elias	14 – Guezer
_____ Jeú	15 – conquista de Jerusalém
_____ Arameus	16 – Samaria
_____ Sargão II	17 – Judá

RESPOSTAS ÀS ACTIVIDADES:

2. Devia ter colocado **V** nos espaços respeitantes aos itens 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 13.

3. Na sua resposta devia ter abordado a contestação dos sacerdotes aos cultos estrangeiros; os protestos dos anciãos contra o governo e a administração; as revoltas dos trabalhadores das minas de cobre; as tendências separatistas das tribos devido à sobrecarga dos impostos na população do Norte; a recuperação da independência do reino de Damasco.

4. Deve ter associado: **1** Assíria / Sargão II; **2** Jezabel / Acab; **3** princesa omerida /Atalias; **4** destruição do templo de Baal / Jeú; **5** queda da Samaria / Oseias; **6** templo a Baal / Jezabel; **7** Saul / Samuel; **8** profeta / Elias; **9** Hebron / David; **10** conquista da Arca da Aliança / Filisteus; **11** reino de Damasco / Arameus; **12** faraó / Sheshonq; **13** bezerro de ouro / Dan; **14** Guezer / Salomão; **15** conquista de Jerusalém / Nabucodonosor; **16** Samaria / Jeroboão ; **17** Judá / Roboão.

6. O reino de Judá após a queda da Samaria

TÁBUA DE MATÉRIAS

6. O reino de Judá após a queda da Samaria

Objectivos de aprendizagem

6.1 Os últimos anos do reino de Judá

Objectivos de aprendizagem:

Depois de ter estudado este capítulo, deve saber que:

- a Assíria impôs o culto de Assur em Judá, que lhe estava submetido;
- o empobrecimento do reino de Judá levou Acaz a desfazer-se do ouro e da prata do palácio e do templo;
- Judá participou com os Filisteus e os Arameus no levantamento contra a Assíria;
- Ezequias recusou o tributo aos Assírios e Senaquerib invadiu Judá, conquistando Lákish e cercando Jerusalém;
- Judá, durante cerca de um século, esteve estreitamente dependente da Assíria;
- o rei Josias tentou libertar Judá desta tutela e regressar às tradições e à religião judaica;
- o profeta Jeremias auxiliou Josias nesta reforma, designada *deuteronomista*;
- Josias enfrentou o faraó Necao II em Meguido, morrendo em combate;
- o seu sucessor, Joacás, foi levado preso para o Egipto;
- Necao pôs no trono Joaquim, que ficou seu vassalo;
- os Egípcios foram derrotados em Carquemish pelos Babilónios e tiveram de renunciar à posse da Palestina;
- Joaquim tornou-se vassalo de Nabucodonosor, mas revoltou-se pouco depois;
- foi no tempo de seu filho e sucessor, Joaquim, que Jerusalém foi cercada pelos Babilónios;
- a família real e muitos judeus foram levados cativos para Babilónia (597);
- no trono de Judá ficou Matanias ou Sedecias, tio de Joaquim;
- Sedecias praticou uma política ambígua, ora a favor de Babilónia ora a favor do Egipto;
- em 587/586, Nabucodonosor cercou Jerusalém que, depois da prisão de Sedecias, foi saqueada e destruída.

Se uma parte dos Hebreus deixava de existir sob a forma de estado politicamente organizado, outra parte continuava ainda a sobreviver. Era o reino de Judá, mas subjugado à Assíria e com uma independência comprometida. Como aprendeu, esta impunha a adoração dos deuses assírios e o **culto de Assur** aos povos submetidos, o que aconteceu no tempo de **Acaz**, que **mandou levantar um altar em honra deste deus em Jerusalém** (*II Re.* 16, 10-18).

Isto faz supor, entre outras coisas, que a hegemonia assíria, para ser consistente do ponto de vista político, procurava atingir a alma do povo com imposições religiosas. O rei Acaz, por exemplo, não deve ter caído em práticas de idolatria por iniciativa própria, mas naturalmente por imposição do dominador. A confirmar a nossa opinião, está o facto de o soberano conquistador ter imposto o culto de Assur na Média, informando-nos também nos seus anais do que fizera em relação a Gaza:

> Como Hanno de Gaza fugira diante do meu exército para o Egipto, eu conquistei a cidade de Gaza ... as suas propriedades pessoais, as suas imagens e coloquei lá as imagens dos meus deuses e a minha imagem real no seu palácio. E determinei que fossem daí por diante os deuses do seu país.[1]

[1] *ANET*, 283.

Sabemos também, por outro lado, como a política de subserviência envolvia normalmente o reconhecimento dos deuses dos senhores dominadores, não em vez das religiões nativas, mas ao lado delas. Está aqui provavelmente a explicação das inovações religiosas que Acaz introduziu no templo.

Este insulto a Javé, o Deus nacional, em Jerusalém, explica o ódio manifestado a este rei pelas gerações futuras.

Também a intervenção assíria trouxe graves consequências económicas para Judá. Este reino perdera os territórios de Edom e o porto de Ezion-Gaber, desde a guerra aramaico- israelita e não mais foram recuperados. Perdeu com isso não só os proventos das terras e do comércio através do único porto de que dispunha, mas também o comércio com a Transjordânia. Foi tal o empobrecimento do estado que Acaz se viu obrigado a desfazer-se do ouro e da prata que pertenciam ao palácio real e ao templo. E assim, perdidas as terras e gasto o ouro, Judá ficou na penúria.

Nem mesmo as tentativas reformistas de índole nacionalista que cinco anos mais tarde, por 715, seriam iniciadas e levadas a efeito pelo **rei Ezequias** seriam capazes de levantar o reino de Judá. A política dúbia que iria seguir, ora confiando no apoio do Egipto, ora voltando-se para a Assíria, contribuiu para a sua ruína definitiva que, apesar de tudo, só iria verificar-se mais tarde, com a **intervenção de Nabucodonosor II da Babilónia**.

De facto, nos finais do século VIII a. C. e durante o século seguinte, registaram-se alguns **levantamentos por parte de Arameus e de Filisteus**. Um desses ocorreu, entre **715** e **711**, nas cidades filisteias, tendo partido da **cidade de Asdod**. Pois bem, **o país de Judá, apesar da sua difícil situação, tomou parte nessa sublevação como referem os anais de Sargão II**. Aí se lê que participaram nesse levantamento «o país de Judá, o país de Edom e o país de Moab»[2].

[2] *ANET*, 287.

Judá pensava que podia resistir à Assíria confiando no apoio do Egipto então governado por uma dinastia etíope. Puro engano. Os Assírios atacaram a cidade rebelde de Asdod, em 713-711, mas curiosa e inexplicavelmente pouparam, na ocasião, os seus aliados. Entretanto, o que não fizera Sargão em relação a Judá, iria ser cumprido pelo filho, **Senaquerib**, que lhe sucedeu em 705 a. C.

Por ocasião da subida ao trono deste rei e aproveitando o ensejo da mudança, **Ezequias decidiu suspender o seu tributo ao rei assírio e começou a manifestar atitudes anti-assírias ao eliminar os símbolos dos cultos assírios e cananeus que se mantinham no templo de Jerusalém. Nestas circunstâncias, Senaquerib promove uma campanha, por volta de 701 a. C., dirigida não só contra Arameus e Filisteus mas também contra os Judeus**.

Como se deduz dos documentos assírios, não encontrou resistência da parte de Ascalon e Acaron, as duas cidades filisteias. Depois de as ter subjugado, dirigiu-se para a montanha de Judá, a fim de obrigar Ezequias, rei de Jerusalém, a pagar-lhe o tributo recusado. O soberano assírio teria avançado sem dificuldade, tendo encontrado apenas forte resistência na cidade fortificada de **Lákish**. Das batalhas que aí teve de travar dá-nos conta Senaquerib, nos relevos de Ninive, onde fez representar o cerco e conquista de Lákish[1].

[1] A representação desses relevos podem ver-se em J. B. Pritchard, *Ancient Near East in Pictures (ANEP)*, Princeton, 1969, 372-373.

No reino de Judá, Senaquerib apoderou-se de 46 cidades com as suas aldeias, **cercou Jerusalém** com os seus exércitos, mas não a destruiu como refere o seu cronista da corte:

> Quanto a Ezequias, o judeu, não o submeti ao meu jugo. Cerquei 46 cidades fortificadas e as pequenas aldeias da vizinhança. Conquistei-as com rampas bem construídas de acesso às muralhas e com o uso de calabres. Tudo isto combinado com o ataque dos soldados de infantaria, usando minas e abrindo brechas nas muralhas e trabalhos de cava profunda. Levei daí 200 150 pessoas, jovens e anciãos, homens e mulheres, cavalos, mulas, burros, camelos, gado maior e menor sem conta, como espólio de guerra. A ele próprio (o rei Ezequias) eu fiz prisioneiro em Jerusalém, na sua residência real, como a um pássaro na gaiola. Cerquei a cidade... a fim de atingir os que abandonassem as portas da sua cidade... Ezequias, a quem o terrível esplendor da minha 'senhoria' tinha assombrado, enviou-me mais tarde a Ninive, a minha cidade senhorial, mais de 30 talentos de ouro, 800 talentos de prata, pedras preciosas, antimónio, grandes blocos de pedra vermelha, camas com incrustações de marfim, cadeiras também incrustadas com marfim, peles de elefante, madeira de ébano, madeira de luxo e toda a espécie de valiosos tesouros, as suas filhas, concubinas, músicas e músicos. Para entregar o tributo e prestar obediência, como um escravo, enviou o seu mensageiro pessoal.[2]

[2] *ANET*, 278-283.

É evidente a ostentação do rei assírio, ao descrever esta campanha militar. Fosse como fosse, não conquistou Jerusalém e manteve no trono o seu rei. O que aconteceu posteriormente a Ezequias não é registado pela história.

Depois de 701 a. C. até 622, ou seja, até à subida ao trono do rei **Josias**, não possuímos muita informação. É digno de registo o longo reinado de Manassés, sucessor de Ezequias, por ter introduzido no seu reino cultos estranhos, merecendo por isso forte condenação por parte dos profetas. Mas como sabemos, a história do

pequeno reino hebreu tem de ser vista à luz da conjuntura política da época. Vejamos pois sumariamente o que se passa.

O território de Israel constituía uma província da Assíria desde 722 a. C. O reino de Judá encontrava-se em profunda dependência deste império, desde 701, o ano da campanha de Senaquerib, como acabou de estudar. **A Babilónia caminha, de vitória em vitória, para a sua independência em relação à Assíria. O Egipto está numa época de «renascimento»**, ou seja, o período da XXVI dinastia, onde se distinguem os reinados de Psamético I e Necao II, em Saís.

Judá não podia ser independente a esta conjuntura política internacional.

Voltemos novamente a nossa atenção para a Assíria e a Babilónia, nas mãos de quem está o destino dos Judeus. Senaquerib fora assassinado pelos seus filhos, cerca de 681, deixando o império com alguns problemas que iriam marcar os reinados de Assaradão (680-669) e sobretudo o de Assurbanipal (669-630). Principalmente durante o reinado deste último a Assíria mostrou-se incapaz de controlar o sistema de governo e administração das províncias do império, as quais, um pouco por toda a parte, se iam afastando do controlo do poder central. A dificuldade de tal controlo tornava-se particularmente grave com a Babilónia, que para o império era a «jóia da coroa». Tivemos oportunidade de ver como Nabopolasar, de origem caldeia, reinava na Babilónia desde 625 e como atacou Ninive, em 612. A partir dessa data acentua-se a decadência do império assírio, enquanto cresce o poderio neo-babilónio.

6.1. Os últimos anos do reino de Judá

Depois de Ezequias, reinou em Jerusalém **Manassés** (696- 641), um rei que a Bíblia condena por ter permitido os cultos cananeus e os cultos assírios. Além disso, os profetas acusam-no de ter derramado sangue durante o seu governo. O seu sucessor, **Amon**, terá reinado apenas cerca de um ano, pois foi assassinado, sucedendo-lhe o filho **Josias**, que apenas tinha oito anos. O seu longo reinado (639-608) caracterizou-se por uma **reforma de carácter religioso** que empreendeu e por uma política de independência, em relação à Assíria, sendo por isso elogiado pelos autores bíblicos.

O encontro no templo, pelo ano 622, de um livro que se supõe ser o livro da Lei, o *Deuteronómio*, terá sido a razão por que ele **empreendeu uma reforma nacional, na qual terá participado o profeta Jeremias. Tratava-se de restaurar o ideal da aliança do povo com Javé**, de apelar para as tradições do povo que sentira no passado a presença do seu Deus, sempre que lhe fora fiel. **Esta reforma, chamada** *deuteronomista*, **iria atingir a alma do povo ao pretender uma verdadeira restauração do estado num sentido amplo e revestiu-se de uma grande importância na época, visto que a Assíria estava em fase de declínio.** Era necessário restaurar o espírito religioso nacionalista que a todos unisse.

Os acontecimentos que vão ocorrer, entre 619 e 609, não só no reino de Judá mas na Assíria e na Babilónia são hoje conhecidos quer pela Bíblia, quer pela crónica babilónica que está no Museu Britânico e foi publicada por J. D. Gadd, sendo vulgarmente conhecida por *Crónica de Gadd*. Se juntarmos a essa notável fonte histórica a *Crónica de Wiseman*[1], ficamos informados do que ocorreu nesses últimos anos da Assíria e de Judá. Vejamos a sequência dos acontecimentos mais relevantes.

[1] D. J. Wiseman, *Chronicles of Chaldean Kings (622-556 a. C.) in the British Museum*, Londres, 1956 (1961).

Pelo ano de 609, o faraó Necao II avança com os seus exércitos pela Palestina com o fim de ir ajudar o rei Assur-Ubalit da Assíria, no seu último esforço para retirar Harrã do poder dos Babilónios.

O rei Josias vai enfrentar Necao II em Meguido, mas morre em combate. É levado morto no seu carro de guerra para Jerusalém sob enormes lamentações do seu povo. Sucede-lhe o filho **Joacás**. Efectivamente apesar de ser o segundo filho, foi este o escolhido pelo povo e ungido como rei para continuar a obra do pai, preterindo dessa forma o primogénito, Eliaquim, conhecido também por Joaquim. Após a batalha de Meguido, o rei egípcio pôde avançar tranquilo para Harrã, mas não conseguiu a vitória pretendida perante a grande resistência dos Babilónios que aí foi encontrar.

Ficando a Babilónia com o poder da Mesopotâmia, Necao II pretende consolidar a sua posição a Ocidente do rio Eufrates e, para isso, estabelece o seu quartel-general em Ribla, na Síria central. Convoca à sua presença Joacás, que apenas ocupava o trono havia três meses. Pô-lo em cadeias e levou-o preso para o Egipto. Coloca, em seu lugar, **no trono de Jerusalém** o seu irmão, Eliaquim, conhecido por **Joaquim**. Nestas circunstâncias, não admira que o rei de Jerusalém ficasse na prática como um vassalo do faraó. Não seguiu as pisadas de seu pai, Josias. Joaquim desprezou a sua reforma e revelou-se um tirano.

Enquanto, na Palestina, ocorrem estes acontecimentos, a Babilónia começa a interessar-se pela posse de todo o território siro-palestinense. Em **605**, dá-se a **batalha de Carquemish**, junto do Eufrates, entre Egípcios e Babilónios, sendo estes últimos os vencedores. **Os Egípcios, perante a derrota, tiveram de abandonar as suas pretensões à posse da Síria e da Palestina.**

Logo após a vitória conseguida em Carquemish, Nabucodonosor tem conhecimento da morte de seu pai, Nabopolasar, na Babilónia. Dirige-se imediatamente para aí, a fim de assumir todos os poderes da realeza.

No ano seguinte, 604, avança com os seus exércitos pela Síria, chega à região dos Filisteus, onde destrói a cidade de Asdod, que havia pedido o apoio do faraó, sem ser atendida. Nestas circunstâncias, é natural que **Joaquim**, ou pela força ou por espontaneidade, **se tivesse tornado vassalo de Nabucodonosor**, aceitando como verídica a informação do livro dos Reis:

> Foi durante o seu reinado que Nabucodonosor, rei da Babilónia, invadiu Judá; Joaquim teve de se lhe submeter durante três anos. Depois revoltou-se contra ele. (*II Re*. 24, 1)

Em 601, Nabucodonosor atacou o Egipto, registando-se grandes perdas de ambos os lados. **O rei de Jerusalém, Joaquim, aproveitou esta ocasião de fraqueza dos Babilónios para se revoltar, confiando no apoio do Egipto.** O **profeta Jeremias** não deixaria de o advertir do grave perigo que tal atitude representava para o país, pois ia incitar as iras de Nabucodonosor. De facto, só não sofreu as represálias do rei da Babilónia porque entretanto morreu. Estávamos no ano de 598.

Sucede-lhe o filho de nome **Jeconias, conhecido frequentemente pelo nome de Joaquim**, nome que preferimos (*II Re*. 24,8). Três meses depois, **provavelmente em Março de 597, a cidade de Jerusalém é cercada pelas tropas babilónias sem que chegasse qualquer ajuda do Egipto.**

É do seguinte teor a informação da *Crónica de Wiseman*:

> No sétimo ano do mês de Kislev, o rei de Acad recrutou as suas tropas e foi para o país de Hattu. Levantou um acampamento em frente da cidade de Judá e no mês de Adar, no segundo dia, tomou a cidade. Fez prisioneiro o rei. Colocou nessa cidade um rei segundo o seu coração. Recebeu o seu grande tributo e mandou levá-lo para a Babilónia.[1]

[1] *ANET*, supl., 564.

Pelas datas indicadas, conclui-se que a **conquista de Jerusalém**, no dia dois do mês de Adar do sétimo ano do rei **Nabucodonosor**, corresponde a 16 do mês de Março de **597**[2].

[2] S. Herrmann, ob. cit., p. 356.

O texto paralelo do livro dos *Reis* (*II Re*. 24, 10-17) dá-nos alguns pormenores do que aconteceu:

> O rei, a rainha mãe e altos funcionários foram levados para a Babilónia. Foram para o exílio as princesas reais e todos os homens importantes da cidade num total de dez mil. Nabucodonosor levou também, entre os exilados, os artífices e os guerreiros deixando apenas os habitantes mais pobres. (*II Re*. 24, 14)

O rei que Nabucodonosor colocou no trono, «segundo o seu coração» era Matanias, tio do rei Joaquim. Ao impor-lhe o nome de **Sedecias** pretendia mostrar que lhe deveria ficar inteiramente submisso. Mas tal não viria a acontecer. Efectivamente **a sua política foi muito ambígua, ora favorável a Babilónia ora favorável ao Egipto.** Não se revelou o chefe político à altura para dirigir os destinos do país em época tão complicada. Ao procurar apoio político no Egipto, incorria certamente nas iras de Nabucodonosor. O profeta Jeremias chamava-lhe a atenção para esse perigo, mas Sedecias não o quis ouvir. Parece que também se não impressionou muito com as informações que lhe chegavam do rei de Lákish, dando-lhe conta do avanço do perigo do norte, ou seja, do exército de Nabucodonosor.

De facto o rei de Lákish chamava a atenção do rei de Jerusalém para o avanço dos Babilónios que já tinham conquistado a fortaleza de Azeca, um pouco a norte. Sabia que um oficial encarregado da vigilância do posto escreveu ao comandante da guarnição de Lákish, avisando-o de que deixaram de ver os sinais de fogo de Azeca, desde há uns dias, prova de que havia sido tomada.

Numa das cartas de Lákish (*Carta IV*, 10-12), lê-se:

> Há-de saber o meu senhor que prestamos atenção aos sinais de Lákish, agimos conforme todos os sinais que dá o meu senhor, pois já não vemos os sinais de Azeca.[1]

[1] *ANET*, 322. As ostracas de Lákish foram editadas por H. Torczyner, *Lachish I. The Lachish letters*, 1938. Encontram-se traduções das mais importantes em *ANET*, 321 ss e *ANEP*, 279.

Sedecias havia de compreender que os únicos focos de resistência eram Azeca e Lákish, mas nem mesmo assim deu ouvidos a Jeremias que aconselhava a não resistência para salvarem as vidas. Na carta VI, o rei de Jerusalém dá conta de que há pessoas na cidade de Jerusalém que «deixam cair as mãos do país e da cidade», referindo-se concretamente ao profeta Jeremias (ver *Jer*. 38,4). Jeremias aconselhava submissão em vez de resistência pois, neste caso, aconteceria o pior. E tal aconteceu.

Em **587**, nono ano do reinado de **Sedecias, após ter recusado lealdade a Nabucodonosor, o exército babilónio começou o cerco à cidade de Jerusalém que iria demorar vários meses para que a cidade se rendesse pela fome.**

> No dia nove do quarto mês (fim de Junho) daquele ano, quando a fome era terrível e o povo já não tinha nada para comer, abriu-se uma brecha na muralha da cidade e, durante a noite, todos os guerreiros de Judá fugiram. (*II Re*. 25, 3-4)

Pela sequência do texto ficamos a saber que Sedecias partiu com aqueles que com ele estavam em direcção a Jericó, onde os Babilónios o prenderam. Conduziram-no à presença de Nabucodonosor que estava no seu quartel-general em Ribla, onde foi tratado pelo soberano babilónio com toda a crueldade: mataram os filhos na sua presença e, em seguida, arrancaram-lhe os olhos e levaram-no algemado para Babilónia, não se sabendo mais nada a seu respeito (*II Re*. 25, 4-7).

A cidade de Jerusalém seria, em seguida, saqueada e destruída, mas não sabemos muitos pormenores sobre o que aconteceu, visto que o historiador hebreu apenas se preocupou em referir a destruição do palácio real, do templo e das muralhas. O comandante do exército babilónio

> incendiou o templo, o palácio real e todas as casas da cidade, começando pelas das pessoas importantes de Jerusalém... Os soldados demoliram as muralhas em volta de Jerusalém... Levou para a Babilónia a população que tinha ficado na cidade, os restantes artífices... só lá deixou alguns pobres, para trabalharem nas vinhas e nos campos. (*II Re*. 25, 8-17).

Foi este o maior desastre que regista a história do povo hebreu. **Perdia definitivamente a independência, para iniciar com o exílio de Babilónia a época da diáspora que irá perpetuar-se pelos séculos seguintes da história.**

7. O cativeiro de Babiblónia

TÁBUA DE MATÉRIAS

7. O cativeiro de Babilónia

Objectivos de aprendizagem

Objectivos de aprendizagem:

Depois de ter estudado este capítulo, deve saber que:

- entre 587 e 539, teve lugar o cativeiro de Babilónia;
- em Babilónia, encontrava-se prisioneira a família real de Judá;
- a presença da família real e as pregações dos profetas, mormente de Ezequiel, fizeram renascer nos exilados a esperança de um regresso à Palestina;
- surgiram as primeiras sinagogas, casas onde os Judeus se reuniam para lerem os seus livros sagrados e orarem.

O período que decorre entre a destruição de Jerusalém (587-586) e a permissão de regresso dos Judeus ao seu país, por decreto de Ciro, em 539, é designado por **cativeiro.** No entanto havemos de reconhecer que interessa à história não apenas o que ocorreu aos Judeus no exílio da Babilónia mas também àqueles que permaneceram em Jerusalém e em Judá. Acontece porém que são muito escassas as informações que nos chegam sobre esse período. A ideia que predomina é que se trata de um período obscuro. **Supõe-se que, para além dos deportados para a Babilónia em 598 e em 587, outras deportações se deram posteriormente e, segundo o que era habitual nas políticas assíria e neo-babilónica, teriam sido deportadas para Jerusalém e Judá populações estrangeiras. Faltam-nos porém informações concretas.**

Curiosamente Judá não terá ficado com um estatuto de província da Babilónia, embora lhe ficasse inteiramente sujeita. Os Babilónios confiaram a administração desse «país» a Godolias, um funcionário natural de Judá que já antes havia exercido funções ao serviço do rei Josias e de Joaquim (*II Re.* 22, 12-14; *Jer.* 26, 24), ficando com a sua sede de administração em Mispá. Como é de supor, trata-se de alguém que servia os interesses dos Babilónios e, por isso, aconselhava a submissão à potência conquistadora. Por essa sua política activa em favor dos Babilónios, seria assassinado pelo rei dos Amonitas, Ismael, por ocasião de um banquete que Godolias ofereceu em Mispá. Foram assassinados Godolias e todos os seus comensais, Judeus e Babilónios.

Para os Judeus que permaneceram no país, este foi um período conturbado: Jeremias, com o seu grupo, vai para o Egipto, outros vão para a Transjordânia e o domínio de representantes da Babilónia foi sucessivamente contestado. Quanto aos exilados na Babilónia, sabe-se que, mesmo longe da pátria, não a esqueceram e foram acalentando a esperança de a verem ressurgir. Havia vários factores que contribuíam para isso, sendo de destacar a presença do rei Joaquim e sua família na Babilónia e a pregação de profetas, concretamente de Ezequiel.

Na verdade, a autêntica casa real não tinha desaparecido. Joaquim continua a ser designado como «rei da terra de Judá», mesmo no meio dos exilados. O rei sucessor de Nabucodonosor libertou-o da sua situação de prisioneiro e deu-lhe a honra de comer na corte babilónica. Awēl-Marduk, conhecido na Bíblia por Evil-Merodak, trinta e sete anos após a 10

deportação,

> tratou-o com benevolência e deu-lhe uma posição de maior honra do que deu aos outros reis que estavam com ele na Babilónia. Joaquim (Jeconias) foi autorizado a não usar roupa de prisioneiro e, até ao fim da sua vida, comeu à mesa do rei da Babilónia. Todos os dias, enquanto viveu, Joaquim recebeu do rei da Babilónia o que lhe era necessário para a sua subsistência. (*II Re.* 25, 28-30)

Mas mesmo o próprio Nabucodonosor, que o havia deportado, tratou-o com deferência, como consta da documentação da corte babilónica. Numa lista daqueles que recebiam pão e azeite da corte, no ano 13 do reinado de Nabucodonosor, refere-se o nome do "rei da terra de Judá" e informa-se que ele com os seus cinco filhos e

outros judeus recebiam quantidade de azeite e vinho muito superior à que era dada aos outros[1].

[1] *ANET*, 308.

Esta circunstância de a família real permanecer no meio dos exilados teve importância para a ligação com a pátria distante. Não conhecemos quantos e quais foram as colónias de judeus exilados, mas mantiveram-se possibilidades de contactos pelo menos epistolares, como informa Jeremias (*Jer.* 29). Por esse texto do profeta, somos informados como ele escreveu aos exilados e depois ao próprio rei e sua família.

Uma das colónias de Judeus deportadas encontra-se em Tell-Abib (*Ez.* 3,15). Em *Esdras* são referidos os nomes de outras colónias, (*Esd.* 2,59 e *Ne.* 7,61) provavelmente situadas nas proximidades do rio Kebar, um dos afluentes orientais do Eufrates[2]. Não importa muito a sua localização, mas interessa sublinhar que o **profeta Ezequiel** dirigiu a sua pregação a esses exilados, incutindo a sua mensagem de esperança. Eram «ossos ressequidos» que haveriam de ressurgir, voltar a ter carne e espírito (*Ez.* 37).

[2] S. Herrmann, ob. cit., p. 375.

O afastamento do templo fez sentir aos exilados necessidade de se reunirem, de lerem os seus livros santos. Assim surgem, com toda a probabilidade, as **sinagogas** que iriam desempenhar um papel fundamental, não só na permanência da religião e da cultura mas da própria história dos Judeus por todos os séculos seguintes, até aos nossos dias.

Em síntese, podemos apontar **aspectos negativos e aspectos positivos do cativeiro de Babilónia**. Foram **aspectos negativos**:

- **a perda total da independência;**
- **a dispersão dos deportados por diversas regiões da Mesopotâmia;**
- **condições favoráveis à degradação dos costumes e infiltração de elementos pagãos em práticas religiosas.**

Foram **aspectos positivos**:

- **a criação e expansão das sinagogas;**
- **o tempo de reflexão sobre a história do povo, com base na leitura de textos bíblicos já existentes;**
- **fermentação de ideias de ressurgimento nacional que dariam frutos na época pós-exílio, a partir de Ciro, sob a égide de Esdras e Neemias e a actuação de vários profetas empenhados em reformas religiosas e sociais.**

8. O pós-exílio: início de novos tempos

TÁBUA DE MATÉRIAS

8. **O pós-exílio: início de novos tempos**

Objectivos de aprendizagem

Actividades

Respostas às actividades

Objectivos de aprendizagem:

Depois de ter estudado este capítulo, deve saber que:

- Ciro, rei da Pérsia, conquistou Babilónia e libertou os Judeus do seu cativeiro;
- o édito de Ciro continha a ordem de reconstrução do templo em Jerusalém, de permissão para os Judeus regressarem à Palestina e da restituição dos objectos do templo destruído pelos Babilónios;
- no pós-exílio, os Judeus reflectiram sobre o sentido da sua religião e da sua história;
- os Judeus acabariam por ser dominados por Macedónios e por Romanos;
- em 70 d. C., o imperador romano Tito destruiria Jerusalém e o templo;
- o povo judeu seria, até à criação do estado de Israel, no século XX, um povo dominado por potências estrangeiras.

O fim do cativeiro deve-se à vitória de Ciro sobre a Babilónia, em 539-538. A esse soberano se atribui o decreto que permitiu aos deportados o regresso às suas terras de origem. Do livro de *Esdras* recolhemos esta informação:

> Encontrou-se no palácio de Ecbátana, na província da Média, um documento onde estava escrito um memorial que dizia:
>
> No primeiro ano do seu reinado, Ciro fez publicar o seguinte decreto: Quanto ao templo do Deus que está em Jerusalém, que sejam lançados os seus alicerces e seja reconstruído para aí se oferecerem sacrifícios. Há-de ter trinta metros de altura e trinta metros de largura. Terá três fiadas de pedra trabalhada e uma de madeira por cima. Todas as despesas serão pagas pelo tesouro real. Além disso, os objectos de ouro e de prata do templo de Deus que Nabucodonosor tirou de Jerusalém e levou para a Babilónia serão restituídos e colocados no seu lugar no templo de Deus. (*Esd.* 6, 2-5).

Embora o texto seja conhecido unicamente por esta fonte bíblica, atribui-se-lhe verdade histórica pela sua coincidência com as informações que nos vêm da longa inscrição de Ciro sobre um cilindro de argila[1]. Aliás o sentido deste «decreto» ou «édito» integra-se na conhecida **política de tolerância dos Persas**[2].

[1] *ANET* 315-316.

[2] A. A. Tavares, *Impérios e Propaganda na Antiguidade*, ed. Presença, 1988, cap. III.

O decreto de Ciro desempenhou um papel decisivo no regresso dos deportados e nas lutas que tiveram de sustentar perante os vizinhos inimigos, por ocasião da reconstrução de Jerusalém e do templo. É natural que a redacção desse texto contasse com a participação de alguns Judeus exilados na Babilónia. Só assim se compreende que indique pormenores referentes ao templo a reconstruir. O essencial do seu conteúdo é deveras importante: **ordem de reconstrução do templo; permissão de os Judeus regressarem para essa reconstrução; restituição dos objectos do templo que tinham sido levados pelos Babilónios**.

Não se sabe como nem quantos Judeus regressaram. Cotejando vários textos, concluímos que os deportados foram chegando em vários grupos a Jerusalém. Sabemos do desânimo daqueles que, tendo nascido na Babilónia, esperavam encontrar melhor situação e sabemos das grandes dificuldades na reconstrução do templo. Não são apenas as informações de *Esdras* e de *Neemias*, mas também as que obtemos em dois profetas contemporâneos *Ageu* e *Zacarias*.

O templo reconstruído, entre 520 e 515 a. C., desanimaria os que conheceram o primeiro; tal como a falta de um rei que permitisse confiar na dinastia davídica. Para todos, o **profeta Ageu** teve as palavras oportunas. Aos que esperavam um templo maior e mais rico dizia:

> Aqueles que ainda se lembram do primeiro templo, certamente reconhecem que o actual não se compara com ele. Mas eu digo-vos: ... a grandeza do novo templo será maior que a do primeiro. Neste lugar eu vos concederei a paz.[3]

[3] Ag. 2, 3-9. Por curiosidade fique a saber que a inscrição da sinagoga de Gouveia traduz a mesma mensagem...

Aos desanimados por se terem perdido as ligações ao rei David, recordava a presença em Jerusalém de um príncipe retornado, **Zerobabel**.

Com o templo reconstruído, os Judeus iniciaram uma nova etapa na sua história, empenhando-se no restabelecimento do culto e numa nova reflexão

sobre o sentido da sua religião e da sua história. Foi uma reflexão que levou à consolidação da alma nacional, o que lhes permitiria enfrentar as dificuldades futuras com os Gregos, mormente os Selêucidas, e com os Romanos que conquistariam Jerusalém e destruiriam o templo em 70 d. C. Após a queda de Jerusalém, no tempo do imperador romano Tito, Israel ficaria irremediavelmente, até à época contemporânea, nas mãos de potências estrangeiras.

ACTIVIDADES:

1. Associe, correctamente, os seguintes itens.

Coluna A	Coluna B
____ Acaz	1 – último rei judeu de Jerusalém
____ Asdod	2 – batalha entre Egípcios e Babilónios
____ Ezequias	3 – reforma deuteronomista
____ Nabopolasar	4 – fim do cativeiro de Babilónia
____ Josias	5 – culto de Assur em Jerusalém
____ Meguido	6 – cidade filisteia
____ Carquemish	7 – batalha entre Judeus e Egípcios
____ Nabucodonosor	8 – conquistador de Ninive
____ Sedecias	9 – suspensão do pagamento do tributo à Assíria
____ Ciro	10 – conquistador de Jerusalém em 598

RESPOSTAS ÀS ACTIVIDADES:

Devia ter associado: **1** último rei judeu de Jerusalém / Sedecias; **2** batalha entre Egípcios e Babilónios / Carquemish; **3** reforma deuteronomista / Josias; **4** fim do cativeiro de Babilónia / Ciro; **5** culto de Assur em Jerusalém / Acaz; **6** cidade filisteia / Asdod; **7** batalha entre Judeus e Egípcios / Meguido; **8** conquistador de Ninive / Nabopolasar; **9** suspensão do pagamento do tributo à Assíria / Ezequias; **10** conquistador de Jerusalém em 598 / Nabucodonosor.

9. A concepção da história, segundo os Judeus

TÁBUA DE MATÉRIAS

9. **A concepção da história, segundo os Judeus**

Objectivos de aprendizagem

Actividade sugerida

Objectivos de aprendizagem:

Depois de ter estudado este capítulo, deve saber que:

- os Hebreus conceberam a sua história, dentro de uma perspectiva teológica;
- o povo hebreu é o povo eleito por Deus, segundo a sua crença;
- a história dos Hebreus estava marcada, desde o seu início, pela ideologia da conquista da Terra Prometida, Canaã;
- toda a guerra, para a obtenção da Terra Prometida por Deus ao seu povo, era uma guerra santa;
- a história monárquica foi escrita, tal como chegou até hoje, durante o período do cativeiro da Babilónia ou no período imediatamente seguinte;
- a ideia de infidelidade para com Deus esteve ligada à perda da independência nacional;
- a história tornou-se profecia: o poder dos Hebreus era de natureza espiritual e universal, daí a crença na realeza messiânica;
- a instituição da realeza fora determinada pela vontade divina: os reis eram escolhidos por Javé, o verdadeiro rei do seu povo;
- Jerusalém foi a cidade escolhida por Deus para capital do reino e do império universal;
- Jerusalém é inseparável do templo em que Deus habita.

O que acabámos de ver sobre a história política do povo hebreu, entre a época da conquista de Canaã e a queda do reino de Judá, ou seja, entre cerca de 1210 a 587 a. C., não se afasta nas suas linhas estruturais da historiografia habitual.

Como podemos verificar, **é uma história organizada à volta destes temas bem determinados: conquista, reino unido, reino dividido e queda**. A fonte é essencialmente a *Bíblia* e, embora seja confirmada pela Arqueologia e pelas inscrições dos povos vizinhos, a verdade é que temos de perguntar em que medida terão valor como fontes históricas livros que os seus autores escreveram com o fim de transmitirem aos seus contemporâneos e aos vindouros uma mensagem religiosa e não propriamente o passado histórico do povo a que pertenciam. Temos de perguntar se a roupagem literária que usaram não enganará e em que medida a ideologia não deturpou a sua «historiografia».

Comecemos pela conquista de Canaã, como nos é referida no livro de *Josué*. Foi escrito vários séculos após os acontecimentos que relata. **A sua redacção final é dos fins da época do reino dividido, antes da queda de Jerusalém, época de grande crise, de desilusão e frustração. O autor faz uma reflexão sobre o passado do seu povo e quer fazer ressurgir o espírito nacionalista, escrevendo para isso uma epopeia em prosa.** Retoma o tema da promessa dessa terra, que havia sido feita a Abraão, tema que já informara o livro do *Êxodo*, para justificar a posse do país. O Deus que escolhera aquele povo e lhe prometera, na longínqua «idade heróica» dos patriarcas, uma pátria, era o mesmo que se revelara no Sinai (num monte que não se pode identificar) e iria estar com os Hebreus nas batalhas que haviam de travar pelo caminho em direcção à Terra Prometida, tal como nas guerras de conquista. Foi essa uma época em que existiu no povo consciência da sua eleição e da assistência de Deus nas batalhas. As palavras do *Eclesiástico* que apresentam Josué como «salvador dos *eleitos de Deus* e guerreiro que vence os inimigos, conseguindo para Israel a sua *herança*», colocam-nos no âmago da nossa questão: **a história dos Hebreus é, desde o início, marcada pela ideologia da conquista.** A posse do território de Canaã é atribuída a uma promessa de Deus. Para a justificar, criou-se a narrativa épica que se transmitiu pela tradição oral e que ficaria escrita neste livro, o qual, por sua vez, já retoma escritos que desapareceram. Um deles é citado pelo autor de *Josué*, quando escreveu: «não está escrito no *Livro do Justo*?» (*Jos.* 10, 13).

Esta ideologia transformou-se em **teologia. Atribuindo a Deus um compromisso da entrega de uma terra ao *seu* povo, todas as guerras por mais iníquas que fossem seriam santas: eram as «guerras do Senhor».**

Se a historiografia hebraica, neste caso concreto, se apresenta assim, havemos de reconhecer que o historiador actual tem grande dificuldade em estabelecer uma linha de demarcação entre a verdade histórica e a mensagem religiosa que os autores pretendem transmitir. Não há dúvida de que a história que as fontes hebraicas nos revelam faz parte integrante do credo nacional.

Colocamos uma questão melindrosa, mas que não se deverá omitir. Não poderemos cair num optimismo ingénuo nem se pode aceitar um radicalismo negativo, segundo

o qual seria impossível uma história dos antigos Hebreus, por causa da ideologia que informa a Bíblia[1].

[1] Cai nesse radicalismo, ao menos nalgumas frases que escreve G. Garbini, *Storia e ideologia nell'Israele Antico*, Paideia, Brescia, 1986, pp. 9-12.

As **fontes** que possuímos **para o período da monarquia** são os livros de *Samuel*, *Reis* e *Crónicas*. Ao lermos essas obras da antiga historiografia hebraica, verificamos que ali não existem anais autobiográficos, como os do Egipto ou da Assíria, não há decretos reais, não há códigos de leis, não há uma história política, económica, social, militar, diplomática, etc., e os próprios mecanismos de governo só ocasionalmente se podem vislumbrar. Verifica-se que o material recolhido pelos autores constitui sobretudo a base para um ensinamento de carácter religioso. Impõe-se, por isso, antes de mais um juízo de valor sobre estas fontes bíblicas, sobre a razão e o tempo da sua redacção.

A historiografia bíblica do período monárquico tem a sua última formulação no exílio da Babilónia ou imediatamente a seguir, sem se excluir que o processo de redacção possa ter começado antes. Os exilados de Judá, que constituíam o resto do povo hebreu, agora expatriado e em situação de desânimo, reconhecem que tudo está perdido. **Os sacerdotes do antigo templo agora destruído, os teólogos exilados da sua antiga cidade, agora arrasada, meditam no passado e no futuro. Depois de tanta glória sucederam-se os desastres que foram até ao ponto do desaparecimento daquele povo que tinha sido escolhido por Deus. E tudo isto porque fora infiel.** É nesta conjuntura de desgraça nacional e de frustração que há quem medite no destino do seu povo, que não poderá ser de poderio temporal mas espiritual. Faz-se uma retrospectiva do passado, dentro de uma visão religiosa, à maneira deuteronomista. Por outro lado começa uma **leitura profética da história**, segundo a qual haveria de sair de Israel para todo o mundo um domínio de natureza espiritual. Os Hebreus já não poderiam ambicionar um império com fronteiras territoriais.

Jerusalém, outrora centro de um império, no tempo de David e de Salomão, teria um destino maior, pois haveria de ser a sede donde o verdadeiro Deus reinaria sobre o universo. Da frustração política nasce pois a esperança da **realeza messiânica**. De uma pátria em ruínas nasceria a ideia de um império, onde todos os povos aceitariam o seu rei que governava desde Jerusalém.

É no cativeiro que nasce esta historiografia referente à época monárquica. Recorda-se então fundamentalmente o reino unido, quando havia um só povo, uma só religião, um só templo, um só rei e avoluma-se a grandeza e glória dessa época ímpar. A história que se escreve é saudosista e exaltante do passado, dominada sempre por este *leitmotiv* da eleição divina. **São patentes os três pilares em que essa história assenta: eleição de Israel; eleição do rei, eleição de Jerusalém (com o seu templo) para capital.**

Também **a instituição da realeza fora determinada pela vontade divina**. Apesar de toda a oposição, venceria a ideia monárquica, de que certamente era partidário o autor do livro dos *Juízes*, que se queixa repetidas vezes, e com essa queixa termina o seu livro, de que «tudo ia mal naquele tempo em Israel, porque não havia rei e cada um fazia o que lhe apetecia».

Segundo essa historiografia orientada por uma **teologia da realeza**, cada um dos três reis do período do reino unido seria objecto da eleição divina. Para a escolha de Saul, por exemplo, os Hebreus confiaram nos oráculos: o sacerdote consultou Deus, usando os *Urim* e *Tumim*, que não eram outra coisa senão objectos de consulta oracular. Neste ponto, agiram segundo os métodos em uso noutros povos: a **adivinhação** e os **oráculos** para consultar a vontade divina.

Quanto ao rei David, o escritor hebreu põe nos lábios de Deus palavras como estas: «escolhi David para reinar sobre o meu povo de Israel» (*I Re*. 8, 16). E a respeito do seu sucessor dirá também que a realeza foi para Salomão e não para Adonias, seu irmão mais velho, porque «ela veio de Javé» (*I Re*. 2, 15).

Esta ideia da escolha divina do rei era, aliás, comum a todo o Antigo Oriente, como vimos, designadamente no Egipto e na Mesopotâmia, mas não só. O conhecido historiador das instituições de Israel, R. de Vaux, ao tratar deste tema, aponta também o exemplo dos **reinos arameus da Síria**, recordando a propósito o que se lê na estela de Zakir, rei de Hamat e La'ash: «Baal-Shamain chamou-me e ficou comigo; Baal-Shamain fez-me reinar». Este, como sucessor ilegítimo que era, teria necessidade de legitimar, pela via da eleição divina, o seu acesso ao trono; mas um outro, que era sucessor legítimo, diz a seu respeito coisa idêntica: «O meu senhor Rekub-el fez-me sentar sobre o trono de meu pai»[1].

[1] R. de Vaux, *Les institutions de l'Ancien Testament*, eds. du Cerf, 4.ª ed., Paris, 1982, vol. I, p. 156.

Este sentido religioso da monarquia e do rei, teve grande importância entre os Hebreus. Os soberanos, sendo escolhidos por Deus, estavam-lhe subordinados e eram julgados pela sua fidelidade a Javé. Nem precisavam de usar titulatura especial, como na Assíria ou no Egipto, para justificar a coroa real, porque, mais que tudo, valia o pressuposto absolutamente aceite da escolha divina: «rei pela graça de Deus».

Testemunho bem explícito do que afirmamos é o *II livro de Samuel* (*II Sam*. 7, 8-16). O autor coloca nos lábios de Natan uma profecia a respeito da realeza davídica onde, entre outras coisas, diz:

> (...) eu tirei-te das pastagens onde apascentavas as tuas ovelhas, para fazer de ti o chefe do meu povo Israel... Exterminei diante de ti os teus inimigos... preparei um lugar para o meu povo Israel; coloquei-o nele e ele aí habita, sem jamais ser inquietado... Quando chegar o fim dos teus dias... suscitarei um filho teu que nascerá de ti e consolidarei o seu reino... A tua casa e o teu reino permanecerão eternamente.

É dentro dessa ideologia que terão de entender-se os textos de exaltação desse rei, ainda antes de o ser, por exemplo quando vence o gigante Golias ou quando as mulheres o recebem com cânticos de triunfo, após as batalhas em que ele fora o mais valente guerreiro.

Na realidade **a afirmação da eleição do rei e da eternidade da monarquia hebraica era uma maneira de afirmar que o povo de Javé não tinha outro rei que não fosse o próprio Javé. Segundo esse conceito teocrático, o rei terreno era apenas o seu representante**.

Ligada ao tema da monarquia e da realeza davídica está **a eleição divina de Jerusalém para capital de um reino e de um império.** É assim que se há-de entender o relato da sua conquista por David, com o auxílio de Deus (*II Sam.* 5, 6-9). Constantemente é posta em realce a escolha divina desse lugar com exclusão de outros, mas é apontado o seu destino de capital de um império, que ultrapassará os limites territoriais dos tempos de David e de Salomão. Note-se que, na mente do autor, **Jerusalém é inseparável do templo em que Deus habita. A ela está reservada uma missão de natureza espiritual e universal.**

Também entre os Hebreus a ideologia político-religiosa se prolongou através da poesia. Os *Salmos de Sião*, que não ultrapassam a dezena, celebram **Jerusalém como capital de um reino universal.** Neste género de poesia, a capital dos tempos de David e de Salomão é transfigurada em capital de um reino de natureza espiritual e universal. A ela acorrem todos os povos.

Certamente que Israel nunca idealizou, mesmo no período áureo da monarquia unida, um domínio terreno universal. **A ideia de que Javé estenderia o seu domínio a toda a Terra e de que todos os povos o haviam de reconhecer resulta de uma visão teológica aceite e proclamada só depois do cativeiro da Babilónia.** Anteriormente só de uma maneira tímida se encontram indícios de universalismo religioso nalguns profetas, como **Isaías** e **Miqueias** (*Is.* 2, 2-4; *Miq.* 4, 1-3 e 11,10). Seriam mais tarde alguns discípulos da *escola de Isaías* que anunciariam claramente esse universalismo religioso com origem em Sião. Nos *Salmos* reais, ou de Javé, como alguns preferem chamar-lhes, tal anúncio é feito por vezes de forma imaginosa, em que a lírica e a épica se dão as mãos com harmonia, recorrendo a curiosas metáforas. Tal como a historiografia, que na altura se pratica, propõem uma mensagem religiosa, partindo da antiga capital ou do antigo rei, a quem aparentemente exaltam. Só que o rei e a capital já não são do tempo em que os poetas escrevem. Entenda-se pois a subtileza e a dimensão desta propaganda a *posteriori*, que não é política, mas religiosa.

Antes de terminarmos, convém entretanto observarmos que **este universalismo não foi aceite facilmente por todos. Uma leitura atenta dos livros bíblicos da época faz-nos ver que houve quem resistisse a essas ideias de abertura após o exílio da Babilónia.** O *Livro de Jonas*, por exemplo, é o reflexo da luta entre o particularismo e o universalismo, onde a universalidade do Deus dos Hebreus está perfeitamente demonstrada. O mesmo se passa com **a história de Rute, a moabita,** mãe de Jessé, pai de David. **Ambos são textos de propaganda das novas ideias e reflectem a maturidade que o povo hebreu foi alcançando.** A sua permanência em Babilónia, herdeira de antigas e imorredouras tradições e, na altura, em fase de passagem dos Caldeus para os Aqueménidas, trouxe-lhes uma nova mentalidade. São capazes de compreender o mundo de outra maneira e estão aptos a fazer da sua história uma nova leitura e a dar-lhe um novo sentido. Ao escreverem sobre o seu passado, escolhem e coordenam dados objectivos que avolumam com o espírito patriótico de quem idealiza algo de mais para o seu povo. As suas preocupações teológicas levam-nos a utilizar métodos de historiografia para exporem a sua tese.

Tiveram certamente um conceito de história, mas muito mais uma concepção teológica. Não há dúvida, porém, de que a história que os antigos Hebreus escreveram, contrariamente a todos os outros povos, adquiriu um valor perene e universal[1].

[1] A. A. Tavares, *Impérios e Propaganda na Antiguidade*, cap. V, pp. 69-91.

ACTIVIDADE SUGERIDA:

Leia o capítulo V de A. A. Tavares, *Impérios e Propaganda na Antiguidade*, ed. Presença, Lisboa, 1989.

10. Sociedade e instituições

TÁBUA DE MATÉRIAS

10. **Sociedade e instituições**

Objectivos de aprendizagem

Actividade sugerida

Objectivos de aprendizagem:

Depois de ter estudado este capítulo, deve saber que:

- antes da instalação em Canaã, os Hebreus levavam uma vida nómada ou seminómada;
- a tribo definia-se pelo parentesco e pela tradição religiosa;
- na tradição ficou a memória das 12 tribos, descendentes de Jacob;
- a tribo dividia-se em *casa* (*beit ahav* = casa do pai) e *clã* (*mishpahah*);
- a família era patriarcal;
- o clã agrupava várias famílias e a ele se ia buscar a unidade militar, o *elef*;
- a autoridade tribal era o conselho dos anciãos;
- os juízes desempenhavam, em tempos de crise, funções políticas, militares e, por vezes, judiciais;
- a sedentarização provocou mudanças estruturais nas tribos, relacionadas com a fixação num território dos clãs e das famílias;
- a tribo passou a ligar-se a um território e a sua população assimilou outros elementos étnicos;
- a cidade passou a caracterizar a tribo;
- o poder económico sobrepõe-se ao da genealogia e o dos cidadãos livres ao dos anciãos;
- o sistema monárquico, pela sua natureza, opunha-se à organização tribal;
- o clã tornar-se-ia vital, de novo, após o cativeiro da Babilónia;
- os estratos sociais subdividiam-se em possuidores de terras, artífices, funcionários, mercadores e escravos.

Como temos verificado, os autores bíblicos estão preocupados com questões religiosas e morais e descuram informações que nos seriam úteis sobre a sociedade e as suas instituições. É possível, apesar de tudo, estabelecer-se um quadro bastante completo das instituições do povo hebreu com base nas fontes bíblicas e com o recurso ao que é conhecido de sociedades cronológica, étnica e geograficamente relacionadas com esse povo.

A limitação do tempo de que dispomos não nos permite uma desenvolvida exposição desta matéria, mas não prescindiremos de apresentar de forma sintética algumas observações básicas, referentes às tribos que entravam na estrutura da própria sociedade, de forma mais ou menos marcante conforme os períodos históricos.

Antes da instalação em Canaã, os Hebreus levavam uma vida **nómada** ou **seminómada** e estavam agrupados por **tribos**. Cada tribo constituía uma unidade que assentava nos seguintes elementos: **relação de parentesco entre os seus membros que se consideravam descendentes de um antepassado comum. Estavam além disso vinculados pela mesma tradição religiosa**.

A época da fixação do povo num território caracterizou- se por grande desenvolvimento do sistema tribal. Ficaram conhecidas **12 tribos**, podendo ter havido mais e, como já vimos, **cada uma tinha um antepassado comum, um filho de Jacob**. A tribo constava de duas sub-unidades: a **casa** *(beit ahav)* e o **clã** *(mishpahah)*.

A família era patriarcal: o marido tinha autoridade sobre a esposa e, porventura outras mulheres que com ele viviam, como a segunda esposa ou concubinas, sobre os filhos solteiros e sobre os casados que vivessem em sua casa. Faziam parte da família as viúvas, os órfãos e os escravos.

O clã era o conjunto de várias famílias. Era do clã que surgia a unidade militar, conhecida por *elef* (= mil).

Como **autoridade tribal** apenas se conhece a instituição dos **anciãos**, cuja escolha e funções nos são bastante obscuras. Segundo parece, as suas competências eram em parte determinadas pelas circunstâncias.

Houve outras instituições, como foi o caso dos **juízes**, que desempenhavam, em tempos de crise, funções políticas, militares e, por vezes, judiciais. Além deles ficaram registados nos textos bíblicos os *nessiim*, os *neguidim*, cujas origem e atribuições se devem procurar nas antigas cidades cananeias[1].

A sedentarização ocasionou mudanças sociais: fortalecimento do poder da propriedade privada; diferença entre as tribos pela diversidade de condições geográficas; mudança da base económica das *casas* e dos *clãs*, cuja riqueza não provém apenas dos rebanhos, mas dos frutos e cereais.

O novo modo de vida faz com que as circunstâncias geográficas tenham mais força do que a genealogia. Por outras palavras, **a tribo caracteriza-se pelo território onde residem os seus membros**. Desta forma **as tribos assimilam elementos de etnias estranhas,** como por exemplo grupos emigrantes de outras tribos que ficam com uma dupla filiação.

[1] A. A. Tavares, «Instituições democráticas nas cidades de Canaã da Idade do Bronze à luz da Arqueologia e da escrita», in *Revista de História Económica e Social*, 1987, pp. 64-76.

A cidade com os seus habitantes constitui um novo elemento da tribo que, por sua vez, traz alterações ao sistema tradicional. A urbanização acelerou processos sociais e económicos; **provocou novos critérios para a selecção dos anciãos, pois importava agora o poder económico e não apenas o nome de família.** As instituições tribais com origem na vida nómada adquirem atribuições novas na vida urbana. É nestas circunstâncias que **surge a congregação dos cidadãos livres.** (*I Sam.* 11, 1 ss.)

O sistema monárquico opõe-se pela sua natureza à organização tribal:

- **a autoridade real é centralizadora e isso colide com interesses de chefes tribais;**
- **a divisão do território em regiões administrativas restringe a autoridade dos chefes tradicionais;**
- **as novas classes de funcionários dependem do rei e não da tribo;**
- **sacerdotes e levitas prosperam na época monárquica;**
- **os anciãos perdem poder nos centros urbanos.**

Embora se mantenham as tribos, o estilo de vida altera-se. **Só após o cativeiro da Babilónia é que o clã se manifesta como factor vital na nova ordem que se cria.**

De facto, o declínio do sistema tribal e a reorganização da população, primeiramente enquanto estabelecida num território e depois num reino, fez emergir novas profissões e novos estratos sociais. O principal estrato é o dos **possuidores de terras**, seguindo-se o dos **artífices**. Vêm depois outros grupos mais reduzidos, como era o caso dos **funcionários reais**, dos mercadores e dos **funcionários públicos** espalhados por todo o país. Não é fácil reconstituir-se satisfatoriamente o quadro completo da estratificação social no antigo Israel. Merecem, no entanto, especial referência os possuidores de terras, os comerciantes e os **escravos**.

Os possuidores de terras constituíam o forte núcleo da população. Trata-se na generalidade de pequenos proprietários. As grandes propriedades tinham como origem doações de reis aos seus adeptos e fiéis servidores. Nalguns casos eram terras conquistadas ou anexadas. **A maior concentração de latifúndios verifica-se na Transjordânia.** Os grandes proprietários exerciam, como é de supor, influência nos assuntos políticos do reino da Samaria.

Os comerciantes adquirem importância especial a partir das iniciativas de comércio externo com Salomão. A sua actividade tornou-se considerável no século IX e a sua influência fez-se sentir na própria administração central, nas finanças e transacção de propriedades.

Existiam também **escravos** mas não é fácil avaliarmos a função dos escravos e a sua importância no mundo do trabalho. Pela legislação que ficou reunida no *Êxodo*, no *Deuteronómio* e no *Levítico*, pode constatar-se que **a escravatura era uma realidade** de certo vulto. Além dos **escravos domésticos**, que existiam na época patriarcal, havia **escravos do templo e escravos do rei. A origem era por vezes a guerra e, noutros casos, eram descendentes de antigos habitantes cananeus.**

É conhecida também a escravatura temporária por insolvência de dívidas. A todos os escravos a lei concedia direitos, mesmo de liberdade, após certo tempo, mas há pouca evidência quanto à aplicação da lei e quanto ao estatuto do escravo (*Ex.* 21; *Deut.* 15; *Lev.* 25)[1].

[1] A. A. Tavares, «A escravatura entre os Hebreus no contexto do Médio Oriente Antigo», in *Estudos da Alta Antiguidade*, cap. VIII, pp. 201-239.

ACTIVIDADE SUGERIDA:

Leia o capítulo VIII do livro de A. A. Tavares, *Estudos da Alta Antiguidade*, ed. Presença, 1983.

TÁBUA DE MATÉRIAS

11. **Religião**

Objectivos de aprendizagem

11.1 **A religião patriarcal**

11.2 **Características do deus dos Hebreus**

11.3 **O culto**

11.4 **A Bíblia**

Objectivos de aprendizagem:

Depois de ter estudado este capítulo, deve saber que:

- a religião foi o principal factor de identidade e de coesão do povo hebreu;
- o vínculo de aliança entre Deus e o seu povo vai caracterizar toda a história deste;
- o Deus dos patriarcas tem exigências morais; é único e eterno; não está relacionado com um local; intervém na história do seu povo;
- o Deus dos patriarcas não tem um corpo sacerdotal ao seu serviço;
- os sacrifícios são-Lhe oferecidos pelo chefe da família;
- houve uma génese do monoteísmo do tempo dos patriarcas ao de Moisés e deste ao dos profetas;
- Javé teve inicialmente limitações próprias da concepção antropomórfica;
- tornou-se Deus de justiça e de bondade, com os profetas;
- Javé foi definido como um Deus pessoal, salvador de Israel, justo, misericordioso, transcendente e remunerador;
- o rito principal do culto era o sacrifício;
- o ano dos Hebreus era marcado por grandes festividades religiosas, ligadas originalmente à vida agro-pastoril;
- o livro fundamental da religião e da cultura dos Hebreus é a Bíblia.

É certamente este o capítulo mais importante da história dos Hebreus. Se todos os povos da Antiguidade desapareceram com excepção deste, isso deve-se à sua **religião, principal factor de coesão e de identificação desse povo, ao longo dos tempos, na diáspora ou no actual estado de Israel**. É a religião hebraica fonte do monoteísmo em que radica, não só a religião judaica, mas também o cristianismo e o islamismo. Se o **monoteísmo** caracteriza a religião hebraica, este deverá ser analisado no seu desenvolvimento progressivo, desde a fase de assimilação de elementos do politeísmo ambiental da época dos patriarcas até à formulação do monoteísmo estrito do tempo dos profetas, passando obviamente pela fase fundacional, moisaica, com as suas formas decalógicas do monoteísmo prático.

11.1 A religião patriarcal

O conhecimento da religião patriarcal só pode obter-se a partir de informações dos textos bíblicos e de alguns documentos coevos, especialmente os de Nuzi. Nem a Arqueologia, neste caso, oferece grande subsídio. Mas esses documentos vistos paralelamente e tomados em conjunto permitem delinear um quadro bastante completo das crenças e das práticas religiosas dos patriarcas hebreus.

Entre as diversas informações, pode salientar-se o seguinte:

- **Os patriarcas hebreus crêem num deus que tem contacto com os seus protegidos**: promete um filho a Abraão, já na sua velhice (*Gn*. 28, 12-15). Entre estes personagens e a sua divindade, começa a estabelecer-se um vínculo de aliança *(berit)*, que vai ser ideia-força em toda a história do povo hebreu.
- **Este Deus tem exigências morais**: abomina vícios contra a natureza, como acontece em Sodoma (*Gn*. 19,24); não permite adultério, caso de Sara no Egipto (*Gn*. 12, 17-18; 20, 3-7); não aceita sacrifícios humanos, como por exemplo o de Isaac (*Gn*. 22, 12).
- **Não é um deus local**, vinculado a determinada zona: manda sair de Ur, na Mesopotâmia (*Gn*. 15, 7); ameaça o faraó, no Egipto (*Gn*. 12, 17); castiga Sodoma e Gomorra (*Gn*. 19, 24-25); exige que deixem os deuses estrangeiros (*Gn*. 35, 2).
- **É uma divindade única**, embora designada por diversos nomes: «Terror de Isaac» (*Gn*. 31, 42-53); o «Forte de Jacob» (Gn. 49, 24); o «Deus de Betel» (*Gn*. 35, 7); o «Deus Olam», ou seja, Deus eterno (*Gn*. 21, 33).

Não quer isto dizer que estes nomes designem várias divindades locais cananeias, mas, ainda que primitivamente tal acontecesse, parece evidente que nos relatos patriarcais se trata sempre da mesma divindade, aquela que receberia definitivamente o nome de **Javé** na época moisaica. É o deus a quem os patriarcas reconhecem vários atributos: manda a chuva e o orvalho; fertiliza a terra e os animais (*Gn*. 26,

12; 27,27); castiga o vício e salva o justo. É mesmo o «criador dos céus e da terra» (*Gn.* 14, 19-22). É a essa divindade que os patriarcas prestam um culto exclusivo. A atitude de Jacob é bem expressiva: promete-lhe um culto especial depois de regressar da sua peregrinação por terras estrangeiras e, ao regressar, obriga a família a abandonar os deuses locais, para servir apenas o deus de Abraão e de Isaac (*Gn.* 35, 2 s.)

Quanto a manifestações cultuais, havemos de reconhecer que são bastante rudimentares na época patriarcal: **não há sacerdócio,** oferecendo sacrifícios o chefe de família; constroem-se altares, mas **não há menção a qualquer imagem visível**; levantam-se estelas com fins cultuais e, segundo parece, comemorativos (*Gn.* 28, 18-22), bem de acordo com os costumes da época, tal como Abraão planta uma árvore, em Beersheva, adorando ali o seu Deus (*Gn.* 21, 33).

É natural que, nestas práticas religiosas, haja elementos do primitivismo religioso ambiental, não se excluindo mesmo influências do fetichismo e polidemonismo, como parece observar-se quando Abraão aceita sacrificar o próprio filho. Como quer que seja, reconhece-se nestas práticas, uma sincera adesão ao deus que os patriarcas invocam (*Gn.* 21, 33). Prostram-se em adoração a esse deus (*Gn.* 24, 52); consultam-no (*Gn.* 25, 22-23); fazem-lhe promessas à maneira de votos (*Gn.* 28, 20); consideram-no como fonte de todas as bençãos (*Gn.* 28); apresentam-lhe sacrifícios, parecendo mesmo existirem sacrifícios de comunhão. É assim que se explicaria o seguinte episódio: Jacob depois de jurar pelo «Terror de Jacob», diante do seu tio Labão, oferece um sacrifício na montanha e convida os seus irmãos para comerem (*Gn.* 31, 53 s).

Quanto acaba de apontar-se permite-nos ver que o deus dos patriarcas não se confunde com qualquer hipotética divindade da transumância dos nómadas, divindade «hipotética» por não ser conhecida por quaisquer fontes escritas. Poder-se-ia pensar, ainda como hipótese, em **El**, divindade principal do panteão ugarítico que, mais tarde, seria substituída por *Baal*. Visto que *El* detinha uma primazia honorífica em relação aos outros deuses, poderia imaginar-se uma certa deterioração de um monoteísmo primitivo no mundo semítico, mas não é fácil de provar. Em Ugarit, existe já um politeísmo evidente e não é seguramente aí que se situa a origem da religião dos patriarcas.

Não poderemos também afirmar que a sua vinculação a uma divindade especial possa já classificar-se de uma teorização de concepção monoteísta. Com mais probabilidade, deveremos falar de uma monolatria, que, na realidade, é um monoteísmo prático de manifestações rudimentares, que não exclui certo ecletismo de base.

O primitivismo e arcaísmo, bem conformes com a realidade histórica da época, podem apontar-se como provas de verosimilhança deste quadro religioso. Comparando com Ugarit, verifica-se que a religião patriarcal é, sem dúvida, superior ao meio ambiente dos Cananeus: não se nota tendência para adorar as forças da natureza, como era habitual entre os Cananeus nem o deus dos patriarcas é uma encarnação das forças naturais de tipo panteísta. Trata-se de um ser pessoal que se preocupa com os seus adoradores. E, se ainda não existe um monoteísmo definido,

há pelo menos aqui a ideia de unidade de um ser superior, supondo um certo **universalismo e omnipotência**[1].

No entanto, notam-se, apesar de tudo, ligações com o meio ambiente que não podem silenciar-se. Um exemplo poderá encontrar-se no episódio de Melquisedec, quando Abraão aceitou a bênção do sacerdote de *El Elion* (*Gn.* 14, 17-20).

Episódio especialmente significativo a este propósito é o que faz eco de uma lenda de Ugarit sobre os *benê-il* (*Gn.* 6, 13). A lenda atribui a origem da corrupção dos homens e da deterioração da criação à união ilegítima de seres de um mundo superior com as filhas dos homens. Trata-se de uma explicação etiológica que o autor javista aqui reproduz. Os *benê-haeloim*, seres pertencentes ao mundo de *eloim*, são dotados de um poder sobre-humano de vida. Apesar disso, Deus não permite que se sobreponham ao simples poder humano, pois permanecem «carne», isto é, do mundo mortal.

Nestes e noutros casos subsistem resíduos de tradições politeístas, dos quais não devemos prescindir quando analisamos a génese histórica do monoteísmo. É que este não foi algo de espontâneo, nem é fruto de especulação dos Hebreus, mas resulta, antes de mais, da experiência da actividade de Deus, que manda e ajuda. O fenómeno da religião hebraica observado a partir da época patriarcal, não pode de facto ser entendido como algo de superestrutural e estático, mas antes como algo que vivencialmente se afirma através de um processo monoteizante. **Foram necessários quatro ou cinco séculos, tantos quantos decorrem entre o tempo de Abraão, de Isaac e de Jacob e o de Moisés para encontrarmos fórmulas explícitas de monoteísmo e foram precisos outros tantos para encontrarmos em Isaías, Jeremias e outros profetas proclamações de fé e de adesão entusiástica, confessando «não haver outro Deus fora de Javé»**. Mas, até atingir esse nível, houve uma integração de elementos poético-mitológicos, mediante um processo que se pode constatar especialmente nas tradições javistas e nos salmos primitivos.

Um primeiro passo consistiu em despotencializar tais elementos, fazendo-os apenas seres celestiais, exaltando-se ao mesmo tempo a grandeza de Deus sobre os seres terrestres e celestes. Um outro passo decisivo consistiu em reduzir as supostas potências divinas ao grau de mortais (*Salmo* 81, 6 ss.). De facto ao torná-los objecto do serviço de Deus, a fé israelita já satisfazia as suas exigências do deus dos Hebreus monoteístas.

11.2 Características do deus dos Hebreus

Se o conhecimento de Deus não resultou de uma reflexão humana sobre o homem e as coisas e se os Hebreus foram adquirindo consciência dele através da sua acção no mundo, não encontraremos nos textos hebraicos uma ontologia dos atributos divinos. Os homens da Bíblia não partiram dos efeitos para chegarem à causa

[1] G. Von Rad, *Théologie de l'Ancien Testament*, Genève, 1964; R. de Vaux, *Bible et Orient*, Paris, 1967.

primeira, através de raciocínios aristotélicos. A **contemplação do cosmos** nunca teve o carácter de pesquisa, de procura de um deus desconhecido. **Representa propriamente um hino de louvor ao Criador** (*Sl.* 65, 6-13; 107, 23-30).

Mas, se **Javé** não é um deus filosófico à maneira grega, também se não pode confundir com as divindades orientais, como afirma Mircea Eliade:

> O Deus do povo judeu não é uma divindade oriental criadora de façanhas arquétipas, mas uma personalidade que intervém na história sem cessar, que revela a sua vontade através dos acontecimentos. Os factos históricos convertem-se assim em situações de homens perante Deus e como tais adquirem um valor religioso... Por isso, **é possível afirmar que os homens da Bíblia foram os primeiros a descobrir a significação da história como epifania de Deus** e essa concepção foi seguida e ampliada pelo Cristianismo.[1]

[1] Mircea Eliade, *El mito del Eterno Retorno* (trad. do fr.), Buenos Aires, 1952, p. 117. Existe tradução Portuguesa nas Edições 70.

Ao historiador da religião hebraica não importa tanto analisar as muitas fórmulas de decisão, de confissão e de louvor que se multiplicam na Bíblia, mas apenas as mais remotas, por serem verdadeiros «credos» primitivos do povo hebreu. Tais formulações surgem em contextos literários relacionados com o culto. É ali que o povo crente exterioriza a ideia que tem do seu Deus. Diante do altar, ao oferecer as primícias e os dízimos, recita em voz alta:

> Meu pai era um arameu errante que desceu ao Egipto, os Egípcios oprimiram-nos, impondo-nos penosa servidão. Clamámos ao Senhor... e tirou-nos do Egipto... Introduziu-nos nesta região. (Dt. 26, 5-9)

Este primitivo «credo histórico» que surge em diversas passagens bíblicas nesta forma bastante estereotipada, repete-se em Josué. O texto situa-nos numa festa de renovação da antiga aliança com Deus. Após as conquistas e distribuição das terras de Canaã, Josué reúne em Siquém os chefes, a quem se dirige num discurso. Lembra-lhes os favores de Deus para com o seu povo, desde Ur até ao Egipto e daqui para Canaã, a fim de que renovem a sua fé em Deus e a sua fidelidade à aliança (*Jos.* 24).

Destes artigos de fé conclui-se que o Deus em que acreditavam era um ser pessoal que amava o seu povo a quem libertara. Ou seja, o verbo hebraico que se traduz por *libertou* ou *salvou* encontra-se numa forma «causativa», significando que **Deus fez com que o povo se libertasse da opressão, cooperando com a divindade.**

Não havendo aqui uma definição de Deus, nem uma resposta directa à questão «quem é Deus?», compreende-se qual o primeiro conceito que o Israelita tinha do seu Deus: recordava com gratidão o que fizera pelo seu povo nas diferentes épocas da sua história. Reconhecia que **é Ele quem dirige os acontecimentos**. Esta concepção judaica da divindade está tão metida na história que se pode afirmar que o desenvolvimento religioso-nacional deste povo coincide com o seu desenvolvimento teológico da ideia de Deus.

Uma ideia-força associada é a da **eleição** e da **aliança,** o que levava o povo hebreu a chegar sempre a Deus através da história, **interpretando os momentos de crise como afastamento do seu Deus para apelar à conversão**. Realizada esta, Deus não faltaria.

Não admira, por estas razões, que, nos livros mais antigos da Bíblia, se não encontre facilmente a ideia do Deus criador. **Foi preciso longo tempo para que o tema da Criação se aprofundasse e pudesse ser redigida a narração descritiva da criação do mundo**, que se encontra na primeira página do *Génesis*. **O povo hebreu acreditou primeiro num Deus histórico e empenhado nos acontecimentos. Só mais tarde, após longa reflexão, confessou e proclamou que esse Deus é criador do céu e da terra.**

A experiência do **êxodo** foi para os Hebreus **o ponto de partida para uma teologia das relações de Javé com o seu povo**. O que aí mais aparece em evidência é que **Javé é uma pessoa que intervém na história, estabelecendo-se relações pessoais entre Ele e os Israelitas**. Nisto difere muito dos deuses dos outros povos que, originariamente, são forças da natureza personificados. **Mas a Javé, pessoa, atribuem-se limitações próprias da concepção antropomórfica. Javé é concebido fundamentalmente como um soberano**, com as mesmas qualidades e defeitos dos reis ou chefes políticos da época. É assim que se lhe atribuem acessos de ira e a necessidade de ser aplacado, o favoritismo da eleição e até mesmo o proteccionismo de certas injustiças (*Jz.* 18).

Compreende-se que, dentro desta concepção, a primitiva ideia de aplacação fosse grosseiramente antropomórfica. É o que se pode verificar na atitude de Saul, ao pretender que Deus deixe de estar irado e simpatize com ele por causa de uma oferta que lhe fez (*I Sam.* 26, 19). É também essa atitude de espírito que vemos nos reis de outros povos, ao pretenderem de alguma forma subornar os seus deuses. Caso bem significativo é o de Mesha, rei de Moab, que sacrifica o filho primogénito a Kemosh, seu deus, para que ele se encha de cólera contra os Israelitas[1].

[1] *II Re.* 3, 27; V. Cocco, *A Inscrição Moabítica de Mesha e o Paiso III, 4-27 do IV Livro dos Reis*, eds. Estudos, Coimbra, 1945.

Contra a tendência antropomorfizante que se manifesta constantemente, por esta e por outras formas, vai-se desenvolvendo também uma outra que lhe é oposta e que se traduz fundamentalmente nisto: **Deus não é homem, transcende a humanidade**. Vejamos os exemplos dos profetas Amós e Oseias.

Para o primeiro, Deus é a própria **encarnação da justiça** levada à perfeição total. A ideia de um Deus justo que faz triunfar a justiça onde for necessário, dentro ou fora de Israel, foi uma força de grande dinamismo dentro da religião. Em Oseias, a justiça como atributo puro continua, mas surge também o **amor** que substitui na religião judaica, como noutras religiões, a ideia de temor.

Lembre-se o comportamento de Efraim. Deus tem de castigá-lo porque assim o exige a justiça, mas o pensamento de castigar comove-lhe o coração:

> O meu coração dá voltas dentro de mim, comove-se a minha compaixão. Não desafogarei o furor da minha cólera, não destruirei Efraim; porque sou Deus e não um homem; sou santo ... e não gosto de destruir. (*Os.* 11, 8-9)

Este elemento novo na religião foi mantido pelos profetas que se seguiram, especialmente por Jeremias e Jonas. Embora positivas estas aquisições da mente humana, não eram ainda suficientes para explicar totalmente Deus. Nota-se, por isso, uma corrente de sentido oposto que vai tomando forma através da experiência do sofrimento e tem a mais elevada expressão no livro de *Job*.

A dor e o sofrimento no inocente e a prosperidade dos maus são incompatíveis, à primeira vista, **com um Deus que é justiça e bondade**, conceitos que foram a grande aquisição dos profetas. É este o grande problema que enfrenta o autor do livro de *Job*. Este não se encontra perante um Deus de justiça e de amor, mas perante um Deus indiferente ao sofrimento humano, inacessível ao homem.

Reflectindo sobre estes conceitos, na aparência contraditórios, o autor do *Deutero-Isaías* (*Is*. 40-55) funde as três imagens de Deus: o Deus da ideia popular, com predilecção por Israel; o Deus justo e bondoso dos profetas; o Deus omnipotente, indiferente e distante do livro de *Job*. Não procurou solucionar o problema filosoficamente. Preferiu superar as dificuldades no âmbito da fé, ao mostrar de maneira prática que Deus é, ao mesmo tempo, **omnipotente e justo, transcendente e misericordioso, misteriosamente oculto e salvador de Israel**. E conclui que é impossível à mente humana explicar, definir ou compreender Deus.

A distância conceptual que vai do Deus transcendente ao Deus justo e misericordioso iria permitir novas reflexões. A retribuição terrena tornou-se insustentável perante os factos que, por vezes, parecem negar a justiça de Deus e esta só ficaria salva com **a sanção na vida eterna**. Com efeito, o tema da **retribuição eterna** iria ser desenvolvido a partir de agora, com aspectos diferentes, alcançando novas perspectivas com o Novo Testamento.

Em síntese, observamos no processo evolutivo da crença e reflexão religiosa dos Hebreus que Javé é um Deus pessoal, justo, misericordioso, transcendente, remunerador. A reflexão sobre a criação só apareceu em último momento[1].

[1] A. A. Tavares, «Deus, deuses e demónios na Antiguidade», in *Estudos da Alta Antiguidade*, Presença, Lisboa, 1983, cap. VI, pp. 151-175.

11.3 O culto

O rito principal do culto era o **sacrifício** que podia ser de várias espécies:

- no **holocausto**, a vítima era toda queimada;
- no **sacrifício de comunhão**, a vítima era repartida por Javé, pelo sacerdote e pelo oferente;
- nos **sacrifícios expiatórios**, o sacrifício era oferecido para reparação dos pecados.

A vítima variava conforme o oferente. Podia ser um touro, se se tratava do sumo sacerdote; uma cabra ou uma ovelha, se se tratava de um particular. Os pobres ofereciam um par de rolas ou de pombos. Havia também ofertas das primícias dos animais ou dos frutos, etc. Não existiam sacrifícios humanos e se alguma vez houve essa tentação, os profetas e os sacerdotes manifestaram-se com veemência.

As cerimónias e orações rituais variavam conforme a natureza do sacrifício. **A oração oficial acompanhava de facto os sacrifícios e o culto, mas não faltava também a oração individual**.

O ano dos Hebreus era marcado por grandes festividades religiosas, ligadas originariamente à vida agrícola e pastoril. Além disso, existia a festa semanal do *shabat** e mensalmente a da Lua Nova. O serviço religioso diário ao templo constava do sacrifício de um cordeiro pela manhã e do holocausto pela tarde, sendo acompanhado de uma oferenda de farinha e uma libação. Por ocasião da festa da Lua Nova, sacrificavam-se em holocausto dez touros, um carneiro, sete cordeiros e um bode, não faltando ainda diversas oferendas e libações. **As festas principais eram a Páscoa, o Pentecostes e os Tabernáculos**.

**shabat*, palavra hebraica donde deriva sábado. Era o dia determinado por Deus para o descanso dos Hebreus. Nele não se fazia qualquer espécie de trabalho, sendo as refeições preparadas na véspera.

A **Páscoa** era a festa principal. Sendo de origem pastoril, celebrada no início da Primavera, comemorava a libertação do Egipto. Cinquenta dias após, celebrava-se a festa do **Pentecostes**, também de origem agrícola. Coincidia com a ceifa da cevada e os Hebreus recordavam a entrega das «Tábuas da lei» a Moisés, no Sinai. Também a festa dos **Tabernáculos** estava relacionada com a vida agrícola. Celebrava-se no início do Outono quando haviam terminado as colheitas. Durante sete dias, os Hebreus evocavam nas leituras bíblicas e cerimónias religiosas os anos em que os seus antepassados haviam vivido sob tendas, no deserto, antes de chegarem à Terra Prometida.

Além destas, acrescentaram outras festas, como o *Purim* ou a festa *da rainha Ester*, com origem na época persa, ou a *Hanucá*, a festa das luzes, na época grega, por exemplo.

11.4 A Bíblia

Como sabemos o livro fundamental da religião e da cultura hebraicas é a **Bíblia**. **Os 46 livros que constituem o Antigo Testamento foram escritos no decurso de vários séculos, provavelmente entre o século VIII e o século I a. C.** Não deixaremos de lhe dedicar algum audiograma, dada a sua importância na génese e sistematização das três religiões monoteístas: o judaísmo, o cristianismo e o islamismo. Mas havemos de salientar também o seu **valor como fonte da história antiga**, pois é o reflexo das culturas do Médio Oriente antigo e o seu veículo para o Ocidente. Não poderemos também silenciar um aspecto habitualmente esquecido que é **o da importância da Bíblia na formação das línguas modernas do Ocidente**.

OS HEBREUS E OS POVOS VIZINHOS

OS HEBREUS E OS POVOS VIZINHOS

A história dos Hebreus tem tais conexões com a dos outros povos do Médio Oriente que não pode ser compreendida de forma isolada. Poderia mesmo ser tomada como ponto de partida para empreendermos o estudo das diversas civilizações que floresceram no Médio Oriente Antigo. Já pudemos avaliar das suas relações, em épocas diversas com: Egípcios, Assírios, Arameus e Fenícios. Destes dois últimos pouco falámos, mas obviamente que não poderão ficar esquecidos.

1. Os povos da Síria

TÁBUA DE MATÉRIAS

1. **Os povos da Síria**

Objectivos de aprendizagem

Objectivos de aprendizagem:

Depois de ter estudado este capítulo, deve saber que:

- na Síria, desenvolveram-se vários reinos entre os quais se destacaram os de Mari e de Ebla, nos III e II milénios;
- nos finais do II milénio estabeleceram-se no sul e no centro desta região os Arameus;
- não tendo alcançado a unidade política, os Arameus tiveram alguns reinos importantes como Damasco, Barsipa e Arpad;
- os Arameus adoptaram o alfabeto fenício que permitiu a expansão da língua e cultura aramaicas em todo o Próximo Oriente;
- foram conquistados pelos Assírios no I milénio.

A **Síria** é uma vasta região que desempenhou na Antiguidade pré-clássica um papel de importância, visto que, pela sua situação geográfica, era uma **encruzilhada de estradas** onde se encontraram vários povos que por aí passaram ou aí se radicaram, deixando os seus vestígios. Recordemos entre os reinos que aí floresceram o caso de **Mari** e de **Ebla**, a partir do III milénio.

Mari, nos inícios do III milénio está ligada às culturas do sul da Mesopotâmia, do Irão e do Afeganistão, a avaliar pelo espólio arqueológico conhecido. A abundantíssima documentação escrita encontrada em Mari, de que falámos no início do nosso curso, revela a importância da actividade política, guerreira e diplomática desse reino entre 2600 e 1600 a. C. Resistiu às incursões expansionistas de Sargão de Acad, por volta de 2340 e o seu declínio parece dever atribuir-se a Ebla, cidade bem conhecida pelas recentes escavações de *Tell Mardikh*, nas proximidades de Alepo, como também tivemos ocasião de observar.

Ebla deu o nome a um reino que teve considerável importância entre 2400 e 1500 a. C. Terá sido mesmo a **capital de um império**, na expressão dos historiadores e arqueólogos Mathiae e Pettinato[1].

Entre os séculos XVI e XIII a. C., após o declínio das duas potências referidas, **a Síria esteve sujeita ao domínio de potências diversas: Hititas, Mitânios, Egípcios**..., sendo palco de frequentes operações militares. A partir do século XII, há um povo que aí se estabelece e que geralmente é identificado com a Síria, os **Arameus**. Aparecem na Síria a partir do reinado de Tiglat-Falasar I (1115-1077), vindos do Médio Eufrates. Ocupam o centro e o sul da Síria e têm como centros principais **Damasco, Barsipa** e **Arpad**. Adoptaram o **alfabeto fenício**, certamente mais prático do que o sistema de escrita cuneiforme, que era adaptada à argila. **A adopção do alfabeto contribuiu para que a sua língua e cultura se expandissem facilmente.**

Não conseguiram unidade política, pois organizaram-se em pequenos reinos sem grande força, mas impuseram os seus produtos por todo o Médio Oriente, distinguindo-se os objectos de marfim em cujo fabrico se especializaram. Diga-se a propósito que os marfins encontrados em Nimrud (Norte da Mesopotâmia) se devem a operários arameus e fenícios, especializados na técnica e arte do trabalho do marfim. A partir do século VII a. C., essa arte foi-se diluindo.

Para enfrentarem as invasões assírias em direcção à costa mediterrânica, os Arameus entraram em diversas coligações, por vezes com os reinos vizinhos, nomeadamente com Israel. Como recordamos, as invasões assírias antes de Tiglat-Falasar III (746 a. C.) tinham como objectivo obrigar a pagar tributo de guerra, habitualmente muito oneroso. Mas a partir desse soberano que começou a reinar por 746 a. C., tudo se alterou com a sua política de integração no império das terras conquistadas. E a **Síria foi integrada no vasto império assírio, ficando dividida em 20 províncias, à frente das quais foram colocados, além do governador, funcionários assírios**. A partir de então os Arameus perderam a independência e ficaram sempre sujeitos a potências estrangeiras. Deixaram, entretanto, em todo o Médio Oriente a marca da sua cultura e da sua língua. **Tenhamos presente que o aramaico passou a ser, a partir do século VIII a. C., a língua diplomática em todo o Médio Oriente.**

[1] P. Mathiae, *Ebla un imperio ritrovato*, Torino, 1977; G. Pettinato, *The Archives of Ebla, an empire inscribed in clay*, New York, 1981.



A região siro-palestinense

2. Os Fenícios

TÁBUA DE MATÉRIAS

2. Os povos da Síria

Objectivos de aprendizagem

Actividades

Respostas às actividades

Objectivos de aprendizagem:

Depois de ter estudado este capítulo, deve saber que:

- as cidades fenícias eram estados independentes;
- tornaram-se uma federação, sob o protectorado egípcio;
- os Fenícios ficaram conhecidos pelo alfabeto, pelas viagens marítimas e comércio que realizaram;
- os Fenícios foram o elo entre o Oriente e o Ocidente mediterrânicos, tendo penetrado no Atlântico, atingindo a costa portuguesa;
- a sua expansão coincidiu com o desenvolvimento das suas cidades e com a produção de artigos de luxo;
- a sua expansão esteve relacionada com o avanço do Império Neo-Assírio para Ocidente.

Desde o III milénio que a costa mediterrânica é habitada pelos **Cananeus**. Um ramo destes ocupa a região do noroeste, desde **Tiro** a **Ugarit**, sendo conhecidos por Fenícios pelos Gregos. Criaram várias cidades à beira mar, distinguindo-se: **Ugarit** (actual Ras-Shamra), **Guebel** (Biblos), **Sídon** e **Tiro**. **Cada cidade, com os seus campos e zona de montanhas e com as povoações circundantes, constituía um estado independente**.

Possuíam duas fontes de riqueza: a montanha e o mar. **Da montanha vem a madeira de cedro, que exportam**; do mar obtêm não só o **peixe** para a alimentação mas também o ***murex***, uma conquilha que, por vezes, os seus barcos trazem das longínquas costas de África. A partir do molusco dessa conquilha, quando se encontrava em putrefacção, extraíam uma tinta da cor da púrpura com que tingiam a lã. Tiveram o monopólio dos tecidos de púrpura que foram usados nas cortes da Antiguidade, tal como passou a ser a cor das vestes dos cardeais nos nossos dias.

Mas os Fenícios ficaram famosos não só pela púrpura e pelos tecidos multicolores que exportavam, mas principalmente pelo **alfabeto** que criaram e pelas suas **viagens marítimas e comércio com os povos do Oriente e do Ocidente**. Quanto ao alfabeto, parece não haver razões para se duvidar de que se deve aos Fenícios, que souberam aproveitar dos progressos que já existiam na escrita cuneiforme, dando-lhe nova forma. **Os textos religiosos de Ugarit, que datam do século XV a. C., são escritos só com 30 signos ainda cuneiformes, mas cada um já representava uma consoante**. Isso constitui um grande avanço em relação ao acádico, que utilizava a escrita cuneiforme então em uso. Mas maior progresso iria verificar-se mais tarde, como se pode observar no **túmulo de Ahiram em Biblos. Na inscrição funerária desse rei, século XI, já se encontram 22 signos convencionais correspondentes a 22 consoantes**.

Este signário consonântico iria prevalecer nas línguas semíticas até aos nossos dias, enquanto nas línguas ocidentais, a partir dos Gregos e dos Etruscos* seriam utilizados também signos vocálicos. **Embora sem vogais, a escrita alfabética dos Fenícios constitui um dos maiores sucessos na história da civilização**. Recordemos a palavra «alfabeto» que deriva das duas primeiras letras fenícias *alef* e *beth*, correspondendo ao *alfa* e ao *beta* dos Gregos.

Etruscos ou *Tirrenos*, povos de origem indoeuropeia que habitaram e criaram uma civilização na costa ocidental da Península Itálica, do litoral do mar Tirreno aos Apeninos, entre os rios Arno e Tibre. Foram conquistados por Roma no princípio do século III a. C.

As cidades fenícias tiveram desde o início, ou seja, o III milénio a. C., relações comerciais com os povos vizinhos. **Biblos** é aquela que primeiro aparece referida nos textos. Recorde-se, por exemplo, que, no reinado de Seneferu, no princípio do III milénio, um texto egípcio regista a chegada de 40 barcos ao Egipto vindos de Guebel, cidade que mais tarde os Gregos designariam por Biblos* por causa da abundância de textos escritos que aí encontraram. Das suas relações com o Egipto dá-nos conta também a Arqueologia que, a partir das escavações de Pierre Montet, pôs a descoberto vários objectos do tempo de Amenófis III e de Amenófis IV.

* *Biblos* em grego, significa livro.

Sem pretendermos apontar pormenores da história das relações com o Egipto, não deixaremos de referir que a expulsão dos Hicsos, levada a efeito por Amósis, e a política de expansão dos faraós seguintes para Oriente teve consequências sobre as cidades fenícias. Assim, Tutmósis I (cerca de 1525) obrigou-as a pagarem-lhe

tributos, **Tutmósis III subjugou Biblos, Tiro e Sídon**. Estas cidades, ao lado de outras, são mencionadas nas inscrições egípcias do tempo.

Sob o protectorado egípcio, começa a notar-se uma **federação de estados fenícios**, criando o seu próprio tipo especial de cultura e civilização diferenciado do resto dos Cananeus. Durante a XVIII dinastia, a Fenícia serve o Egipto e muitas vezes recebe a sua protecção contra os conquistadores asiáticos, cananeus e hititas do norte da Síria.

Ficou bem conhecida também, desde os fins do III milénio a cidade de **Ugarit**, actual *Ras-Shamra*, com o porto de *Minet el-Beida*, em frente da ponta oriental de Chipre. Desse porto partiam barcos não só para Chipre mas para outras regiões.

Digamos em resumo que, **a partir do século XVI a. C., as cidades fenícias ocuparam uma posição de importância na política e na economia do Médio Oriente, ligando o Egipto, a Síria, o sul da Anatólia, Chipre e o Egeu**. As cidades costeiras, ou seja, as que ficaram designadas por fenícias, organizam então as suas actividades económicas em duas vertentes:

– produzem bens de luxo, nomeadamente objectos com incrustações de marfim, tecidos e vestes multicolores;

– desenvolvem a navegação e aperfeiçoam os barcos.

O comércio organizou-se e esteve nas mãos não só de particulares mas também de empresas. Em Ugarit, por exemplo, conhecem-se firmas comerciais no século XI a. C. através da história de Wen-Amon. Em Sídon uma firma possuía 50 navios[1].

[1] A. A. Tavares, «Primeiras migrações para Ocidente, segundo as fontes escritas», *Estudos Orientais I*, Instituto Oriental, UNL, Lisboa, 1990, pp. 15-16.

A partir desse século, nota-se uma vasta fase de relações entre Biblos e o Egipto, como se depreende do relato da viagem de Wen-Amon. É que esse egípcio era, na realidade, um emissário que ia de Tebas para estabelecer relações comerciais com as cidades fenícias. Bem curioso, a propósito, é o facto de o rei de Biblos receber como presentes do Delta aquilo que, mais tarde, começaria a produzir para exportação.

O século XI apresenta, na realidade, um quadro político e económico de todo o Médio Oriente e não só das cidades fenícias, com algumas mutações em relação ao passado. E não será inútil para nós alguma análise do fenómeno, porque é nesse conjunto que haveremos de compreender a expansão fenícia para Ocidente.

Quando o poder económico das cidades fenícias está a crescer, assistimos à fundação dos estados arameus do norte da Síria e à primeira grande expansão da Assíria, como já estudou. Texto bem elucidativo de tal expansão é o de Tiglat-Falasar I (1115-1077) que exalta o soberano na sua famosa viagem para Ocidente. Do texto que se lê num documento da fundação do templo de Anu-Adad, em Assur, extraímos o seguinte:

> Depois dirigi-me para o Líbano. Cortei ali troncos de cedro para o templo de Anu e Adad, os grandes deuses meus senhores e levei-os para Assur. Continuei a minha marcha para o país dos Amorreus e conquistei-lhes todo o território. Recebi tributo de Biblos, de Sídon e de Arvad. Fiz a travessia em barcos que pertenciam a Arvad, desde Arvad que está no meio do mar até à cidade de Samuri, que está em Amorru, a uma distância de 3 milhas duplas.[1]

[1] *ANET*, 275.

A descrição da viagem prossegue exaltando o soberano assírio, o qual não só recebe tributos mas seria mesmo homenageado nas cidades da Síria e em particular da Fenícia. Há historiadores que pensam que não foi uma viagem de conquista, mas de aclamação. Trate-se ou não de verdadeira campanha militar assíria para conquista ou de aclamação do soberano nas terras por onde passava, uma coisa é manifesta: o crescimento político e económico do império assírio que está a expandir-se por todo o Médio Oriente.

As cidades fenícias ficam integradas dentro deste vasto mundo não só como colónias mas por vínculos que assentam em acordos que têm carácter diplomático. Exemplo muito claro é o das **relações entre Tiro e Israel. A cidade fenícia fornece madeiras e operários especializados, isto é, oferece recursos naturais e tecnologia, enquanto de Jerusalém vão produtos alimentares e a permissão de acederem através do território hebreu a postos vitais. A aliança entre Tiro e Israel representa um acordo que tem evidências no poder marítimo e territorial, sendo confirmada tal aliança pelo casamento da filha de Hirão, rei de Tiro, com Salomão**.

Mas os interesses dos assírios sobre as cidades fenícias e de um modo geral sobre a costa mediterrânica iriam prosseguir nos séculos IX, VIII e VII a. C. A documentação revela claramente que a expansão para o Mediterrâneo foi uma constante da política militar dos soberanos assírios, intensificando-se a partir de Tiglat-Falasar I, como já estudou. Recordemo-la, porém, nos seus momentos principais:

– Assurbanipal (884-859) avançou com os seus exércitos para o Mediterrâneo, informando-nos que triunfou sobre todos os países entre o Tigre e o Líbano, até ao «Grande Mar»[2];

– O seu sucessor, Salmanasar III (838-824), refere que, logo no primeiro ano do seu reinado, atravessou o Eufrates e «lavou as armas no mar»[3];

– Tiglat-Falasar III (746-727) exerceu o seu domínio sobre Biblos e conquistou a região de Gaza[4];

– Senaquerib (704-681) recolheu ricos presentes dos reis de Sídon, de Arvad, de Biblos e de Asdod[5];

– Assaradão (680-663) estendeu as suas campanhas até Chipre[6];

– Assurbanipal (668-663) dirigiu-se igualmente para a costa mediterrânica[7];

– E se aceitarmos a informação que Estrabão* diz ter recebido de Megástenes, o neo-babilónico Nabucodonosor II teria atingido as Colunas de Hércules, ou seja, o estreito de Gibraltar (*Estrabão*, XV, 16).

Estas sucessivas campanhas militares sobre as cidades fenícias haviam de ter certamente consequências nas próprias zonas mediterrânicas e na Península Ibérica[8].

[2] *ANET*, 276.

[3] *ANET*, 278.

[4] *ANET*, 285.

[5] *ANET*, 288.

[6] *ANET*, 290.

[7] *ANET*, 294.

* *Estrabão*, geógrafo romano.

[8] A. A. Tavares, «Les campagnes militaires de l'Assyrie vers la Méditerranée. Reflets sur la Péninsule Ibérique?», in *La Circulation des biens, des personnes et des idées dans le Proche Orient ancien*, eds. Recherches sur les Civilisations, Paris, 1992, pp. 291-296.

As navegações dos Fenícios através do Mediterrâneo são testemunhadas pelos livros bíblicos e pelos autores clássicos. Registe-se a fundação de **Cartago**, que significa «cidade nova» por 814, no norte de África (na actual Tunísia) e **recordem-se os frequentes contactos com Tartessos, reino situado com probabilidade no sudoeste da Península Ibérica** nas proximidades de Gadir, que foi porta aberta para o comércio com as regiões do Norte[1].

Segundo as informações que temos, **os Fenícios foram os primeiros a contactar Tartessos**. A dar crédito a Estrabão

> os Fenícios, já antes dos tempos de Homero, possuíam o melhor da Ibéria e da África... Pouco depois da guerra de Tróia, chegaram até mais além das Colunas de Hércules e fundaram ali cidades, assim como no meio do litoral africano. (*Estrabão*, III, 2, 14)

As recentes escavações realizadas em vários arqueosítios da costa portuguesa permitem-nos mesmo afirmar que navegaram também ao longo da costa atlântica pelos fins do século VIII a. C. e durante o século seguinte. Efectivamente o mapa da expansão fenícia para Ocidente não termina na região de Huelva mas estende-se à Rocha Branca, perto de Silves, a Abul, nas proximidades de Alcácer do Sal, à região do Baixo Sado, à foz do Tejo e até à Figueira da Foz[2].

A sua presença no Ocidente coincide com aquela mesma época em que se desenvolvem as suas cidades, onde produzem artigos de luxo que, na frase de (*Ez.* 27, 33), «enriquecem os reis da terra», produtos que a Arqueologia tem posto a descoberto em vários sítios do Médio Oriente. **Eles produzem linho, fabricam tecidos de muitas cores, tapeçarias, vasos de vidro e de faiança, objectos de bronze e de prata, utensílios com incrustações de marfim**, etc. Aliás esses produtos fenícios são referidos na já citada inscrição de Assurbanípal.

É evidente que os Fenícios não possuíam as matérias-primas que transformavam, nem produziam tudo o que comercializavam. **Eles estão metidos num circuito de comércio regional que abrange toda a Ásia Ocidental e estão inseridos também noutro circuito mais amplo que abrange o Mediterrâneo e a Ibéria, onde se abasteciam de matérias-primas. As suas mercadorias estendem-se desde as costas atlânticas até ao Mediterrâneo Oriental e vão do Noroeste do Irão ao Golfo Pérsico e até à Arábia Central**.

Não esqueçamos que toda essa área, nos séculos IX e VIII (mais claramente a partir deste último), é dominada política e economicamente pelo estado neo-assírio. Tudo está sob o controlo da Assíria, que conquista e submete cidades, reorganiza e comanda a economia. São destruídos os reinos arameus do norte da Síria, que ficam integrados nas províncias assírias a ocidente do Eufrates. As cidades fenícias juntamente com os reinos arameus fornecem quantidades de ferro que eram exigidas pela própria guerra, como se vê nas cartas de Nimrud. Para responderem à procura de mercado, as cidades fenícias são forçadas a estenderem as suas relações comerciais. E é então que se dá com mais intensidade a expansão através do Mediterrâneo, criando no Ocidente uma área comercial, com vista a responderem à nova procura.

[1] A. A. Tavares, «Primeiras migrações para Ocidente segundo as fontes escritas» in *Estudos Orientais I*, pp. 18 e 19.

[2] A. A. Tavares, «Os Fenícios no território português: estado da questão», in *Estudos Orientais*, IV, UNL, 1993. Todo este volume se dedica ao estudo dos Fenícios na Península Ibérica e, nomeadamente, em território nacional.

Os Fenícios desempenharam a sua função dentro da economia regional de domínio assírio, utilizando as rotas marítimas e as rotas das caravanas. Os seus produtos chegam à própria Mesopotâmia. Assim sendo, os interesses fenícios no sul da Ibéria devem entender-se como uma extensão lógica do império assírio, a cujo serviço eles estavam também.

Os Fenícios não ficaram alheios à indústria do Bronze Atlântico. Os achados de bronzes da Irlanda e da Ibéria e a representação de objectos de bronze da Europa do Norte em estelas da Estremadura mostram o alargamento do circuito. Isto espelha em parte a informação de Avieno quando informa que,

> entre os Tartéssios, havia o costume de negociar nos confins da Estrimnidas (Bretanha). Também os colonos *cartagineses* e o povo que habitava junto às Colunas de Hércules frequentavam esses mares, águas que, no dizer do cartaginês Himilco, apenas durante quatro meses podiam ser percorridas.[1]

Dos contactos dos Fenícios com a Península Ibérica, principalmente, com a região do Sudoeste, resultaram influências importantes nos domínios da cultura e da técnica.

Ao procurarem na Ibéria produtos de que precisavam, mormente a prata, numa época em que não eram ainda exploradas as minas da Trácia e de Laurion, na Ática, os Fenícios transmitiam os seus conhecimentos técnicos e a sua cultura. **No século VIII, tomaram contacto com as fontes de produção ocidental e no século VII já tinham os seus entrepostos comerciais onde os produtos podiam ser armazenados antes de serem comercializados**. Estamos no período orientalizante por excelência. Nesta época a Península Ibérica e especialmente a região de Sudoeste adquire traços individualizantes que vão perdurar e distinguir a sua cultura daquela que possuem outros povos. **Os Iberos entram num estilo de vida urbano, mediterrânico e adquirem mesmo o conhecimento da escrita**. Os séculos VIII e VII a. C. constituem um passo decisivo no percurso civilizacional da Península Ibérica[2].

Data desse período orientalizante **a utilização do torno de oleiro, a pintura sobre cerâmica, novas técnicas em joalharia, o trabalho de marfim e de vidro policromo, o grande aperfeiçoamento na metalurgia do ferro que então se expande e a própria introdução da escrita**.

Este último contributo cultural merece, sem dúvida, a nossa especial atenção, pois a escrita significaria a entrada «formal» na história, se o seu significado já estivesse desvendado, o que não acontece[3].

Não há dúvida de que entre os povos que na Antiguidade tiveram contactos, através do Mediterrâneo, com a Península Ibérica temos de apontar, em primeiro lugar, os Fenícios. **A eles se deve o primeiro abraço entre o Oriente e o Ocidente e entre as próprias civilizações pré-clássicas e as clássicas**.

[1] Avieno, *Orla Marítima*, versão de J. R. Ferreira, INIC, Coimbra, 1985, pp. 20, 114-119.

[2] J. M. Blázquez, «El influjo de la cultura semita (Fenicios e Cartajineses) en la formación de la Cultura Iberica», *Aula Orientalis*, IV, Barcelona, 1986, pp. 163-178; J. Harrison, *Spain at the Dawn of History*, Thames and Hudson, Londres, 1988, cap. 4, pp. 51-69.

[3] Javier de Hoz, «El origen oriental de las antiguas escrituras hispanas y el desarrollo de la escritura del Algarve», in *Estudos Orientais*, UNL, 1990, vol. I, pp. 219-243.

ACTIVIDADES:

Tente responder às seguintes questões.

1. Localize no tempo o início da concepção histórica dos Hebreus que detectamos na Bíblia.

   ....

   ....

2. Refira a similitude entre as realezas dos povos do Médio Oriente antigo.

   ....

   ....

   ....

3. Caracterize a tribo.

   ....

4. Indique o nome dos antepassados comuns às doze tribos de Israel.

   ....

5. Caracterize as mudanças provocadas pelo fenómeno da sedentarização entre os Hebreus.

   ....

   ....

   ....

   ....

   ....

   ....

   ....

   ....

   ....

   ....

6. Assinale com **V** (verdadeiro) ou **F** (falso) as seguintes afirmações.

   ____ 1 – Durante o *shabat*, os Hebreus comemoravam a saída dos Hebreus do Egipto.

   ____ 2 – Na festa dos Tabernáculos, os judeus recordavam a entrega das «Tábuas da lei» a Moisés, no Sinai.

   ____ 3 – A festa do Pentecostes coincidia com a ceifa da cevada e nela os Judeus recordavam a entrega das «Tábuas da Lei» a Moisés.

   _F_ 4 – Ugarit era um reino da Síria.

   _V_ 5 – As cidades fenícias constituíam estados independentes.

   _F_ 6 – O alfabeto fenício tinha signos consonânticos e vocálicos.

   _V_ 7 – A expansão fenícia para Ocidente coincidiu com a expansão assíria.

   _V_ 8 – Os Fenícios atingiram a costa atlântica de Portugal.

RESPOSTAS ÀS ACTIVIDADES:

1. Devia ter respondido: período do cativeiro de Babilónia ou imediatamente seguinte.

2. Na sua resposta, deve ter referido: o carácter divino da realeza; o rei, representante de Deus e escolhido pela divindade para governar em seu nome.

3. Devia ter mencionado: as relações de parentesco e a mesma tradição religiosa.

4. Os antepassados comuns eram Abraão, Isaac e Jacob.

5. Nesta resposta deve ter abordado os seguintes tópicos: fortalecimento do poder da propriedade privada; diferenças entre as tribos, provocadas pela diversidade de condições geográficas; mudança da base económica das casas e dos clãs, cuja riqueza passou a provir da criação de gado e da agricultura; assimilação de elementos de etnias estranhas às tribos; o aparecimento da cidade e a supremacia dos cidadãos sobre os anciãos; a modificação da estrutura política onde os chefes tribais são substituídos pelo rei.

6. Deve ter assinalado com **V** as afirmações n.os **3, 5, 7** e **8**.

Bibliografia Geral

A nossa indicação bibliográfica não pretende ser exaustiva, mas apresenta uma selecção de obras actualizadas e acessíveis ao aluno, em bibliotecas e livrarias. Por isso, não deverá estranhar o acento nas traduções portuguesas. Para uma informação mais detalhada sobre fontes e bibliografia especializada, deverá consultar A. A.Tavares, *As Civilizações Pré-Clássicas, Guia de Estudo*, ed. Estampa, 2.ª ed., 1987 e 3.ª ed., 1995.

A – Fontes, Obras Gerais

AMIET, P., *Les civilisations antiques du Proche-Orient*, Paris, 1971 (trad. port. Europa-América, Lisboa, s/d).

BLAZQUEZ, José Maria *et alii*, *Historia de Oriente Antiguo*, eds. Catedra, Madrid, 1992.

LABAT, R.; CAQUOT, A.; SZNYCER, M. *et alii*, *Les religions du Proche Orient Asiatique*, Fayard/Denoël, Paris, 1970.

LAFORGUE, G., *A Alta Antiguidade*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1979, vol. I.

Littératures Anciennes du proche-Orient (= LAPO) , eds. du Cerf, Paris, em curso de publicação.

MELAART, J., *O Próximo Oriente*, ed. Verbo, Lisboa, 1971.

MOSCATI, S., *L'Orient avant les Grecs*, PUF, Paris, 1977.

PRITCHARD, J. B., *Ancient Near Eastern Texts*, Princeton University Press, Princeton, 1974 (= ANET).

State Archives of Assyria, Helsinki University Press, Helsínquia, 1987 (em curso de publicação).

TAVARES, A. Augusto, *As Civilizações Pré-Clássicas, Guia de Estudo*, ed. Estampa, 2.ª ed., Lisboa, 1987, 3.ª ed., 1995.

Estudos da Alta Antiguidade, ed. Presença, Lisboa, 1983.

Economia e História Antiga, ed. Presença, Lisboa, 1987.

Impérios e propaganda na Antiguidade, ed. Presença, Lisboa, 1988.

THOORENS, L., *Panorama das Literaturas*, t. I: *Mesopotâmia, Egipto, Palestina, Pérsia*, Bertrand, Lisboa, 1975.

B – Egipto

ALDRED, C., *Os Egípcios*, Verbo, Lisboa, 1972.

ANDREU, Guillemette, *Images de la vie quotidienne en Égypte au temps des pharaons*, Hachette, Paris, 1992.

L'Egypte au temps des pyramides. Troisième millénaire avant J.-C., Col. Civilisations et Sociétés, Hachette, Paris, 1994.

BAINES, John; MÁLEK, Jaromír, *Atlas de l'Egypte ancienne*, Nathan, Paris, 1981.

CHERPION, Nadine, *Mastabas et Hypogées d'Ancien Empire. Le problème de la datation*, Bruxelas, 1989.

DAUMAS, Fr., *La civilisation de l'Égypte ancienne*, Arthaud, Paris, 1967.

DESROCHES NOBLECOURT, Ch., *La femme au temps des pharaons*, Paris, 1986 (versão portuguesa, ed. Campinas, Brasil, 1994).

DONADONI, Sergio (dir.), *L'Homme égyptien*, le Seuil, Paris, 1992.

DRIOTON, E., *L'Égypte Pharaonique*, Paris, 1969.

DRIOTON, E.; VANDIER, J., *L'Égypte*, 5.ª ed., PUF, Paris, 1975.

EGGEBRECHT, A., *L'Égypte Ancienne*, Bordas, Paris, 1986.

ERMAN, A.; RANKE, H., *La civilisation égyptienne*, Payot, Paris, 1976.

GRIMAL, Nicolas, *Histoire de l'Égypte ancienne*, Fayard, Paris, 1988.

LALOUETTE, Claire, *Textes sacrés et textes profanes de l'ancienne Égypte*, Gallimard, Paris, 1984, 2 vols.

LECLANT, Jean *et alii*, *Les Pharaons. Le temps des Pyramides*, L'Univers des formes, I, Gallimard, Paris, 1978.

LICHTEIM, M., *Ancient Egyptian Literature*, Univ. of California Press, Los Angeles, 3 vols., 1976-1980.

Livro dos Mortos (O), versão portuguesa de NEGRAES, E.C., Centro do Livro Brasileiro, Lisboa/Porto, s/d; versão portuguesa de LOPES, Maria Helena Trindade, Assírio & Alvim, 1991; versão portuguesa de BUDGE, E. A. Wallis, ed. Pensamento, S. Paulo, s. d.

MICHALOWSKY, K., *L'art de l'ancienne Égypte*, Manod, Paris, 1968.

MONTET, P., *A vida quotidiana no Egipto no tempo de Ramsés*, Livros Brasil, Lisboa, s/d.

MORENZ, S., *La religion égyptienne*, Payot, Paris, 1977.

ROCCATI, A., *La littérature historique sous l'ancien empire égyptien*, eds. du Cerf, Paris, 1982.

Splendeurs de l'Égypte, Col. Splendeur, Molière, Paris, 1990.

STROUHAL, Eugen, *Vivre au temps des Pharaons*, eds. Atlas, Paris, 1992.

VALBELLE, Dominique, *La vie dans l'Égypte ancienne*, PUF, Que sais-je? n.º 1302, Paris, 1988.

L'égyptologie, PUF, Que sais-je? n.º 1312, Paris, 1991.

VERCOUTTER, J., *L'Égypte et la vallée du Nil*, tome 1: *des origines à la fin de l'Ancien Empire*, PUF, Paris, 1992.

VERNUS, Pascal; YOYOTTE, Jean, *Les Pharaons*, MA eds., Paris, 1988.

VERNUS, Pascal, *Affaires et scandales sous les Ramsès*, Col. Pygmalion, Paris, 1993.

WILDUNG, Dietricht, *L'Âge d'or de l'Égypte. Le Moyen Empire*, Office du Livre, Fribourg, 1984.

C – Mesopotâmia

BOGAERT, R., *Les origines antiques de la banque de depôt*, Leiden, 1966.

BOUZON, E., *As leis de Eshnunna (1825-1787 a. C.)*, ed. Vozes, Petrópolis, 1981.

O código de Hamurábi, ed. Vozes, Petrópolis, 1976.

DESHAYES, J., *Les civilisations de l'Orient Ancient*, Arthaud, Paris, 1969.

FINET, A., *Le code de Hammurapi*, eds. du Cerf, Paris, 1973.

GARELLI, P., *Le Proche-Orient Asiatique. Des origines aux invasions des peuples de la mer*, Nouvelle Clio, PUF, Paris, 1969.

GARELLI, P.; NIKIPROWETZKY, V., *Le Proche-Orient Asiatique. Les empires mésopotamiens. Israel*, Nouvelle Clio, PUF, Paris, 1974.

KRAMER, S. N., *Os Sumérios*, Bertrand, Lisboa, 1977.

A história começa na Suméria, eds. Europa-América, Lisboa, 1985.

KUPPER, J. R., *Les nomades en Mésopotamie au temps des rois de Mari*, Paris, 3.ª ed., 1982.

LAMBERT, W. G., *Babylonian Wisdom Literature*, Oxford, 1975.

MALLOWAN, M. E. L., *Mesopotâmia e Irão*, Verbo, Lisboa, 1965.

OPPENHEIM, A.L., *Glass and Glassmaking in Ancient Mesopotamia*, Nova Iorque, 1970.

PARROT, A., *Sumer*, Col. l'Univers des Formes, Gallimard, Paris, 1961.

ROUX, G., *La Mésopotamie*, eds. du Seuil, Paris, 1985.

D – Síria e Palestina

AVI-YONAH, M. *et alii*, *Histoire de la Terre Sainte*, Albin Michel, Paris, 1969.

BRIGHT, J., *A History of Israel*, Westminter Press, 2.ª ed., Londres, 1972.

Estudos Orientais, vol. IV: *Os fenícios no território português*, dir. A.A. Tavares, Instituto Oriental, UNL, Lisboa, 1994.

HERRMANN, S., *Geschichte Israels in alttestamentlicher Zeit*, Munique, 1980 (versão espanhola, *Historia de Israel en la epoca del Antiguo Testamento*, eds. Sigueme, Salamanca, 1985).

MAZAR, B. (ed.), *The World History of the Jewish People*, Massada Press, Jerusalem, 1975, 2 vols.

NOTH, M., *Histoire d'Israel*, Payot, Paris, 1970 (trads. em inglês e espanhol do original alemão).

OLMO LETE, G.; AUBET, M. E., *Los fenicios en la Península Iberica*, ed. Ausa, Barcelona, 1986.

VAUX, R. de, *Bible et Orient*, eds. du Cerf, Paris, 1967.

Histoire ancienne d'Israel, Gabalda, Paris, 1971-1973.

Institutions de l'Ancien Testament, 2 vols., eds. du Cerf, Paris, 1982.

VANSETERS, J., *Abraham in history and tradition*, Yale University Press, Yale, 1975.